

ANAIS DO II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

ENTRE RUAS, REDES E PLATAFORMAS...
O LUGAR DA COMUNICAÇÃO NA
GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA LATINA



CADERNO DE RESUMOS

Realização:



Apoio:



Patrocínio:



Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Laboratório Espaço e Política (LEP)

II Colóquio Internacional Sociedade Espaço e Política – II SOPAPO

Os textos e imagens divulgados, bem como as suas respectivas revisões e traduções, são de inteira responsabilidade de seus autores.

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Cristina Pereira de Araujo (coordenação geral)

Adriana Carla de Azevedo Borba

Esther Solano Gallego

Helena d Agosto Miguel Fonseca

Luciano Muniz Abreu

Bárbara Nascimento Rodrigues

Letícia Rocha de Santana

Lutemberg Francisco de Andrade Santana

Marcones Oliveira Barboza

Raissa Gomes de Sales

Jéssica Krislei Costa de Neque

Catálogo na fonte:

Bibliotecária: Viviane Bento Catão Rodrigues – CRB7 5515

C719 Colyquio Internacional Sociedade Espaço e Política (2. : 2023 : Recife, PE)

Anais do II Colyquio Internacional Sociedade, Espaço e Política, 4 a 7 de setembro de 2023, Recife, PE [recurso eletrônico] : entre ruas, redes e plataformas... o lugar da comunicação na Geopolítica da América Latina / organizado por Cristina Pereira de Araujo...[et al.]. – Recife : FB da Silva Livros, 2024.

435p. ; PDF; 6,6 MB . Formato Digital.

Caderno de Resumos.

Colyquio desenvolvido de forma híbrida.

ISBN: 978-85-45575-64-1

1. Ciência Política. 2. Sociologia. 3. Liberalismo. 4. Movimentos Sociais. I. Araujo, Cristina Pereira de.

CDD 320

Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Artes e Comunicação
Laboratório Espaço e Política – LEP
Avenida da Arquitetura, s/n, Cidade Universitária, CEP 50740-550, Recife-PE
www.lep-ufpe.com.br

APRESENTAÇÃO

O Laboratório Espaço e Política (LEP), vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) e ao Centro de Artes e Comunicação (CAC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) promoveu o II Colóquio Internacional sobre Sociedade, Espaço e Política, com o tema “Entre ruas, redes e plataformas...O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina” durante os dias 4 e 7 de dezembro de 2023, desde a UFPE, Campus Recife – Pernambuco, de forma híbrida.

Enquanto o I Colóquio surgiu pela necessidade premente de se discutir o capitalismo sob a ótica do ultraliberalismo e os arranjos geopolíticos que conduzem a uma nova divisão internacional do trabalho, a segunda edição do evento se concentrou nas recentes discussões sobre o papel da esfera pública e suas narrativas, seja a favor do consenso ultraliberal, seja enquanto resistência a esse modelo.

Assim, o mote da nossa segunda edição foi o seguinte questionamento: como tem se dado a construção das narrativas e contra narrativas diante de uma possível ordem de acumulação ultraliberal? Ao tentar se debruçar sobre essa pergunta, o evento consistiu em uma oportunidade de promover a troca de conhecimento gerado nos últimos anos e difundir pesquisas, análises e manifestações coletivas que vêm tratando sobre a dinâmica geopolítica e o reatamento de políticas e movimentos hegemônicos e de resistência no território.

O Colóquio foi organizado a partir de três eixos temáticos: A agenda ultraliberal no Brasil e na América Latina; esfera pública e a construção do consentimento pró agenda ultraliberal; e manifestações coletivas e movimentos sociais. Foram quatro dias de discussões fecundas, onde contamos com a participação das/os palestrantes Gerardo Caetano (Universidad de la Republica - Uruguai), Gilberto Maringone (Universidade Federal do ABC – UFABC), José Policarpo Júnior (UFPE), Mara Nogueira (Birkbeck University of London), Francisco Carvalho de Brito Cruz (InternetLab), Rafael Cardoso Sampaio (Universidade Federal do Paraná – UFPR), Samara Mariana de Castro (Secretaria de Comunicação Social – Secom/Governo Federal), Sergio Amadeu (UFABC), Eliara Santana (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP), Eliane da Silva (Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST) e Simony dos Anjos (Rede de Mulheres Negras Evangélicas).

No total, além de três mesas redondas com os convidados supracitados, tivemos a apresentação de 49 trabalhos em sessões de comunicações e 21 em formato pôster, esses últimos voltados para os alunos da graduação. Sem dúvidas, os debates suscitados durante o evento ultrapassam os seus limites, podendo reverberar, de maneira muito frutífera, em diversas pesquisas e discussões que atravessem os campos de conhecimento que perpassam a temática.

Esse volume que ora apresentamos, traz os resumos expandidos e simples submetidos ao Colóquio. Desejamos uma ótima leitura!

Comissão Organizadora
Recife/PE, 15 de dezembro de 2023.

Temática A: A agenda ultraliberal no Brasil e na América Latina	8
Realinhamento ou desalinhamento? O retorno do Lula, a sombra do Bolsonarismo e a transformação da geografia eleitoral em São Paulo e Rio de Janeiro.....	10
Governo Bolsonaro e os desmontes do SUS: estratégias em defesa da Equidade, da Integralidade e da Universalidade na Atenção Primária à Saúde	15
Revelando o cuidado como forma de resistência ao modelo ultraliberal: reflexões a partir da necessidade de políticas sociais às mães atípicas	23
O impacto da agenda Ultraliberal, no (des)monte de políticas públicas, voltadas às questões de gênero: A mulher mãe precarizada	31
Ondas progressista e conservadora em países da América do Sul: demandas sociais e estratégias políticas.....	40
Extração de direitos: a mineração de sal-gema que afundou bairros em Maceió/AL	46
Informalidade e trabalho: a gestão de resíduos sólidos em São Gonçalo do Amarante/RN	57
Violência colonial, o progresso minerador na atualidade e o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG: o caso de Bento Rodrigues.....	63
(Contra)narrativas sobre o risco nas cidades brasileiras: o caso	70
Ondas conservadoras e progressistas na América Latina: conflitos agrários e dinâmicas políticas	77
Democracia e horizonte político de sociedade: construções discursivas de candidatos pelo PT nas eleições de 2018 e de 2020 em Alagoas	83
O pensamento conservador: ideologia e estratégias discursivas.....	89
A precariedade da vida e a ascensão do movimento antivacina no Brasil: interfaces com a racionalidade neoliberal e o movimento antigênero	96
O desmonte das políticas habitacionais por um governo reacionário	103
Territórios Eleitorais no Pará: influência das dinâmicas produtivas e político-ideológicas na definição do voto para Presidente da República, 2014 a 2022.....	110
Migrantes indígenas no Brasil: desafios no acesso ao mercado de trabalho e à proteção social aos venezuelanos.....	121
Neoliberalismo no Brasil: uma análise do desmonte das funções econômicas do Estado no período recente (2015-2022)	128
Temática B: Esfera pública e a construção do consentimento pró agenda ultraliberal	137
O combate às fake news nas câmaras de Vereadores da Grande Porto Alegre: discurso, Contradiscurso e ideologias partidárias.....	138
A Desinformação no Estado de Exceção: o uso das fake news como instrumento de biopolítica	149

O cenário político eleitoral brasileiro mediado pelas Fake News na eleição presidencial em 2022	156
A desinformação e o contínuo mediático do ódio nas eleições de 2022	163
Ninguém tira os olhos do "ditador": análise da cobertura da Folha de São Paulo sobre a Cúpula de Países Sul-americanos de 2023	169
A Folha de S.Paulo na reforma do ensino médio: de arena discursiva à empreendedora política.....	174
O eterno retorno: notas sobre a ascensão de discursos conservadores na esfera pública brasileira nos anos 20	180
Brasil Paralelo em três atos: desinformação, revisionismo histórico e teorias conspiratórias no YouTube.....	187
Uma reflexão sobre privacidade e acesso à informação no ambiente de trabalho após a LGPD, no Brasil: Segurança de dados e condições de trabalho.	195
A dependência como característica do modelo de negócio das plataformas digitais: Aspectos e perspectivas de pesquisa.....	201
Frágil consentimento e produção de inseguranças nos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo	209
Apontamentos sobre a pedagogia urbana: e quando a práxis socioespacial reafirma uma agenda conservadora?	215
Temática C: Manifestações coletivas e movimentos sociais	223
Território de memória: a comunidade rural quilombola da Mormaça, RS.....	224
Movimento Negro: suas lutas por reparação a partir do Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre	233
Os Quilombos e a Emergência de Novas Formas de Patrimonialização: Estudo de Caso do Quilombo Lemos	240
Mobilização social do povo negro: experiência coletiva em defesa da proteção territorial quilombola	246
Contornando a invisibilidade: o Censo da População em Situação de Rua da Cidade do Recife.....	254
Ocupação Professor Fábio Alves: trajetória e situação atual no contexto de Belo Horizonte.....	262
Entre o Brincar e a Luta pela Terra: a experiência na construção de parques nas ocupações do MTST-PE	269
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Pernambuco: resistindo ao desmonte implementada pelo neoconservadorismo da política pública para as infâncias e adolescências.....	278
Ofensivas antigênero: avanços e retrocessos nas políticas de gênero e sexualidade em países sul-americanos.....	284
A Escola de Conselhos de Pernambuco e a formação continuada para os conselheiros tutelares: Os caminhos para uma educação em direitos humanos de qualidade como política pública na área das infâncias	291

Entre mães, filhos e moradia: a luta de mães com filhos autistas para conquistar a moradia.....	299
Disputando o discurso sobre mulheres com deficiência e sua vivência na cidade.	307
Luta indígena e territorialidade: identidade como tática de resistência e existência	313
Os reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e as rupturas nos modos de vida e práticas socioculturais comunitárias.....	319
Ações de resistência da sociedade civil frente à expansão dos projetos de energia renovável no estado da Paraíba-PB.....	325
Metodologia de Guerras: Uma leitura sobre o processo de remoção forçada da ZEIS Vila Esperança	333
A influência da ultradireita e religião nas culturas de massa: Propagando o som da liberdade	342
Contendo a massa popular: autoritarismo competitivo e direito à manifestação na Guiné-Bissau.....	350
Teologia da descolonização : A Teologia da Libertação como movimento anticolonial e como mantenedora de direitos humanos na América Latina	358
Como se constrói um Cristianismo antifundamentalista? Tensionamentos entre tática e estratégia digitais numa perspectiva organizacional ecologista	366
Transição democrática na Guiné-Bissau: o papel da sociedade civil na construção do regime democrático.....	372
A descolonização do caráter imaginativo do Planejamento Urbano: por uma perspectiva anticapitalista, revolucionária e Transgressora	379
Resumo Simples – Apresentação em Pôster (Graduação).....	385
Comunidade Roda de Fogo (RDF): Uma história de conflitos e luta pela conquista do território em Recife/PE	386
A agenda neoliberal e a internacionalização da Amazônia: as reservas de valor do imperialismo.....	389
Igrejas e território: resultados parciais de um estudo sobre a cidade do Recife.....	390
Da Omissão à Ênfase: análise das manchetes televisivas e seus reflexos na opinião pública.....	392
Projeto de Pesquisa: A pandemia e o Sistema Único da Assistência Social/SUAS: reflexões sobre o cotidiano dos/as trabalhadores/as do SUAS em Pernambuco...	394
Projeto de Extensão: “Tem vida nas ruas: Letramentos políticos para equidade, diversidade e democracia”	396
Experiências na Linha: reflexões a partir da prática da Assessoria Técnica Popular enquanto instrumento de luta territorial na Comunidade da Linha	398
Pesquisar é intervir: um ensaio metodológico e projetual participativo para a Cozinha Solidária da Torre (PE)	400
A fome da pandemia ou a pandemia da fome: na rua, quantos são e quem são? .	403

Nada sobre nós sem nós: Trajetória do Movimento Nacional da População de Rua rumo ao reconhecimento de direitos	405
Modos de morar, modos de viver: uma leitura crítica da proposta de reparação da moradia após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG	407
Contracartografia do desastre: comunicação e conflito nos territórios atingidos de Mariana pelo rompimento da barragem de Fundão	409
Mineração e Financeirização Urbana: a luta por moradia digna na Sede de Mariana/MG a partir do rompimento da barragem de Fundão	411
Além das Urnas: a presença de Bolsonaro e Lula nos canais do YouTube	413
Ciberespaço e status quo: O ciberativismo na organização das lutas sociais contemporâneas	415
Vidas vividas nas ruas: caracterização demográfica e perfil socioeconômico das Pessoas em Situação de Rua no Recife	417
O Oprimido Discurso de Opressão: Uma análise das Reportagens sobre Discurso de Ódio nos Principais Jornais Televisivos Brasileiros.....	419
A desqualificação do voto nordestino: uma análise das manchetes do UOL Notícias publicadas no período eleitoral presidencial de 2022	421
Indústria Automobilística em Goiana/PE: trajetórias de vida e relações de trabalho.	424
Entre o terreiro e a cidade: Uma análise da intolerância religiosa na cidade de Mari-PB.	426
As políticas sociais como tensora às ações (ultra)neoliberais	429
CONTATO DOS/AS AUTORES/AS (POR ORDEM ALFABÉTICA).....	431
COMISSÃO ORGANIZADORA:.....	435
CRIAÇÃO GRÁFICA:.....	435
COMISSÃO CIENTÍFICA:	436

A. A agenda ultraliberal no Brasil e na América Latina



**Realinhamento ou desalinhamento? O retorno do Lula, a
sombra do Bolsonarismo e a transformação da geografia
eleitoral em São Paulo e Rio de Janeiro**

*¿Realineación o desalineación? El regreso de Lula, la sombra del
bolsonarismo y la transformación de la geografía electoral de São
Paulo y Río de Janeiro*

*Realignment or dealignment? Lula's return, the shadow of
Bolsonarismo and the transformation of the electoral geography of
São Paulo and Rio de Janeiro*

Elizabeth McKenna, Harvard University¹

Matthew A. Richmond, Newcastle University²

Larissa Guimarães, Harvard University³

Em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva voltou à presidência depois de vencer, por uma margem muito apertada, seu oponente de extrema direita, Jair Bolsonaro. A coalizão eleitoral do Lula incluiu alguns grupos e territórios que retornaram ao PT após terem abandonado o Partido ao longo da década de 2010. Por outro lado, um grande número de eleitores continuaram a preferir o então presidente Bolsonaro. Mesmo levando em conta as várias manobras eleitoreiras do ex-presidente, o resultado sugere uma forte permanência do apoio ao Bolsonaro no país. Durante a época eleitoral, algumas análises mostraram tendências geográficas claras às escalas nacional e regional, por exemplo, o grande apoio ao Lula no região Nordeste e ao Bolsonaro no Centro-Oeste; e o melhor desempenho do Lula em grandes capitais como São Paulo e Porto Alegre em contraste com a ascendência do Bolsonaro nas cidades pequenas e médias do Sudeste e Sul do país (Loureiro, 2022; Alencastro, 2022; Carvalho e Abramovay, 2022).

¹ Elizabeth McKenna, Harvard University.

² Matthew A. Richmond, Newcastle University.

³ Larissa Guimarães, Harvard University.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Mas um aspecto pouco comentado é a transformação da geografia eleitoral dentro das duas maiores regiões metropolitanas do país: São Paulo e Rio de Janeiro.

Com base em uma série histórica de dados eleitorais georreferenciados, e atualizando análises prévias com os resultados de 2022 (Richmond e McKenna, 2023), este paper identifica transformações nessas duas regiões metropolitanas. Os resultados, apresentados nas Figuras 1 e 2, sugerem tendências tanto de *realinhamento* quanto de *desalinhamento* eleitoral nas duas metrópoles com semelhanças e diferenças importantes entre elas.

Figura 1: Proporção do voto ao PT e à oposição em eleições presidenciais (2o turno), 2002-2022, Região Metropolitana de São Paulo (por zona eleitoral constante)

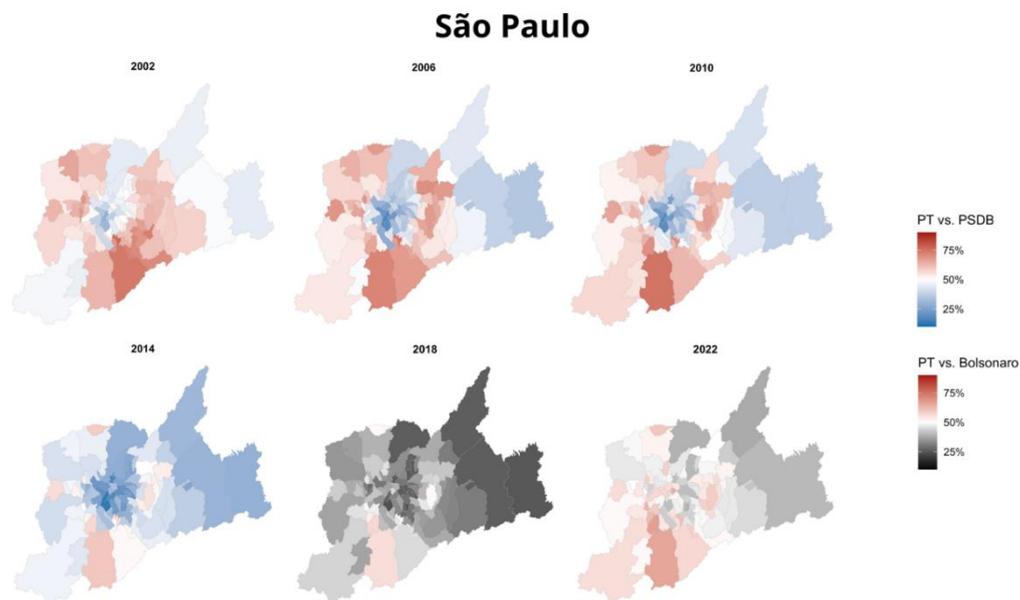
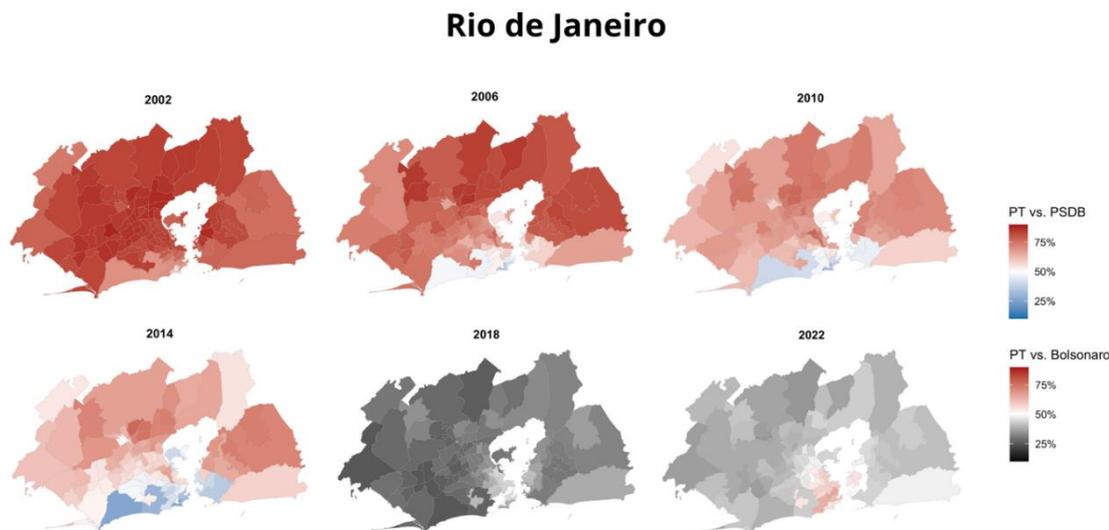


Figura 2: Proporção do voto ao PT e à oposição em eleições presidenciais (2o turno), 2002-2022, Região Metropolitana de Rio de Janeiro (por zona eleitoral constante)



Nossa análise da eleição de 2022 indica um forte apoio ao Lula em vários territórios predominantemente de classe média-alta nos centros expandidos das duas capitais, tais como Pinheiros e Butantã em São Paulo e Jardim Botânico e Laranjeiras no Rio de Janeiro. De fato, nesses territórios o apoio ao PT em 2022 atingiu seu máximo nível em pelo menos vinte anos (e mais ainda no caso de São Paulo). Esses territórios tinham favorecido, por grandes margens, os candidatos do PSDB entre 2002 e 2014, e, por uma margem menor, o Bolsonaro em 2018, o que sugere que a experiência do Bolsonaro no poder teria levado ao surgimento de um forte sentimento de anti-bolsonarismo nesses territórios. Embora a estratégia do Lula da ‘frente ampla’ possa ter surtido efeito com muitos moradores desses bairros, é improvável que os resultados reflitam um grande onda de partidarismo a favor do Lula e o PT, e sim de *partidarismo negativo* contra o Bolsonaro.

Em contraste, houve um forte permanência de apoio ao Bolsonaro em outros bairros predominantemente de classe-média (tanto alta, quanto baixa) nos centros expandidos dessas capitais, por exemplo, em Moema, Santana e Tatuapé em São Paulo e Barra da



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Tijuca no Rio. Esses padrões representam uma continuação de apoio de longo prazo para a direita nessas áreas, tanto do PSDB até 2014, quanto de Bolsonaro a partir de 2018. Uma dinâmica parecida – de continuidade no peso do voto à direita – pode ser observada nas zonas centrais (as quais têm a IDH mais alta) dos municípios metropolitanos grandes em São Paulo, tais como Guarulhos, Santo André e Osasco.

Por outro lado, alguns municípios menores e mais pobres da região metropolitana de São Paulo, como Diadema e Ferraz de Vasconcelos, voltaram a votar no PT depois de terem preferido o Bolsonaro em 2018. E as tendências em muitas das periferias pobres, tanto da São Paulo capital quanto dos municípios metropolitanos, foi semelhante – a maioria dessas zonas retonaram ao PT (com diferentes graus de força) depois de ter rejeitado o Partido em 2014 e/ou 2018. Porém, o apoio ao PT em 2022 era menor do que na época em que o Partido dominava esses territórios, entre 2002 e 2010. Está cedo demais para avaliar se isso representa o começo da reconstrução duradoura da base do PT nas periferias urbanas de São Paulo. Por enquanto, o voto relativamente forte ao Lula em alguns territórios de classe-média-alta do centro expandido e em muitas periferias das Zonas Leste e Sul (e em menor grau da Zona Norte) da capital e em algumas dos municípios metropolitanos, enquanto outros bairros e municípios de diferentes perfis geográficos e socioeconômicos mantiveram seu apoio ao Bolsonaro, parecem representar um *desalinhamento* do voto e uma *ruptura* do padrão radial e concêntrico que antes dominava.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro o quadro é bastante distinto. Fora do centro expandido da capital, todas as zonas preferiram Bolsonaro ao Lula, em alguns casos por margens amplas. De fato, as maiores margens – mais altas até do que na Barra da Tijuca – são encontradas em bairros periféricos da capital, como Campo Grande, e de cidades da região metropolitana, como Duque de Caxias e Nova Iguaçu. A escala dos nossos dados dificulta afirmações conclusivas em termos do voto por classe social, por conta da presença de grandes populações de moradores de favelas em bairros do centro expandido da capital. No entanto, olhando a escala metropolitana, podemos afirmar que as eleições de 2018 e 2022 produziram uma *inversão* histórica do padrão observada entre 2002 e 2014, quando o centro votava mais à direita e a periferia mais



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

à esquerda. A repetição desse padrão em 2022 sugere um *realinhamento* potencialmente duradouro na geografia eleitoral do Rio de Janeiro.

Nossa análise, ainda em desenvolvimento, busca entender essas continuidades e mudanças na geografia eleitoral das duas maiores metrópoles brasileiras, não apenas em relação à distribuição de classes sociais nessas duas metrópoles, mas também de outros factores demográficos, urbanas e organizacionais que possam explicar resultados tão variados.

Palavras-chave: Geografia eleitoral; Geografia social; Bolsonarismo; Partido dos Trabalhadores; realinhamento.

Referências Bibliográficas

Alencastro, M. (2022) 'Primeiro turno no Brasil mostrou que será preciso governar com o 'Mega-Centro-Oeste': Economia global mudou a Geografia política nacional', Folha de São Paulo. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mathias-alencastro/2022/10/primeiro-turno-mostrou-que-sera-preciso-governar-com-o-mega-centro-oeste.shtml>

Carvalho, L. e Abramovay, P. (2022) 'A profecia do Mano Brown: Retomada das periferias urbanas pelo PT mostra que voto da extrema direita no Brasil ruma para o padrão global – for a dos grandes centros urbanos', Piauí. Disponível: <https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/profecia-de-mano-brown/>.

Loureiro, P. M. (2022) 'Town and city: Reading Brazil's first round election results', Phenomenal World. Disponível: <https://www.phenomenalworld.org/analysis/brazil-election/>.

Richmond, M. A. & McKenna, L. (2023) 'Placing the peripheries within Brazil's rightward turn: Urban transformation and electoral realignment, 2002-2018', Environment and Planning C, Online First.



**Governo Bolsonaro e os desmontes do SUS: estratégias em
defesa da Equidade, da Integralidade e da Universalidade na
Atenção Primária à Saúde**

*El gobierno de Bolsonaro y el desmantelamiento del SUS:
estrategias en defensa de la Equidad, la Integralidad y la
Universalidad en la Atención Primaria de Salud*

*Bolsonaro government and the dismantling of the SUS: strategies in
defense of Equity, Comprehensiveness and Universality in Primary
Health Care*

Deisyanny Maria Rocha Farias, UFAL⁴

Frederico Alves Costa, UFAL⁵

I. Resumo expandido

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, proporcionou a sedimentação de um conceito amplo de saúde no Brasil, afirmando princípios fundamentais como a Universalidade, a Equidade e a Integralidade (Melo; Albuquerque; Santos, 2022; Santos et al., 2020). Norteado por debates construídos na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, e em convergência com os ideários da Constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã), o SUS fomenta a saúde como direito de todos e dever do Estado (Cruz; Eichler, 2022; Moura, 2020). Neste mesmo contexto de redemocratização do Brasil e da criação do SUS, observava-se o fortalecimento do neoliberalismo na Europa e nos Estados Unidos, o que terá repercussões para o Brasil, sobretudo a partir da

⁴ Mestranda em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Núcleo de Psicologia Política - UFAL.

⁵ Professor no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da UFAL e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); coordenador do Núcleo de Psicologia Política - UFAL.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

década de 90 (Nogueira; Santos, 2022). A doutrina neoliberal é baseada na defesa de iniciativas individuais e no incentivo ao empreendedorismo, que objetiva limitar a intervenção do Estado na economia, na sociedade e cultura, no qual coloca o sucesso como consequência de esforços individuais e responsabilidade do sujeito (Cruz; Eichler, 2022).

Deste modo, o neoliberalismo, como um modelo de organização da sociedade, é desfavorável a afirmação das políticas sociais como dever do Estado, implicando na redução de direitos sociais. Nos últimos anos, observamos, após 13 anos de governos federais presididos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o avanço do modelo neoliberal no país. Ainda que os governos petistas não tenham rompido com o neoliberalismo, a partir do governo Temer o modelo neoliberal tornou-se preponderante no modo de organização da sociedade brasileira, haja visto a aprovação do Teto de Gastos, afetando as políticas sociais e, assim, de modo direto o SUS (Bravo, Pelaez, 2020; Rosário, 2020). O governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, manteve o desmonte do SUS, inclusive intensificando tal processo a partir de uma ampla defesa do modelo neoliberal construindo ações que afetaram o funcionamento do sistema (Castilho; Lemos, 2021). A política de gestão desenvolvida pelo governo Bolsonaro, no que se trata de medidas relacionadas ao âmbito da saúde, ameaçaram os princípios do SUS: Integralidade, Equidade e Universalidade (Giovannella; Franco; Almeida, 2020). As modificações realizadas na APS durante o governo Bolsonaro produziram o desfinanciamento da atenção, no qual se traçava um caminho para a privatização, construindo assim terreno propício para a exclusão (Mendes; Melo; Carnut, 2022). Considerada como a porta de entrada do SUS, a APS tem como objetivo a organização de ações e serviços diante de uma perspectiva de acesso integral em saúde, com função principal na organização de práticas potenciais no impacto modificador dos determinantes sociais da saúde (Fausto et al., 2018). Como o SUS é um sistema de grande impacto social, a sua gestão e a concepção de sociedade sob a qual ele é gestado afeta diretamente a coletividade. A pesquisa que está em desenvolvimento, no nível de mestrado, objetiva compreender as estratégias construídas pelo Fórum de Defesa do SUS do Estado de Alagoas em prol da garantia dos princípios do SUS na Atenção Primária a Saúde no contexto posterior ao início do governo Bolsonaro. Os



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

objetivos específicos são: a) debater as medidas que ocasionaram a desvalorização dos princípios do SUS na Atenção Primária a Saúde no contexto do governo Bolsonaro; b) discutir as repercussões dessas medidas na Atenção Primária a Saúde em Alagoas; c) Compreender as demandas, os antagonismos e as ações construídas pelo Fórum em defesa do SUS do Estado de Alagoas na luta pela garantia dos princípios do SUS na Atenção Primária a Saúde. O Fórum em defesa do SUS no Estado de Alagoas é um coletivo formado por profissionais da saúde, docentes, estudantes e movimentos sociais na defesa de uma saúde pública, estatal e de qualidade para a população, participando ativamente e de modo articulado em pautas vinculadas a saúde. O foco nas estratégias construídas pelo Fórum em defesa do SUS no Estado de Alagoas se deve à escassez de estudos que tomam como objeto a participação social referente às políticas públicas de saúde no Estado de Alagoas, seja por meio de coletivos, fóruns ou instâncias governamentais. Contribuição para o eixo temático: Este trabalho visa contribuir para o evento SOPAPO no que diz respeito o eixo temático “A agenda ultraliberal no Brasil e na América Latina”, mais especificamente na discussão sobre “Reformas em direção à agenda ultraliberal”. O governo Bolsonaro (2019-2022), na defesa da política neoliberal, promoveu um desmonte nas políticas sociais, afetando diretamente o SUS, contrariando os princípios fundamentais que o orientam. Compreender estes desmontes e estratégias de enfrentamento a eles contribui para entendermos o impacto do modelo neoliberal e alternativas a este modelo na construção do SUS. Metodologia: A pesquisa ainda está em desenvolvimento. Para este trabalho, apresentaremos os resultados da revisão de literatura construída no mestrado que fundamentou a construção do problema de pesquisa proposto. A revisão da literatura foi feita com o foco nas repercussões da política pública de saúde desenvolvida no governo Bolsonaro em termos de seus efeitos na garantia de direitos e participação social. Para a realização dessa revisão, realizamos um levantamento bibliográfico, no período entre maio e julho de 2023, no Portal de Periódico da CAPES, em busca avançada, a partir do acesso CAFE. Utilizamos os seguintes descritores e cruzamentos: 1) Bolsonaro+Saúde; 2) Bolsonaro+Direitos; 3) Bolsonaro+Participação; 4) Bolsonaro+Democracia. Além disso, utilizamos os seguintes filtros: a) periódicos revisados por pares; b) idioma português. Os artigos foram organizados em uma tabela Excel a partir dos seguintes aspectos: descritores, referências, incluído/excluído, motivo da inclusão/exclusão, link do artigo,



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

objetivo e observações. Os artigos foram selecionados a partir da leitura do título e dos resumos considerando os seguintes critérios de inclusão e exclusão: foram incluídos artigos que tivessem como objetivo debater a política pública de saúde desenvolvida no período do governo Bolsonaro englobando aspectos relativos à garantia de direitos e à participação social. Foram excluídos artigos que não focalizavam a política pública de saúde no período analisado, como também artigos repetidos. Devido a pequena quantidade de artigos que focalizavam a participação social, realizamos um novo levantamento bibliográfico no Portal de Periódico da CAPES considerando o cruzamento do descritor saúde com os descritores conselho, conferência e controle social: 1) Saúde+Conselho; 2) Saúde+Conferência e 3) Saúde+Controle Social. Utilizamos os mesmos filtros do levantamento anterior com a inclusão de mais um novo filtro: artigos publicados nos últimos 5 anos, que foi incluído em razão do governo Bolsonaro ter iniciado em 2019. O critério de inclusão dos artigos foi o debate sobre a participação social no governo Bolsonaro. Excluimos artigos que debatiam a participação social em um contexto distinto do governo citado, artigos repetidos e artigos de caráter descritivo sobre a administração e trâmites de conselhos municipais de saúde do país. Foram selecionados 21 artigos. A partir da leitura integral desses artigos, produzimos um mapa da literatura baseado no estudo de Creswell (2017) como forma de organização do debate proporcionado pelos artigos analisados em relação ao tema de interesse da pesquisa. Delimitamos a revisão da literatura em torno de três subtemas: a) desvalorização dos princípios do SUS; b) precarização do controle social na construção das políticas públicas de saúde; c) violação de direito à saúde. Principais resultados obtidos (ainda que parciais) e discussões: Em relação ao subtema “Desvalorização dos princípios do SUS” a literatura destaca que a APS foi alvo de reconfiguração intensa do governo Bolsonaro, que reorganizou o financiamento destinado para a APS e para outros segmentos da política pública de saúde. Os princípios do SUS foram desvalorizados de variadas formas, em relação ao princípio da Universalidade, observamos a adoção de uma ideia de assistência voltada para indivíduos que mais necessitavam, destituindo o caráter universal de saúde para todos (Miranda, 2020; Mendes; Melo; Carnut, 2022; 2023). O princípio da Equidade foi afetado por meio de mudanças em programas consagrados como o Programa Mais Médicos que visava a diminuição da carência de médicos em regiões remotas e vulneráveis e a



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

redução de desigualdades no acesso à saúde (Anderson, 2019), resultando em um avanço das iniquidades sociais já existentes. O princípio da Integralidade foi prejudicado em razão do fim da obrigatoriedade das equipes multiprofissionais vinculadas ao Núcleo Ampliado em Saúde da Família (NASF-AB). Esta ação contribuiu para decorrendo na ausência da implementação de ações típicas do modelo universal e integral do SUS e abertura de espaço para carência assistencial destinada à população (Fleury; Fava, 2022). Em relação ao segundo subtema “Precarização do controle social na construção das políticas públicas de saúde”: o modelo de governança institucionalizado pelo SUS entrou em confronto com o estilo autoritário de governar defendido por Bolsonaro, que trouxe consequências para a democracia e para a saúde pública (Fleury; Fava, 2022). Por meio da revisão da literatura, percebemos a precarização da participação social nas tomadas de decisão sobre as políticas públicas em razão de medidas promovidas pelo governo Bolsonaro como: a) a extinção da Secretaria de Gestão Estratégica e participativa (Bravo; Pelaez, 2020); b) a regulamentação e extinção de diversos conselhos pelo decreto nº 9.759/2019, que teve como objetivo regulamentar e extinguir a participação da sociedade civil em conselhos gestores de políticas públicas ligadas a administração pública federal, estabelecendo novas diretrizes para o funcionamento dos mesmos (Quadros; Mussoi, 2021; Bravo; Pelaez, 2020); c) a retirada da representação da sociedade civil do Conselho Nacional de Política sobre Drogas (CONAD), através do decreto nº 9.926/2019. Este decreto visava a construção de políticas públicas com integrantes majoritariamente do governo, anulando a participação social nas decisões estatais (Costa; Maior; Silva, 2020). Além destes decretos, Fleury e Fava (2022) pontuam a desconsideração pelo governo Bolsonaro do Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Tripartite como instâncias essenciais para as decisões que envolveram a política pública de saúde durante a pandemia da Covid-19. No que diz respeito ao terceiro subtema “Violação de direitos à saúde”, percebe-se grande quantidade de estudos voltados para a ação governamental no contexto pandêmico, no qual foram expostas medidas que feriam o dever do Estado em garantir bem-estar social para todos. Também foram apontados retrocessos na luta antimanicomial, na defesa dos direitos humanos e o incentivo a práticas antagônicas ao cuidado em saúde mental como o incentivo ao uso de eletrochoque e a parcerias com comunidades terapêuticas (Bravo; Pelaez, 2020; Andreazzi; Sancho; Schutz, 2021), ferindo os princípios da luta



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

da Reforma Psiquiátrica Brasileira (Costa; Maior; Silva, 2020). Podemos perceber que no governo Bolsonaro a Atenção Primária a Saúde foi alvo de reconfiguração e reprogramação intensa. As políticas públicas de saúde mental eram geridas por ideias conservadoras que resgatavam um modelo de saúde de caráter divergente perante a Reforma Psiquiátrica brasileira. A postura defendida pelo governo Bolsonaro mostrou-se contrária a trajetória de um modelo de assistência à saúde democrática e universal, com medidas que defendiam a monopolização das políticas públicas com a exclusão da participação social nas tomadas de decisão, sendo esta articulada com ideário neoliberal que priorizava a economia em detrimento a saúde.

Palavras chave: política pública de saúde; SUS; Governo Bolsonaro; garantia de direitos; participação social.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, M.I.P. Médicos pelo Brasil e as políticas de saúde para a estratégia Saúde da Família de 1994 a 2019: caminhos e descaminhos da Atenção Primária no Brasil. **Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade**, Rio de Janeiro, RJ, v. 14, n. 41, jan-dez, 2019. [http://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)2180](http://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)2180).

ANDREAZZI, M.F.S.; SANCHO, L.G.; SCHUTZ, G.E. Agendas empresariais no sistema de saúde brasileiro, 2016-2019. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, SP, n. 142, p. 406-426, set-dez, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.257>.

BRAVO, M.I.S.; PELAEZ, E.J. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. **Ser social: estado, democracia e saúde**, Brasília, DF, v.22, n. 46, jan-jun, 2020. DOI: 10.26512/ser_social.v22i46.25630.

CASTILHO, D.R.; LEMOS, E.L.S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 24, n.2, p. 269-279, maio-ago. 2021. DOI: <http://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

COSTA, R.O.; MAIOR, N.M.S.S.; SILVA, A.X. A inflexão dos direitos humanos na política de saúde mental e drogas. **Argum.**, Vitória, v.12, n.2, p. 75-90, maio-ago. 2020. DOI: <http://10.18315/argumentum.v12i2.29150>.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha.

CRUZ, V.X.A.; EICHLER, M.L. COVID-19 e necropolítica no Distrito Federal no período de fevereiro de 2020 a junho de 2021: quem morre quando um governo decide que a liberdade é mais importante que a vida? **Revista Thema**, Porto Alegre, RS, v. 21, n.3, p. 653-677, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.15535/thema.V21.2022.653-677.1950>.

FAUSTO, M.C.R. et al. O futuro da atenção primária à Saúde no Brasil. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.42, n. especial 1, p. 12-17, set., 2018. DOI: 10.1590/0103-11042018S101.

FLEURY, S.; FAVA, V.M.D. Vacina contra covid-19: arena da disputa federativa brasileira. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial, p. 248-264, mar., 2022. DOI: 10.1590/0103-11042022E117.

GIOVANELLA, L. FRANCO, C.M.; ALMEIDA, P.F. Política Nacional de Atenção Básica: para onde vamos? **Ciência e Saúde Coletiva**, v.24, n.4, p. 1475-1481, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020254.01842020.

MELLO, L.M.B.D.; ALBUQUERQUE, P.C.; SANTOS, R.C. Conjuntura política brasileira e saúde: do golpe de 2016 à pandemia de Covid-19. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.46, n.134, p. 842-856, jul-set, 2022. DOI: 10.1590/0103-1104202213418.

MENDES, A.; CARNUT, L.; MELO, M. Continuum de desmontes da saúde pública na crise do covid-19: o neofascismo de Bolsonaro. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 32, n.1, 2023. DOI: 10.1590/S0104-12902022210307pt.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

MENDES, A.; MELO, M.A.; CARNUT, L. Análise crítica sobre a implantação do novo modelo de alocação dos recursos federais para a atenção primária à saúde: operacionalismo e improvisos. **Cad. Saúde Pública**, São Paulo, v.38, n.2, 2022. DOI: 10.1590/0102-311X00164621.

MIRANDA, A.S. A focalização utilitária da Atenção Primária à Saúde em viés tecnocrático e disruptivo. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, 127, p.1214-1230, out-dez, 2020. DOI: 10.1590/0103-1104202012720.

MOURA, H.C.E. Reforma psiquiátrica brasileira e os entraves para a superação do modelo manicomial. **Argum.**, Vitória, v. 12, n.3, p. 270-283, set-dez. 2020. DOI: <http://10.47456/argumentum.v12i329217>.

NOGUEIRA, K.W.A.S.; SANTOS, N.A. Pandemia do capitalismo dependente: apontamentos sobre a Covid-19 no Brasil. **Textos&Contextos**, Porto Alegre, v.21, n.1, p. 1-19, jan.-dez., 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2022.1.39303>.

QUADROS, D.G.; MUSSOI, H.G. Conselhos gestores e políticas públicas: entre a participação deliberativa e o pluralismo jurídico. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 641-667, 2021. DOI: 10.12957/rqi.2021.58579.

ROSÁRIO, L. A necropolítica genocida de Bolsonaro em tempos de pandemia e o projeto Ultra-Neoliberal. **Rev. Interd. Em Cult. E Soc. (RICS)**, São Luis, v.6, n.2, p. 28-49, jul.-dez., 2020. ISSN eletrônico: 2447-6498.

SANTOS, B.A.; VICENTINE, F.B.; LAGO, L.P.M.; JUNIOR, W.M. A práxis desenvolvida no âmbito do conselho municipal de saúde em um município de São Paulo. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.44, n. 127, p. 976-988, out.-dez., 2020. DOI: 10.1590/0103-1104202012703



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Revelando o cuidado como forma de resistência ao modelo ultraliberal: reflexões a partir da necessidade de políticas sociais às mães atípicas

*Revelando el cuidado como forma de Resistencia al modelo
ultraliberal: reflexiones a partir de la necesidad de políticas sociales
para madres atípicas*

*Revealing care as a form of resistance to the ultraliberal model:
reflections based on the need for social policies for atypical mothers*

Raquel de Araújo Uchoa Fernandes, UFRPE⁶

Fabíola Cavalcanti Maciel, UFRPE⁷

Resumo

Objetivando apresentar as reflexões em andamento na pesquisa **Maternidades Atípicas em uma sociedade capacitista: Desafios para inclusão sob o olhar de Mães de crianças e adolescentes com deficiência na zona rural de Pernambuco**, em curso no Programa Educação, Culturas e Identidades na Universidade Federal Rural de Pernambuco/ FUNDAJ. A pesquisa reflete acerca do fenômeno do desamparo e desproteção social vivenciados por mães de pessoas com deficiência, chamadas de "mães atípicas". A pesquisa vem sendo realizada a partir de uma perspectiva qualitativa, através de observação participante, uma vez que a autora integra este grupo e desempenha atividade militante e profissional neste universo. A análise do fenômeno

⁶ Raquel de Aragão Uchoa Fernandes (raquel.fernandes@ufrpe.br). Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Professora do Departamento de Ciências do Consumo da Universidade Federal Rural de Pernambuco e do Programa de Pós-Graduação Educação, culturas e Identidades UFRPE/Fundaj.

⁷ Fabíola Cavalcanti Maciel, Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professora Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade do Leste Mineiro



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

aponta para a necessidade premente do debate sobre a invisibilidade de Mães atípicas, sinalizando uma imprescindível necessidade de políticas sociais e sua capacidade no exercício do papel fundamental para a inclusão. A pesquisa se fundamenta em uma perspectiva interseccional sobre as maternidades atípicas, a reflexão sobre o fenômeno se fundamenta sob a perspectiva de que a interseccionalidade representa a interação entre dois ou mais fatores sociais que definem uma pessoa, essa mulher que culturalmente é colocada no lugar de única e exclusiva responsável pelas demandas do/a seu/sua filho/a com deficiência. Percebe-se que a partir do nascimento deste/a filho/a, ela perde sua identidade, tem seus sonhos e desejos assassinados, sendo submetida a tarefa solitária do ser atendente pessoal (cuidadora) do/a seu/sua filho/a. Mãe a frente desse suporte de forma integral, ainda agravado se essa mulher for negra, pobre, periférica, ou, ainda, se estiver fora dos centros urbanos

Introdução

A maternidade atípica em uma sociedade como a brasileira representa via de regra sobrecarga. Historicamente existe uma cobrança maior sobre esta mãe, excluindo-se as obrigações que deveriam ser divididas com o pai. Qualquer ausência dessa mulher é condenada por todos e todas. Desmistificar o título de guerreira é algo pressuroso. O que se encontra são mulheres sozinhas, sem apoio. Não existe heroísmo, e sim solidão. A pesquisa “Maternidades atípicas em uma sociedade capacitista: Desafios para inclusão sob o olhar de mães de crianças e adolescentes com deficiência na zona rural de Pernambuco” em andamento no Programa Educação, Culturas e Identidades/PPGECI da UFRPE, se volta para compreender os desafios para eficácia parental na experiência de ser mãe atípica.

Interseccionalizar essa mulher é entender necessidades básicas e a inadiável intervenção do Estado em políticas sociais que as alcancem. O cotidiano do cuidador abordado na literatura demonstra a sobrecarga com sua estafante e estressora atividade de cuidados diários e ininterruptos, como as adaptações do comportamento e necessidades do cuidador proporcionadas pela mudança evidente no cotidiano ao conviver com a carga de trabalho dispensada ao cuidado e que tendem a se intensificar com o passar dos anos (RIBEIRO, SOUZA, 2010).

Estudos têm tentado mensurar a sobrecarga e as áreas da vida de cuidadores/as e familiares mais afetadas pela presença da pessoa com deficiência, além de examinarem suas características (COHEN et al., 1993; SCAZUFCA, 2002; MURPHY et al., 2007;



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

CAMARGOS et al., 2009). Estas pesquisas apontam uma relação direta das variáveis do cuidado e da sobrecarga na qualidade de vida dos/as cuidadores/as (FLECK, 2000; RAINA et al., 2005).

Pesquisas como da GenialCare-2020 “Cuidando de quem cuida” apontam que 86% de cuidadores são mães, e desse percentual 79% têm dificuldades financeiras para realização do tratamento e acompanhamento dos/as filhos/as. A média de idade foi de 50 anos, sendo que 83,3% eram do gênero feminino e 16,7% do gênero masculino.

Somado a isto é importante destacar o fato de que o IBGE soma quase 12 milhões de mães solo e 64% delas estão abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2022). No Brasil ainda existe pouca informação sistematizada sobre parentes e outros/as cuidadores/as informais de pessoas com deficiência. DESSEN, SILVA, (2000), apesar de afirmarem a escassez de produção científica na relação familiar de pessoas com deficiência intelectual, constataram um aumento das pesquisas nos últimos anos. As autoras verificaram uma preocupação crescente com o “bem-estar psicológico” das famílias, especialmente dos/as genitores. Aspectos tais como estresse parental, satisfação marital e depressão são priorizados particularmente em artigos de pesquisa e teses/dissertações estrangeiras. Já as teses/dissertações nacionais destacam as “interações familiares” desenvolvidas pela díade mãe-criança.

Assim, entende-se a necessidade de avaliar a qualidade de vida e sobrecarga das mães atípicas, tendo em vista possíveis intervenções para uma melhor saúde e qualidade de vida. Isso sugere que a mulher normalmente assume a posição de cuidar da família, enquanto o homem cuida do trabalho. Estudos de famílias de pacientes dependentes (WENNMANN-LARSEN, TISHELMAN, 2002; RIBEIRO, SOUZA, 2010) mostram que a escolha do atendente pessoal (cuidador/a) não costuma ser ao acaso e que a opção pelos cuidados nem sempre é do/a cuidador/a, mas, muitas vezes, expressam o desejo do/a paciente ou falta de outra opção, podendo, também, ocorrer de um modo inesperado para um familiar que, ao se sentir responsável, assume este cuidado, mesmo não se reconhecendo como um/a cuidador/a (WENNMANN-LARSEN, TISHELMAN, 2002).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

É comum a pessoa que se torna a cuidadora principal afirmar ter assumido essa responsabilidade espontaneamente, sendo ainda explicitados fatores como relacionamento afetivo, grau de parentesco, morar junto ou próximo, maior disponibilidade de tempo ou indisponibilidade dos demais (WENNMANN-LARSEN, TISHELMAN, 2002; RIBEIRO, SOUZA, 2010) RIBEIRO, SOUZA, (2010) apresenta que a função de cuidador/a familiar se concretiza através de uma missão de proteção e socialização dos indivíduos, pois independente da forma e desenho que a família contemporânea apresenta, ela se constitui nos espaços de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais.

A maior sobrecarga apresentada pelas mães pode estar relacionada a responsabilidade atribuída pela visão naturalizada do trabalho dos/as cuidadores/as (MASSON, BRITO, SOUSA, 2008), evidenciando que o trabalho das mulheres vem sendo relacionado, histórica e culturalmente, à esfera doméstica/maternal.

Essa divisão sexual entre cuidadores/as parece amparada na vivência da maternidade, determinando assim que as mulheres estariam preparadas para lidar com as atividades de cuidado na vida diária como dar banho e comida. Como apontado em estudos (CHAPPELL, REID, 2002; CAMARGOS et al., 2009), a sobrecarga e as horas de dedicação ao cuidado têm influência direta na qualidade de vida desses cuidadores. GARRIDO, MENEZES, (2004) apontam que 57,1% dos/as cuidadores/as avaliados/as em seu estudo dedicavam mais de oito horas por dia aos cuidados, e segundo MURPHY et al., (2007), cuidadores passam até 14,7 horas por dia dedicadas à criança com deficiência. O mesmo autor ainda afirma que 41% dos/as/as apontam que sua saúde piorou nos últimos anos, e atribuíram essas mudanças à falta de tempo e de controle sobre os acontecimentos cotidianos.

Mas quem cuida de quem cuida?

Estudar essa mulher como fenômeno de pesquisa, percebendo a transversalidade em ser mãe atípica, muitas vezes solo, negra, periférica e sem políticas sociais que as alcancem é fundamental para a efetiva reflexão sobre educação inclusiva.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Buscando dar visibilidade a rotina de esgotamento e sobrecarga dessas mulheres, mostrando à sociedade as lutas da mãe de pessoas com deficiência, surge o termo mães atípicas, confrontando nomenclaturas romantizadas como mãe guerreira ou mãe especial, não sendo condizente com a exaustão nesse maternar.

Estudos como o de Sheryl G. Ziegler, em seu livro *Mommy Bournot – 2018*, traz a Síndrome de Bournot Materno, revelando o esgotamento físico, mental e estresse na rotina dessas mães. Exaustão por trás da mãe guerreira. Sherly Ziegler, Psicóloga, Doutora e autora do livro. A Síndrome de Bournot Materno é uma alta carga de estresse e uma exaustão causadas pela sobrecarga das mães com a rotina e função materna.

Os desafios de ser Mãe Atípica

O perfil de mães atípicas é ainda mais encontrado em um ambiente opressor, preconceituoso e de violências, dado a questões como machismo estruturado e misógino. Desamparo estatal, falta de oportunidades justas, rede de apoio e autocuidado. Desamparo e solidão na vida de mulheres sem suporte social ou assistência afetiva e emocional de familiares, amigos e profissionais de saúde. Abandonadas por seus companheiros, a eficácia parental como fator de proteção nem sempre é inexistente. Criam seus/suas filhos/as em condições crônicas e sem a perspectiva de transformação dada as portas fechadas à educação, mercado de trabalho e empreendedorismo, quando o estado em que a ofensiva encontra um alicerce neo e ultraliberal, já com ausências de garantias de direitos sociais. É sabido que a Seguridade Social é um conjunto de iniciativas do poder público e da sociedade que assegurem direitos à pessoa, sobretudo a saúde e a assistência social, garantidos pelo Art. 194 da Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1988). No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres também estão abaixo da linha da pobreza, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE.

Os dados mostram ainda a expansão do Programa Bolsa família que pulou de 6 milhões de famílias beneficiadas e hoje chega a quase 22 milhões de famílias atendidas comprovando que existe avanço na política da Assistência Social desde a Constituição Federal de 1988, porém, as mulheres seguem liderando a Síntese dos Indicadores



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Sociais do IBGE. A PNAD⁸ mostra que dos 75 milhões de lares, 50,8% são liderados por mulheres, o que corresponde a 38,1 milhões de famílias. As mulheres negras lideravam 21,5 milhões de lares (56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%), no 3º trimestre de 2022.

A pandemia nos trouxe dilemas jamais enfrentados: crise sanitária, mortes, e descaso de um desgoverno, trazendo medidas de desregulamentação e privatização seguindo uma cartilha ultraliberal. Para Felipe Demier (2020. p.97): “o seu governo (Bolsonarismo) foi produto da união entre uma burguesia golpista com medo das urnas e um neofascista com excelentes chances nelas”. Assim se apresentou um cenário político, econômico, com elementos ultraneoliberal e avesso à democracia.

Para Draibe (2007, p. 64) “os governos contemporâneos tornaram-se todos eles prisioneiros do difícil dilema entre a nova política econômica e a política de proteção social, produzindo o desmantelamento ou, no mínimo, um recuo, um retrenchment, como quer Pierson (1994), da proteção social”.

Nesse cenário caótico essas mulheres e seus filhos com deficiência se viram ainda mais vulneráveis e invisibilizadas.

Considerações Finais

Em “A árvore do conhecimento”, Maturana e Varela trazem considerações sobre a vida como um processo de conhecimento, compreendendo mecanismos que o ser humano pode observar para conhecer o mundo, sobretudo das capacidades biológicas da vida. Pertencimento, colaboração mútua e entendendo a vida como um processo de conhecimento individual. Mas, uma reflexão inquieta-se: como se dá a vida dessas mulheres sem rede de apoio, sobretudo de seus companheiros (ou ex), sendo ou não os pais biológicos de seus filhos. Representacionismo da cultura patriarcal onde mulheres têm o único papel (inclusive social) de gerar filhos e educar, exclusivamente, negadas inclusive suas experiências, vivências e representações abstraídas.

⁸ Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – IBGE 2023



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Quijano em seu livro “Colonidade do saber”, traz a raça sendo critério fundamental como definição de poder e classificação social. Nesse contexto, exemplificando mulheres negras, mães atípicas, enfrentam duplamente o preconceito enraizado, machismo, sexismo e racismo na busca por espaço, voz e políticas sociais que a alcancem. Têm seus corpos erotizados e estereotipados que enfrentam preconceito e abuso. Sendo eu uma Mãe atípica, Mãe de Arthur, pessoa com deficiência, poderia trazer inúmeros relatos pessoais sentidos e enfrentados, dores causadas pelo preconceito, capacitismo, bloqueio atitudinal e negativismo a mudanças comportamentais e empáticas que contribuem para uma sociedade inclusiva, transversalizando a pluralidade humana. Relato de abandono do Estado, de políticas sociais e anulação do autocuidado. Guerreira? Não! Abusada. Sobrecarregada.

Majoritariamente somos mulheres, negras, pobres, periféricas, com pouca escolaridade, sem inserção no mercado de trabalho, julgadas invisíveis. Desamparadas pelo estado, tendo voz silenciada pela opressão machista, misógina, e agredidas física, mental e emocionalmente, mas, incansáveis por ocupar nosso espaço de direito.

Destaca-se a premente criação e implementação de programas sociais incluindo essas mulheres como cuidadoras integralmente.

Palavras-chave: Mães atípicas; direito social; ineficácia parental; interseccionalidade; apoio estatal.

Referências Bibliográficas

Soares, Alessandra Miranda Mendes. Experiências das mulheres-mães de pessoas com deficiência: da invisibilidade à participação social. UFPB - 2018

Sulzback, Sandra Laura. Sobrecarga materna nos cuidados de crianças com transtornos do espectro autista. UFRS - 2019

Dias, Fernanda Monteiro - Berger, Sonia Maria – Lovisi - Giovanni Marcos. Mulheres guerreiras e Mães especiais. Revista de saúde coletiva. Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, UFRJ. Scielo. 2020



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Clandinin, D. Jean; Connelly, F. Michael. Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa. Ed Uberlândia: EDUFU, 2015

Thelma Simões Matsukura - Edna Maria Marturano - Jorge Oishi - Graciele Borasche. 2007. Estresse e suporte social em mães de crianças com necessidades especiais.

Jander Phillipe - Diniz Figueiredo - Larissa de Melo Cardoso. (2022). O Perfil socioeconômico de mães de pessoas com deficiência.

Tiago Jessé Souza de Lima - Luana Elayne Cunha de Souza. (2021). Ciência e saúde coletiva. O suporte social como fator de proteção para as mães de crianças com Síndrome da zika congênita.

Mommy Burnout: How to Reclaim Your Life and Raise Healthier Children in the Process. Ziegler, Sheryl. 2018

Sousa, M.J.R. (2014) Necessidades das famílias com crianças com autismo, resiliência e suporte social (dissertação de Mestrado). Faro: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Portugal

Ribeiro, Souza. Wennman, Larsem. Tishelmam (2002). Estudos de famílias de pacientes dependentes

Dessen, Maria Auxiliadora. Dessen, Ana Paula da Costa (2007). A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. Universidade de Brasília, Distrito Federal.

Brasil. Constituição(1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Fleck,. P. A et al. (2000). Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". Rev de Saúde Pública, 34(2), 32-39.

Bracciali, L. M. P., Bagagi, O. S., Sankako, N. A., Araújo, R. C. T. (2012). Qualidade de vida de cuidadores de pessoas com necessidades especiais. Rev. Bras. Educ. Espec, 18(1), 13- 126.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

O impacto da agenda Ultraliberal, no (des)monte de políticas públicas, voltadas às questões de gênero: A mulher mãe precarizada

El impacto de la agenda Ultraliberal, en el (des)mantelamiento de políticas públicas, se centró en cuestiones de género: La madre precaria

The impact of the Ultraliberal agenda, on the (dis)mount of public policies, focused on gender issues: The precarious female mother

Ana Cláudia Clímaco de Almeida, UFRPE/FUNDAJ⁹

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes, UFRPE¹⁰

Resumo Expandido

“O Brasil é um jovem de um metro e noventa de altura com a pretensão de homem feito, só que está muito doente, com o coração fraco e desanimado. Foi tratado com o cruzeiro e o tratamento não foi produtor. Continuou anêmico. Então, decidiram chamar um médico dos Estados Unidos que lhe aplicou umas injeções de dólares. O Brasil teve apenas uma melhora temporária. Mas, o Brasil queria é se curar, queria ficar forte. Resolveu consultar um médico da Inglaterra que deu-lhe pílulas de libras esterlinas e não surtiu o efeito desejado. O Brasil já está perdendo a esperança de readquirir a sua potência orgânica. Mas ele não desanimou e procurou um médico alemão que lhe deu umas gotas de marcos. Sua esperança se renovou: vou restabelecer-me e entrar numa competição. Mas, as suas esperanças foram se derrapando quando aconselharam a procurar um médico russo. Ele não aceitou, ficando com receio de tomar o remédio rublo que é, porém, semelhante a uma atadura que lhe tolhe todos os movimentos. Preferiu, então, continuar fraco a ser predominado e os seus compatriotas não poderem brincar nem os três dias de carnaval. O rublo lhes obrigaria a trabalhar durante os três dias dedicados ao Rei Momo. Mas o Brasil já está pensando em fazer transplante: retirar o

⁹ Mestranda em Educação, Culturas e Identidades/PPGECI/UFRPE/Fundaj Professora da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Recife.

¹⁰ Docente do Departamento de Ciências do Consumo/UFRPE e do PPGECI/UFRPE/Fundaj, Coordenadora do Observatório da Família/IMM.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

coração militar e colocar um coração civil". (Jesus apud Meihy, pág. 231, 2022)

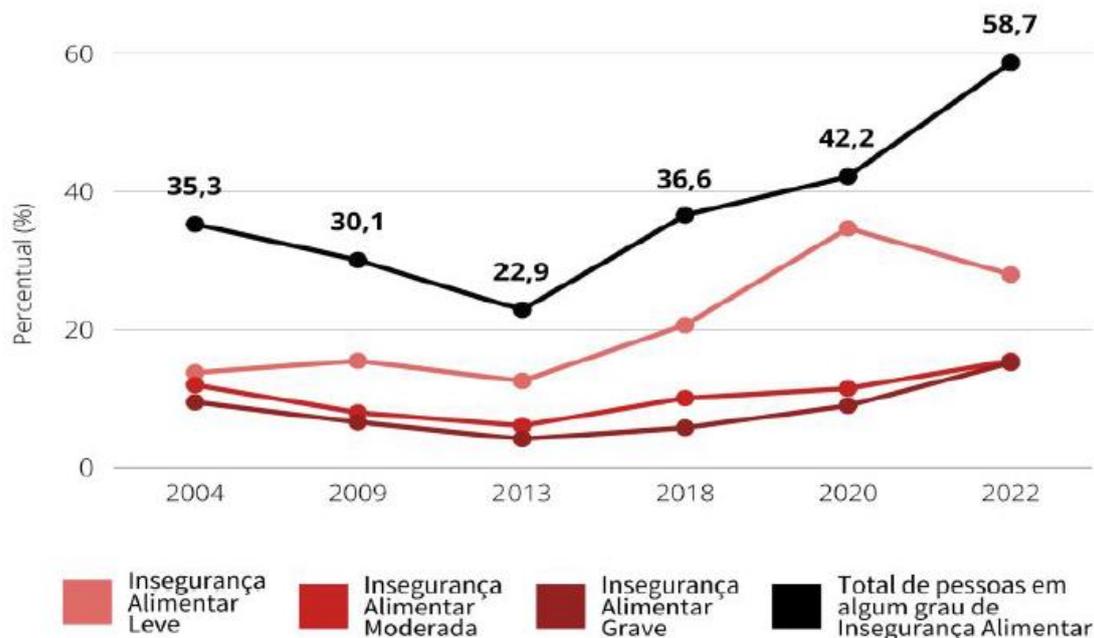
Iniciamos essa escrita a partir do pensamento de Carolina Maria de Jesus, mulher preta, pobre, periférica, mãe solo de três filhos e trabalhadora informal (catadora de papel/material reciclável), que na década de 1950, começou a escrever suas narrativas, às margens do Rio Tiête, na favela do Canindé, em São Paulo, migrante de Sacramento, em Minas Gerais, sobrevivendo assim em luta diária contra a fome, a doença e a violência. Época essa em que o Brasil vivia um debate intenso, em torno do seu desenvolvimento, ao modificar sua estrutura socioeconômica, discutindo a sequência de caminhos que o dirigiam para uma política exterior.

O tempo passou, o país “desenvolveu”, mas a realidade de quem vive na miséria não mudou muita coisa. Principalmente no período da crise global do capitalismo e seus perversos efeitos sobre a classe trabalhadora, destacando o processo de desmonte das políticas públicas sociais no Brasil (de 2016 a 2022), que compreende o golpe jurídico-parlamentar de Michel Temer (que deu início ao ciclo), o (des)governo de Jair Bolsonaro (dando continuidade), com a reforma da previdência, reforma trabalhista e cortes na educação, onde não são os setores mais atrasados, mas os setores mais avançados da burguesia brasileira que alavancam esse projeto e a Pandemia da Covid 19, causando o agravamento das diferentes crises em curso. O Brasil voltou para o mapa da fome, fazendo do relato de Carolina, uma obra atemporal, infelizmente. Conforme demonstrado no gráfico abaixo:



A fome cresce no Brasil

Porcentagem de pessoas em situação de insegurança alimentar por ano no Brasil.



Fonte: PENSSAN/IBGE. Elaboração: A Verdade.

Nessa perspectiva, com este texto, no intuito de focalizar as consequências desse processo, de desmonte de uma estrutura de proteção social e garantia de direitos, nos voltamos às mulheres. E dessas, destacamos as mães solas, por estarem entre os grupos mais vulneráveis aos efeitos da agenda ultraliberal, no (des)monte de políticas públicas, voltadas às questões de gênero, espécie de maternidade precarizada.

Neste sentido, importante destacar que esse artigo é uma espécie de tentáculo do projeto de Mestrado, em andamento, intitulado por: **Maternidades solas e o direito a infância das crianças periféricas de Recife: O que dizem essas mulheres?**, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI/UFRPE/Fundaj). Com ele, reafirmamos a atualidade e necessidade da luta das mulheres mães solas e seu caráter potencialmente revolucionário, vislumbrando o



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

florescimento de outras lutas de mulheres, na busca pela inserção na esfera pública e com o tempo, que a luta implique em que, políticas de desenvolvimento, incluam as mesmas, com suas estratégias e demandas.

Apesar de todo desmonte, advindo nesses últimos 7 anos, trazemos aqui, um destaque para o Projeto de Lei (PL) 3717/21, do Senador Carlos Eduardo de Souza Braga - Eduardo Braga - MDP/AM, que foi aprovado em votação simbólica no dia 8 de março de 2022 (Dia Internacional da Mulher), e determina prioridade para o atendimento à mães solo em diversas políticas sociais e econômicas. Segundo o projeto, elas poderão ser beneficiadas com atendimento prioritário, cotas mínimas e subsídios, assistência social, aumento da taxa de participação no mercado de trabalho, prioridade de vagas em creches e em programas habitacionais ou de regularização fundiária, entre outras medidas. A lei terá a vigência de 20 anos, ou até que a taxa de pobreza em domicílios formados por famílias monoparentais chefiadas por mulheres, seja reduzida a 20%. Destacamos porém que muitas destas indicações existentes nos textos, precisam serem incorporadas para o campo de implementação das políticas públicas.

A reflexão sobre as famílias monoparentais é bastante urgente/importante em uma sociedade como a nossa, pois sabemos o quanto o patriarcado cobra às mulheres, em razão de não conseguirem se formar ou se perpetuar, enquanto arranjo familiar nuclear, fazendo com que as mesmas, carreguem mais essa “culpa”. Conceitualmente, as famílias monoparentais, de onde se desenvolve o conceito de maternidade solo, são definidas como:

A presença de famílias compostas por um dos membros adultos e filhos, em maior proporção mães e filhos, vêm levando demógrafos e sociólogos a criarem termos para nomearem esse tipo de família. Assim, são chamadas de famílias quebradas ou reconstituídas. Estudos demográficos, no Brasil colonial, nos mostram que as famílias chefiadas por mulheres não representam, necessariamente, uma invenção da história brasileira contemporânea. (PRIORE, 2004).

Ainda nessa mesma obra de Priore, temos que:

A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprios da cultura popular. A implantação



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada, do trabalho doméstico das mulheres. Além disso, as concepções de honra e de casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava. (SOIHET, pág. 304, apud PRIORE, 2004)

No entanto, a condição das mulheres periféricas, nesse caso das mulheres mães solas latino-americanas, está inserida em um contexto de dependência, em que outros fatores como raça e classe são primordiais para a compreensão dessa realidade, fazendo inclusive, o recorte brasileiro. Assim, torna-se fundamental, para uma análise crítica radical da conjuntura que se desenha, onde se evidencie quem paga o preço mais elevado pela crise capitalista e pelo avanço do conservadorismo no mundo e no Brasil, lançar luz sobre os dramas que marcam as vidas de mulheres mães, negras, caiçaras, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, periféricas e sobretudo, nordestinas.

Essa ideia do papel da mulher na sociedade contemporânea é o reflexo de uma posição histórica que privilegia a cultura masculina em detrimento dos estereótipos femininos. A dominação do homem, perpetuada entre gerações, deu-se devido ao enraizamento das tradições religiosas no seio familiar, cujos resquícios ainda permanecem até os dias de hoje, em um modelo de sociedade ainda patriarcal.

A isso se soma a ideia de que as mulheres falhariam na característica mais definitiva do chamado homem econômico, a racionalidade. O gênero feminino seria passional demais para qualquer posto, que não colocar esses sentimentos em prol do cuidado familiar. Para as mulheres, a 'maximização de sua utilidade' estaria ligada diretamente ao bem-estar geral, não ao modelo 'egoísta' de melhores escolhas para si. (TERRA, pág. 7, 2021)

Uma evidência disso é a sobrecarga feminina motivada pela ampla jornada de trabalho, a disparidade de gênero nas relações trabalhistas, o não reconhecimento das atividades domiciliares como fonte ativa de trabalho e a desigualdade na distribuição das funções domésticas, incluindo os cuidados das pessoas em desenvolvimento. Cuidado esse que para compreendemos enquanto direito, depende, necessariamente, da oferta de um conjunto articulado de políticas públicas, sociais e econômicas, por parte do Estado, bem como sua inclusão nas legislações brasileiras.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Considerando a persistência histórica do patriarcado e do racismo como componentes estruturantes de nossa formação econômico-social, capitalista, dependente e periférica, sendo o presente artigo, representante do primeiro movimento no universo de pesquisa proposto, regido sobre uma abordagem metodológica de Metapesquisa, por se tratar da sondagem dos dados mais apropriada, pois preza para uma análise de um conjunto de escritos (artigos, dissertações, teses, livros, etc.) que resultaram de investigações de natureza teórica ou empírica, tendo como foco à análise do referencial teórico-epistemológico que a fundamentou e outros elementos relevantes, pois:

Os resultados da metapesquisa podem contribuir para a compreensão da pesquisa de determinado campo, em um contexto espaço-temporal específico. A partir dela, é possível identificar as tendências teóricoepistemológicas, as lacunas, as fragilidades e os pontos fortes das pesquisas que o envolvem (MAINARDES, 2018, p. 4).

Para isso, utilizaremos de pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, elaborada através de algumas bases digitais de pesquisa, com vistas a identificar cenários que viabilizem os efeitos da crise capitalista global, correspondente ao avanço do ultraliberalismo e do conservadorismo em território nacional e no continente latino-americano, sobre a população feminina, onde nos voltamos para o recorte do impacto da agenda ultraliberal, no (des)monte de políticas públicas, voltadas as questões de gênero, resultando em cotidianos precarizados para estas mulheres: A mulher mãe precarizada.

Como ainda não se foi a campo, nessa pesquisa em andamento, estamos em processo de apuração e levantamento de dados, através de leitura, sem as narrativas efetivas, pois as entrevistas, ainda não foram realizadas. Porém, já se tem muitos relatos “informais” sobre o contexto, por se tratar de uma pesquisa que será realizada em consonância com ambiente de trabalho de uma das pesquisadoras, o que implica necessariamente em observação participante em relação ao fenômeno proposto, sala de aula/escola, pois serão essas mães solas que terão seu cotidiano refletidos neste trabalho, ao qual, teremos um recorte de uma Escola Pública Municipal da Zona Urbana de Recife, sendo perfil das entrevistadas, traçado através de indicações de mulheres mães solas entrevistadas, com a mesma estrutura de arranjo familiar, que sejam moradoras também, da periferia dessa cidade. O principal objetivo com essa pesquisa de Mestrado é analisar/refletir sobre o direito as vivências das infâncias dessas crianças



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

que estão em contextos de arranjos familiares de maternidades solas, na periferia de Recife, na perspectiva dessas mulheres mães, auxiliando assim na promoção da igualdade e combate das formas de preconceito e discriminação, herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente.

Dentro desse panorama, concluímos este, reconhecendo que, hoje, o modelo nuclear não reina da mesma forma que há alguns anos atrás. Há fissuras na pilastra desse ideal, abrindo brechas para pensar a “normalidade” de configurações diversas. É diante da atual conjuntura, que pesquisadores e pesquisadoras, à procura de um arsenal teórico capaz de dar conta dessa complexidade, voltam seus olhares para a etnologia clássica, encontrando nas dinâmicas de parentesco uma arena de discussão mais abrangente e flexível, do que no modelo de família nuclear. O desmantelamento da infraestrutura pública e a restrição dos direitos econômicos e trabalhistas tornam a proteção e o apoio por e dentro da família uma necessidade prática e um antídoto para as incertezas e a precariedade. Reforçam as desigualdades entre as famílias e a pressão pelo provimento, na medida em que ampliam a responsabilidade das unidades familiares por saúde, educação e moradia, crescentemente mercantilizadas.

Nossa reflexão sobre a circulação de crianças em determinadas famílias brasileiras, seria apenas um exemplo desse novo olhar analítico sobre as diversas relações familiares na sociedade contemporânea. É preciso entender a urgência e pensar um contexto de sociedade, em que essa configuração familiar elencada aqui, tenha voz, vez e vitalidade, para lutar e conquistar cada vez mais espaço na democracia brasileira, pois a política não puder ser isolada das desigualdades, presentes na vida pública.

Palavras-chave: Economia do cuidado; Interseccionalidade; Maternidade solo; Políticas Sociais.

Referências Bibliográficas

BIROLI, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia. **Revista de Ciências Sociais**. Acesso em: 12 out. 2023.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.3717/2021, de 10 de março de 2022**. Dispõe sobre a prioridade da mãe solo no acesso às políticas públicas que favoreçam a formação de capital humano dela ou de seus dependentes, inclusive nas áreas de mercado de trabalho, assistência social, educação infantil, habitação e mobilidade – a nível federal, estadual, distrital ou municipal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2147095. Acesso em 14 de outubro de 2023.

CAMACAM, S.; RIBEIRO, L. de S.; PASQUALINI, J. C. Mulheres brasileiras face ao avanço do neoliberalismo e da extrema-direita. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 23, n. 42, p. 124–138, 2019. DOI: 10.23925/ls.v23i42.47441. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/47441>. Acesso em: 13 out. 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2020. 264p.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, v.23, e. 230034, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/njDMt6PjSDLjzByjpXwr4zh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

MINAYO, Cecília de Souza (organizadora); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 edição. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

PRIORE, Mary Del (org.), Bassanezi, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

SILVEIRA, Lígia Maria Freitas. A agenda de Gênero e Desenvolvimento e a Precarização do Trabalho Feminino na América Latina. **Colóquio Internacional**



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Sociedade, Espaço e Política (1.: 2021:Recife, PE) Anais do I Colóquio Internacional Sociedade, Espaço e Política: caderno de resumos, 16 a 19 de agosto de 2021/Organização por Cristina Pereira de Araújo [et al...]. - Recife, PE:FB da Silva Livros, 2021. Acesso em: 13 outubro de 2023.

TERRA, Isabela de Bittencourt. **“Economia Invisível”**: o apagamento econômico do **trabalho doméstico**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Departamento de Economia.Universidade de Brasília, 2021.

VERDADE, A. Um jornal dos trabalhadores na luta pelo Socialismo. **33,1 milhões de pessoas passam fome sob governo Bolsonaro**. 9 de junho de 2022. Disponível em: <https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Inserir-um-titulo-4.png>. Acesso em 13 de outubro de 2023.



Ondas progressista e conservadora em países da América do Sul: demandas sociais e estratégias políticas

Olas progresistas y conservadoras en los países de América del

Sur: demandas sociales y estrategias políticas

*Progressive and conservative waves in South American countries:
social demands and political strategies*

Frederico Alves Costa, UFAL¹¹

Ane Caroline Fagundes, UFAL¹²

Paulo Henrique Aldeman de Oliveira Mendonça, UFAL¹³

Resumo

Identificação do problema a ser investigado e os objetivos do trabalho No final do século XX e primeiras décadas do século XXI vivenciamos na América do Sul a ascensão de governos progressistas (onda progressista). O que contribuiu para o reconhecimento por esses governos de demandas historicamente marginalizadas como aquelas relativas aos direitos da população negra, indígena, de mulheres, de LGBTQIA+; bem como para o investimento estatal em políticas sociais de amplo alcance destinadas à redução da pobreza, as quais tiveram impacto significativo na melhoria da qualidade de vida da população (Quiroga & Castillo, 2020). Ademais, após um grande avanço do neoliberalismo nos anos 1990 na América do Sul, a ascensão daqueles governos representou a construção de discursos alternativos ao ideário neoliberal, ainda que isso não tenha implicado uma ruptura completa com este modelo (Costa & Prado,

¹¹ Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professor no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da UFAL e da UFMG

¹² Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista de Iniciação Científica (FAPEAL/CNPq) no Núcleo de Psicologia Política (UFAL).

¹³ Graduando em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista de Iniciação Científica (FAPEAL/CNPq) no Núcleo de Psicologia Política (UFAL).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

2017). A crítica ao neoliberalismo possibilitou limites ao avanço na expropriação de direitos sociais e a uma política externa que privilegiava as relações políticas e econômicas com países do “norte global” e que reforçava uma geopolítica de dependência da América do Sul. Entretanto, nos últimos anos, temos observado a emergência de uma onda conservadora através da vitória de candidatos conservadores nas eleições presidenciais ou da promoção de estratégias parlamentares como impeachment ou da investida no cargo presidencial diante da renúncia de presidentes eleitos (Quiroga & Castillo, 2020). Essa onda conservadora é caracterizada pela negação de direitos sociais historicamente conquistados, pela defesa de um ideário neoliberal e pelo privilégio de relações externas com países do “norte global” (Quiroga & Castillo, 2020).

Este trabalho é parte de uma pesquisa, financiada pelo CNPQ e pela FAPEAL que objetiva compreender a dinâmica política de países da América do Sul no contexto dessas ondas progressista e conservadora. Focalizaremos dois países nos quais ocorreram a vitória eleitoral de candidatos progressistas para a presidência da República (onda progressista), seguido de processos orquestrados pela onda conservadora que, apesar de constitucionais, configuraram-se como golpes a estes/a presidentes/a: Brasil e Bolívia.

Nesse trabalho, nosso objetivo é discutir uma questão que nos parece central no debate sobre a dinâmica política no contexto das ondas progressistas e conservadoras nesses países: as articulações políticas construídas pelas candidaturas progressistas eleitas nas primeiras décadas do século XXI e nesses governos progressistas e como elas nos ajudam a compreender os golpes e o fortalecimento da onda conservadora nos últimos anos. Os governos eleitos considerados progressistas e investigados nesse trabalho são: governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), do Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, tendo Rousseff sido retirada da presidência da República em razão de um impeachment; de Evo Morales (2006-2019), do Movimento ao Socialismo (MAS), na Bolívia, o qual renunciou após acusação de fraude nas eleições de 2019. Ambos os momentos de queda destes governos foram seguidos pela emergência de projetos políticos antagônicos ao que aqueles governos



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

representavam. **Contribuição para o evento e eixo temático** O trabalho encontra-se situado no campo da psicologia política e concentra-se no debate sobre projetos políticos que vêm sendo construídos na América Latina no século XXI. Temos compreendido estes projetos em torno da noção de ondas progressistas e conservadoras, considerando eleições presidenciais e golpes de estado na América Latina. Dessa maneira, o trabalho contribui para as discussões a serem feitas no evento sobre a geopolítica latino-americana e as disputas por modos de organização política da sociedade. O trabalho dialoga com o eixo temático “A agenda ultraliberal no Brasil e na América Latina” em razão do neoliberalismo ser um dos elementos importantes para a compreensão das ondas progressista e conservadora. Converge, sobretudo, com o debate sobre “Impasse entre democracia representativa e ascensão do fascismo”, uma vez que o centro do debate proposto é, considerando a eleição de governos progressistas a partir do início do século XXI, compreender os golpes e o fortalecimento da onda conservadora nos últimos anos, considerando desafios e ameaças à democracia. **Metodologia** A pesquisa fundamenta-se numa abordagem qualitativa e crítica em ciências sociais e humanas (Chizzotti, 2006; May, 2004) e em uma perspectiva pós-estruturalista (Mendonça & Rodrigues, 2014). A discussão realizada nesse trabalho foi baseada, metodologicamente, na construção de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa documental. Em relação à pesquisa bibliográfica, analisamos artigos científicos, selecionados através do Portal de Periódicos CAPES, que debatem a dinâmica política de cada um dos países desde o início da segunda metade do século XX. A decisão por este período temporal foi feita em razão do entendimento que a compreensão da dinâmica política das ondas progressistas e conservadoras das últimas décadas dependia de melhor conhecer as relações políticas construídas nestes países no período de Guerra Fria e de ditaduras civil-militares na América do Sul. Quanto à pesquisa documental, selecionamos documentos (estatuto, declaração de princípios, programas para as campanhas eleitorais) dos principais partidos políticos envolvidos nas disputas políticas do início do século XX até a atualidade. A pesquisa documental, em complementariedade à pesquisa bibliográfica, permitiu-nos entender as demandas que os partidos buscavam satisfazer, os antagonismos políticos e as articulações políticas construídas para satisfação daquelas



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

demandas, para a vitória eleitoral, para a manutenção e queda dos governos investigados. Em termos teóricos, a análise está fundamentada na Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau e por Chantal Mouffe (Laclau, 2013; Laclau & Mouffe, 2015; Mouffe, 2015), a qual compreende a dinâmica política a partir de uma perspectiva discursiva da realidade. O que significa que as práticas sociais são concebidas como práticas discursivas, no sentido que são construídas através de disputas simbólicas pelo modo de organização da sociedade, sendo as relações de poder e a sedimentação da ordem social não determinadas por fundamentos apriorísticos, mas estabelecidas de maneira contingente a partir daquelas disputas. Entendemos as articulações políticas construídas pelas candidaturas progressistas eleitas nas primeiras décadas do século XXI e nos governos progressistas e o fortalecimento da onda conservadora nos últimos anos, nos três países estudados, a partir de três categorias analíticas centrais propostas por Laclau e Mouffe: demanda, antagonismo e hegemonia. A primeira diz respeito às insatisfações construídas em relação à ordem social sedimentada; a segunda permite-nos apreender a construção dos discursos através de seus limites, visibilizando a que e a quem (adversários) se atribui a responsabilidade pela não satisfação das demandas; a terceira possibilita-nos entender como uma determinada ordem social se constrói, se mantém e é desconstruída nas disputas pela sua nomeação (Laclau, 2013; Laclau & Mouffe, 2015; Mouffe, 2015). **Principais resultados obtidos (ainda que parciais) e discussões** A partir da análise realizada, compreendemos que a vitória das candidaturas progressistas e a manutenção dos governos progressistas nos dois países, no período entre a ascensão ao governo e o golpe contrário ao governo, ocorreu através da construção de uma cadeia discursiva alternativa a governos que antecederam aquela vitória e a projetos políticos anteriormente defendidos pelos candidatos progressistas e/ou seus partidos políticos. Isto é, o êxito dos governos da onda progressista foi alcançado através da articulação entre demandas sociais que foram historicamente construídas de maneira antagônica, de modo que atores que anteriormente se posicionavam contrários aos políticos eleitos passaram a ser aliados dos governos construídos por eles. As tensões internas à cadeia governista foram minimizadas, durante algum tempo, pela satisfação das demandas heterogêneas presentes na cadeia. Entretanto, como a satisfação de demandas de alguns atores produzia a insatisfação de demandas de outros atores, a cadeia alternativa que havia



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

possibilitado a sedimentação dos governos progressistas foi paulatinamente construída como um limite pelos atores insatisfeitos. Tensões internas à cadeia governista e acontecimentos ocorridos no contexto desses governos possibilitaram que outras cadeias discursivas se tornassem uma superfície de inscrição para demandas sociais anteriormente articuladas na cadeia governista. Condição que possibilitou o fortalecimento de discursos contrários aos governos, incluindo discursos da onda conservadora, e o enfraquecimento desses governos. A cadeia discursiva heterogênea, que havia mantido a sedimentação dos governos progressistas ao longo de mais de uma década, tornava-se mais reduzida e, assim, mais frágil para antagonizar a onda conservadora. No Brasil, a emergência da onda conservadora ocorreu através do Impeachment de Dilma Rousseff, articulado, inclusive, por integrantes do partido político que ocupou o cargo da vice-presidência nos dois mandatos de Rousseff, o PMDB. O golpe significou a visibilidade e fortalecimento de atores políticos antagônicos ao PT e a satisfação de demandas neoliberais como alternativa política para o país, como visto através da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Teto de Gastos. A eleição de Jair Bolsonaro, dois anos após o golpe foi construída através do discurso antipetista que articulava uma pluralidade de demandas como em defesa da privatização, da militarização, anti-corrupção, anti-direitos LGBT, anti-feministas. No caso boliviano a emergência da onda conservadora aconteceu por meio da deslegitimação da candidatura e vitória de Morales, em 2019, com a oposição alegando a existência de fraude na eleição (o que também ocorreu no Brasil, em 2014), seguida: a) da renúncia de Evo Morales e do vice-presidente, sugerida, inclusive, pelo chefe das Forças Armadas; b) pela auto-proclamação de Jeanine Añez, senadora antagônica ao governo MAS, como presidenta da República, sendo referendada à época pelo Judiciário. Añez concebia o projeto plurinacional construído pelo MAS como negativo para a construção da identidade nacional, marginalizando demandas de comunidades indígenas, por exemplo. Na atualidade ambos os países são governados por políticos aliados a onda progressista. O MAS venceu as eleições posteriores ao golpe, tendo Añez se mantido no cargo por quase um ano, sendo presa, posteriormente, por golpe de Estado. O PT retornou à presidência da República por meio da construção de uma frente ampla, articulando mais uma vez demandas conflitantes, no antagonismo ao governo de Jair Bolsonaro.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Palavras-chave: América do Sul; ondas progressistas; ondas conservadoras; demandas sociais; articulações políticas.

Referências bibliográficas

Chizzotti, A. (2006). Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Editora Vozes.

Costa, F. A. & Prado, M. A. M. (2017). Artimanhas da hegemonia: obstáculos à radicalização da democracia no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 29, e152680.

Laclau, E. & Mouffe, C. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista – por uma política radical e plural*. São Paulo: Editora Intermeios.

Laclau, E. (2013). *A razão populista*. São Paulo: Três estrelas.

May, T. (Ed.). (2004). *Pesquisa social. Questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed

Mendonça, D. & Rodrigues, L. P. (2014). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso. Em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EdiPUCRS.

Mouffe, C. (2015). *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes

Quiroga, M. V. & Castillo, L. C. J. (2020). Políticas sociales y nuevos gobiernos en Argentina y Brasil: un balance a partir de los programas Asignación Universal por Hijo y Bolsa Família. *Polis*, 19 (55), 282-308.



**Extração de direitos: a mineração de sal-gema que afundou
bairros em Maceió/AL**

*Extracción de derechos: minería de sal gema que hundió barrios en
Maceió/AL*

*Extraction of rights: rock salt mining that sank neighborhoods in
Maceió/AL*

Beatriz Palmeira Melo Simões, UFPE¹⁴

Alexandra Jane de Carvalho Freitas, UFSC¹⁵

Lutemberg Francisco de Andrade Santana, IFPE/UFPE¹⁶

Primeiras impressões

O cenário é de destruição. Bairros desintegrados, ruas desertas, edificações descaracterizadas, famílias desesperadas, sonhos perdidos. O que poderia ser o roteiro de uma ficção científica-apocalíptica, tem sido a realidade em cinco dos bairros centrais da capital alagoana, localizada no Nordeste brasileiro. Dentre as múltiplas crises que uma cidade localizada na periferia do capitalismo enfrenta, Maceió tem somado à elas o fato de ter se tornado palco silenciado de um dos maiores desastres socioambientais em curso do mundo.

O show de horrores descrito foi causado pelas atividades de exploração de sal-gema promovidas pela Braskem, que se instalou em Maceió em 1975. Diante deste cenário de consensos sociais selados para manutenção do poder das classes hegemônicas, este escrito propõe a demonstração de como a atividade da referida empresa tem

¹⁴ PPG MDU, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

¹⁵ PósARQ, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

¹⁶ Instituto Federal de Pernambuco (IFPE); e PPG MDU, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



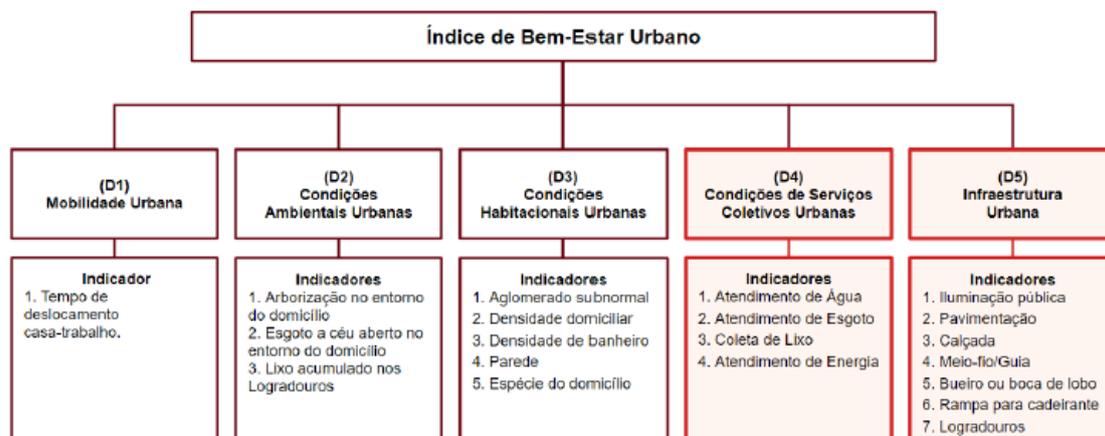
impactado na extração de direito e do acesso à infraestrutura existente nos bairros em afundamento.

Para tanto, realizamos um levantamento de dados, a nível de setor censitário, de acordo com o Censo de 2010. Com isso buscamos elaborar uma cartografia espacial dos bairros Pinheiro, Bom Parto, Mutange, Bebedouro e Farol, com o intuito de caracterizar as condições dos serviços coletivos urbanos ofertados e da infraestrutura existente na área afetada pela atividade mineradora.

Construção metodológica

A metodologia utilizada para explicar os impactos da extração de minério, que expropriou os direitos sociais da população dos bairros atingidos, está embasada no Índice de Bem Estar Urbano (IBEU) elaborado por Ribeiro e Ribeiro (2013), conforme desenhado na imagem 1. A partir do escopo do IBEU, selecionamos as dimensões Condições de Serviços Coletivos Urbanas (D4) e Infraestrutura Urbana (D5), no intuito de demonstrar espacialmente os efeitos que a extração de sal-gema gerou sobre o acesso dessa população à infraestrutura urbana.

Figura 1: Índice de Bem Estar Urbano, com destaque em vermelho para as dimensões selecionadas.

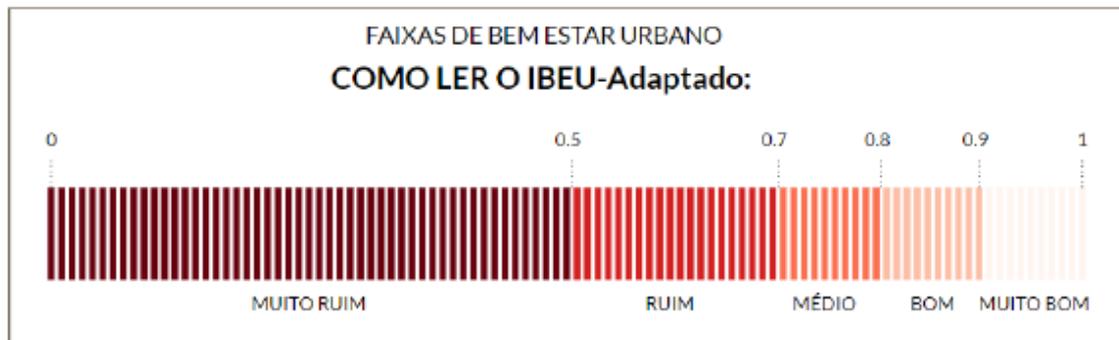


Fonte: Ribeiro & Ribeiro, 2013, adaptado.



É mister ressaltar que o IBEU é um indicador que subsidia interpretações acerca do bem estar dos indivíduos em relação ao acesso a serviços urbanos disponibilizados no território, a partir de uma escala de leitura que varia de zero a um, conforme figura 2.

Figura 2: Escala de leitura para o Índice de Bem Estar Urbano.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ribeiro & Ribeiro, 2013.

Isto posto, os resultados iniciais a seguir retratam os efeitos da mineração da Braskem nas dinâmicas urbanas tanto nos bairros elencados, quanto na abrangência total do município. Assim, essa cartografia nos auxiliará na compreensão de como a ausência de regulação do Estado sobre o capital hegemônico é prejudicial ao bem-estar coletivo. Fato esse que escancara a necessidade premente de combater o avanço da agenda ultraliberal forçada nos últimos tempos no Brasil.

Contextualização do caso e análise dos dados

Em breve contextualização, a mineradora Salgema/Braskem instalou-se em meados de 1970, a partir do consentimento do Poder Público. Sua chegada a Maceió foi um prenúncio da catástrofe que viria a acontecer posteriormente, pois o início de suas atividades foi marcado por “um processo de expropriação do solo de milhares de trabalhadoras e trabalhadores artesanais, pescadores, marisqueiros” (BISPO, 2020) na porção sul da planície costeira.

Décadas de exploração depois, no início de 2018, a população maceioense presenciou os primeiros sinais de subsidência do solo¹⁷, após um período de fortes chuvas, e sentiu a terra tremer sob seus pés devido ao abalo sísmico de 2,5 na Escala Richter. Logo após, observou-se o surgimento de rachaduras de diversas gravidades em ruas, calçadas e edificações nos cinco bairros localizados em plena área urbana central da capital (Figuras 3 e 4).

Figuras 3 e 4: Rachaduras nas vias urbanas no bairro do Pinheiro, em Maceió/AL.



Fonte: (1) Ailton Cruz para o site Gazeta de Alagoas¹⁸, 2020.

(2) Derek Gustavo para o site G1 Alagoas¹⁹, 2019.

Passados um ano e meio de análises das prováveis causas do desastre socioambiental acontecido, foi possível atrelar a responsabilidade dos abalos às atividades promovidas nos “poços de mineração de sal-gema construídos pela Braskem ao longo de 44 anos (...), [pois eles] reativaram uma falha geológica adormecida há milhões de anos, às margens da lagoa Mundaú” (DIÁRIO DO PODER, 2019, p.1). Após meses de negação e isenção de compromisso reparatório frente à população atingida, a Braskem se viu encurralada a assinar, em 2020, “um ‘termo de acordo para apoio na desocupação das

¹⁷ A subsidência é um fenômeno de rebaixamento da superfície do terreno devido a alterações ocorridas nas camadas subterrâneas, ou seja, redução do nível do terreno devido à remoção de suporte subterrâneo (CABRAL; SANTOS; PONTES FILHO, 2006).

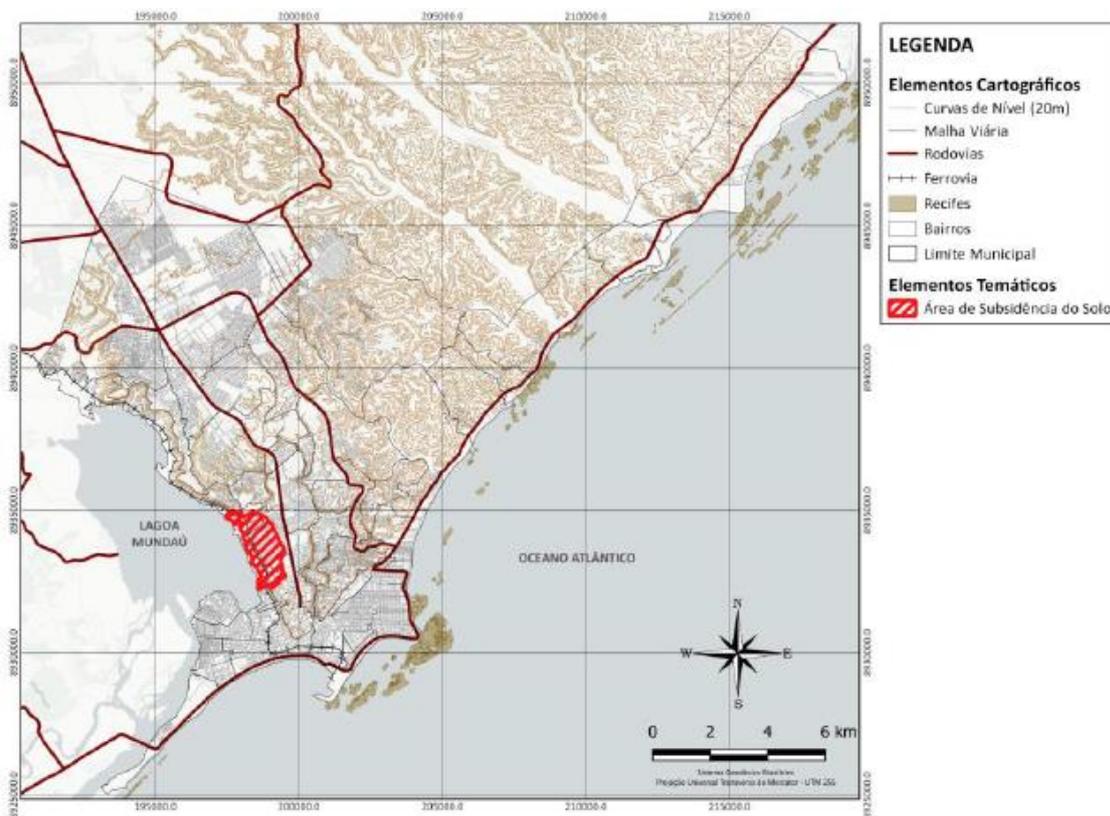
¹⁸ Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/politica/279289/cavernas-de-sal-gema-sao-maiores-que-campos-de-futebol>. Acesso em: setembro de 2023.

¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/05/16/braskem-inicia-plano-de-obras-para-reparar-ruas-afetadas-por-rachaduras-no-pinheiro.ghtml>. Acesso em: setembro de 2023.

áreas de risco', com a Procuradoria-Geral, o Ministério Público (Federal e Estadual), a Defensoria Pública (Federal e Estadual) e a Promotoria" (BISPO, 2020).

Num primeiro momento, o Termo mapeou, com fins de realocação, cerca de 4.500 imóveis (aproximadamente 17 mil moradores). Em junho de 2020 o número foi atualizado, com acréscimo de 1.918 imóveis; e em setembro do mesmo ano, mais 1.706 imóveis foram incluídos à área de realocação. Em dezembro de 2020, considerando a acelerada evolução do processo de subsidência, a Defesa Civil Municipal, junto à Defesa Civil do Brasil e com apoio da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), apresentaram a versão 4 do mapa de danos, juntamente com as linhas de ações prioritárias para a região, tendo em vista a área de monitoramento de riscos futuros de afundamento do solo (Figura 5).

Figura 5: Localização da área de subsidência do solo no território da cidade de Maceió.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da SEPLAG/ALAGOAS, 2020, e da CPRM, 2019.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Antes de analisarmos os mapas desenvolvidos, cabe nos posicionarmos alegando que o desastre socioambiental estudado tem inúmeras camadas de impactos negativos para a cidade e para cada um/a dos/as seus/suas habitantes. Por isso, não temos a pretensão de discutir, nas poucas linhas permitidas, sobre a complexidade desse crime ambiental. Aqui, apresentaremos apenas os dados colhidos nas duas dimensões selecionadas e compartilharemos os mapas dos serviços e da infraestrutura urbana, a fim de contribuir com a lista daquilo que foi extraído da população maceioense pela ação da ganância das elites do poder.

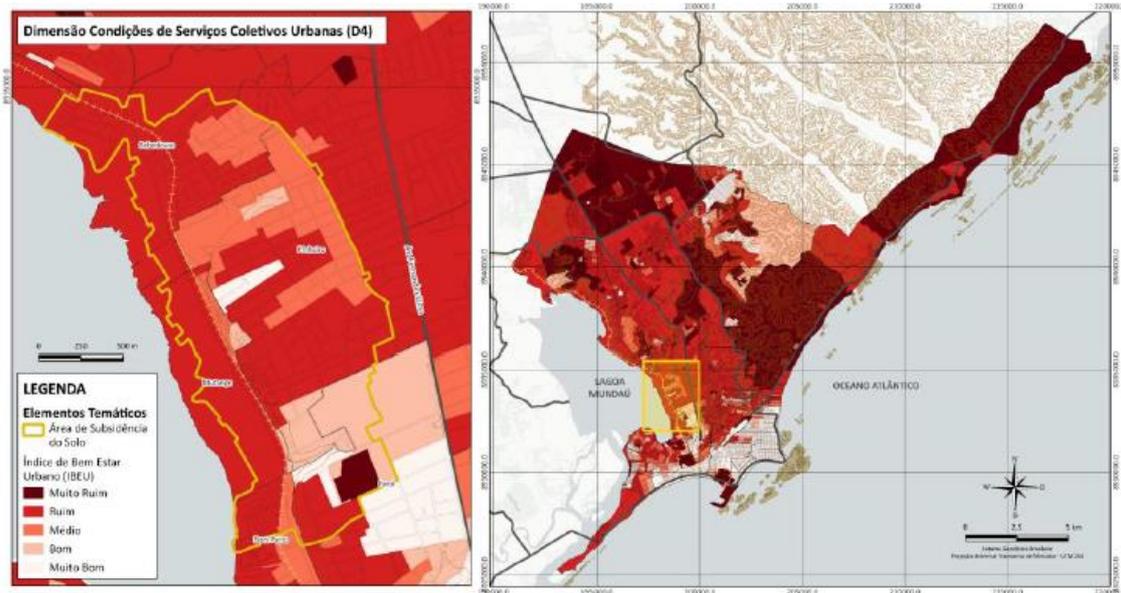
Dito isto, ao observarmos os dados da tabela 1 e sua espacialização na figura 6, é possível notar que a região afetada configura uma área central de Maceió, o que significa dizer que ela é equipada de serviços urbanos coletivos básicos, tais como: abastecimento de água, esgoto, coleta de lixo e energia. Embora alguns setores apresentem índices classificados como “médios” e “ruins” pelo IBEU, numa leitura geral, a oferta desses serviços na localidade afetada está acima da média geral do município (0,65 = “ruim”), o que significa dizer que, apesar da baixa qualidade em algumas regiões, os serviços urbanos listados eram utilizados pela população (da região e entorno) e garantiam certa qualidade de vida.

Tab. 01: Estatísticas descritivas da Dimensão Atendimento de Serviços Coletivos (D4) por Setores Censitários da em Maceió – 2010.

Escala do IBEU	Quantidade de Setores Censitários	%
Muito Bom	348	14,31
Bom	177	7,28
Médio	171	7,03
Ruim	1388	57,07
Muito Ruim	348	14,31
Total Geral	2.432	100,00

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010.

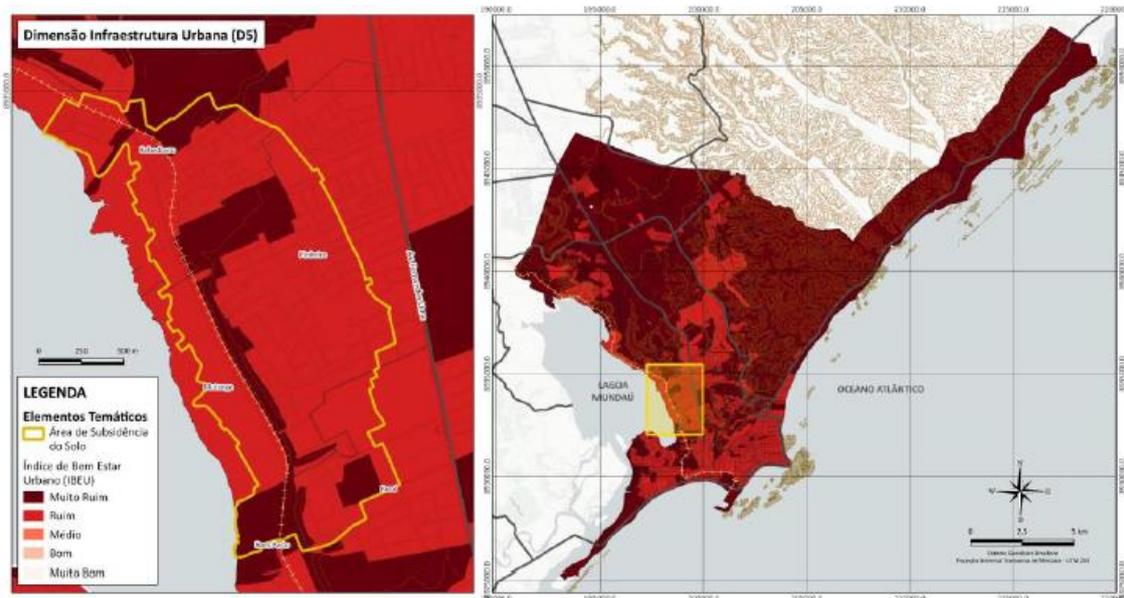
Figura 6: Espacialização da Dimensão 04 - Condições de Serviços Coletivos Urbanos.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados vetoriais do município de Maceió (SEPLAG/ALAGOAS, 2020).

No que tange à infraestrutura da região em análise (figura 7), cabe ressaltar que apesar de sua baixa qualidade predominante, é possível observar a existência dos aspectos levantados na dimensão em questão, como: iluminação pública, pavimentação, calçadas, meio-fio, bueiro, rampa para cadeirantes e identificação dos logradouros. Deste modo, apesar da maior parte da área estudada sinalizar resultados classificados como “ruim”, ao considerarmos as estatísticas descritivas gerais do município, o recorte analisado também se encontra acima da média geral (0,39 = “muito ruim”). O que nos permite inferir que havia contribuição dessa infraestrutura urbana existente no cotidiano das cidadãs e cidadãos.

Figura 7: Espacialização da Dimensão 05 - Infraestrutura Urbana.



FONTE: Elaborado pelos autores a partir dos dados vetoriais do município de Maceió (SEPLAG/ALAGOAS, 2020).

Tab. 02: Estatísticas descritivas da Dimensão Infraestrutura Urbana (D5) por Setores Censitários em Maceió – 2010.

Escala do IBEU	Quantidade de Setores Censitários	%
Muito Bom	-	-
Bom	-	-
Médio	-	-
Ruim	832	34,21
Muito Ruim	1600	65,79
Total Geral	2.432	100,00

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010

Em adição, cabe destacar que os bairros da área em afundamento, por serem centrais para a cidade, eram beneficiados em termos de mobilidade e acessos, sendo atravessados por um dos principais eixos viários de escoamento de Maceió e próximo a outro (Av. Fernandes Lima). Significa ainda que, por ser uma centralidade, abrigava

em si inúmeros equipamentos públicos que sustentavam o atendimento de centenas de cidadãos e cidadãs, o que impactava direta e diariamente em sua qualidade de vida.

Por fim, como observamos na figura 8, após cinco anos dos primeiros abalos, temos, dentre os múltiplos impactos, uma área central da cidade completamente esvaziada, os patrimônios material e imaterial da cidade e do seu povo destroçados, mobilidade e conexões urbanas comprometidas, equipamentos e serviços públicos desativados, cerca de 14,3 mil imóveis desocupados (BRASKEM, 2023) e aproximadamente 150 mil indivíduos afetados direta e indiretamente (FRAGOSO et al., 2022) pela exploração promovida pela Braskem e cancelada pela ausência de ação em prol do bem comum dos órgãos reguladores.

Figura 8: Vista aérea da situação atual da área desocupada em Maceió/AL.



FONTE: Ailton Cruz para o site Observatório da Mineração²⁰, 2021.

²⁰ Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/crime-socioambiental-transformado-em-lucro-imobiliario-o-caso-da-braskem-em-maceio/>. Acessado em: setembro de 2023.



Considerações preliminares

Em posse das cartografias e das análises apresentadas para a leitura dos territórios em subsidência de Maceió, foi possível tecer os primeiros apontamentos sobre a área afetada. Deste modo, tendo ciência das diversas esferas e dimensões não mencionadas neste escrito, buscamos fomentar um debate inicial sobre as externalidades negativas geradas pela exploração e expropriação desses recursos naturais promovidas pela Braskem.

Deste modo, como podemos perceber nos recortes propostos, a aplicação das duas dimensões selecionadas do IBEU nos permitiu cartografar, em termos de médias gerais, a espacialização dos serviços coletivos e da infraestrutura urbana nos bairros atingidos. Apesar do cenário se comprovar abaixo do aceitável para uma boa qualidade de vida na maioria dos setores censitários, o mapeamento demonstra a presença das variáveis analisadas e o impacto da atividade da mineradora na extração de direito e do acesso à infraestrutura existente nos bairros em afundamento.

Outrossim, é necessário destacar igualmente que o cenário atual da área afetada é consequência da inércia da ação do Poder Público frente à essa crise ambiental produzida. Essa afirmação se confirma quando escancara-se que a prevalência dos interesses dominantes e privados foi consentido pelo Estado em detrimento do bem estar coletivo da população maceioense.

Palavras-chave: subsidência do solo; desastre socioambiental; Maceió/AL.

Referências Bibliográficas

BISPO, Artur. **A natureza destrutiva da Braskem em Maceió**. 2020. Disponível em: <http://arturbispo.com/2020/07/16/a-natureza-destrutiva-da-braskem-em-maceio/#page-content>. Acesso em: 02.03.23.

BRASKEM. **Balanco: Programa de Compensação Financeira e apoio à realocação**. 2023. Disponível em: 2023 <https://www.braskem.com/balancopcf>. Acesso em: 07.03.23.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

CABRAL, Jaime Joaquim da Silva Pereira; SANTOS, Sylvana Melo dos; PONTES FILHO, Ivaldo Dário da Silva. Bombeamento Intensivo de Água Subterrânea e Riscos de Subsidência do Solo. **RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 147–157, 2006.

CPRM, SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL)**. Volume II - RELATÓRIOS TÉCNICOS: Aspectos Geomorfológicos e do Histórico de Ocupação do Bairro. Rio de Janeiro: CPRM, 2019

DIÁRIO DO PODER. **Mineração da Braskem causou tremor e afundamento em três bairros, em Maceió**. 2019. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/mineracao-da-braskem-causou-tremor-e-afundamento-em-tres-bairros-em-maceio/>

FRAGOSO, Elias (Org.). **Rasgando a cortina de silêncios: o lado B da exploração do sal-gema de Maceió**. Maceió: Editora Instituto Alagoas, 2022.

SANTOS, Caroline Gonçalves dos; ALCIDES, Melissa Mota. Entre riscos: o futuro dos refugiados ambientais atingidos pela mineração de sal-gema. **Oculum Ensaios**, [s. l.], v. 19, p. 1–25, 2022.



Informalidade e trabalho: a gestão de resíduos sólidos em São Gonçalo do Amarante/RN

*Informalidad y trabajo: gestión de residuos sólidos en São Gonçalo
do Amarante/RN*

*Informality and work: solid waste management in São Gonçalo do
Amarante/RN*

José Francisco Passos Neto, UFRN²¹

Karolayne Kesia Moura da Silva, UFRN²²

Fábio Fonseca Figueiredo, UFRN²³

Itemização

Esta pesquisa investiga como as relações de trabalho são impactadas, no que se refere a atividade de coleta seletiva, pelo regime econômico em vigor. Buscamos entender como o atual estágio do capitalismo, em seu formato neoliberal, aprofunda as dinâmicas de trabalho informal, contrariando o que prevê a lei 12.305/2010 (PNRS) em relação à inclusão social e emancipação econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Em razão disso, identificamos os atores sociais que desempenham, de maneira informal, o ofício de coleta de resíduos sólidos urbanos no Município de São Gonçalo do Amarante/RN. O presente trabalho fomenta a discussão a respeito do papel da esfera pública e de como a atividade remunerada se apresenta para aqueles que realizam serviços de coleta seletiva, além de ensejar a discussão sobre o bem-estar social dos atores envolvidos. A metodologia adotada se deu através de observação exploratória, no qual foi possível perceber qualitativamente que tais profissionais estão desvinculados do processo produtivo, conforme Figueiredo (2010), exercendo um tipo

²¹ Mestrando em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR-UFRN).

²² Mestranda em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR-UFRN).

²³ Professor Doutor em pensamento geográfico e organização do território; Professor do Programa de pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da UFRN.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

de trabalho que está ao largo da lógica do capital. Ou seja, ao mesmo tempo que contribuem ativamente para a gestão eficiente dos resíduos, com os serviços ambientais prestados, também realizam importantes contribuições no que se refere aos impactos humanos no meio ambiente, visto que, conforme IPCC (2023), a emergência climática é um problema global de resoluções locais. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas no sentido de compreender as dinâmicas dos atores sociais envolvidos, na medida em que, conforme Norbert Elias (2000), as lógicas de percepção e apreensão das formas de poder constituídas são distintas a depender do sujeito social envolvido. Também realizamos uma análise documental, fazendo uso da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (2010) e do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS) de São Gonçalo do Amarante/RN (2016), de modo a compreender o que dizem essas normativas a respeito do trabalho dos catadores. Com isso, foi possível elucidar avanços e retrocessos desde a efetivação de tais documentos, e problematizar perspectivas futuras. Esta análise evidenciou que, no que se refere às estratégias estipuladas pelo PMGIRS de São Gonçalo do Amarante para a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, bem como para sua capacitação e inclusão em iniciativas para integração e articulação das políticas e ações a estes direcionadas, encontra-se, atualmente, grandes lacunas referentes à gestão. Visualiza-se que a falta de implementação de tais estratégias, presentes na PNRS e no PMGIRS, decorre das dinâmicas de precarização das relações de trabalho, fator fulcral do desenvolvimento econômico neoliberal (Harvey, 1980). O trabalho informal desses catadores, vinculado a ausência de organização em associações e cooperativas, recrudescer desigualdades tanto do ponto de vista da organização social quanto de melhores condições de trabalho e possibilidades de reivindicações de suas demandas, visto que, como a relação de trabalho se encontra individualizada e desorganizada do ponto de vista legal, não se consegue responsabilizar infrações de direitos trabalhistas. Sendo assim, incube ao poder público promover e incentivar a organização desses catadores informais em cooperativas, contemplando assim o que ficou definido no plano municipal quanto a inclusão social e econômica, além de promover o bem-estar social daqueles que desempenham importante papel na gestão eficiente de resíduos no Município. Alves et al. (2019) trazem que a organização de catadores para a coleta seletiva reduz a demanda por aterros sanitários e atende ao princípio constitucional da



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

dignidade humana, em que a população catadora tenha “direito ao trabalho digno, organizado e reconhecido”. Na periferia do capitalismo, tal dinâmica se afigura ainda mais contraditória, haja visto que os acordos globais a respeito do problema da emergência climática preveem que todas as nações devem reduzir as emissões de gases poluentes na atmosfera, implicando também em uma preocupação com os resíduos sólidos descartados no meio urbano não somente como um fator social ou de saúde pública, mas também como via de contaminação atmosférica pelos gases emitidos em seu processo de decomposição. O Plano Nacional sobre Mudança do Clima (2008), contempla a responsabilidade do poder público municipal nas questões das mudanças climáticas; nesse sentido, a gestão de resíduos com foco na reciclagem é um importante avanço para o desenvolvimento de cidades sustentáveis, o que, conforme Meireles (2023), passa por uma reformulação da infraestrutura dos municípios com vistas ao planejamento, projeto e gerenciamento (Meireles, 2023). Nessa perspectiva, é fundamental destacar o papel do catador enquanto agente ativo nesse processo, em que sua função social não se restringe ao ato de coletar materiais inutilizados, mas de operar uma mudança sistêmica na lógica hegemônica de descarte, qual seja, o imperativo de produção e descarte de resíduos acriticamente, paradigma confortável à lógica do capital. A remuneração adicional pelo serviço ambiental prestado coaduna com a lógica de produção de cidades mais resilientes e sustentáveis, que busca antever os problemas ambientais sem desconsiderar o bem-estar social almejado. Para estudar os catadores, trata-se de importante contribuição delinear a respeito da categoria “excluídos”, tendo o devido critério para não esvaziar o termo de sentido, conforme ensina Silveira (2019) em sua tese sobre os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. A autora explica a importância dessa categoria nas ciências sociais, e no que se refere ao trabalho da catação de resíduos, esses profissionais se encontram excluídos e estigmatizados social e economicamente. A categoria dos catadores trata-se de sujeitos “excluídos” pois “são indivíduos sem inserção formal no mundo do trabalho” (Silveira, 2019, p. 82) e “estigmatizados” porque se encontram em “um dos aspectos que distancia os indivíduos do alcance dessa condição de incluído” (Silveira, 2019, p. 87). E, dessa maneira, compreendemos a situação desse tipo de trabalho no que Bosi (2008) aponta como uma informalidade resultante da lógica de acumulação do capital. Essa categoria de trabalhadores, ainda segundo o autor, estão



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

“subordinados, integrados e requeridos” pelo processo de acumulação de capital. “O trabalho dos catadores traz, como força produtiva, a marca das relações capitalistas de produção” (Bosi, 2008, p. 113). No que diz respeito ao contexto do município de São Gonçalo do Amarante, observa-se a desarticulação quanto à formação de associações, a falta de campanhas de educação - por parte do poder municipal - a respeito da melhor forma da população gerir e destinar seus resíduos, e a falta de fomento para a realização da atividade dentro do município. Do ponto de vista dos catadores, observou-se dois grupos bem definidos, aqueles que por conta própria fazem a coleta em residências já pré-estabelecidas, visto que antecipam, num contato anterior, quais domicílios se preocupam com a divisão dos materiais recicláveis; e outro grupo que coleta os materiais de maior valor agregado, ou seja, não tem compromisso em catar todos os resíduos, mas selecionar apenas os que forem mais rentáveis. Tais dinâmicas decorrem da falta de regulamentação, da informalidade e, portanto, da incapacidade de formar uma classe de trabalhadores engajados numa perspectiva ambiental mais ampla, afinal de contas, submetidos à lógica de precarização do trabalho próprio da flexibilização das relações de trabalho neoliberal, o que está em causa, em essência, é a própria subsistência desses sujeitos. Existe a falta de uma maior conscientização sobre a destinação de resíduos por parte da população que, por sua vez, não o maneja e destina de modo adequado. Ao visualizar essas relações, compreendemos a complexidade da questão. Do ponto de vista macro, a relação não se insere apenas numa lógica de precarização do trabalho, mas em dimensões que vão para além deste. Como supracitado, estigmatizados socialmente, excluídos do regime produtivo e, evidentemente, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a catação transforma-se numa forma de geração de renda possível para muitos sujeitos. Observamos a formação de redes entre os catadores e alguns domicílios residenciais, de modo a facilitar a separação dos resíduos e, com isso, dinamizar essa coleta. Também percebemos que famílias inteiras se engajam na atividade da catação, por sua renda principal decorrer daí. No PMGIRS de São Gonçalo do Amarante/RN constam algumas dificuldades no que se refere à coleta, citando a “falta de coleta seletiva na área urbana e rural, assim como a inexistência de programas de coleta de resíduos de logística reversa obrigatória” (PMGIRS, 2015, p. 125), e lacunas no que diz respeito a campanhas de conscientização e educação sobre a gestão de resíduos, além da problemática das



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

empresas e poder público tornarem rentável a atividade de coleta, posto que, conforme o Plano, é inviável o percurso percorrido em face da baixa quantidade de coleta, em determinadas regiões do município. Sendo assim, do ponto de vista do Plano, há uma defesa da iniciativa privada e do poder municipal – por justificativas de ordem econômica. O Estado, na figura do poder municipal que deveria fornecer subsídios para que todas as regiões sejam contempladas com o serviço de coleta, não incubindo, portanto, ao Plano, justificar tal lacuna encontrada, mas diagnosticar o problema; nessa perspectiva, muitos são os desafios encontrados. Por outro lado, a existência da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do Plano Municipal de São Gonçalo do Amarante/RN é de suma importância, pois, de maneira geral, vão no esforço de regulamentar a profissão. Entretanto, as condições práticas do trabalho de coleta em São Gonçalo do Amarante/RN ainda se encontra na marginalidade – do ponto de vista legal - e seu campo de atuação não dá conta de abarcar todas as áreas do município, limitando a prática do que ficou disposto no PMGIRS, e deixando de lado a necessidade de um olhar atento às esferas na busca da sustentabilidade: ambiental, social e econômica.

Palavras-chave: catadores; resíduos; São Gonçalo do Amarante/RN.

Referências Bibliográficas

ALVES, D.; PINTO, A. E. M.; SILVA, J. A. F. Coleta Seletiva Solidária e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos Municípios do interior fluminense: o papel do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v.8, n.1, p.216-247, jan/mar, 2019. DOI:10.19177/rgsa.v8e12019216-247. Acesso em: 04 out. 2023.

BOSI, A. de P. A organização capitalista do trabalho “informal”: O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23. n. 67, p.101, jun. 2008. BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 04 out. 2023.

FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. **Aspectos socioeconômicos, ambientais e políticos da gestão oficial dos resíduos sólidos de Natal/Brasil, a partir de 2003**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2010. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Barcelona, 252p, [mimeo].



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: **Hucitec**, 1980. 291p.
IPCC (2023). Climate Change 2023: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. **Cambridge University Press**. Disponível em: https://report.ipcc.ch/ar6wg1/pdf/IPCC_AR6_WG1_SPM.pdf. Acesso em: 04 out. 2023.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)**. 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/politicanacional-sobre-mudanca-do-clima/plano-nacionalsobre-mudanca-do-clima>. Acesso em: 04 out. 2023.

MEIRELES, J. F. O planejamento urbano na Gestão de Resíduos Sólidos e Mudanças Climáticas. **Pleidade**, 17(38): 05-12, Jan.-Mar., 2023. DOI: 10.32915/pleiade.v17i38.901. Acesso em: 04 out. 2023.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: **Jorge Zahar Editor**, 2000.

PMSGGA, **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. 2016. Disponível em: <https://saogoncalo.rn.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/pmgirs.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

SILVEIRA, Raquel Maria da Costa. **Os caminhos da inclusão social à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos: um olhar sobre a categoria dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis**. 2019. 343f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.



Violência colonial, o progresso minerador na atualidade e o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG: o caso de Bento Rodrigues.

Violencia colonial, progreso minero hoy y el colapso de la Presa de Fundão en Mariana/MG: el caso de Bento Rodrigues.

Colonial violence, mining progress today and the collapse of the Fundão Dam in Mariana/MG: the case of Bento Rodrigues.

Monique Sanches Marques, UFOP²⁴

Estefania Momm, USP; UFOP²⁵

A mineração e o sistema-mundo capitalista moderno colonial.

No fim dos anos 80, em meio a crise da chamada década perdida, o neoliberalismo se proliferou de modo abrangente no cenário mundial de modo a classificar o ressurgimento do liberalismo como ideologia predominante na política e na economia internacional. Nesse contexto, Svampa (2019), considera que o extrativismo consolidou-se em solo latino americano como atividade fundamental para o desenvolvimento econômico. Diante do capital mundializado, da exploração e exportação em larga escala de bens primários, do crescimento econômico e da expansão do consumo estrutura-se o neoextrativismo. Dentre as diversas formas de exploração estruturadas pelo extrativismo, tem-se a exploração mineral como “certidão de batismo no sistema-mundo capitalista moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2020, p.10). A começar pelo ouro e pela prata, até a extração do minério de ferro, os recursos minerais do Sul Global são exaustivamente explorados em nome do capital europeu, norte-americano e chinês. No

²⁴ Doutora em Urbanismo; Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto.

²⁵ Doutoranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Professora Substituta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

sistema econômico capitalista marcado pelas práticas neoextrativistas, com recorte na indústria extrativo-minerária, o minério é recurso e capital e, nesse sentido, o território é capital. Nessa conjuntura, vidas concretas que ocupam áreas mineradas são confrontadas, através de uma luta assimétrica de poderes pelo capital transnacional. Assim, surgem as novas lógicas de expulsão dessas comunidades, uma vez que seus cotidianos, suas terras, casas e subjetividades são colocados como propriedade do mercado global. Com recorte na indústria extrativo-minerária, o neoextrativismo aprofundou a níveis extremos a exploração de minério em territórios singulares em nome do capital transnacional. Nessa conjuntura, tem-se o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana.

A comunidade de Bento Rodrigues atingida pelo rompimento de Fundão: linguagem, tempo e violação de direitos.

Figura 1. Bento Rodrigues antes do rompimento da Barragem de Fundão.



Fonte: extraído de <https://exame.com/brasil/tres-anos-depois-moradores-ainda-esperam-indenizacao-em-mariana/>. Acesso em: 10 de out. 2023.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

No dia 05 de novembro de 2015 a barragem de rejeitos de minérios de Fundão, de propriedade da Samarco S.A. (Vale S.A. e BHP Billiton), se rompeu causando a expulsão de inúmeras populações ao longo da Bacia do Rio Doce assim como vem provocando danos sócio-espaciais e ambientais, envolvendo questões relacionadas à perda de territorialidades, de modos de vida, transformações econômicas e sociais, alterações na saúde mental e física dessas comunidades. O desastre-crime da Samarco/Vale/BHP deslocou forçadamente centenas de pessoas, atingiu comunidades indígenas, ribeirinhos, pescadores, quilombolas e causa danos ambientais na Bacia do Rio Doce que afetarão diversas gerações além de danos imateriais incalculáveis. Num contexto de racismo ambiental quanto a identificação dos grupos atingidos, o subdistrito de Bento Rodrigues, localizado em Santa Rita Durão, distrito Mariana/MG e com população estimada em 600 habitantes, foi a primeira comunidade a ser atingida meia hora após o rompimento e a mais afetada pelos rejeitos de minério de ferro, distando o subdistrito cerca de 6 quilômetros da barragem de Fundão. No momento em que as populações atingidas pelo desastre têm seus modos de vida abruptamente interrompidos, seu território devastado, determina-se uma desterritorialização imposta através do reassentamento involuntário como a alternativa para restituir o direito à moradia. O processo de criação de um projeto urbanístico e arquitetônico para o reassentamento das comunidades atingidas no caso de Bento Rodrigues, envolve a comunidade local; a Cáritas MG, enquanto assessoria técnica dos atingidos/as; o Ministério Público MG e a Fundação Renova, além de outras instituições. A Fundação Renova é legalmente responsável por desenvolver e apresentar, acompanhado de consulta pública os projetos necessários ao reassentamento. A partir do acompanhamento do processo junto às comunidades atingidas e seus meios de comunicação e junto a Assessoria Técnica da Cáritas, é já consolidado que as ações da Fundação Renova são marcadas pelas frequentes violações de direitos, ações unilaterais pseudo participativas,, aprovação de propostas incoerentes com o desejo das famílias, descumprindo de acordos já homologados ocultação de informações, entre outros aspectos que contribuem para a morosidade dos processos de ressarcimentos. As empresas utilizam a linguagem e o tempo como aliada na constante violação de direitos. Os termos técnicos utilizados pelos diferentes grupos que atuam no contexto do desastre são um empecilho a comunicação e a efetiva participação dos atingidos/as

nos processos de decisão. O abuso aos direitos de informação e comunicação têm como consequência o desgaste das comunidades afetadas e a aprovação de propostas sem que as comunidades atingidas as conheçam de fato nos tempos dos termos da reparação.

Contra narrativas e produção de tecnologia social.

Figura 2: Reassentamento involuntário do Novo Bento.



Fonte: extraído de: <https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/bento-rodrigues/>. Acesso em 14 de out. 2023.

No caso de Bento Rodrigues, foi de interesse e reivindicação dos atingidos/as que a elaboração do projeto urbanístico e arquitetônico das moradias procurasse reproduzir da melhor forma possível as características do subdistrito afetado, na tentativa de garantir a reprodução dos modos de vida associados ao seu antigo território, o que inclui áreas de plantio, áreas para criação de animais, segurança hídrica, manutenção das relações de vizinhança e aspectos subjetivos de cada núcleo familiar. Nossas pesquisas iniciadas em 2019, visam contribuir com os nossos estudos sobre territórios minerados e colaborar com as populações atingidas por rompimento de barragens. Quanto aos objetivos específicos buscamos produzir junto a comunidade atingida tecnologia social,



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

o desenho da informação de modo a dar visibilidade e comunicar as questões que dizem respeito a declividade dos lotes no reassentamento, aos riscos ambientais, diversas zonas “*non aedificandi*” [não edificante], áreas de talvegues, pouca aptidão para o cultivo, perda de vizinhança rompendo laços familiares e sociais, informações sobre o déficit das áreas dos lotes no reassentamento em relação as áreas no Bento de origem, perdas dos quintais, dentre outros aspectos julgados de interesse dos(as) atingidos(as) e que são relevantes nos processos de reparação, compensação ou mesmo pecúnia. A metodologia utilizada são leituras específicas, trabalho de campo, análise e mensuração das áreas e declividades, produção de material gráfico e divulgação em uma linguagem de fácil compreensão.

(...) Se na Origem cabia tudo, porque que no reassentamento não cabe? quem vai morar é eu, quem sabe o que é melhor, quem sabe que vai ser melhor pra mim é eu. Se vocês fizer um quarto desse eu tenho certeza que eu não vou conseguir morar dentro dele”... não é todo lugar que eu consigo ficar sabe?. aí, as vezes eu entro em umas casas no reassentamento.... aquele trem baixo, aquele trem...apertado... eu.... Misericórdia! Como que....e aí eu fico pensando: “gente, como que vai ser eu morar num lugar desse?”. (Entrevista de atingida de Bento Rodrigues realizada em 02 de dezembro de 2022).

As atividades dessa pesquisa são desenvolvidas a partir de demandas reais dos/as atingidos/as que nos chegam da Assessoria técnica responsável pela defesa dos direitos das populações impactadas. Além das frentes de pesquisa supracitadas estamos trabalhando acerca do tema da moradia digna uma vez que começam a ser entregues aos atingidos/as as primeiras casas concluídas no reassentamento. Ao longo das visitas dos/as moradores/as acompanhados de assessores técnicos da Cáritas às suas obras no reassentamento vem sendo identificados recorrentes problemas nas construções dessas moradias. Problemas associados ao déficit de áreas das residências, dimensionamentos dos espaços, problemas estruturais, patologias das construções como trincas e infiltrações, instabilidade dos terrenos e das casas, ausência ou inadequação das benfeitorias tais como galinheiros, paiol, fornos e o mais grave, a ausência ou inadequação dos quintais dada as enormes declividades dos terrenos. São elaboradas atas destas visitas onde ficam registradas as observações e demandas dos integrantes dos núcleos familiares e dos técnicos da assessoria das pessoas atingidas, mas essas reparações não são executadas pela Fundação Renova. Buscamos elaborar pareceres técnicos que contenham registros das indicações realizadas pelos/as



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

atingidos/as e assessoria técnica sobre aspectos das construções das moradias. Tais pareceres técnicos buscam funcionar como contra-laudos e instrumentos de luta possíveis frente a assimetria de poderes da reparação. Os pontos mais relevantes da metodologia desta pesquisa dizem respeito as reuniões com a assessoria técnica e com a Comissão dos atingidos para identificação das moradias que estão com os problemas que demandam elaboração de pareceres técnicos individualizados assim como um material coletivo a partir dos casos abordados. Pelas pesquisas que desenvolvemos junto aos atingidos na luta por seus direitos passando pela produção de contra narrativas é que acreditamos que este trabalho se aproxime com a abordagem do evento, que tem como tema *'Entre ruas, redes e plataformas... o lugar da comunicação na geopolítica da América Latina'*, e, mais especificamente com o eixo *'A agenda ultraliberal no Brasil e na América Latina'*

Considerações parciais

Além da inadequação do reassentamento aos modos e projetos de vida dos atingidos/as soma-se o receio desses/as moradores/as com o custo de manutenção dessas casas, o pagamento do IPTU, pois agora trata-se de uma área urbana, a perda de créditos para áreas rurais, a imagem condominial do reassentamento e a provável gentrificação decorrente desses problemas. Mariana passa por um intenso processo de financeirização urbana provavelmente causada pela vinda de funcionários de fora da cidade para trabalhar na Samarco em função da retomada das suas atividades.

Alguns/mas dos/as atingidos/as de Bento Rodrigues pensam em voltar para a área de origem e lá reconstruirm suas casas num ato de resistência e por não se verem reparados/as nas modalidades de reassentamento propostas, mas além do território configurar como um lugar de "Dam Break"²⁶ este encontra-se cada vez mais cercado pela mineração uma vez que este subsolo é de grande interesse para o extrativismo do minério de ferro na região. Para Christian Dunker et al (2021, p.13) "controlar a gramática do sofrimento é um dos eixos fundamentais do poder". À comunidade atingida

²⁶ O estudo que avalia os potenciais impactos da ruptura de uma barragem recebe o nome de "Dam Break".



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

cabe a luta e ao mesmo tempo o luto. “O luto trata-se de um processo individual e solitário, mas também coletivo e modelo para o trabalho de criação”. (DUNKER, 2023, n.p.)

Palavras-chave: Territórios minerados, Rompimento da Barragem de Fundão, Subdistrito de Bento Rodrigues/Mariana, Reassentamento involuntário, Tecnologia Social.

Referências Bibliográficas

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A desordem do progresso. In: ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Lutos finitos e infinitos**. 1 ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SAFATLE, Vladimir. JUNIOR, Nelson da Silva Junior. DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SVAMPA, MARISTELLA. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.



(Contra)narrativas sobre o risco nas cidades brasileiras: o caso de Ouro Preto, em Minas Gerais

Contranarrativas sobre el riesgo en ciudades brasileñas: el caso de

Ouro Preto, en Minas Gerais

Counter-narratives about risk in Brazilian cities: the case of Ouro

Preto, in Minas Gerais

Rodrigo Nogueira, UFOP²⁷

Pensar as cidades sob uma perspectiva

Promovido por lideranças indígenas, mais especificamente lideranças do Equador e Bolívia, a filosofia do “bem viver”, “buen vivir” e “vivir bien” – termos usados no Brasil (origem Guarani), Equador (origem Aymarà) e Bolívia (origem Quéchua), respectivamente – está cada vez mais presente nos debates em torno da produção socioespacial latino-americana e podem ser traduzidos como vida digna, plena, em comunhão com a natureza (ACOSTA, 2016; MIGNOLO, 2017). Na Filosofia Andina não existe uma palavra para definir uma unidade da matéria, pois “para eles, tudo é relação e relação de relação” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 10-11), e por isso, não existe definição de natureza, já que significaria separá-la da humanidade. No mesmo sentido, na Filosofia Africana, a palavra “ubuntu”, de origem Bantu, não separa um ser humano do outro e da natureza, tudo é relação, baseado em relações comunais de harmonia e respeito (LOUW, 2001). Assim, as reflexões levantadas pelo “bem viver”, “buen vivir”, “vivir bien” ou “ubuntu” estão relacionadas a filosofias ameríndias e africanas baseadas em princípios de autonomia, comunalidade, direitos da natureza e autogestão. No entanto, a modernidade insere uma outra lógica na relação entre seres humanos e natureza, uma vez que o projeto de Modernidade teve uma pauta oculta: a colonialidade

²⁷ Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

(MIGNOLO, 2017). O ponto central do sistema de relações de poder e dominação se baseia na Matriz Colonial de Poder (MCP), desenvolvida pelo projeto moderno-colonial, um sistema de dominação que relaciona diversos aspectos e está presente tanto entre os Estados europeus, como entre os Estados coloniais e os povos colonizados e explorados (africanos e indígenas). Até o advento da modernidade, as relações de trabalho entre os homens e dos homens com a natureza se estabeleciam segundo a necessidade de manutenção da vida. A partir de então, a MCP se estrutura sob relações hierarquizadas de domínio e poder “fundamento racial e patriarcal do conhecimento (a enunciação na qual a ordem mundial é legitimada)” (MIGNOLO, 2017, p. 5). Assim, a estrutura hierárquica encontrada na MCP faz parte de um projeto moderno-colonial, implantado na América Latina a partir do século XV, quando se inaugura um "sistema-mundo" aliado ao desenvolvimento do capitalismo e marcado pela exploração da natureza, modelo que perdura até à atualidade (DUSSEL, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2012; ARÁOZ, 2020; WALLERSTEIN, 2020). Neste “sistema-mundo”, os que detêm o poder de dominação são os brancos europeus e o restante do mundo não branco, principalmente os indígenas e africanos, são os dominados. E é através deste modelo que se constrói uma sistemática sucessão de injustiças sociais e racismo ambiental, distribuindo desigualmente os proveitos e rejeitos. A partir do século XVIII até meados do século XX foram realizadas importantes descobertas tecnológicas que alteraram significativamente as relações humanas com a natureza, como também entre os territórios, trazendo sérias consequências para todo o planeta. Novas formas de produção de energia foram criadas, como a descoberta das máquinas a vapor, potencializando a produção de alimentos, ferramentas e utensílios, alterando também as relações dentro das cidades e entre as cidades (PORTO-GONÇALVES, 2012). Estas inovações tecnológicas possibilitaram que as indústrias não precisassem estar próximas aos lugares de extração de matérias-primas, alterando significativamente as relações geográficas, sociais e de poder no mundo, pois ao mesmo tempo que se dissocia os lugares de extração de matérias-primas, transformação e consumo, aumenta a interdependência e a necessidade de domínio de um território sobre o outro, produzindo desigualdades socioambientais e intensificando as relações de exploração humana e da natureza. Em um contexto mais recente, com a imposição do ultraliberalismo enquanto regime de acumulação capitalista, percebe-se um processo cada vez mais



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

acelerado de desmonte do Estado de bem-estar social e, conseqüentemente, de impactos territoriais nas cidades. Neste sentido, o presente trabalho se integra no eixo temático do evento denominado “A agenda ultraliberal no Brasil e na América Latina ” e defende o debate crítico sobre as práticas socioespaciais nas cidades, e mais especificamente sobre a produção de riscos nas cidades, sob uma perspectiva decolonial, utilizando como estudo de caso o município de Ouro Preto, em Minas Gerais.

A produção de riscos nas cidades

O processo de urbanização na América Latina, e mais especificamente os processos socioespaciais que conformam as periferias urbanas, integram um fenômeno de esvaziamento do campo, impulsionado pela industrialização, e de histórica aplicação de leis e projetos excludentes que desconsideram o acesso à terra e à moradia para a ampla parcela da população de baixa renda. As cidades da América Latina se constituem como as mais urbanizadas do mundo (80% da população é urbana segundo dados da ONU), e, no entanto, possuem um déficit habitacional da ordem de 50 milhões de moradias. Assim, o crescimento das cidades não significa, necessariamente, a garantia de acesso à moradia digna para todos e tampouco a melhoria da qualidade das moradias de uma forma geral. No Brasil, a formação das cidades e de suas periferias, enquanto produtos sociais, refletem a desigualdade da sociedade. A conformação das ocupações ditas informais, se dá, muitas vezes, em áreas com alguma fragilidade ambiental, regiões de mananciais, encostas e restingas, áreas que não são, a priori, destinadas à ocupação. Este modelo de ocupação coloca seus moradores em situação de vulnerabilidade e riscos socioambientais. Neste sentido, cabe levantar duas premissas teóricas. A primeira está no entendimento de que as sociedades modernas foram (e ainda são) formadas por um modelo de desenvolvimento baseado na hierarquização do mundo – entre populações e territórios –, colocando o desenvolvimento de uns em detrimento de outros. Como consequência deste processo, populações e territórios são submetidos a situações de riscos e vulnerabilidades socioambientais, conformando um quadro de catástrofes anunciadas. Já a segunda premissa é referente à falsa dicotomia entre as áreas, regiões ou territórios considerados “formais” ou “informais” – em especial as regiões periféricas consideradas “informais”, em contraposição às áreas centrais das cidades consideradas “formais”.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Defende-se aqui que, tanto as áreas "formais" quanto as "informais" são duas faces de um mesmo modelo de desenvolvimento socioespacial brasileiro. Os territórios periféricos no Brasil são, em grande parte, considerados como áreas não planejadas, mas, mesmo não sendo a expressão de um desenho urbano previamente concebido, são consequências de leis, projetos e/ou práticas socioespaciais impostas por atores que detêm o poder nas cidades. Para além da questão da desigualdade de classes sociais, evidenciada no processo de periferização e ocupação de áreas de risco nas cidades, é fundamental denunciar o racismo que se apresenta neste modelo de urbanização. Assim, no contexto brasileiro, o racismo ambiental se mostra na conformação de uma paisagem de riscos socialmente produzida, pois as áreas de encosta, periféricas e vulnerabilizadas dos municípios brasileiros são ocupadas por populações majoritariamente negras. Nossa urbanização é marcada pela exclusão racial no acesso à terra e à moradia, situação que é aprofundada pelo posicionamento dependente do Brasil dentro da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), onde a superexploração é uma das características principais dos trabalhadores e trabalhadoras. Esta superexploração, característica dos países dependentes, traz sérias consequências nas condições de moradia da classe trabalhadora, como a "escolha" do local de moradia em lugares vulneráveis, precarizados, e submetidos a diversos riscos socioambientais (MARICATO, 2015; OLIVEIRA, 2003). Neste sentido, cabe defender políticas públicas de prevenção e redução de risco nas cidades que considerem questões de classe e raça e que estejam inseridas no contexto de luta por justiça ambiental, pelo direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todas os grupos sociais. Entendendo a noção de "meio ambiente" em sua totalidade, assim, incluindo as "dimensões ecológicas, físicas, construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas" (ACSELRAD et al, 2009, p.16). O Movimento por Justiça Ambiental, para unir os direitos civis e a agenda ambiental, se consolidou como uma rede multicultural e multirracial, articulando diversos movimentos sociais – direitos civis, organização comunitária, organização de trabalhadores, igreja, pesquisadores e o movimento ambiental –, para se tornar em elemento efetivo no enfrentamento ao racismo ambiental (ACSELRAD et al, 2009).



Territórios em risco na Serra de Ouro Preto/MG

A ocupação colonial na região onde está situado o atual município de Ouro Preto inicia-se no final do século XVII a partir da junção de diversos arraiais de extração de ouro, localizados ao pé e na Serra de Ouro Preto. O processo da atividade minerária deixou suas marcas, sendo que na segunda fase de exploração de ouro as ocupações da Serra de Ouro Preto se intensificaram, seguindo basicamente três técnicas – a exploração dos aluviões auríferos; as galerias subterrâneas; e o desmonte hidráulico - sendo os dois últimos os principais manejos de extração mineral e os que mais deixaram marcas na Serra de Ouro Preto (SOBREIRA, 2014). Como exemplo do impacto ambiental promovido pela mineração do período colonial, na técnica do desmonte hidráulico, a principal ferramenta era a água e o processo consistia em transpor água através de aquedutos até as partes mais altas de determinada vertente gerando uma “lama” armazenada em reservatórios denominados mundéus, e, quando cheios, o material armazenado era liberado aos poucos sobre manta feita em couro de boi, no sentido inverso dos pêlos, sendo que as partículas mais densas como o ouro ficavam presas ao couro e facilmente identificáveis (SOBREIRA, 2014). As marcas da mineração do período colonial são visíveis até a atualidade, e deixaram uma fragilidade ambiental que influencia na dinâmica de riscos de escorregamentos de terras na Serra de Ouro Preto. Atualmente, os bairros que integram a Serra apresentam ocupações bastante adensadas, predominando as autoconstruções, em meio a estruturas arqueológicas remanescentes das atividades de extração mineral do período colonial. Visitas ao local e estudos comprovam que existem estruturas remanescentes, a exemplo dos mundéus, integradas a algumas moradias – em sua maioria, habitadas por famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social –, mas que se mantêm preservadas até a atualidade. A situação físico-ambiental da Serra de Ouro Preto, de acordo com os dados oficiais da Defesa Civil do Município e pesquisadores do Núcleo de Geotecnia da UFOP (NUGEO/UFOP), indicam alta instabilidade geotécnica, comprovada por casos graves de deslizamentos – Movimentos Gravitacionais de Massa –, especialmente, em períodos chuvosos. Os bairros localizados na Serra de Ouro Preto concentram a maior quantidade de deslizamentos do município, sendo eles: Passa Dez de Cima, São Cristóvão, São Francisco, Morro São Sebastião, Morro da Queimada, Alto



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

da Cruz, Morro São João, Morro de Santana, Piedade e Taquaral. Noticiada como uma das cidades brasileiras com mais áreas de risco, o déficit habitacional em Ouro Preto vem aumentando exponencialmente devido aos recorrentes casos de deslizamento de terras que colocam as famílias - principalmente da Serra de Ouro Preto mas não só - em situação de insegurança, medo e dependendo de um auxílio moradia insuficiente para a moradia digna. Cabe destacar que a população dos bairros localizados na Serra é majoritariamente negra e que a formação destes bairros ocorreu, principalmente, em meados do século XX, a partir da chegada das empresas de mineração (extração e beneficiamento), quando o Poder Público Municipal incentivou a vinda da população que vivia da agricultura e pecuária nas áreas rurais para trabalharem na mineração. Este incentivo se demonstrou na doação de lotes. E, em paralelo, os riscos foram ignorados, não apenas neste momento, mas ao longo das últimas décadas, como pode ser verificado nos planos urbanos elaborados em Ouro Preto. Assim, a metodologia desta pesquisa, ainda em andamento, inclui pesquisa bibliográfica, análise de dados em documentos técnicos históricos e atuais, além de levantamentos em campo. Defende-se com este trabalho aprofundar o debate sobre os riscos nas cidades como produto da agenda ultraliberal e sobre a urgência de uma reflexão crítica e decolonial sobre a questão.

Palavras-chave: urbanização periférica; territórios populares; desastres ambientais; racismo ambiental; justiça ambiental.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri et al. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARÁOZ, Horácio Machado. Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da Modernidade. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005, pp.25-34.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

LOUW, Dirk. Ubuntu and the Challenges of multiculturalism and Post-Apartheid South Africa. In: Africa Renaissance and Ubuntu Philosophy. Quest An African Journal of Philosophy. Vol. XV nº 1-2., 2001. Disponível em: file:///C:/Users/UFOP/Desktop/Rodrigo/Referencias/AFRICAN%20RENAISSANCE_ubuntu.pdf. Acessado em: 23/10/2019.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais [online], vol. 32, n. 94, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: jun.2019.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista – o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11-119

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SOBREIRA, Frederico. Mineração do ouro no período colonial: alterações paisagísticas antrópicas na serra de Ouro Preto, Minas Gerais. In: **Quaternary and Environmental Geosciences**. Curitiba: Repositório digital UFPR, V.5, N.1, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. O fim do mundo como o concebemos: ciências sociais para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2020.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Ondas conservadoras e progressistas na América Latina: conflitos agrários e dinâmicas políticas

*Olas conservadoras y progresistas en América Latina: conflictos
agrarios y dinámicas políticas*

*Conservative and progressive waves in Latin America: agrarian
conflicts and political dynamics*

Maria da Graça S. G. Costa, UFRN²⁸

Jáder F. Leite, UFRN²⁹

Selena Dantas, UFRN³⁰

Introdução

A onda conservadora que emergiu no cenário de disputas políticas na América Latina na última década marca o fim do surgimento de governos “progressistas” e de esquerda na região iniciado no começo dos anos 2000 que apontavam para uma transformação das dinâmicas políticas regionais, implementação de reformas pelas quais durante décadas os movimentos sociais têm lutado, e promoção de justiça social.

Uma das consequências da ascensão da onda conservadora no campo político, refere-se ao acirramento de conflitos no campo. Desde a década de 1990, o espaço agrário latino-americano segue um modelo de desenvolvimento voltado para a expansão de políticas neoliberais que incentivam o agronegócio e a produção de *commodities* para a exportação, modelo este que vem ameaçando os bens comuns e corpos-territórios camponeses, indígenas, periféricos e quilombolas na região. Ao mesmo tempo, o campesinato e demais povos tradicionais da América Latina se organizam em movimentos por justiça socioambiental e promovem práticas de desenvolvimento

²⁸ Doutora em Psicologia, pós-doutorada no PPG em Psicologia da UFRN (bolsa PNPd/CAPES).

²⁹ Doutor em Psicologia, Professor do PPG em Psicologia da UFRN.

³⁰ Graduanda em Psicologia pela UFRN, bolsista Pibic/Cnpq.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

antagônicas ao desenvolvimentismo, a partir da reforma agrária popular e da defesa dos modos de vida tradicionais e comunitários.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto das ondas progressistas e conservadoras em relação às dinâmicas políticas no campo e aos conflitos agrários em três países latino-americanos: Brasil, Bolívia e Paraguai.

Tais países foram elegidos para o estudo por terem sofrido, em suas histórias recentes, golpes parlamentares - ainda que legitimados pelo Legislativo e pelo Judiciário dos respectivos países - contra presidentes da República que representavam a onda progressista na América do Sul. Entendemos por governos progressistas neste trabalho os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2010-2016), do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil; de Evo Morales (2006-2019), do Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia; de Fernando Lugo (2008-2012), da Aliança Patriótica para a Mudança (APC) no Paraguai.

No Brasil, o golpe parlamentar de 2016 contra a Presidenta Dilma Rousseff, o qual, apesar de legitimado pelo Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal, serviu para a abertura de um processo de desestabilização da ordem democrática e, assim, para ações de desdemocratização em diferentes relações sociais que vão culminar com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, para a presidência da República representando a ascensão da extrema-direita no cenário político nacional.

No caso do Paraguai, Fernando Lugo, ao ser eleito em 2008, após seis décadas de hegemonia do Partido Colorado (incluindo o período ditatorial), sofreu um golpe de Estado em 22 de junho de 2012. Após o golpe, o Partido Colorado retornou ao poder no Paraguai com Horacio Manuel Cartes Jara e com Mario Abdo Benítez.

Em relação à Bolívia, Evo Morales, eleito em 2006 e em mais duas eleições consecutivas, sofreu um golpe de Estado, que forçou sua renúncia em novembro de 2019. A presidência da República foi assumida pela senadora Jeanine Áñez, opositora ao governo de Morales, que se autoproclamou presidente interina e que se manteve no



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

cargo por quase um ano, tendo atuado para adiar o processo eleitoral na Bolívia. A eleição, realizada em outubro de 2020, foi vencida pelo candidato do partido de Morales, Luis Arce, do Movimento para o Socialismo (MAS), tendo a esquerda retomado o governo no país.

Este trabalho é parte de uma pesquisa, financiada pelo CNPQ e pela FAPEAL, construída conjuntamente por docentes e discentes de duas universidades federais (Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal do Rio Grande do Norte), que objetiva compreender a dinâmica política de países da América do Sul no contexto dessas ondas progressista e conservadora. Como objetivo específico, buscamos identificar as demandas, antagonismos e hegemonias em relação aos projetos e agendas em disputas por atores políticos centrais nesse contexto.

A proposta relaciona-se ao eixo A agenda ultraliberal no Brasil e na América Latina por explicitar o impacto dessa agenda no acirramento dos conflitos no campo e acirramento das disputas em torno da questão da terra na região.

Metodologia

Como metodologia, empreendemos pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico foi realizado no Portal de Periódicos CAPES. Foram considerados para as análises e sistematização de artigos que tratam das dinâmicas políticas em relação aos conflitos agrários nos respectivos países desde a segunda metade do século XX. Esse marcador temporal foi definido por nos ajudar na fundamentação e contextualização histórica acerca de cada país. Na pesquisa documental, selecionamos documentos públicos (estatutos, declarações, programas para as campanhas eleitorais) dos principais atores políticos (partidos políticos, movimentos sociais, organizações civis, instituições do Estado, entre outros) envolvidos nas disputas e conflitos agrários nos três países desde a metade do XX até a atualidade. As buscas foram realizadas através de páginas oficiais dos respectivos atores. Com isso, buscamos compreender como os debates políticos e movimentações têm impactado, ou não, no aumento dos conflitos agrários na região.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Fundamentamos o estudo na Teoria do Discurso proposta por Laclau e Mouffe. Para os autores, um discurso é uma prática articulatória e significativa que constitui e organiza relações sociais. Assim, o discurso não está separado do social, ele é, necessariamente, uma produção que dá significado ao tecido social. As dinâmicas do social e do político (que configuram o que estamos nomeando neste projeto como dinâmica política) serão compreendidas na pesquisa a partir de três categorias analíticas propostas por Laclau (2013): a) demandas sociais, entendidas como a visibilidade de uma falta, de uma insatisfação em relação à ordem social sedimentada; b) antagonismo, uma prática que caracteriza a dinâmica do político e propõe outra possibilidade de construção de uma relação social ou da ordem social como um todo; c) hegemonia, processo político caracterizado por uma construção discursiva particular transcender sua particularidade, passando a representar a plenitude ausente presente na sociedade sedimentada, visibilizada pelo antagonismo.

Resultados e discussões

Neste texto, focaremos discussão sobre o contexto dos três países a partir do final da década de 1990, marcada por uma maior consolidação da democracia e avanço do neoliberalismo na região. A partir da análise realizada, identificamos que, a despeito dos diferentes contextos, existem similitudes em relação as dinâmicas políticas e disputas agrárias em cena. No Brasil, esse período é marcado pela chamada Reforma Agrária de Mercado (RAM) e pelas políticas sociais focalizadas que buscam mitigar os impactos do desenvolvimentismo, desigualdade e pobreza rurais. Essas políticas foram adotadas pelo presidente Lula do PT, seguindo o modelo iniciado pelo governo anterior, de Fernando Henrique. Os governos do PT foram marcados por dois significantes em disputa: a RAM, mobilizada pelo agronegócio e pelo governo, que se antagonizam com a reivindicação da Reforma Agrária Popular (RAP) por parte dos movimentos sociais que compunham a base governista, como o Movimentos de Trabalhadores Sem Terra (MST). O avanço do agronegócio irá se fortalecer a partir dos escândalos que envolvem o PT que expande o modelo de exploração extrativista das áreas rurais e florestas e se hegemoniza depois do golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff. Os governos conservadores que se seguem ao golpe, representam também a agudização das disputas. Esse processo pode ser notado nos atos de Michel Temer, que teve como



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

primeiros atos de seu governo o encerramento de importantes conselhos que discutiam questões fundiárias e temas com segurança alimentar, mas principalmente na eleição do presidente Jair Bolsonaro candidato apoiado diretamente pela bancada ruralista que protege os interesses do grande agronegócio. Houve, durante seu mandato, um aumento gradativo de casos de conflitos por terra, envolvendo pistolagem, despejo, ameaças e destruição de casas e roças. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2021), no ano de 2020 foram registradas 1.576 ocorrências de conflitos por terra no país, maior número registrado desde 1985, quando o relatório começou a ser publicado, representando um aumento de 25% em relação a 2019 e de 57,8% em relação a 2018. Além disso, não houve, em seu governo, novos processos de regularização fundiária e demarcação de terra indígenas, quilombolas e para assentamentos de reforma agrária. O aumento de casos de violência direta à povos indígenas e quilombolas e o afrouxamento de dispositivos legais de proteção do meio ambiente são também expressões evidentes da cadeia bolsonarista.

No contexto boliviano, percebe-se o aumento da concentração de terra nas últimas duas décadas, modificando a estrutura fundiária do país que passa de um sistema baseado na agricultura familiar para o grande latifúndio produtor de soja gerido, em grande parte, por estrangeiros, argentinos e brasileiros, além de grandes produtores das terras baixas, em especial na província de Santa Cruz. O presidente Evo Morales do MAS, eleito com apoio de movimentos camponeses e indígenas, ao assumir seu primeiro mandato declarou seu compromisso com a erradicação da desigualdade de terra no país, o que o coloca em confronto direto com as elites agrárias que não aceitam perder propriedade. A ineficiência do governo de Morales para lidar com os diversos embates agrários nos territórios baixos está diretamente ligada ao enfraquecimento do bloco discursivo do masista. Esse enfraquecimento se deu pela construção de diversos antagonismos, com destaque para as demandas indígenas e o governo, e as disputas entre terras baixas e altas pelos modelos de desenvolvimento e exploração dos bens comuns e vai contribuir para a crise política e a renúncia de Morales em 2019.

Já no Paraguai, chama atenção a relação entre o impeachment sofrido pelo presidente progressista Fernando Lugo e os conflitos de terra entre grandes proprietários e



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

trabalhadores sem-terra no país. Desde os anos de 1990, o Paraguai tem experimentado o processo de estrangeirização de suas terras, com exponencial concentração fundiária na mão especialmente de latifundiários brasileiros, conhecidos como brasiguayos, que cultivam em sua grande maioria, soja e trigo. Como resposta a estrangeirização, são mobilizados discursos e demandas anteriormente distintas como o nacionalismo de direita e a exaltação da identidade indígena guarani na região, que articulam-se ao redor da demanda da defesa da soberania paraguaia, onde os brasilguaios são identificados como antagonistas. Por outro lado, concentração e estrangeirização de terras compromete a demanda por demarcação de terra de comunidades indígenas e reforma agrária no país, principalmente nas regiões fronteiriças. A proximidade com o Brasil facilita a inserção de tecnologia agrícola, mudança na utilização da terra e, como consequência, afeta camponeses que produzem de com base na agricultura familiar e sem uso de agrotóxicos.

Considerações finais

Evidencia-se que, na América Latina governos considerados progressistas e como conservadores têm levado a cabo o modelo desenvolvimentista e do grande latifúndio que produz grande impacto socioambiental com o desmatamento e utilização de pesticidas e fertilizantes e, aumento da desigualdade no campo, com a exclusão populações tradicionais e campesinas dos seus territórios de produção e vida, o que aumenta a desigualdade no campo, gerando mais conflitos por terra e violência.

Palavras-chave: América Latina; análise de discurso; reforma agrária; conflitos agrários; psicologia política.

Referências Bibliográficas

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo**, Brasil. 2021.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três estrelas, 2013.



Democracia e horizonte político de sociedade: construções discursivas de candidatos pelo PT nas eleições de 2018 e de 2020 em Alagoas

Democracia y horizonte político de la sociedad: construcciones discursivas de los candidatos del pt en las elecciones de 2018 y 2020 en Alagoas

Democracy and society's political horizon: discursive constructions of pt candidates in the 2018 and 2020 elections in Alagoas

Thamires Silva da Cruz, PPGP/UFAL³¹

I. Resumo

Identificação do problema a ser investigado e os objetivos do trabalho: As manifestações ocorridas no Brasil em 2013, 2014 e, principalmente, aquelas em prol do Impeachment/golpe de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) nos anos 2015 e 2016 permitiram observar o fortalecimento de demandas e de organização da extrema direita no país, caracterizada pela construção e disseminação de discursos autoritários em termos da configuração da ordem social. Compreendendo que esses discursos se articulavam em torno do antipetismo, a pesquisa discutida neste trabalho buscou entender como essa conjuntura política nacional repercutia na construção de horizontes políticos de sociedade por candidatos do PT nas eleições de 2018 e de 2020, ou seja, posteriores ao impeachment/golpe contra Dilma Rousseff, e problematizar como estas construções discursivas favoreceram ou não o fortalecimento de discursos autoritários. Em razão do Núcleo de Psicologia Política, no qual a pesquisa foi desenvolvida, se localizar na Universidade Federal de Alagoas e da maior viabilidade de contato com políticos do Estado, delimitamos como participantes da pesquisa os candidatos mais

³¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Bolsista no Núcleo de Psicologia Política (UFAL).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

votados pelo PT em Alagoas naquelas duas eleições, considerando a candidatura para deputada estadual (eleições de 2018) e de vereador por Maceió (eleições de 2020). Concebemos horizontes políticos de sociedade como uma construção discursiva sobre o modo de organização da sociedade, considerando a problematização sobre a ordem social vigente e a proposição de uma outra ordem a ser construída, e, assim, a disputa política pela hegemonização de um projeto político (Laclau, 2013). **Contribuição para o evento e eixo temático:** O trabalho contribui com o Eixo Temático A “A agenda ultraliberal no Brasil e na América Latina”, uma vez que a demanda neoliberal é uma das demandas articuladas na construção discursiva da extrema direita no Brasil no antagonismo ao modo que nomeiam o PT (“comunista”), tendo aquela demanda se fortalecido após o Impeachment/golpe de Dilma Rousseff nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, sendo este último um símbolo da extrema direita brasileira. **Metodologia:** Na primeira etapa da pesquisa construímos uma pesquisa bibliográfica utilizando o Portal Periódico Capes sobre quatro momentos históricos considerados centrais para a conjuntura política analisada: a) as manifestações de “Junho de 2013”; b) o Impeachment/Golpe de 2016; c) as eleições de 2018; d) as eleições de 2020. Também realizamos uma pesquisa documental sobre a trajetória política dos políticos selecionados para a pesquisa, focalizando a relação entre essa trajetória e os quatro momentos históricos salientados anteriormente. Para tanto, utilizamos fonte materiais jornalísticos publicados em jornais alagoanos. Na segunda etapa da pesquisa, focalizamos a análise do horizonte político de sociedade construído pelos participantes da pesquisa. Para tanto, realizamos entrevistas semi-estruturadas com os candidatos selecionados, com exceção de um que não retornou o contato feito por nós. Para a realização das entrevistas, entramos em contato com o Diretório Estadual e Municipal do PT através do e-mail e redes sociais e com cada político individualmente. Realizamos entrevistas com Danúbia Barbosa, Marcelo Nascimento, Gustavo Pessoa e Zé Roberto que construíram a candidatura do Todos Mandato Coletivo; com o vereador eleito Dr. Valmir; e com o candidato a deputado estadual Genivaldo da Fetag. Marcamos uma entrevista com o outro candidato a deputado estadual mais votado, porém este não compareceu e não retornou as tentativas de contato. Diante da ausência de materiais sobre ele, não realizamos a análise sobre a construção discursiva deste político. A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética e Pesquisa da UFAL e as entrevistas foram



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

realizadas sob autorização dos participantes, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.). Todos os entrevistados autorizaram a utilização dos seus nomes e a gravação em áudio das entrevistas. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e categorizadas com o auxílio do Software QSR NVivo 8 que possibilita compilar, comparar e categorizar os materiais. A análise dos materiais foi realizada a partir da análise do discurso, tendo como fundamentação teórica a Teoria do Discurso pós-estruturalista desenvolvida por Ernesto Laclau e por Chantal Mouffe. A dinâmica política (desconstrução e construção da ordem social) é compreendida neste trabalho a partir da perspectiva discursiva que compreende o discurso como um modo de nomeação simbólica da realidade. Nomeação que ocorre a partir da articulação contingente entre demandas sociais e da configuração de horizontes políticos de sociedade, delimitando determinados modos de ser e de viver. Discurso é, portanto, uma prática social (Laclau e Mouffe, 2015). Para a análise do horizonte político de sociedade buscamos delimitar no discurso dos políticos elementos considerados fundamentais por Laclau (2013) para a compreensão do “povo” como uma lógica política: a) demandas sociais; b) a relações de equivalência entre estas demandas; c) o estabelecimento de fronteiras políticas (nós x eles), a partir da noção de antagonismo; d) nomeação da relação de equivalência por meio de significantes vazios, os quais simbolizam horizontes políticos de sociedade. Estes elementos permitem-nos compreender o discurso dos entrevistados em torno do modo como concebem as insatisfações (demandas) presentes na sociedade, a dinâmica política (antagonismos e hegemonia) e como significam essa dinâmica em termos de um horizonte político de sociedade. Ademais, utilizamos o conceito de democracia a partir da compreensão de Mouffe (2015) que concebe o conflito como constitutivo da democracia, e, ao mesmo tempo, o reconhecimento do outro como legítimo como condição para a democracia, de modo que o antagonismo entre inimigo x amigo seja transformado em uma luta entre adversários legítimos. **Principais resultados obtidos (ainda que parciais) e discussões:** Observamos na trajetória de Genivaldo da Fetag uma relação equivalencial entre as demandas rurais de defesa da agricultura familiar com as demandas de direitos dos trabalhadores, defesa de previdência social, da indústria nacional e defesa de pautas relacionadas a igualdade de gênero e classe social a partir da construção de uma fronteira antagônica com a elite econômica e com o agronegócio,



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

que foram fortalecidos com a emergência dos governos Temer e Bolsonaro. A defesa da agricultura familiar atua como o significativo vazio na construção discursiva de Genivaldo, sendo esta demanda que nomeia e articula a cadeia de equivalência produzida em seu discurso. Podemos observar também que Genivaldo concebe que Dilma Rousseff sofreu um golpe em 2016, tendo os adversários políticos de Dilma e do PT golpeado direitos conquistados nas gestões petistas. Por outro lado, é importante notar divergências do político com o PT Alagoas em relação à articulação com o MDB no estado e com setores com os quais Lula construiu alianças durante seus governos no intuito de ampliar a cadeia lulista como é o caso do agronegócio. Com relação ao político Dr. Valmir, está filiado ao PT há aproximadamente 30 anos, mas, assim como ocorre com Genivaldo, também observamos discordâncias dele com o partido no modo como concebe a relação com os adversários. No entanto, ao contrário de Genivaldo, Dr. Valmir considera que o PT em Alagoas tem que ter uma maior articulação com partidos e políticos diversos, sendo, segundo ele, aberto para negociações políticas com vereadores que não estão localizados à esquerda no espectro político, para que assim consiga, por exemplo, aprovar demandas de interesse da população na Câmara Municipal em que ocupa o cargo de vereador. Importante considerar que Dr. Valmir é atualmente o único vereador de Maceió filiado a um partido de esquerda. As divergências apresentadas pelos dois políticos com o PT denotam o caráter heterogêneo da identidade coletiva (nós), sendo as identificações a um nós demarcada por uma tensão constante entre o caráter diferencial (especificidade das demandas) e o caráter equivalencial (articulação entre as demandas no interior de um mesmo projeto político) das demandas defendidas pelos atores. No caso do Dr. Valmir, as demandas em defesa de políticas públicas de saúde, educação e moradia estão articuladas equivalencialmente em seu discurso a partir do estabelecimento de uma fronteira política com demandas neoliberais, sendo a demanda em defesa da saúde pública a que predomina em seu discurso. Com relação a candidatura do Todos Mandato Coletivo, na eleição de 2020 a proposta era ser um mandato que visibilizaria a diversidade da população: uma mulher negra, um professor, um ex-sindicalista e um militante do movimento LGBTQIAP+. O objetivo era que a campanha articularia demandas distintas defendidas por cada um dos integrantes do TODOS - demandas raciais, de gênero, de classe e de orientação sexual - proporcionando uma ampla identificação das pessoas



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

com a chapa. No entanto, a análise posterior de Gustavo Pessoa, ao contrário do que consideram os outros integrantes do Todos, foi que essa diversidade de posições de sujeito e de demandas acabou prejudicando a votação da chapa, pois eleitores que se identificavam com a demanda de um político podiam não se identificar com a de outro presente na chapa. Este é um aspecto importante de ser considerado, pois Gustavo denota a prevalência da diferença (particularidade das demandas de cada um) sobre a equivalência entre as demandas, de modo que o Todos (“nós”), segundo Gustavo, não havia conseguido estabelecer-se como o representante da pluralidade de demandas que buscou representar. Ao contrário disso, foi identificado pelas pessoas pelo caráter diferencial de cada uma das demandas que o compunha. A derrota eleitoral do Todos, seguida da desfiliação do PT por Gustavo e por Danúbia e da filiação dela e dele a outros partidos que consideram mais abertos para mandatos mais individualizados (como concebem o Avante), contrasta com posições como a de Marcelo e de Zé Roberto que questionam a compreensão do mandato como sendo do candidato eleito. Para eles, o mandato é do Partido ou daqueles que o elegeram. Entendemos, a partir da compreensão dos candidatos sobre a configuração do Todos, que o mandato coletivo construído pode ser entendido em torno do que Prado e Costa (2011), a partir da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015), vão nomear como estratégia de aliança: a incorporação, num momento pontual, no discurso de determinados atores, de demandas diferentes das defendidas por eles, mas sem que isso acarrete num processo de resignificação da identidade de cada um, podendo ou não, a posteriori, levar à construção de um horizonte político de sociedade comum. Os discursos construídos pelos participantes da pesquisa denotam a defesa de demandas sociais diversas, mas compartilham: a) o estabelecimento de fronteiras políticas em relação a demandas sociais defendidas pelos governos Temer e Bolsonaro como a redução de direitos trabalhistas e a não legitimidade de demandas de grupos sociais marginalizados na sociedade brasileira como a demanda por expansão de direitos LGBT; b) a defesa da democracia e das instituições democráticas, contrários ao fortalecimento de discursos autoritários que identificaram na gestão do ex-presidente Bolsonaro. A pesquisa permitiu conhecer trajetórias políticas, demandas sociais, fronteiras políticas construídas por políticos alagoanos e, assim, possibilitou entender os horizontes políticos de sociedade que defendem. Ainda que seja fundamental a produção de análises sobre a conjuntura



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

política nacional, com essa pesquisa buscamos visibilizar a necessidade de também focalizarmos a dinâmica política local e estadual, pois nos permite perceber como o fortalecimento de discursos autoritários no país estão sendo fomentados ou não em contextos menores, os quais também impactam nos processos de subjetivação, inclusive, no modo em que os indivíduos compreendem a democracia e as instituições democráticas.

Palavras-Chave: Democracia; política; políticos; Alagoas; Maceió.

Referências Bibliográficas

Laclau, E. (2013). **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas.

Laclau, E. e Mouffe, C. (2015) **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq.

Mouffe, C. (2015). **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Prado, M. A. M. e Costa, F. A. (2011). Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. **Revista Sociedade e Estado**, n. 3, p. 685-716.



O pensamento conservador: ideologia e estratégias discursivas

Pensamiento conservador: ideología y estrategias discursivas

Conservative thought: ideology and discursive strategies

Luana Marques Carlos, UFC³²

Monalisa Soares, UFC³³

Alexandre Landim, IFCE³⁴

Introdução

A presente pesquisa busca compreender os elementos que circunscrevem os discursos e práticas de cunho conservador. Deste modo, atenta-se para a interpretação de uma gramática do pensamento conservador, bem como, os seus desdobramentos na Câmara dos Deputados nos anos de 2012 a 2022, correspondendo às 54^o, 55^o e 56^o Legislaturas. A pesquisa conforma um estudo do pensamento conservador a partir dos seus próprios intelectuais orgânicos em busca de uma compreensão da gramática conservadora.

A metodologia da pesquisa recorre à análise bibliográfica dos pensadores conservadores e à análise documental. Considera-se, de forma parcial, que as classificações e idealizações no plano da teoria ganham sedimentação nos discursos e agência legislativa, sopesando também que o pensamento conservador constitui forte instrumento de fomento de ideias, com consolidações nos debates dentro poder público.

Para tal, cabe situar que entre 2013 e 2015 a agenda da Nova Direita ganhou espaço e germinou suas bases ideológicas a partir das *ThinkTanks*, como notado por Camila

³² UFC

³³ UFC

³⁴ IFCE



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Rocha (2019) ao investigar a formação de um *contrapúblico*³⁵ *ultraliberal*. Para a autora, a formação militante ultraliberal ganha contornos mais evidentes ainda 2004 em fóruns da antiga rede social Orkut. Um dos seus objetos de análise é a influência que tais institutos tem na formação de um *contrapúblico* que se volta para o debate econômico neoliberal e técnico-científico. Contudo, a tese pouco contorna os aspectos filosóficos e morais do conservadorismo, movimento igualmente ascendente no âmbito na opinião pública e da política.

Ainda no ciclo de 2013 a 2015 e da disputa pela direção e narrativa das manifestações de junho de 2013, outros agentes da nova direita ganharam espaço público e galgaram, ainda na campanha à reeleição da Dilma, uma consistente vitória na eleição para Câmara dos Deputados, inaugurando a representação mais conservadora dos últimos 27 anos até a data de votação da 55ª Legislatura. Com aumento da representação de parlamentares evangélicos, candidaturas de celebridades, artistas, empresário e demais figuras públicas, a predileção a *democracia de público*³⁶ mostrou-se como tendência dos grupos da nova direita em franco realinhamento.

Em apreço ao cenário do Brasil, a ascensão da Nova Direita foi uma realidade em diversos países. Objeto de análise de Fraser (2021), a crise política global compartilha características em comum, sendo o enfraquecimento da autoridade dos partidos e das classes políticas estabelecidas. Para a autora, o crescimento do *populismo reacionário* é a manifestação de uma crítica antissistema gerada a partir da crise de autoridade, sobretudo, para com as alas do *neoliberalismo progressista*.³⁷ Para Fraser a presente conjuntura é a manifestação de um interregno de profundas mudanças que não

³⁵ Camila Rocha (2019) recorre ao conceito de contrapúblico sob as bases teóricas de Habermas e, posteriormente, de Nancy Fraser acerca do debate de opinião na esfera pública.

³⁶ O conceito foi cunhado por Bernard Manin e demonstra um declínio da liderança política dos partidos e uma demanda pelo político como comunicador e administrador, não mais como militante, como apontado por Singer, Araujo e Belinelli (2021).

³⁷ Fraser entende por Neoliberalismo progressista uma conjunção de defesas dos direitos a liberdades civis, a demanda por representatividade de grupos majoritariamente excluídos de espaços de poder e uma busca por justiça social nos marcos do liberalismo, sem rupturas com a racionalidade de um governo neoliberal.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

coadunam com o *neoliberalismo progressista* e colocam em evidência a inconsistência de defesas dos grupos minorizados e uma agenda de superexploração do trabalhador.

A relação entre o uso dos espaços do poder público e o fomento das ideias conservadoras é um objeto sociológico e político pertinente porque toca duas temáticas de relevância e atualidade incontestáveis, podendo reverberar tanto em compreensões acerca do vocabulário e conceitos dos conservadorismos – cabe enfatizar o seu tratamento no plural - como na influência que o poder público alcança na difusão de ideias e discursos. Assim, a contribuição para discussão da agenda ultraliberal no Brasil tem a temática do conservadorismo, ou também tratado por conservadorismo nos costumes e liberal na econômica, como grande contribuidor de uma agenda e discurso em defesas da nova direita.

Ideologias e estratégias discursivas

Para tal, é importante situar que o pensamento conservador tem divergências internas na própria produção intelectual orgânica, isto ocorre de tal modo que o próprio conceito se torna polissêmico. A seguir veremos uma introdução das discussões de autores conservadores e do próprio sentido que eles dão ao seu fazer intelectual e político:

A principal abordagem tratada por Burke a respeito do conservadorismo consiste na ideia fundamental: reformas são melhores que revoluções. Isto se traduz por meio de “um princípio seguro de conservação e um princípio seguro de transmissão, sem excluir um princípio de melhoria.” (BURKE apud COUTINHO, 2018, p.72) Como anunciado por Nisbet (1987), Burke faz uma leitura pessimista dos processos sócio-políticos gestados na Revolução Francesa, bem como os seus desdobramentos culturais em comparação com o que foi experimentado durante a Revolução Americana, pois, aos olhos de Burke, esta teria mais proximidades com os princípios de conservação, transmissão e melhoria. Do outro lado, reinventando as acepções acerca do conservadorismo, Michel Oakeshott contemporiza o significado inerente do conservadorismo, como atitude de prudência ante às mudanças, no qual Burke e outros autores contemporâneos mantêm aproximações, mas também renova algumas compreensões do conservadorismo clássico para as experiências do século XX. Nascido em 1901 em Londres, licenciou-se



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

em história na Universidade de Cambridge, construindo carreira nas áreas de ciência política, filosofia e teoria da história. O pensamento de Oakeshott sofreu consistentes influências de Hobbes, Hegel e Hume.

A influência exercida por Hobbes no pensamento de Oakeshott se dá com base na compreensão do Estado e do contrato social; por Hegel, a partir do conceito de ética, das formulações acerca da potência das ideias e sua epistemologia idealista; por Hume, com base no empirismo cético. Ademais, como situa Efraim Podoksik (2003), ao interpretar e reconstruir o pensamento de Oakeshott, há teorizações sobre a modernidade na obra do referido autor: “[...] ser moderno significa não apenas reconhecer essa condição de pluralidade radical, mas também aprender a apreciá-la e desfrutá-la” (PODOSIK, 2003). Em grande medida, Oakeshott se diferencia de muitos teóricos conservadores.

À baila dos teóricos, Russel Kirk é considerado um relevante pensador do conservadorismo, sobretudo para o debate nos Estados Unidos, figurando como o pai do conservadorismo americano. Nascido em 1919 no estado de Michigan, teve contato com comunidades agrárias ainda muito cedo e, posteriormente, com o serviço militar. Ambas experiências foram fundantes para sua percepção conservadora sobre a importância da vida comunitária e da crítica ao papel do Estado. Formou-se em história em um intervalo das duas experiências, mas foi apenas depois da vivência na guerra que ele produziu sua tese de doutorado com a temática conservadora, sob o título de *The Conservative Mind*, texto esta referência para os estudos de conservadores.

Para Kirk “Não existe um modelo conservador, e o conservadorismo é a negação da ideologia: é um estado de espírito, um tipo de caráter, um modo de ver a ordem civil e social. A posição chamada conservadora se sustenta em um conjunto de sentimentos, e não em um sistema de dogmas ideológicos. [...]” (KIRK apud SOUZA, 2014, p.102-108). De acordo com Alex Catharino (2016), cujo o título *Russell Kirk – o peregrino na terra desolada*, a obra *Mentalidade conservadora* (1953) é um marco no acervo de produção teórica sobre conservadorismo, Kirk é considerado central entre os conservadores, sua produção e militância transcorreram desde metade do século XX até 1994, influenciando duas gerações de conservadores. Suas reflexões estão imersas em uma biografia de conflito com o serviço militar, com o poder estatal e com severas



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

críticas aos proponentes do New Deal, chegando a concluir uma crítica profunda ao coletivismo.

Robert Nisbet, a despeito dos demais autores citados, não teve em sua biografia uma atitude militante para com o conservadorismo. Sua atuação, aconteceu, sobretudo, por meio da produção acadêmica. Nascido em Los Angeles, no ano de 1913. Foi professor da Universidade da Califórnia, além de professor Emérito da Universidade de Columbia. Sua tese de doutorado em sociologia foi produzida em Berkeley, tendo o pensamento conservador como mote, divulgando os trabalhos de Burke e Alexis de Tocqueville. Em coincidência aos demais autores teve incursão no serviço militar, servindo ao Exército americano na Segunda Guerra Mundial.

Nisbet tem um importante papel como intelectual na sociologia, sustentando uma crítica ao individualismo metodológico da ciência e uma adequação ao funcional-estruturalismo de Émile Durkheim. O conservador em questão entende a sociologia como forma de ciência e arte com base na seguinte conclusão: “[...] não é que a ciência e arte são, ou deveriam ser, similares. A conclusão mais simples, mas mais fundamental, é que ambas, arte e ciência, operam o mesmo tipo de imaginação criativa.” (NISBERT, 2000, p.126). Deste modo, ele propõe que a sociologia se aproxima da ciência no sentido rígido e metódico e, ao mesmo tempo, da arte como fruição imaginativa. Ainda, Nisbet propõe um ordenamento das ideias conservadoras a partir do conceito de pluralismo conservador e investiga suas ideias primárias em *O conservadorismo* e *Notas Sobre o Conservadorismo*, sendo assim, um importante teórico do e para o pensamento conservador.

Roger Scruton foi um dos maiores expoentes do chamado conservadorismo contemporâneo, sendo apontado como precioso intelectual entre os conservadores brasileiros que produzem conteúdo em blogs de opinião, como é o caso do Brasil Paralelo. Scruton, nascido em 1944 em uma pequena aldeia no condado de Lincolnshire, teve, ainda jovem, aproximação ideológica com o conservadorismo em meio a críticas aos reconhecidos protestos estudantis de 1968 na França. De acordo com a biografia “In memoriam da University de Buckingham”, foi membro sênior do Ethics and Public Policy Center, tendo ministrado disciplinas em diversas universidades, tais como Oxford, na University de St. Andrews, na University de Boston e no Birkbeck



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

College. Os temas de incursão das suas aulas e livros versavam sobre arte e estética, filosofia e teoria política conservadora.

A teoria filosófica e política de Scruton caminha ao lado das temáticas estudadas por ele, tendo formulações acerca do belo, do valor da obra artística na sociedade, com base em Platão, do amor erótico como característica racional e em formulações fundamentadas na moralidade cristã. As contribuições teóricas sobre o conservadorismo se dão, especialmente, na formulação em *Como ser um conservador*, apontando caminhos de como lidar de forma conservadora com as temáticas atuais, texto este que será objeto de explanação posteriormente. Além disso, tornou-se um autor popular e com livros muito comercializados diante do lançamento de *Tolos, fraudes e militantes: Pensadores da Nova Esquerda*, no qual mapeia doze autores da nova esquerda, apontando como as ideias da esquerda foram mudando ao longo do século XX e produz uma crítica sistemática a cada uma delas, entre eles: Lacan, Deleuze, Badiou, Derrida, Sartre, Zizek, Kijéve, Adorno, Hobsbawm, Habermas, Althusser e Lukács.

Considerações

O argumento conservador tem como mote a necessidade de cautela - ser previdente. No plano prático isto se dá, por exemplo, com os rechaços aos debates sobre gênero e as ressignificações aos papéis já instituídos. Os estudos de gênero produzem uma problematização sobre papéis socialmente instituídos, levando ao centro das discussões os problemas decorrentes da sociabilidade com representações padronizadas (feminino e masculino); para um conservador, as alterações nos padrões e comportamentos podem ter diversas consequências para além dos elementos centrais da própria mudança das representações. O conservador se concentra, então, em uma preocupação cautelar para com os inúmeros desdobramentos das mudanças.

Palavras-chave: Pensamento conservador, Esfera Pública, Análise documental.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Referências Bibliográficas

KIRK, Russell. **Edmund Burke: redescobrimo um gênio**. São Paulo: É Realizações Editora, 2016.

KIRK, Russel. **A política da prudência**. Tradução: Gustavo Santos, Márcia Xavier de Brito. São Paulo: Realizações, 2014.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Tradução M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987. (Temas de ciências sociais.)

OAKESHOTT, Michel. **Rationalism in politics and other essays**. Leberly Fund, 1991.

OAKESHOTT, Michel. **Conservadorismo**. In: CRESPIGNY, A. de; CRONIN, J. (eds.) Ideologias políticas. Tradução Sergio Duarte. Brasília: Ed. UNB.

_____. **Ser conservador**. Tradução Rafael Borges. Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha, 2014.

_____. Sobre a história. Tradução Renato Rezende. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Fascismo**. Tradução de Paula Vaz de Almeida. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

PIERRUCCI, Antônio Flávio. **As bases da nova direita**. Novos Estudos Cebrap: São Paulo, 1987.

PIMENTEL, Pablo Fernando C. Conservadorismo para além do senso comum. **Cognitio-Estudos: revista eletrônica de filosofia**. v. 15 n. 2, 2018.

PODOKSIK, Efraim. **In Defence of Modernity: Vision and Philosophy in Micheal Oakeshott**. London: Imprint Academic, 2003.

QUADROS, Marcos; MADEIRA, Rafael Machado. **Conservadorismo à brasileira: sociedade e elites políticas na contemporaneidade**. PUCRS: Porto Alegre, 2015.

QUADROS, Marcos; MADEIRA, Rafael Machado. 2015. Fim da direita envergonhada: Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião. Pública**, v. 24, 2018

QUADROS, Marcos. O ceticismo em Edmund Burke e os pilares do conservadorismo moderno. **Intellèctus**. v. 14, n.1, 2015.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

**A precariedade da vida e a ascensão do movimento antivacina
no Brasil: interfaces com a racionalidade neoliberal e o
movimento antigênero**

*La precariedad de la vida y el ascenso del movimiento antivacunas
en Brasil: interfaces con la racionalidad neoliberal y el movimiento
antigênero*

*The precariousness of life and the rise of the anti-vaccine movement
in Brazil: interfaces with neoliberal rationality and the anti-gender
movement*

Priscila Cardia Petra, ENSP/FIOCRUZ³⁸

A vacinação é uma medida em saúde que, com adesão coletiva, é capaz de promover proteção a partir da construção de solidariedade e alteridade entre a população. Nesse sentido, estima-se que milhões de mortes por doenças imunopreveníveis poderiam ser evitadas com o aumento da cobertura vacinal no mundo (OMS, 2019). Porém, contestações acerca da necessidade da imunização coletiva existem desde que os imunizantes foram desenvolvidos pela ciência, período que coincide com a formação da medicina social e da sanitização das cidades. Isso porque, à época, a vacinação obrigatória foi um dos meios de controle médico da população, com o intuito de que as classes pobres se tornassem mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes ricas (FOUCAULT, 1984).

A pesquisa contribui para o eixo temático “A agenda ultraliberal no Brasil e na América Latina” por se tratar de investigação que enquadra o Brasil como país capaz de ser um

³⁸ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS/ENSP/FIOCRUZ).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

pólo de desenvolvimento de vacinas na América Latina, porém, com impactos ainda não explorados sobre a ascensão da extrema direita, a desinformação em saúde e do movimento antivacina na região.

A pesquisa será realizada por meio de abordagem indutiva e dedutiva baseada na Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), a qual consiste em diretrizes sistemáticas e flexíveis para a recolha e análise de dados qualitativos com o intuito de construir teorias 'fundamentadas' nos próprios dados. Assim, os dados constituirão a base da teoria e a análise a ser realizada sobre esses dados gera os conceitos a serem construídos. No presente caso, o recolhimento de dados se consubstancia na atividade de observação silenciosa de grupos da plataforma de mensageria privada denominada Telegram, especificamente dos grupos com conteúdo antivacina. A partir do estudo dos dados dos grupos do Telegram, pretende-se separá-los, classificá-los e sintetizá-los através da codificação qualitativa, buscando interfaces com o cenário histórico, social e político.

Assim, é característico que alguns códigos iniciais se destaquem na primeira análise, os quais, no presente caso, dialogam com outros estudos sobre o tema, tais como as críticas à indústria farmacêutica, teorias da conspiração relacionadas às vacinas (associadas ao transumanismo, a aplicação de chips subcutâneos, a modificação do DNA, dentre outras) e vacinas como causadoras de males (autismo, miocardite, AIDS, dentre outros). Ocorre que, à medida que os dados são separados, classificados e sintetizados, outras categorias podem emergir. No presente caso, os dados inicialmente coletados demonstram que a crítica à indústria farmacêutica também se mostra como uma forma de proteção das liberdades individuais perante grandes corporações que buscam apenas lucros, teorias da conspiração relacionadas às vacinas se mostram como ódio antigênero que usam a retórica da defesa da família, das crianças e da moral, para direcionar seu conteúdo às mulheres e promover discurso LGBTQIA+fóbico, por exemplo. Portanto, os códigos iniciais e as ideias sobre eles apontam para áreas a explorar durante a recolha de dados subsequente.

O lapso temporal no qual a coleta de dados será realizada serão os anos de 2021, 2022 e 2023 (até junho). Esse processo no qual as categorias descobertas são expandidas e



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

redimensionadas será realizado até a saturação. Logo, os dados serão coletados sobre uma categoria até que nenhuma nova informação seja percebida. Os grupos do Telegram elegidos, a princípio, são o “Infovac – Vacinas”; “Médicos pela Vida C19 Oficial”; “ANTI-VAX”; “Hospício Lotado”; “VACINAS É = A MORTE” e “Hestia_Guardiã”.

A investigação se justifica diante da baixa cobertura vacinal atual no país. Por exemplo, em janeiro de 2023, o Brasil contava com menos de 4% das crianças abaixo de 5 anos vacinada contra a COVID-19 (LEITE, 2023), mesmo que houvesse mortes em razão do agravamento da doença em 2022 (G1, 2022) e com a aprovação do uso do imunizante para essa faixa etária desde julho do mesmo ano (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022a). Um dos fatores relevantes para a baixa cobertura vacinal, mas não o único, é a desinformação em saúde, facilitada pelas redes sociais e serviços de mensageria digital. Portanto, a investigação busca contribuir na compreensão da forma com a qual os serviços de mensageria digital fortaleceram o redemoinho de forças de extrema direita, dentre elas, a do Movimento Antivacina (MAV). Esse ecossistema de forças possui variadas manifestações, sendo uma delas o crescimento da hesitação vacinal estimulado pelo ódio antigênero o qual ora direciona conteúdo antivacina às mulheres, ora prega LGBTQIA+fóbia. Para tanto, realiza investigação sobre as estratégias de comunicação de grupos antivacina na plataforma Telegram e, dessa forma, busca contribuir com o enfrentamento a desinformação, melhor comunicação em saúde e promoção de políticas de vacinas democráticas, horizontalizadas e solidárias.

Vale pontuar que a opção pelo Telegram se deve a alguns fatores relevantes: atualmente o serviço de mensageria está presente em mais de 65% dos telefones brasileiros e é uma das principais redes com conteúdo de extrema direita no Brasil (TEREZA et al., 2022). Em geral, os usuários inseridos em determinados grupos do Telegram sentem a liberdade de não serem repreendidos por ideias não socialmente aceitas, liberdade dificilmente encontrada fora dessa e de outras plataformas.

O Telegram ganhou ainda mais relevância após as restrições impostas pelo Whatsapp, Facebook e Youtube no que tange a desinformação. Mesmo que insuficientes, essas plataformas começaram a realizar checagem, dificultando possíveis fake news. Assim,



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

menções à COVID-19 e vacinas passaram a ser acompanhadas de uma verificação sobre o conteúdo, pressionando usuários interessados nos temas a migrar para a plataforma que não possuía uma política de verificação. Além disso, o Telegram possibilita a livre criação de grupos, com limite de 200 mil usuários, e não possui restrição de compartilhamento de informações. Logo, o aplicativo possui forte presença dos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros movimentos e figuras com proximidade ao seu campo político, dentre elas, o movimento antivacina.

Os principais resultados obtidos demonstram que a crescente presença do mundo digital em nossas vidas e na forma com a qual nos relacionamos aponta para a importância de compreendê-lo mais a fundo, dando ênfase a forma com a qual computadores e smartphones operaram grandes modificações em nossas percepções e comportamentos (SCHEREN, 2023). Os resultados demonstram como o espaço virtual não é neutro, pelo contrário, ele tem funcionamento de câmera de eco, logo, se uma pessoa busca e consome determinado tema, mais as estruturas das plataformas – seus algoritmos – entregarão esse conteúdo, reforçando seu próprio ponto de vista. Isso gera uma segregação ideológica na medida em que não expõe a pessoa a conteúdos divergentes do que já acredita (ALMEIDA, 2019).

Os resultados demonstram a forma com a qual os canais e grupos antivacina fugiram do seu tema principal em determinados períodos históricos, como foram os casos do período eleitoral (no intuito de apoiar a candidatura do ex-presidente Jair Bolsonaro e outras figuras do mesmo campo político), da mobilização de acampamentos em frente aos quartéis após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e do ato antidemocrático de 08 de janeiro de 2023. Mesmo atualmente, com a derrota do ex-presidente e com o avanço do movimento pela vacinação, os grupos permanecem com grande volume de mensagens. Vale comentar que em razão do apoio desses grupos aos atos antidemocráticos de 08 de janeiro, alguns sofreram um esvaziamento, enquanto outros mudaram de nomes para que não fossem bloqueados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

A coleta de dados dos grupos antivacina elegidos pela pesquisa demonstram o discurso associado à racionalidade neoliberal e sua lógica individualista, de autorresponsabilidade e independência do outro. Possibilitando diálogos entre a precariedade, o neoliberalismo e a conjuntura sociopolítica brasileira. Os resultados dialogam com alguns dados acerca da vacinação no Brasil, tais como estudos que indicam que as coberturas vacinais anteriores à pandemia variavam de acordo com indicadores socioeconômicos e os que demonstram que a vacinação contra COVID-19 varia de acordo com gênero e raça (DE MORAES et al., 2003; SOU CIÊNCIA, 2022).

Além disso, a coleta de dados demonstra as formas com as quais o movimento antivacina atua com a retórica de ódio antigênero (BRASIL, 2023), relacionando os dados que pregam a necessidade de proteção das crianças, que abordam a contaminação do leite humano por vacinas e as vacinas como causadoras de aborto, com a manutenção de unidades familiares como espaços individualizantes de cuidado. Além disso, demonstram as formas com as quais o movimento antivacina atua com uma retórica de ódio antigênero, imerso em discurso LGBTQIA+fóbico, o qual foca principalmente na população trans como inimiga.

Dessa forma, a investigação estabelece diálogos entre a extrema direita e a ascensão da racionalidade neoliberal, especificamente no sul global. Assim, percebe-se que o momento histórico de ruptura democrática e perda de direitos contribuiu para a ascensão do movimento antivacina. Os dados demonstram que o movimento antivacina faz uso de novas formas de conceber a liberdade, especificamente a liberdade de não se vacinar, tratando-se de uma liberdade moralizada e concebida como fonte de ação de escolhas individuais, sendo cada indivíduo único responsável pelo empreendimento da sua vida. Por fim, os dados também demonstram que pautas típicas do movimento antivacina, tais como críticas à indústria farmacêutica e teorias da conspiração diversas, também se mostram como ofensivas antigênero que usam a retórica da defesa da família, das crianças e da moral e argumentos LGBTQIA+fóbicos para expandir sua capilaridade.

Palavras-chave: antivacina; precarização; neoliberalismo; gênero.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Amanda Milleo. **MOVIMENTO ANTIVACINAS NA INTERNET: DA APROPRIAÇÃO E RECIRCULAÇÃO DO JORNALISMO DE SAÚDE AO EMPODERAMENTO DE GRUPOS NO FACEBOOK**. 2019. Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR, 2019.

BRASIL. **Relatório de recomendações para o DISCURSO DE ÓDIO E AO EXTREMISMO NO BRASIL**. Brasília: Governo Federal, 2023. vol. 1.

CHARMAZ, Kathy. **Constructing Grounded Theory: a Practical Guide through Qualitative Analysis**. 1o ed. London : SAGE Publications , 2006.

DE MORAES, José Cássio; DE ALMEIDA RIBEIRO, Manoel Carlos Sampaio; SIMÕES, Oziris; DE CASTRO, Paulo Carrara; BARATA, Rita Barradas. Qual é a cobertura vacinal real? **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, vol. 12, no 3, set. 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1984.

G1. Em 2022, uma criança de 6 meses a 5 anos morreu por Covid-19 por dia no Brasil. 14 dez. 2022. **G1**.

LEITE, Cinthya. COVID CRIANÇAS: menos de 4% das crianças abaixo de 5 anos foram VACINADAS contra covid-19 no Brasil. 19 jan. 2023. **UOL**.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Anvisa aprova uso emergencial da CoronaVac para crianças de 3 a 5 anos. 13 jul. 2022.

OMS. **Ten threats to global health in 2019**. 2019. Disponível em: who.int/newsroom/spotlight/ten-threats-to-global-health-in-2019. Acessado em: 6 mar. 2023.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

SCHEREN, MARIA LUIZA. **Discursos pandêmicos: as interações discursivas sobre a Covid -19 dentro dos grupos bolsonaristas no Telegram.** 2023. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis, 2023.

SOU CIÊNCIA. **Adesão à vacina tem classe, raça e gênero.** 25 ago. 2022.

TEREZA, Ana; MARRA DE SOUSA, Lopes; ALMEIDA, Rafael; ABRÃO, Ferreira; HUGO, Vitor; SANTOS, Dos; GAJUS, Brenda Neris. **Mundo e Desenvolvimento. Fake news em grupos bolsonaristas: a construção da China como uma ameaça externa.** [S. l.: s. n.], 2022.



O desmonte das políticas habitacionais por um governo reacionário

Políticas de vivienda discontinuadas por un gobierno reaccionario.

Housing policies discontinued by a reactionary government.

BORGES, Clarianne B., UC/PT PT³⁹

GONÇALVES, Raquel G., UFMG⁴⁰

Este estudo trata do papel a ser exercido pelo Estado na atenção aos direitos de moradia. A partir da verificação da drástica redução dos investimentos federais na esfera da habitação social nos anos 2019 a 2022, apresenta-se uma crítica à influência determinante, neste período, da agenda ultraliberal nas escolhas políticas e orçamentárias. Sobre essas bases, considerando que o programa Casa Verde e Amarela tenha, na realidade, significado a descontinuidade de políticas de habitação pelo governo federal, o objetivo do trabalho consiste em demonstrar que a corrente de extrema direita tem maior probabilidade de exercer influência em processo concentrado de tomada de decisão relacionada a políticas de habitação. Utiliza-se como hipótese a ideia de que a ausência de governança plural, que viesse a incluir a perspectiva das classes vulneráveis nos processos de escolhas políticas na área de habitação social, seria um fator de volatilidade em circunstância de alternância de governo. Ao mesmo tempo, aponta-se que os movimentos insurgentes e contrários à lógica reacionária se intensificam em um momento de perda de direitos sociais. Para o teste de hipótese, serão utilizadas referências bibliográficas que relacionam os campos da Arquitetura, da Economia Política e do Direito Urbanístico, notícias veiculadas pela mídia, bem como será empreendida uma análise dedutiva tanto dos dados de déficit habitacional fornecidos pela Fundação João Pinheiro quanto dos dados de orçamento destinados à política de moradia, constantes no SIGA Brasil, desenvolvido pelo Senado Federal, em

³⁹ Doutoranda em Arquitetura na Universidade de Coimbra.

⁴⁰ Professora Associada do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

recorte temporal de 2009 a 2022. Este período permite confrontar os números orçamentários do Minha Casa Minha Vida, em governos distintos, com os reduzidos aportes do Casa Verde e Amarela. Ao final, o estudo pretende responder à questão: a concentração da tomada de decisão consiste em fator que contribui para a descontinuidade de política de habitação em face da alternância de governo? Nessa perspectiva, o trabalho procura contribuir para o debate sobre a tensão formada pelo papel do Estado na garantia de bem-estar social e de acesso amplo à cidade versus a atuação de forças ultraliberais para que esse papel não seja desenvolvido. A agenda da ultradireita frequentemente entra em rota de colisão com as políticas de habitação social, com a defesa do chamado “Estado mínimo”. Deve-se destacar que “não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante” (Santos, p. 66, 2003). O argumento é que a ausência do Estado viria a viabilizar o livre atendimento pelo mercado imobiliário das demandas individuais. Esta liberalidade, contudo, não leva em conta as complexas dinâmicas socioeconômicas e os fatores históricos de desigualdade habitacional. Despejos, gentrificação e a crescente inacessibilidade às áreas urbanas para as classes trabalhadoras são problemas raramente abordados de forma adequada pelo pensamento liberal. A visão limitada sobre a efetividade de políticas de habitação pode resultar em falta de investimento em moradia para grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de tal modo a recrudescer ainda mais as desigualdades existentes entre aqueles que tomam decisões e aqueles que, no máximo, podem se deixar convencer pelas decisões tomadas sobre sua própria moradia. Os centros de poder articulam ações que pretensamente visariam a apoiar populações periféricas, todavia, tomam decisões que, quase sempre, se investem de racionalidade econômica, mediante a influência liberal. Segundo relatório da Fundação João Pinheiro (2021), o Brasil registrou, em 2019, um déficit de 5,876 milhões domicílios, sendo 5,044 milhões situados em áreas urbanas e 832 mil em áreas rurais. Para a mitigação deste quadro, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), lançado no governo Lula, havia se demonstrado promissor, a despeito dos aprimoramentos que se demonstraram necessários e de inúmeras críticas pertinentes. Todavia, o governo Bolsonaro preferiu não trabalhar a melhoria do MCMV e optou por substituí-lo pelo programa Casa Verde e Amarela, no qual foram alocados



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

parcos recursos, revelando-se, em realidade, uma ação pela descontinuidade da política habitacional. Os dados sobre os financiamentos desses programas habitacionais apontam nesse sentido, haja vista o registro de declínio significativo no período parcialmente analisado, com quase nenhum investimento em novos projetos entre os anos 2019 e 2022 (Inesc, 2023). O governo Bolsonaro limitou consideravelmente o acesso a compra de imóveis para pessoas nas faixas de renda mais baixas. Ao longo de quatro anos, houve um decréscimo nos fundos destinados a subvenções, conforme estabelecido pela lei que instituiu o programa habitacional Casa Verde e Amarela. A execução financeira diminuiu regressivamente durante o governo anterior, chegando, nos dois últimos anos de gestão, a destinar recursos abaixo de R\$ 30 milhões. Entre 2019 e 2022, a execução financeira da função habitação foi assim distribuída: i) em 2019, dos 37 milhões autorizados, foram executados 78,8 milhões; ii) em 2020, dos 99,2 milhões, executaram-se 62,1 milhões; iii) em 2021, dos 111,3 milhões, somente, 26,9 milhões foram efetivamente executados, iv) em 2022, dos 44,6 milhões, o governo executou 29,7 milhões para o setor (Inesc, 2023). Comparando com o "Relatório de Avaliação: Programa Minha Casa Minha Vida", divulgado pelo Ministério da Economia em dezembro de 2020, desconsiderando-se os recursos do FGTS, o MCMV recebeu um aporte total de R\$ 129,8 bilhões no período de 2009 a 2019, resultando em uma média anual de R\$ 11,8 bilhões, ajustada para os valores de 2019 (Brasil, 2021). O declínio acentuado da destinação de recursos correlaciona-se a outras duas estatísticas essenciais para o estudo do direito à moradia e do bem-estar social. De acordo com informações do Ipea, a população em situação de rua no Brasil cresceu 38% entre 2019 e 2022, totalizando 281.472 pessoas (Brasil, 2023). Paralelamente, um levantamento realizado pela Campanha Despejo Zero mostrou que, entre agosto de 2020 e maio de 2022, houve aumento de 393% no número de famílias despejadas no país – despejos e remoções forçadas, que afetam principalmente a população vulnerável, negra e as mulheres residentes nas cidades brasileiras (FNRU, 2021). A luta pelo direito à moradia e à cidade envolve a democratização da cidade, e passa pelo enfrentamento cotidiano de conflitos entre correntes progressistas e atores liberais com forte penetração no Estado. Por um lado, para a parte mais extremada dos liberais, o Estado deveria se comportar como uma empresa a favorecer o acúmulo de capital em seus múltiplos domínios (Gonçalves; Paiva, 2023). Por outro lado, destaca-se que o processo de



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

aprimoramento democrático poderia se estabelecer em bases inclusivas, destinadas, efetivamente, à redução do déficit habitacional e ao enfrentamento da precarização da habitação, com ações integradas entre o poder público, o destinatário do programa e o espaço urbano (Tramontano, 1997). No atual contexto, o urbanismo padronizado tende a negar as áreas informais, por considerá-las caóticas, diversas e complexas e, portanto, um elemento complicador para a cidade utópica e para o status quo da escala de poder centro-periferia, a qual tende a excluir certos atores dos circuitos de racionalidade hegemônica, demandando ações para contornar as irracionalidades urbanas. É dentro dessa perspectiva e diante de cenário tão adverso que surgem as chamadas contrarracionalidades – um conjunto de práticas que se opõem à lógica dominante e que concede aos lugares de periferia, enquanto lugar não-hegemônico, alternativa aos padrões de urbanização vigentes nas centralidades das cidades (Santos, 2009). As contrarracionalidades reafirmam a existência de uma periferia irradiadora de normatividades e padrões e contrariam a arbitrariedade da arquitetura e do urbanismo produzidos pelos centros de poder ultraliberais. Nessa lógica de que atores centrais da política dominam o processo decisório e restringem o acesso à cidade, estaria presente uma simplificação do espaço, uma redução de sua diversidade pelo estabelecimento de diálogos voltados ao convencimento. Mouffe (2015) considera que o consenso não é política, mas a redução da pluralidade, uma vez que abafa o conflito e impede a expressão de ideias dissonantes. O fundamento da democracia seria, ao contrário, justamente a manutenção do conflito em sua forma agonística, o que teria um papel, inclusive, de impedir a manifestação mais radical de adversidades, na formação de inimizades e antagonismos. Nesse aspecto, a cidadania consiste em um status que se conquista e se molda continuamente por meio do conflito e da reflexão crítica sobre a realidade (Gonçalves; Paiva, 2023). Não se pode perder de vista que os próprios espaços urbanos se relacionam com a distribuição de poder, na medida em que se consolidam em ações intencionais, mas também em práticas coletivas fluidas e improvisadas (Simone, 2004). Assim, dentro do aspecto da fluidez e da formação de novas centralidades, o espaço informal precisaria ser legalizado (Castela, 2011) e ser reconhecido no conflito das diversidades. Desse modo, está presente a necessidade de se analisar se o estado adota um planejamento urbano homogêneo, tornando-se o mantenedor do centro como espaço de poder e, à vista disso, criador de normas centrais



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

que determinam o uso e os espaços da cidade (Velasco; Gonçalves, 2022), ou se pode ser fomentador constante de novas possibilidades. Não cabe, diante da realidade urbana brasileira, pensar em planejamento ultraliberal, excludente. A espontaneidade urbana e o reconhecimento de que os centros de poder, representados por prédios e monumentos dos centros comerciais e urbanos, excluem os atores da periferia consiste em uma racionalidade do planejamento urbano vocacionada para o resultado empresarial. O espaço se molda por meio de muitas vozes e seria possível considerá-las para concepção de espaços urbanos mais igualitários e inclusivos. A construção de comunidades fundadas em pluralidades e que pudessem zelar pelos elementos gráficos do lugar seriam fatores de enriquecimento do tecido urbano e das normas que regem a cidade (Hayden, 1997). É preciso compreender, portanto, que a cidade é centro e periferia, é diversidade, são inúmeras vozes urbanas. Com efeito, o estado, assim como a sociedade, tem um compromisso social de efetivar o direito à cidade – “não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (Lefebvre, p.139, 2008). A cidade democrática não é compatível com uma linearidade de princípios, de padrões normativos, de centralidade única. Para ser democrática, a cidade precisa albergar todas as suas partes e tudo que elas produzem, e isso inclui aceitar as periferias e saber lidar com as dissonâncias nelas existentes, as lutas e reivindicações por equidade. A consideração das partes no planejamento urbano, portanto, é a afirmação da cidade democrática e a garantia do direito à cidade. Henri Lefebvre (1968) argumenta que os espaços urbanos informais e a sua apropriação pelos cidadãos seriam vitais para uma cidade mais democrática e participativa. Nessa perspectiva, a busca por direitos relacionados à terra, ao espaço geográfico e à habitação emerge como uma resposta às necessidades de comunidades socialmente marginalizadas para acessar e participar da vida urbana, acesso esse que é frequentemente negado devido a uma lógica de desenvolvimento urbano que favorece os grupos dominantes. É importante notar que esses grupos dominantes são predominantemente compostos por homens, devido a uma estrutura social historicamente patriarcal que os beneficia em sua trajetória para posições de poder. Assim, não apenas o aparato estatal, mas também todas as organizações que são veículos do capitalismo, podem ser consideradas como representantes desse poder



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

masculino hegemônico (Zerbinato; Avelar; Gonçalves, 2020). Com base nessas considerações, o trabalho se dividirá em três seções: i) a primeira destinada a abordar o histórico da habitação social no Brasil; ii) a segunda tendo o objetivo de fornecer dados sobre as políticas habitacionais nos anos de 2009 a 2022; iii) a terceira para demonstrar questões ligadas às contrarrazões. Neste momento, em caráter provisório, o estudo conclui que a concentração de tomada de decisão em política de habitação social consiste em um dos fatores a torná-la vulnerável a correntes regressistas do acesso ao território da cidade, em situações de alternância do poder federal. Portanto, enquanto a ultradireita argumenta que a liberdade e a autonomia individual geram desenvolvimento, os números recentes demonstram, ao contrário, que a descontinuidade de políticas habitacionais e a concentração da tomada de decisões têm sujeitado as políticas à eventualidade da alternância de governos com resultados em aumento do déficit habitacional e do número de pessoas em situação de rua.

Palavras-chave: Política habitacional; desmonte; agenda ultraliberal; periferia; direito à cidade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. (2023). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília.

BRASIL. (2021). **Relatório de Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida**. Governo Federal.

CASTELA, Tiago Luis Lavandeira. (2011). **A Liberal Space: A History of the Illegalised Working-Class Extensions of Lisbon**. Doctor of Philosophy in Architecture University of California, Berkeley.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. (FNRU). (2021). **Fique em casa! Mas que casa?** O desmonte das políticas habitacionais, os despejos na pandemia, e a unificação da luta pela vida no campo e na cidade da Campanha Despejo Zero. Dossiê FNRU, Capítulo políticas habitacionais e despejos.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). (2021). **Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil:** principais resultados para o período de 2016 a 2019. Belo Horizonte.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

GONÇALVES, Raquel Garcia; PAIVA, Ricardo Viana. (2023). **Danos colaterais nas cidades neoliberais:** reflexões a partir do rompimento da barragem do córrego do feijão em brumadinho/mg/brasil. il. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 19, n. 2, p. 135-155.

HAYDEN, Dolores. (1997). **The Power of Place:** Urban Landscapes as Public History and Building Suburbia. MIT Press.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Inesc). (2023). **Depois do desmonte:** Balanço do Orçamento Geral da União 2022. Brasília.

LEFEBVRE, Henri. (2008). **O Direito à Cidade.** 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro.

LEFEBVRE, Henri. (1968). **L'Irruption de Nanterre au Sommet.** Paris: ed. Syllepse.

MARICATO, Erminia. (2000). **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Org. ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. Petrópolis: Vozes.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político.** 1. ed. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

SANTOS, Milton. (2003). **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, Milton. (2009). **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp.

SIMONE, Abdoumalig. (2004). **For the City Yet to Come:** Changing African Life in Four Cities Duke. University Press.

TRAMONTANO, M. (1997). **Habitações, metrópoles e modos de vida.** Por uma reflexão sobre o espaço doméstico contemporâneo. 3º. Prêmio Jovens Arquitetos, categoria "Ensaio Crítico". São Paulo: Instituto dos Arquitetos do Brasil / Museu da Casa Brasileira.

VELASCO, Mauricio; GONÇALVES, Raquel Garcia. (2022). **Atuação do Estado e segregação:** a questão da habitação em São João Nepomuceno/MG. arq.Urb, (34), 54–68.

ZERBINATO, Isabel Mayumi Garcia; AVELAR, Laura Melo; GONÇALVES, Raquel Garcia. (2020). **O Protagonismo Feminino nos Movimentos Sociais de Moradia.** V Congresso Interdisciplinar de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão Universitária. Centro Universitário Izabela Hendrix. Belo Horizonte.



**Territórios Eleitorais no Pará: influência das dinâmicas
produtivas e político-ideológicas na definição do voto para
Presidente da República, 2014 a 2022.**

*Territorios electorales en Pará: influencia de las dinámicas
productivas y político-ideológicas en la definición del voto para
Presidente de la República, 2014 a 2022.*

*Electoral Territories in Pará: influence of productive and political-
ideological dynamics in defining the vote for President of the
Republic, 2014 to 2022.*

André Vicente do Rosario Marinho, UNAMA⁴¹

Helena Lúcia Zagury Tourinho, UNAMA⁴²

Apresentação

Enquanto construção social, o processo eleitoral é permeado por relações de poder e se processa mediante múltiplas escalas que se articulam e são reguladas por redes hierarquizadas. Tais redes proporcionam a interlocução entre atores sociais de regiões e territorialidades distintas.

O poder vem sendo definido de distintas maneiras. Para Raffestin (1993), é o controle dos processos sociais territorializados em um determinado limite geográfico. Segundo Foucault (2006, p 182-183), é algo que se exerce em rede, a partir de sua capilaridade. Arendt (2007) todo poder é ato de concessão sem exercício da força ou violência, por isso, é apenas potencial. Na tentativa de agrupar tais contribuições, podemos dizer que o poder é o ato de permissão de um determinado segmento, classe ou grupo social a

⁴¹ UNAMA (Universidade da Amazônia).

⁴² UNAMA (Universidade da Amazônia).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

outro(a), para representar seus interesses individuais e coletivos, dentro de um determinado limite espacial e temporal, visando à manutenção e ao controle por meio da disciplina e da vigilância.

As redes de poder são imbricadas; articulam e interligam múltiplas territorialidades e produzem contradições e conflitos face à constante tentativa de invisibilizar o que é diferente. Em todas as sociedades organizadas há interesses antagônicos, sendo a política, conforme Castro (2005), a principal forma de gerenciar e controlar as divergências.

No Pará, os conflitos moveram a história da formação territorial. Sobretudo a partir dos anos 1960s, nota-se, nesse Estado a inserção de diversas frações do capital e do trabalho mediante o avanço de variadas frentes econômicas e demográficas. O agronegócio, a exploração de recursos minerais e vegetais em moldes capitalistas, a ocupação e/ou extração ilegal de recursos naturais em territórios ancestrais têm ampliado, ainda mais, as contendas, inclusive ameaçando a existência de povos e modos de vida originários.

Nesse contexto, a agenda conservadora vem ganhando espaços importantes de poder e representação política no Pará, assim como no país. Para Malheiro (2022), a sustentação da agenda ultraliberal no Brasil, em especial na Amazônia, se ergue a partir de processos espaciais relacionados à expansão das commodities, do negacionismo e da fé evangélica neopentecostal.

Considerando que as elites, geralmente, estão articuladas à base produtiva do capital que predomina em cada recorte territorial e que, por esse motivo, refletem e defendem interesses privados de grupos e corporações ali instalados, o presente artigo objetiva identificar as tendências político-ideológicas do eleitorado paraense por mesorregião do estado nas eleições presidenciais entre 2014 e 2022.

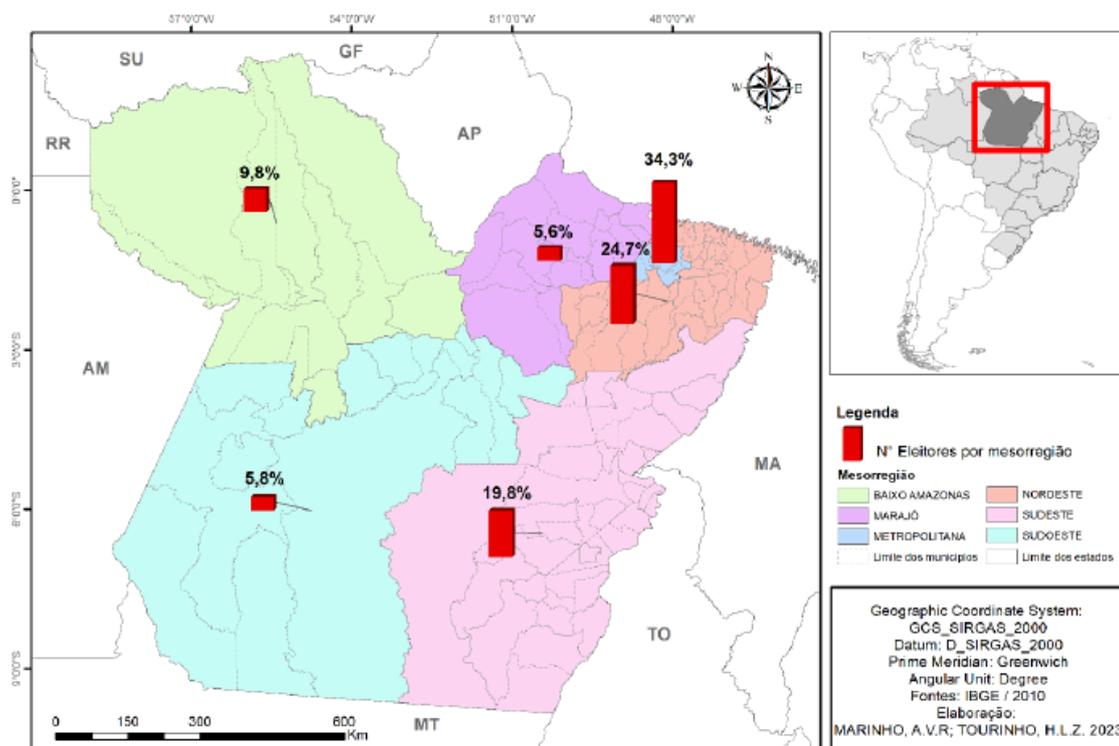
Para isso, após esclarecer os conceitos de poder, hegemonia e território utilizados, faz-se breve caracterização do perfil do eleitorado e das mesorregiões paraenses. Na

sequência, apresentam-se os resultados dos dois turnos das eleições majoritárias para Presidente da República de 2014, 2018 e 2022, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desagregados por mesorregião. Por fim, são feitas inferências sobre a relação das preferências político-ideológicas dos votantes com os interesses das elites mesorregionais.

Breve caracterização do eleitorado paraense

O Pará compõe a Amazônia Brasileira. Totalizando 1.245.870,704 km² e abrigando população de 8.116.132 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE Cidades), o Estado é o 9º maior colégio eleitoral do Brasil com 6.082.312 eleitores aptos, distribuídos em 144 municípios, 100 zonas eleitorais, 5.355 locais de votação e 19.707 seções eleitorais (TSE, 2022a).

Figura 1: Percentual de eleitores por mesorregiões do Pará, 2022.



Fonte: IBGE/TSE, 2022 (Elaborado pelos autores)



Em 2022, do total dos eleitores, 15,2% eram considerados analfabetos ou analfabetos funcionais (sabem ler e escrever), 32% possuíam o ensino fundamental completo ou incompleto, 41,3% o médio completo ou incompleto (maior faixa), e apenas 11% o superior completo ou incompleto (TSE, 2022b). A maior concentração de eleitores está na mesorregião Metropolitana com 34,8% do total, seguida pelas mesorregiões Nordeste (24,7%), Sudeste (19,8%), Baixo Amazonas (9,8%), Sudoeste (5,8%) e na mesorregião do Marajó (5,6%) (Figura 1).

Um olhar a partir das mesorregiões

Cada mesorregião possui características demográficas, socioeconômicas e espaciais distintas, que repercutem no comportamento dos eleitores.

Com relação ao PIB, as mesorregiões Metropolitana e do Sudeste Paraense são as que mais contribuíram com o valor total do PIB do estado (FAPESPA, 2020). De ocupação mais antiga, as mesorregiões Metropolitana, Baixo Amazonas e parte do Nordeste Paraense têm sua origem e formação ligadas aos primórdios da ocupação portuguesa, desde a fundação de Belém (séc. XVII) até a colonização das margens dos principais rios da região comandada pelos padres jesuítas e, posteriormente, pela política pombalina (séc. XVIII) (TAVARES, 2008). Em função do longo processo de ocupação, a população dessas mesorregiões desenvolveu forte relação de pertencimento e identidade territorial com o estado.

O segundo momento corresponde ao período da implantação dos grandes projetos e da abertura de estradas iniciado a partir da década de 1950, quando se ampliou a ocupação do sudeste e sul do Pará. Nesse período, muitos municípios foram criados e o processo migratório incentivado por projetos desenvolvimentistas direcionaram massivos contingentes populacionais para região (TAVARES, 2008). Nesse contexto, foram introduzidos costumes e culturas de outras regiões, manifestados em hábitos alimentares, musicais e econômicos distintos das demais mesorregiões do estado, criando práticas sociais e afinidades políticas diferenciadas.

Parte desse processo se reflete no perfil da base produtiva de cada mesorregião. Nos municípios das mesorregiões Metropolitana, Baixo Amazonas e Nordeste, a economia



é mais votada para o setor de serviços, que correspondeu a 62%, 58% e 57% do PIB, respectivamente. Outros fatos que merecem destaque, são: o alto grau de informalidade na mesorregião Metropolitana, que chegou a mais de 50% da População Economicamente Ativa (PEA); e, o elevado número de pessoas abaixo da linha da pobreza no Baixo Amazonas, com 48,88% (CORDEIRO, et al, 2017; SOARES, et al, 2018; VENTURA, et al, 2020)

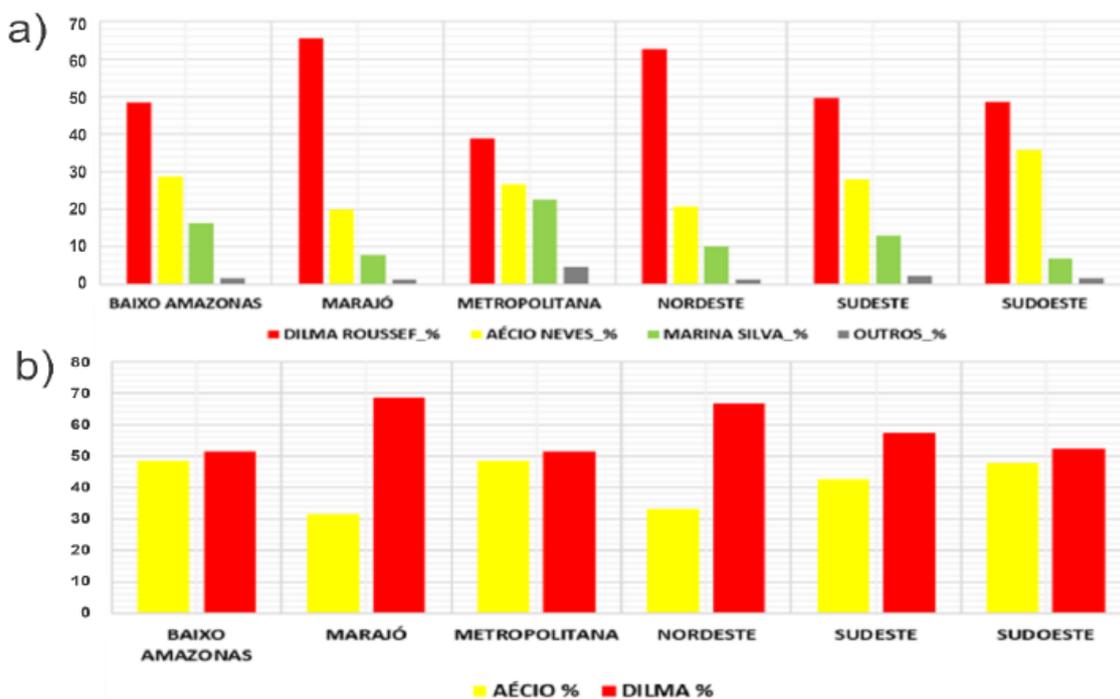
No Sudeste e o Sudoeste do estado a base produtiva está alicerçada em duas frentes dinâmicas: a agropecuária e a mineração. Este panorama foi intensificado a partir da década de 2000, com a reprimarização da economia por meio de commodities, principalmente da soja e gado (CARVALHO et al, 2016; SANTOS, 2017). A relação dessas mesorregiões com o agronegócio, aproxima esses setores de pautas políticas conservadoras e ultraliberais, que tem no uso predatório dos recursos naturais a sua fonte de lucro e poder.

Ressalte-se que as mesorregiões Sudeste e Sudoeste, hoje são as principais portas de entrada para as políticas de integração da Amazônia ao capitalismo nacional e internacional. Como se nota, há diferenças marcantes nos padrões de formação territorial e na base produtiva das mesorregiões paraenses, que irão influenciar nos hábitos e costumes culturais e sociais, dentre eles o posicionamento político-eleitoral.

Resultados das eleições para Presidente da República, nas mesorregiões paraenses, entre 2014 e 2022

Em 2014, a eleição para Presidente do Brasil foi polarizada entre o Partido dos Trabalhadores (PT) com Dilma Rousseff e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) que apresentou a candidatura de Aécio Neves. O resultado do primeiro turno deu vitória a Dilma em todas as mesorregiões paraenses, no entanto, com menor amplitude nas mesorregiões Sudeste, Sudoeste e Metropolitana (Figura 2a). No segundo turno, a candidata do PT continuou mantendo a dianteira em relação à candidatura do PSDB (Figura 2b), contudo, a diferença dos votos entre os dois candidatos não foi tão ampla como no primeiro turno, o que indica a migração dos votos dos candidatos derrotados no 1º turno para Aécio Neves (Figura 2 a e b).

Figura 2: Votação percentual por mesorregião do Pará para Presidente da República no 1º e 2º turnos, 2014.



Fonte: TSE (2022)

Em 2018, o PT voltou a disputar a eleição presidencial com Fernando Haddad, que obteve 29% dos votos contra Jair Bolsonaro com 46% da votação. Apesar do pequeno arco de alianças, Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) em coligação com o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), venceu o primeiro turno. No Pará, Haddad conquistou 41,39% contra 36,19% de Bolsonaro no primeiro turno. O petista venceu no Baixo Amazonas, Nordeste Paraense e Marajó, já Bolsonaro venceu nas mesorregiões Metropolitana, Sudeste e Sudoeste (Figura 3a). No segundo turno, Haddad manteve a liderança nas mesorregiões onde venceu no primeiro turno e, mesmo derrotado no plano nacional, ganhou a eleição no estado do Pará com 54,81% votos válidos contra 45,19% de Jair Bolsonaro do PSL (Figura 3b).



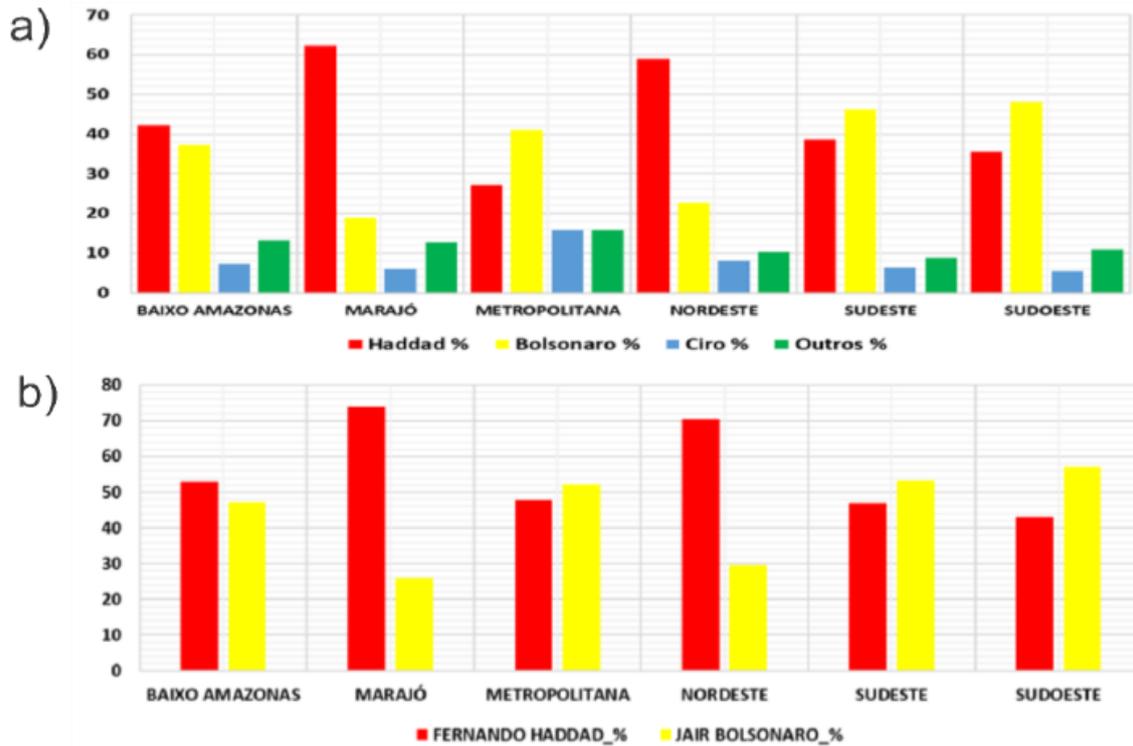
II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Figura 3: Votação percentual por mesorregião do Pará para Presidente da República no 1º e 2º turnos, 2018

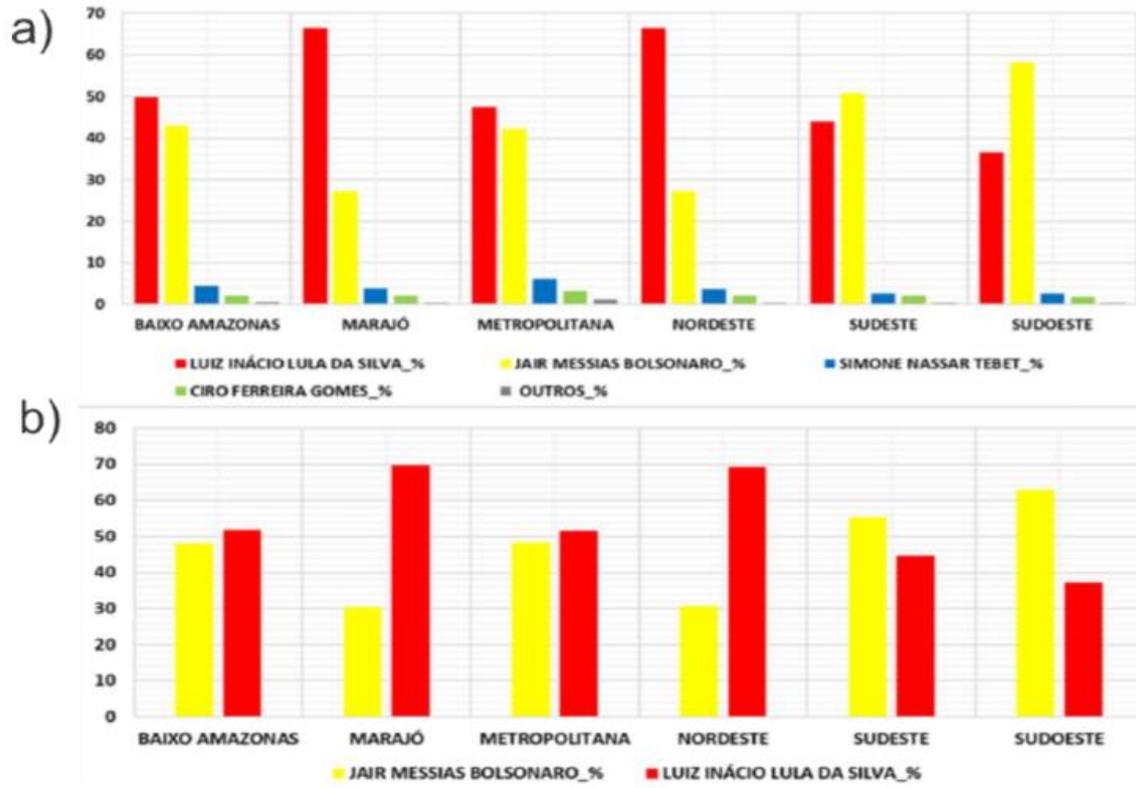


Fonte: TSE (2022)

Em 2022, com a candidatura liberada pela justiça, Lula passou a liderar as pesquisas de opinião, enquanto Bolsonaro, agora no Partido Liberal - PL, conseguia atrair parte da base do chamado “centrão” para sua candidatura. O candidato do PT venceu nas mesorregiões do Baixo Amazonas, Marajó e Nordeste Paraense e Metropolitana. Já Bolsonaro, ganhou nas mesorregiões Sudeste e Sudoeste do Pará. (Figura 4a). No segundo turno, o quadro se manteve com as mesmas médias na votação por mesorregião, dando a Lula a vitória no Pará e no Brasil (Figura 4b).



Figura 4: Votação percentual por mesorregião do Pará para Presidente da República no 1º e 2º turnos, 2022.



Fonte: TSE (2022).

Os dados das três últimas eleições presidenciais no Pará, portanto, evidenciam a preferência às candidaturas: de centro-esquerda a esquerda dos eleitores das mesorregiões Baixo Amazonas, Marajó e Nordeste Paraense; de direita e centro-direita das mesorregiões Sudeste e Sudoeste. No caso da mesorregião Metropolitana mostram oscilação, ora na direção da esquerda e centro-esquerda, ora para a direita e centro-direita.

Buscando interpretar os resultados

O processo eleitoral é extremamente complexo e a escolha do voto envolve, também, aspectos subjetivos. Todavia, reflete as dinâmicas da sociedade dividida em classes antagônicas e grupos com distintos interesses em luta. Neste estudo buscou-se mostrar as diferenças, no território, do comportamento dos votos para a Presidência da



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

República no Pará, assim como apontar alguns processos socioeconômicos que podem ter influenciado nas preferências do eleitorado paraense por mesorregião.

Os dados analisados permitem constatar diferenças claras no comportamento ideológico do voto no território paraense. Sugerem que: (i) nas mesorregiões Sudeste e Sudoeste (25,6% dos eleitores), onde as atividades do agronegócio e da exploração mineral são mais fortes e recentes, a influência e o papel de elites dos setores mais conservadores sobre o eleitorado é significativa, contribuindo para uma votação mais próxima da direita e centro-direita. (ii) as mesorregiões Baixo Amazonas, Marajó e Nordeste Paraense (40,1% dos eleitores), de ocupação mais antiga e em que a população tradicional tem sido impactada negativamente por grandes projetos econômicos, por sua vez, tende a votar mais à esquerda ou ao centro-esquerda. (iii) a Metropolitana (34,3% dos eleitores) é a arena privilegiada do conflito, é onde os embates entre posições ideológicas se faz de forma mais intensa.

Mesmo derrotado em 2022, o "bolsonarismo" se consolidou como alternativa política de ultradireita, agrupando diversos atores seu entorno. No Pará, estes setores se articulam por segmentos e possuem significativa influência na política local, possuindo bancada na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa do Estado. Na capital, chegou a disputar a eleição municipal em 2020, perdendo no segundo turno por uma pequena margem de votos para o candidato do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do campo da esquerda. Atualmente, se manifesta, dentre outras, por meio de pautas ambientais, criticando as intervenções do governo federal no combate ao garimpo clandestino e o desmatamento predatório.

Os primeiros resultados demonstram que existe uma certa tendência a padronização do comportamento eleitoral nas mesorregiões estudadas. Mas, essa avaliação é preliminar, necessita de aprofundamento e da consideração de outras variáveis de análise do contexto socioeconômico, político e ideológico das mesorregiões.

Palavras-chave: Dinâmicas produtivas; Processo eleitoral; Mesorregiões do Pará.



Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. A condição humana. 10º Ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2007. 174 p.

BRASIL. Tribuna Superior Eleitoral. Estatísticas Eleitorais. Resultados - 2022 - Boletim de Urna. Brasil, 2022a. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/home?p0_uf=PA&session=113446567963877>. Acesso em: 05 de jun. de 2023.

BRASIL. Tribuna Superior Eleitoral. Portal de dados abertos. Resultados - 2022 - Boletim de Urna. Brasil, 2022b. Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?tags=Ano+2022>>. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

CARVALHO, T.S.; DOMINGUES, E.P. Projeções de um cenário econômico e de desmatamento para a Amazônia Legal brasileira entre 2006 e 2030. Nova Economia, v.26 n.2, 2016. p.585-621. Disponível em: <<https://www.scielo.br/neco/a/ZCxtXxGQ9Pvd3c7H9Gv4zxR/abstract/?lang=pt>>. Acessado em: 13 de out. de 2023.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Ed. Berthand Brasil. Rio de Janeiro, 2005. 149 p.

CORDEIRO, I.M.C.C.; ARBAGE, M.J.C.; SCHWARTZ, G. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. In: CORDEIRO, I. M. C. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G. T.; SCHWARTZ, G.; OLIVEIRA, F. de A. (Org.). Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias. Belém, PA: EDUFRA, 2017. Cap. 1, p. 19-58.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 22º Ed. Paz e Terra S/A. São Paulo, 2006). 277 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>>. Acesso em: 23 de jul de 2023

MALHEIRO, B. Geografias do Bolsonarismo: entre a expansão das commodities, do negacionismo e da fé evangélica no Brasil. Amazônia Latitude Press. Rio de Janeiro, 2022. p. 96

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Relatório PIB do Pará 2020. Pará, 2020. 37 p. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1tNHx6Oin1hzLUZ4zmQroAp4ui2b4clPg/view>>. Acesso em: 18 de mai de 2023

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Ed. Ática. v 29. São Paulo, 1993. 269 p.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

SANTOS, V.M. A economia do sudeste paraense: evidências das transformações estruturais.. In. MONTEIRO, A.; CASTRO, C.N.; BRANDÃO, C.A. (Orgs). Desenvolvimento regional no Brasil: políticas estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro, IPEA, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9000/1/A%20Economia%20do%20Sudeste.pdf>>. Acesso em: 13 de out. de 2023.

SOARES, A. M.; SOUZA, H. P.; PINHEIRO, A. S. F. Pará 2030 e a Zona de Integração da Região do Baixo Amazonas/Brasil: Mudanças no perfil produtivo e impactos ambientais. Anais do IX Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental São Bernardo do Campo-SP, 2018. Disponível em: <<https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2018/XI-037.pdf>>. Acesso em: 19 de set de 2023

TAVARES, M.G.C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes a formação dos municípios. ACTA Geográfica, ano II, n. 3, 2008. p.59-83.

VENTURA NETO, R. S.; BARROS, N. S.; PONTES, J. P. X.; SANTOS; R. B. N. Dinâmica econômica da Região Metropolitana de Belém (2006-2016): impactos do social-desenvolvimentismo e efeitos da inflexão liberal recente. In. RIBEIRO, M. G.; CLEMENTINO, M .L. M. (Org.)Economia Metropolitana e desenvolvimento regional [recurso eletrônico] : do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal. 1º Ed. Letra Capital. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:<<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/economia-metropolitana-e-desenvolvimento-regional-livro-apresenta-os-primeiros-resultados-do-projeto/>>. Acesso em: 29 de set de 2023



Migrantes indígenas no Brasil: desafios no acesso ao mercado de trabalho e à proteção social aos venezuelanos

Migrantes indígenas en Brasil: desafíos en el acceso al mercado laboral y a la protección social de los venezolanos.

Indigenous migrants in Brazil: challenges in accessing the job market and social protection for Venezuelan people.

CASTRO, Carla de J. Monteiro, UFPA⁴³

BARROS, Sheyla Alves, UFPA⁴⁴

Resumo expandido

Trata-se de um objeto estudo em andamento, com objetivo de analisar como o atual estágio do desenvolvimento capitalista e o acirramento da pobreza de grandes parcelas populacionais vem condicionando fluxos migratórios ao Brasil, sobretudo na migração de cidadãos venezuelanos. Busca-se explicitar as razões e implicações desse processo migratório para a proteção social brasileira, tendo como foco a análise das ofertas realizadas pelo Estado brasileiro aos venezuelanos que se refugiam no país. Para dar validade ao estudo partimos de estudos bibliográficos e dados estatísticos oficiais do governo brasileiro.

Nosso ponto de partida se dá devido a ampliação do número de migrantes venezuelanos em diversos estados brasileiros apresentar um desafio as políticas sociais no que concerna a oferta de atendimento a essa população, sobretudo na oferta de condições materiais par garantia da proteção social. Tem-se como pressuposto o argumento de que as orientações existentes para atendimento a esses grupos populacionais não dão

⁴³ Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.
ped.carlacastro@hotmail.com

⁴⁴ Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.
sheyla.alves.barros@gmail.com



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

conta dos perfis desses grupos que apresentam diversidade de etnias, linguísticas e costumes, e que exigem do Estado um aporte mais robusto para atender a essas especificidades. Paralelo a isso, o contexto nacional pós pandemia e o avanço do processo de desmonte das políticas sociais, fruto da perspectiva neoliberal e das orientações disseminadas pelos organismos internacionais nos países periféricos, indicam a retração do investimento do Estado em ações destinadas ao enfrentamento da Pobreza, como expressão mais evidente da questão social, o que traz um cenário complexo as ofertas de serviços socioassistenciais a essa população, nos diferentes níveis de governo. Para além disso, como elemento da agenda neoliberal, a escassez de postos de trabalho formal, aumento da precarização e a crescente inserção de mão de obra “desqualificada” ao mercado informal, impõe a essa população migrante estratégias de sobrevivência que reforçam características nacionais de emprego, a exemplo da baixa remuneração, desvalorização da mão de obra feminina, além do preconceito com as diferenças étnicas.

A previsibilidade de atendimento a migrantes refugiados tem normatização no Brasil, além da Constituição Federal a Lei do Refúgio nº 9474 de 22 de julho de 1997, a Lei de Migração nº 13445, entre outras, abordam a política de atendimento a esse público em território nacional. Não obstante, a oferta de serviços a esta população também está expressa nas normativas das políticas sociais, a exemplo da política de assistência social. Entretanto, essas garantias formais não se operacionalizam de forma imediata, como podemos observar em diversos municípios onde essa população tem acessado. Por ser um movimento considerando ainda recente, a oferta de serviços, programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais a migrantes refugiados perpassam por dificuldades que vão desde o financiamento continuado do governo federal para ações de atendimento a essa população, até a falta de expertise no atendimento a indígenas venezuelanos.

Nesse sentido, a relevância da pesquisa que se pretende desenvolver está na possível contribuição ao incipiente debate da temática na discussão acerca da oferta de proteção social a refugiados venezuelanos.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

A chegada dos chamados novos fluxos migratórios no Brasil nos últimos anos, modificou o perfil da migração no contexto nacional e complexifica o conjunto de desigualdades e vulnerabilidades que atingem a população refugiada no Brasil.

Segundo dados do Ministério da Cidadania, divulgados na Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana no Brasil (2021), a presença majoritária dessa população concentra-se na região Norte, e, de maneira incipiente, no Nordeste. A pesquisa aponta ainda o mapeamento de 07 (sete) povos indígenas venezuelanos em território brasileiro.

Na referida pesquisa, destaca-se que nesse fluxo migratório há a existência de grupos pluriculturais e com diversidade linguística. Sendo realizada no primeiro semestre do ano de 2021, os dados coletados demonstram a baixa cobertura de políticas sociais a esse público, o que se traduz em maior exposição a vulnerabilidades sociais,

“Esse fluxo é decorrente da grave e generalizada violação dos direitos humanos em território venezuelano, conforme reconhecimento do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) no Brasil em junho de 2019. [Trata-se de uma população com perfil sociodemográfico plural, dado que, para além da condição de refugiada e migrante, conta com uma diversidade étnica, etária e de gênero, além de pessoas com deficiência e LGBTQI+, entre outras características. Não é rara, inclusive, sua maior exposição a vulnerabilidades sociais sobrepostas e agravadas por múltiplos fatores, inclusive sanitários, como a pandemia da doença do coronavírus (Covid-19).” (DTM, 2021, p.29)

Como uma das consequências do processo de crise do capital, o deslocamento desses migrantes venezuelanos ao Brasil traz a essas famílias a esperança da melhoria de suas condições de vida e subsistência, e em contrapartida, encontram dificuldades de inserção no mundo do trabalho, a exemplo dos indígenas Waraos⁴⁵ que possuem baixa qualificação profissional e limites na comunicação por sua especificidade linguística.

Na verdade, a raiz da crise migratória é a desigualdade entre as nações. Segundo a Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal (2009), há uma grande assimetria no desenvolvimento dos países. Alguns têm uma concentração maior de capital, comércios de bens e serviços e partem na frente na disputa de capitais. Essa assimetria tende a aumentar no decorrer do tempo, com a implantação

⁴⁵ Os Warao são um povo originário da República Bolivariana da Venezuela, que, conforme as estatísticas oficiais mais recentes (Censo de 2011), constituem a segunda etnia mais populosa do país, com cerca de 49 mil indivíduos. Falam a língua homônima, pertencente a uma família linguística isolada, e espanhol em níveis variados de fluência.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

das políticas neoliberais e o irreversível processo de globalização.
(PEREIRA et al, 2021, p.03)

Nessa linha de análise, os mecanismos utilizados para garantia de uma maior margem de lucro para o capital rebatem diretamente na ausência de emprego e no aumento acelerado do pauperismo, principalmente nos países de capitalismo periférico, impulsionando os fluxos migratórios.

As transformações recentes, experimentadas por um mundo globalizado, sob a égide neoliberal resultaram na financeirização do capital e suas crises refletiram diretamente no movimento migratório mundial. Desastres naturais e mudanças climáticas são fatores que podem incidir na decisão de pessoas a atravessar fronteiras internacionais. No entanto, a combinação do fator climático com fome, pobreza e perseguição sociopolítica, cria situações cada vez mais complexas que tendem a forçar grandes contingentes populacionais ao deslocamento.

A literatura existente traz análises que contextualizam as determinações da reestruturação produtiva do capital e suas consequências no mundo do trabalho, e o rebatimento disso nas expressões da questão social. Dessa forma a temática da migração no Brasil desafia os trabalhadores da Política de Assistência Social, sobretudo se considerarmos o agravamento das condições de vida dessa população que se constitui objeto de sua intervenção.

Aliados as consequências vivenciadas pela pandemia, desenvolve-se um complexo e perverso dilema para a oferta de proteção social a essa população: tanto na adaptação a uma nova realidade material, longe de sua terra natal, de seus costumes e crenças num país diferente, quanto na busca pela satisfação de suas necessidades humanas básicas.

O Estado, enquanto espaço de implementação das políticas públicas, propõe, formalmente, a oferta das condições “mínimas” de sobrevivência da população subalternizada, ao mesmo tempo em que expressa dialeticamente a sua função de submissão à ideologia das classes dominantes e de enfrentamento das sequelas da questão social.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Assim, as transformações do capitalismo na atualidade, orquestradas pelo ideário neoliberal produziram novas configurações na relação capital X trabalho em âmbito mundial, e conseqüentemente na realidade brasileira, alterando os padrões de necessidades da classe trabalhadora e o recuo do Estado do seu papel interventivo bem como a retração na garantia dos direitos sociais adquiridos.

Quando colocamos essas determinações na linha do horizonte da garantia de direitos da população migrante, sobretudo no acesso ao mercado de trabalho como garantia de aquisição das condições materiais de sua sobrevivência, observamos o atendimento as suas necessidades padecem dos mesmos problemas da população pobre do país.

A priori, estas questões nos levam a refletir que, ainda que haja no arcabouço legal garantias aos migrantes da igualdade de condições no tocante ao acesso a bens e serviços públicos, a sua vivência nas cidades brasileiras empreendem uma luta pela sobrevivência, tensionada pela grande massa de desempregados brasileiros.

E para entender esse contexto histórico, reconhecemos a importância do debate teórico acerca do recente processo de reestruturação produtiva do capital. De modo geral, os(as) indígenas venezuelanos encontram inúmeras dificuldades em se inserirem na 'nova' realidade, em virtude de uma série de fatores como: o baixo nível de escolaridade, as poucas ofertas de vagas no mercado de trabalho formal, além de fatores culturais como a língua e os costumes. Tais fatores, por estarem interligados, induzem a essa população a procurar postos de trabalho informais, sem cobertura de proteção social nem de direitos trabalhistas.

Segundo dados da Pnad Contínua do IBGE (2022), compilados por Janaina Feijó, pesquisadora do FGV Ibre, a população indígena é a que tem menor taxa de participação no mercado, a segunda maior taxa de desemprego e o nível mais elevado de profissionais em postos informais, onde a baixa escolaridade e a maior exposição ao emprego formal agravam a vulnerabilidade dessa parcela da população. Enquanto a taxa de participação de brancos e amarelos era de 63,2% e a de pretos e pardos 62,3%,



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

a de indígenas é de 59,7% no terceiro trimestre de 2022. Ou seja, a cada dez indígenas, apenas seis conseguem ofertar sua mão de obra no mercado de trabalho.

Entretanto, esse dado se complexifica se fizermos o recorte para identificar as condições de trabalho da população indígena venezuelana. Dados do Relatório Anual OBMigra - Observatório das Migrações Internacionais, apontam que no Brasil, a movimentação nas fronteiras e o registro dos imigrantes durante a pandemia foram bruscamente afetados, de acordo com os dados do STI, do SisMigra e do STI-Mar. Os movimentos de entrada e saída foram da casa dos milhões para a casa das dezenas de milhares a partir de abril de 2020, a entrada de imigrantes regularizados (com registros migratórios) reduziu aos menores valores em 20 anos e as solicitações de refúgio caíram a patamares comparáveis ao início da década, antes do aumento do fluxo de refugiados venezuelanos, impactando também os imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.

Dados apresentados pelo ACNUR (2020) informam que para etnia venezuelana Warao no contexto urbano, o trabalho braçal, enquanto referência a ocupações que demandam força física, como auxiliar de pedreiro e carregador, representou 6,5%; o comércio, com vendas de artesanato e itens variados de baixo custo, 6,4%; e o trabalho doméstico, 4,2%, ou seja, uma inserção precária no mercado de trabalho e, geralmente, pela via da informalidade.

Nesse sentido, as demandas dessa população migrante indígena venezuelana se adensam pelos elementos apresentados, se complexificam-no bojo da realidade onde se inserem no Brasil, e carecem de análise acerca de: a) Como sobrevivem e em que medida estão sendo assistidos na esfera da proteção social? b) Quais suas principais requisições? c) De que forma as políticas sociais garante a equidade no atendimento a esses grupos populacionais? e d) quais as alternativas possíveis para sua inserção no mercado formal de trabalho?

Palavras-chave: Migrantes; Indígenas; Mercado de Trabalho e Proteção Social.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Referências Bibliográficas

BEHRING, Elaine R. e ALMEIDA, Maria Helena T (orgs.). **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 12 ed. São Paulo: edições Loyola, 2003.

ACNUR “**Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para proteção de indígenas refugiados migrantes**”. Brasília, 2020

GALLINDO, George R. B. (Org.). **Migrações, deslocamentos e direitos humanos**. 1. ed. – Brasília: IBDC; Grupo de Pesquisa C&DI, 122p. Brasília, DF: 2015.

MARANDOLA JR., Eduardo, DAL GALLO, Priscila Marchiori. **Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração**. Revista Brasileira de Estudos de População *Print version* ISSN 0102-3098. Vol. 27, nº 2 São Paulo July/Dec. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000200010> ARTIGOS

PEREIRA et al. **Como nasce uma política pública? Análise do processo de formulação da lei de migração**. Brazilian Journal of Development. 2021



**Neoliberalismo no Brasil: uma análise do desmonte das
funções econômicas do Estado no período recente (2015-2022)**

*Neoliberalismo en Brasil: un análisis del desmantelamiento de las
funciones económicas del Estado en el período reciente (2015-
2022)*

*Neoliberalism in Brazil: an analysis of the dismantling of the State's
economic functions in the recent period (2015 2022)*

Luana Gonçalves Varela dos Santos, UFRGS⁴⁶

Resumo Expandido

A intervenção estatal na atividade econômica é objeto de inúmeras controvérsias na literatura. Conforme aponta Carvalho (2021, p. 10), a intervenção ativa e continuada do Estado tornou-se um aspecto essencial das economias modernas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. As evidências indicam que, assim como são diferentes as fases que engendram esse sistema capitalista, são diversas as articulações entre o Estado e o mercado nas organizações institucionais de cada uma dessas fases (Marquetti et al, 2023). Portanto, a questão maior se alicerça no direcionamento da intervenção estatal na atividade econômica, sendo que, essa intervenção constitui não só o sentido como as demais funções do órgão estatal.

Segundo Corazza (1981), o Estado brasileiro foi objeto dos mais diversos estudos desde os anos de 1970. A concentração destes estudos está ancorada na busca pela explicação sobre o sentido da intervenção estatal na economia durante as décadas, dado que esta constitui-se como instância de regulação necessária no processo de acumulação de capital. Para além dos autores que contribuem com a temática, também

⁴⁶ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE -UFRGS), com ênfase na área de Economia do Desenvolvimento.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

são numerosas as contribuições teóricas a respeito da caracterização dos períodos que diferenciam a direção da intervenção estatal na economia brasileira.

Entretanto, além do sentido desta intervenção, é necessário adentrar na discussão das funções designadas ao Estado na atividade econômica. Dentro do escopo dos autores recentes, Giambiagi e Além (2011) retratam as funções básicas do Estado na política fiscal como sendo: a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora. Estas funções, uma vez cumpridas, podem possuir sentidos diversos. Paralelamente, estes sentidos dependem tanto do regime macroeconômico vigente – desenvolvimentista, neoliberal etc. – como das estratégias de cada governo. Tal fato associa, portanto, as mudanças de direção das funções estatais ao modo de acumulação de capital vigente em determinado período.

Diante disso, evidencia-se que os diferentes regimes macroeconômicos possuem uma grande influência no sentido de atuação do Estado na economia. No período tido como desenvolvimentista da economia brasileira⁴⁷, o Estado atuou de modo a fornecer a estrutura e a coordenação necessária para assegurar o crescimento econômico do país. Tais medidas culminaram na concretização de inúmeras políticas sociais e na industrialização intensa, acompanhada por políticas de fomento à produção e ao consumo interno, via o processo conhecido como Industrialização por Substituição de Importações⁴⁸.

⁴⁷ O desenvolvimentismo brasileiro é marcado, principalmente, pela interferência estatal de modo a adotar um conjunto de políticas cuja finalidade se resume no desenvolvimento econômico do país. Na literatura, o desenvolvimentismo é tido como uma estratégia deliberada de política econômica intervencionista com o intuito de promover o crescimento tanto da produção como da produtividade, por meio do impulso à indústria nacional, e pela promoção de medidas sociais planejadas em outras áreas correlatas. Esta consideração dá alento à percepção de que, algumas das circunstâncias maiores para sua comprovação é a ocorrência das seguintes condições por parte do governo, idealizadas como o seu núcleo duro: i) um projeto nacional deliberado; ii) a intervenção consciente e determinada do Estado; iii) a industrialização (crescimento do produto, produtividade e progresso técnico); e iv) a necessidade de que o país em questão seja uma economia capitalista. (FONSECA, 2014)

⁴⁸ Para o aprofundamento desta temática, recomenda-se as seguintes literaturas: Fonseca (2003); Fonseca e Salomão (2016); Lessa (1982); Tavares (1972); entre outras.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Nos anos posteriores, a dinâmica da atividade econômica mundial vigente se reverteu. Esta nova organização político-econômica denominada de “neoliberalismo”, inicialmente se instituiu no Chile e nos países avançados, para só depois de algumas décadas se estabelecer na maioria dos países latino-americanos. Sua germinação se deu sob a influência de economistas da Universidade de Chicago que seguiam o ideário neoliberal de Milton Friedman e participavam da “reconstrução” da economia chilena na época (Harvey, 2008).

No Brasil, a partir da redemocratização na década de 1980 e da consolidação deste regime, a função operante do Estado tomou um rumo divergente. Este novo rumo conduziu a sociedade a um novo projeto político, demarcado, pela financeirização e por privatizações em larga escala (Carcanholo; Baruco, 2011). Essa condução se estabeleceu como uma solução proposta pelo governo aos efeitos negativos da hiperinflação a época. E foi, em virtude deste contramovimento acelerado e da adoção do novo consenso macroeconômico, que as primeiras reformas de neoliberais foram implementadas.

Neste mesmo cenário, o fenômeno da financeirização⁴⁹ – aqui definido conforme Epstein (2005), como a crescente contribuição dos mercados, atores e instituições financeiras para a operação das economias doméstica e internacional – se disseminou em larga escala não só no Brasil, como no resto do mundo. Nesse sentido, tal como o neoliberalismo e a globalização, a financeirização se disseminou de maneira pronunciada, instaurando uma nova “era” da economia mundial e inaugurando novos sentidos para a atuação do Estado na atividade econômica. Desde então, nas últimas três décadas observa-se, com o Estado sob o neoliberalismo, uma reversão de atuação

⁴⁹ É válido ressaltar aqui que a definição do termo financeirização e de sua significância não é consenso na literatura. Conforme expõe Epstein (2005), alguns autores usam o termo para se referir a ascendência do “valor para o acionista” como modo de governança corporativa, enquanto outros sugerem ao termo um caráter financeiro, seja ligado ao domínio dos sistemas financeiros do mercado de capitais sobre os bancos, ou, seja ligado a explosão do comércio financeiro com novos instrumentos. O autor ainda sugere a referência de Krippner (2004), que consiste na compreensão da financeirização como sendo “um padrão de acumulação no qual a obtenção de lucro ocorre cada vez mais por meio de canais financeiros, e não por meio do comércio e da produção de mercadoria” (Epstein, 2005, p. 3, *tradução nossa*).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

do aparelho estatal simultânea ao processo de globalização e ao fenômeno da financeirização. O direcionamento da atuação administrativa do Estado brasileiro se volta majoritariamente para a sua alocação de recursos sob uma maior influência do setor financeiro na economia.

Neste trabalho partimos da hipótese de que o neoliberalismo está passando por um período de intensificação no Brasil nos últimos anos. As primeiras impressões da guinada deste regime se deram no ano de 2015 através da eclosão de transformações econômicas na esfera financeira originárias de seu ideário. Os principais reflexos dessa intensificação são observados não só a partir da alteração no sentido das funções econômicas do Estado ao longo do período, como também dos índices referentes a intensa financeirização, a dinâmica da estrutura social e a aplicação de reformas políticas e sociais do ideário neoliberal.

Isto posto, o presente trabalho concentra-se no estudo de elementos que conduzam a investigação do regime neoliberal brasileiro. Investigamos a orientação da atuação do Estado sob a guinada do neoliberalismo durante os anos 2015 a 2022 no Brasil, com destaque as suas funções reguladora, alocadora e estabilizadora. Buscamos ao longo responder a seguinte questão: como o neoliberalismo se manifestou no Brasil e quais alterações exerceu diante da atuação do Estado na atividade econômica entre os anos de 2015 e 2022?

Justifica-se a pesquisa por duas razões principais. A primeira é contribuir para o avanço da temática para o cenário econômico do país, por se tratar de uma pesquisa que abrange elementos metodológicos contemporâneos e por esta se basear majoritariamente na dinâmica recente do regime neoliberal no Brasil e na forma de atuação do Estado na atividade econômica brasileira. A segunda razão se remonta na sua relevância para a disseminação do conhecimento a respeito dos impactos e das consequências decorrentes da intensificação do neoliberalismo, e dos instrumentos do Estado brasileiro para o desenvolvimento dos indicadores sociais e econômicos da população diante do presente cenário.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

O objetivo geral é de analisar os impactos da guinada neoliberal na sociedade brasileira entre 2015 e 2022, com foco nas funções econômicas do Estado (reguladora, alocadora e estabilizadora). Enquanto os específicos são: i) discutir o conceito de neoliberalismo e suas formas de manifestação; ii) identificar as funções econômicas do Estado; para, por fim, iii) caracterizar as especificidades da experiência neoliberal no Brasil entre 2015 e 2022.

No que tange a metodologia, o trabalho parte da análise de revisão bibliográfica, fundamentado nas obras de autores que tratam a respeito do Estado sob o neoliberalismo de forma central. Diante disso, aprofunda-se na investigação do conceito de neoliberalismo e da caracterização do Estado neoliberal. Em seguida, parte-se para a análise histórica das reformas e dos dados do Brasil, com base nas funções estatais na economia. A esse respeito, demonstraremos o percurso do neoliberalismo no país.

Como resultado parcial, obtivemos, a partir da análise da literatura utilizada, o reconhecimento de que foi devido a continuação da execução do ideário neoliberal que se estabeleceu não só uma nova orientação estatal na atividade econômica, como também as reformas estruturais germinadas desse processo. Com a retomada neoliberal mais intensiva em 2015, é possível identificar que houve não só a diminuição dos poderes de barganha dos trabalhadores como também, conseqüentemente, uma queda na parcela salarial (Marquetti et al, 2023). Estes resultados correspondem tanto ao período do mandato de Michel Temer como também ao período de mandato de seu sucessor, Jair Bolsonaro, presidente eleito em 2018, que segue o mesmo movimento.

Partindo da percepção de Oreiro e De Paula (2019), é evidente que há uma linha de continuidade entre a política econômica de Jair Bolsonaro em relação ao governo anterior. Entretanto, alguns fatores externos prevaleceram como pautas principais e urgentes para um movimento inesperado de políticas econômicas. Enquanto por um lado, se tem governo pressionando contra a cidadania e os direitos sociais e trabalhistas nos primeiros anos de governo, por outro, a conflagração de uma crise sanitária, humanitária e econômica derivada da pandemia de COVID-19 se estabelece, gerando instabilidades e carecendo de medidas políticas e planos governamentais urgentes.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

O lado econômico, por sua vez, era alvo de cortes de gastos públicos e de privatizações⁵⁰. A existência de uma relação antagônica entre o Estado e a população é explicada por De Conti et al (2023). Segundo os autores, a eliminação da direitos fundamentais implicava como um elemento frequente, decorrente de um regime ultraliberal e conservador. Um dos exemplos mais importantes consiste na Reforma da Previdência⁵¹, aprovada em 2019. A aprovação da reforma decorreu, sobretudo, da propagação da ideologia neoliberal estabelecida no país a época.

Segundo Saad Filho (2022), sob o regime neoliberal autoritário a constituição do país se apresenta desgastada e não há um caminho claro de volta ao crescimento econômico e à estabilidade democrática. Dessa maneira, apesar da reflexão a respeito do sistema de acumulação vigente em determinado período e de seus reflexos diante da conjuntura e da estrutura do país, não se pode diminuir a importância do papel do Estado como agente indutor e promovedor desta mudança. Sendo assim, uma vez que o Estado possui um papel ativo na indução e na regulação da atividade econômica, o estudo acerca da mudança na orientação das funções econômicas estatais fomenta não só a análise do sentido em que a financeirização e o neoliberalismo estão se consolidando no Brasil, como também permite a compreensão da forma em que o Estado promove tal trajetória.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Estado; Brasil.

⁵⁰ Conforme expõe De Conti *et al* (2023), já durante o governo de Michel Temer, em virtude das políticas de austeridade, houve o desmantelamento das políticas industriais e a abertura do setor de óleo e gás para empresas internacionais – além da diminuição da participação da Petrobrás na cadeia produtiva e a venda de ativos da empresa. O governo de Jair Bolsonaro, não foi diferente. Logo após sua eleição em 2018, o presidente não só vendeu a BR Distribuidora (a maior companhia no Brasil de comercialização de combustível e lubrificante), como também aprofundou a privatização de inúmeros outros ativos da empresa, vendendo campos de petróleo, terminais, gasodutos, termelétricas, eólicas e a primeira refinaria da Petrobrás.

⁵¹ É importante ressaltar que a Reforma da Previdência consistia em um plano de ação cuja origem não se deu no governo de Jair Bolsonaro, ao qual de fato foi implementada. Conforme expõe De Conti *et al* (2023, p. 19, *tradução nossa*), “há décadas, pressionava-se por uma reforma do sistema de previdência, com o argumento de que a trajetória do gasto previdenciário colocava em risco o orçamento público, argumento que se mostrou incorreto”.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Referências Bibliográficas

BAER, W. et al. (1973). As modificações do papel do Estado na economia brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, IPEA, 3(41:883-912, v. 3 n. 4. dez. 1973.

BOHLE, D. G. (2012). *Capitalist Diversity on Europe's Periphery*. **Cornell Studies in Political Economy**. Ithaca-London: Cornell University Press. 2012.

CARCANHOLO, M. D. BARUCO, G. C. C. (2011). A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. **Revista pRaiaveRmelha** / Rio de Janeiro / v. 21 no 1 / p. 9-23 / Jul-Dez 2011.

CARDOSO, F. H. (1977). Desenvolvimento capitalista e estado: bases e alternativas apud MARTINS, Carlos Estevam. **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Hucitec-Cebrap, 1977, p. 214.

CARVALHO, F. J. C. (2021). Mercado, Estado e teoria econômica: uma breve reflexão. Disponível em: https://lburlamaqui.com.br/wp-content/uploads/2021/02/01_Cardim-de-Carvalho-Mercado-estado-e-teoria-economica.pdf. Acesso: 20 de julho de 2023.

CORAZZA, G. (1981). Estado e economia no Brasil: uma revisão da bibliografia recente. **Ensaios FEE**, v.1, n. 2 (1981). Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/75/385>.

DE CONTI, et al. (2023). Capitalism in Brazil and COVID-19: crisis, repercussions and responses to the pandemic. **Institute for International Political Economy Berlin**, Working Paper, No. 217/2023.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. (2014). **A crise do neoliberalismo**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

EPSTEIN, G., (2005). **Introduction: Financialization and the World Economy**. In *Financialization and the World Economy*. Cheltenham: Edward Elgar, pp. 3–16.

FERNANDES, F. (1976). **A revolução burguesa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

FIGUEIREDO, L. V. (2014). **Lições de direito Econômico**. 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

FILGUEIRAS, L. (2012). A Natureza do Atual Padrão de Desenvolvimento Brasileiro e o Processo de Desindustrialização. **Centro Celso Furtado e BNB 2012**. Edital 02/2012. 30 de mar. de 2012.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

_____. (2022). Capitalist Development Pattern and Macroeconomic Policy Regimes in Brazil since 1994. In: SAAD Filho, A. COLOMBI, A. P. F. GRIGERA, J. **Neoliberalism or Developmentalism: The PT Governments in the Eye of the Storm**. Brill, volume 208. Boston, 2022. p. 31-50.

_____. (2006). O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9.

FINE, B. SAAD Filho, A. (2017). Thirteen Things You Need to Know About Neoliberalism. **Critical Sociology**. Vol. 43(4-5) 685–706. 2017.

FONSECA, P. C. D. (2014). Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito. CALIXTRE, B.: BIANCARELLI, A. M.; MACEDO CINTRA, M. A. **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

FONSECA, P. C. D., CUNHA, A., BICHARA, J. (2013). O Brasil na Era Lula: Retorno ao Desenvolvimentismo?. **Nova Economia**, v. 23, mai/ago 2013, p. 403-427

GIAMBIAGI, F. ALÉM, A. C. (2011). **Finanças Públicas: Teoria e prática no Brasil**. 4. Ed. rev. e atualizada – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HARVEY, D. (2008). **O neoliberalismo: história e implicações**. Edições Loyola; 5ª edição.

IBGE, gov. PIB cresceu 4,0% e foi de R\$2,37 trilhões em 2006. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13565-asi-pib-cresceu-40-e-foi-de-r-237-trilhoes-em-2006> - :~:text=O%20saldo%20externo%20de%20bens,18%2C4%25%20das%20importa%C3%A7%C3%B5es.>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LIMA, L. G. e FONSECA, P. C. D. (2021). Interpretações da Política Econômica nos Governos Lula e Rousseff. **Análise Econômica**, v. 39, n. 79, jun. 2021.

MARQUETTI, A. A. *et al.* (2023). Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2020. **Revista de Economia Política**, vol. 43, nº 2, pp. 309-334, abril-junho/2023.

MIEBACH, A. D. MARQUETTI, A. A. (2022). A distribuição funcional da renda no Brasil: 1947-2019. **Nova Economia**. v.32 n.3 p.585-615.

NAPE, UFRGS. (2017). Depois da recessão, a lenta retomada. **Carta de Conjuntura do NAPE**, v. 24, n. 1. Porto Alegre, jan-mar 2017.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

PINTO, E. C. CARDOSO Jr, J. C. LINHARES, P. T. (2010). **Estado, instituições e democracia: desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2010.

SAAD Filho, A. (2011). Crise *no* neoliberalismo ou crise *do* neoliberalismo? **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. v.1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

_____. (2017) Neoliberalism. In: Brennan, D.M., Kristjanson-Gural, D., Mulder, C., and Olsen, E. (eds.), **The Routledge Handbook of Marxian Economics**. London: Routledge. 2017.

_____. (2010). Neoliberalism, Democracy, and Development Policy in Brazil. **DEVELOPMENT AND SOCIETY**. Volume 39 | Number 1 | June 2010, p. 1-28.

_____. (2015a). Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o Marxismo**. v.3, n.4, jan/jun 2015.

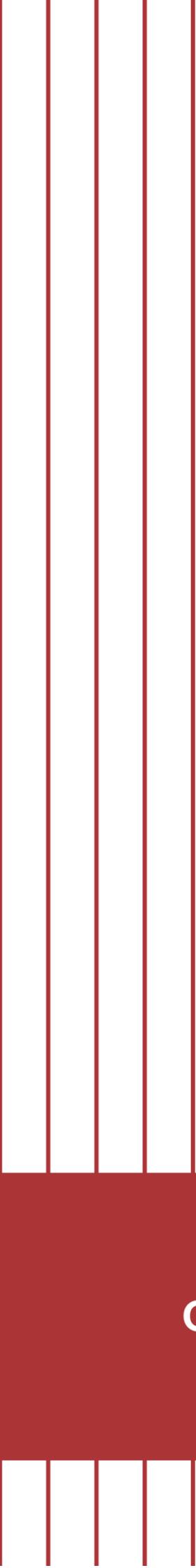
_____. (2022). Shades of Neoliberalism: Brazil under the Workers' Party (2003–2020). In: SAAD Filho, A. COLOMBI, A. P. F. GRIGERA, J. **Neoliberalism or Developmentalism: The PT Governments in the Eye of the Storm**. Brill, volume 208. Boston, 2022. p. 7-30.

_____. (2015b). Social Policy for Neoliberalism: The Bolsa Família Programme in Brazil. **Development and Change**. 46(6): 1227–1252.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 2 vls, Coleção “Os economistas”, 1983 [1776].

TAVARES, M. C. (1983). O Movimento Geral do Capital: Um Contraponto à Visão da Autorregulação da Produção Capitalista. In: KONDER, L., CERQUEIRA FILHO, G.; FIGUEIREDO, E. L. (1983) (Org.). **Por Que Marx?** Rio de Janeiro, Graal, p. 233-256.

TCU, gov. **Desempenho da economia brasileira**. Exercício de 2015. Disponível em: [https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2015/3_Desempenho da Economia Brasileira_FINAL.pdf](https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2015/3_Desempenho_da_Economia_Brasileira_FINAL.pdf). Acesso: 30 de julho de 2023.



B. Esfera pública e a construção do consentimento pró agenda ultraliberal



O combate às fake news nas câmaras de Vereadores da Grande Porto Alegre: discurso, Contradiscorso e ideologias partidárias

La lucha contra las fake news en las cámaras de consejales:

discurso, contradiscorso e ideologías partidarias.

*Combating fake news in city councils: discourse, counter-discourse
and party ideologies*

Giani Fernanda Möller Schuch⁵²

Diego da Silva Saldanha⁵³

Teresa Beatriz Azambuya Cibotari⁵⁴

Introdução

Este trabalho objetiva identificar iniciativas de combate às *fake news* nas Câmaras de Vereadores dos municípios que compõem a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre - GRANPAL, no período de 2020 a 2023, verificando as relações existentes entre essas iniciativas de combate e os partidos políticos que as propõem. As *fake news* são informações falsas sobre variados temas, disseminadas como notícias e, por vezes, amplamente divulgadas, predominantemente com origem em ambientes digitais. A depender da forma como são distribuídas, têm capacidade de alcance exponencial, influenciando a opinião de um significativo grupo de receptores, resultando no fortalecimento da desinformação sobre determinada questão.

No debate e na compreensão acerca do fenômeno, é muito comum a referência a uma disputa de “narrativas”, termo esse cujo sentido é originalmente advindo dos estudos da linguagem. Considerando, desse modo, que a produção da informação falsa da qual este trabalho trata é realizada e propagada em ambiente digital, por meio de enunciados

⁵² Mestranda em Políticas Públicas na UFRGS. E-mail: gianimoller@gmail.com

⁵³ Bacharelado em Direito na UFRGS. E-mail: diego.saldanhadss@gmail.com

⁵⁴ Doutora em Letras pela PUC/RS. E-mail: teresabam@gmail.com



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

textuais ou audiovisuais, situa-se a produção de *fake news* como uma estratégia discursiva ou como um produto linguístico-discursivo. Assim sendo, o estudo ampara-se nos conceitos de discurso e de enunciação, como forma de oferecer elementos que favoreçam a compreensão sobre a definição de *fake news*, sua organização e os fundamentos que envolvem esse tipo de produção de informação falsa.

Tomando por base, portanto, os posicionamentos dos linguistas Mikhail Bakhtin (2011) e Valentin Volóchinov (2013), que tratam da dinâmica implicada entre linguagem e ideologia, concebe-se a produção das *fake news* como um procedimento discursivo que não é dissociado de um contexto sociopolítico e que se destina à distorção de enunciados e de informações já produzidas e já veiculadas, objetivando à organização de uma forma intensificadora de polêmica (Machiavelli, 2019). Essa intensificação, gerada a partir da transmissão do discurso alheio, possui objetivos, e é especialmente voltada para um terceiro. Tal orientação, segundo os linguistas russos, “acentua a influência das forças sociais organizadas sobre a percepção do discurso” (p.252). Assim, as *fake news* como forma de organização (ou desorganização) discursiva produz um agenciamento (Deleuze e Guattari, 2003) que impacta na coletividade e que traz implicações para a tomada de decisões por parte da população, quer seja no âmbito social, quer seja no âmbito político.

Diante disso, e dos efeitos deletérios dessas propagações, o Poder Público tem se manifestado no sentido de estabelecer mecanismos de coibição desse tipo de comunicação, e esse é outro ponto a ser discutido neste estudo. Em nível federal, somam-se iniciativas como o portal de checagem de *fake news*, patrocinado pelo Conselho Nacional de Justiça; o “Canal Comprove”, da Câmara de Deputados; e o site do Governo Federal “Brasil Contra Fake”, mantido pela Secretaria de Comunicação Social, que buscam combater tais manifestações. Conforme reportagem do Canal de Notícias da Câmara de Deputados, chegaram a tramitar 50 propostas legislativas sobre o tema. Dentre tantas propostas, destaca-se o Projeto de Lei 2630/2020, de autoria do Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE), que “Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.”. Na mesma direção, já se fazem presentes iniciativas também em âmbito municipal, que reverberam as discussões e os



empreendimentos já iniciados no cenário federal. Esses textos legais podem ser considerados como contradiscursos e funcionam, na dinâmica dialógica de que tratam Bakhtin e Volóchinov (2013), como enunciados responsivos às *fake news* que as referidas iniciativas visam combater.

Metodologia

A fim de colaborar com a discussão no território da Grande Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, realizou-se uma pesquisa nos sites das Câmaras de todos os municípios que compõem a GRANPAL, de modo a identificar proposições desses Poderes que buscassem combater essa nova forma de influência na condução da opinião pública. Com base no resultado dessa investigação, foram abordadas as diferentes intervenções propostas, bem como elencados os partidos políticos que lhes deram origem. A partir dessas considerações, pretende-se verificar se as iniciativas que tratam desse movimento, na região em questão, correspondem a programas de partidos específicos.

A Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre - GRANPAL - foi fundada em 1985, objetivando a ampliação das relações entre os entes que dela participam, de modo a representar os interesses dos municípios, promover a cooperação e buscar soluções para problemas comuns. Possui dezesseis municípios associados, representando cerca de 35% da população do Estado do Rio Grande do Sul⁵⁵. Compõem a Associação os municípios de Alvorada, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Viamão.

Resultados

A partir do levantamento realizado nos sites das Câmaras Municipais dos municípios da GRANPAL, foi possível identificar a existência de diferentes iniciativas de combate às *fake news* em metade dessas instituições. Apurou-se, ainda, que as proposições foram apresentadas por diferentes partidos: PT, UNIÃO, MDB, PSB, PCdoB, PSOL, PDT e

⁵⁵ Segundo estimativas do IBGE/2020



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Republicanos, com preponderância de iniciativas realizadas por vereadores vinculados ao Partido dos Trabalhadores - PT. Há de se considerar que, para ascenderem ou mesmo para se manterem no poder, partidos políticos precisam conquistar uma identidade, e que é bastante coerente que parlamentares que compartilham de uma mesma concepção ideológica tenham algumas de suas proposições semelhantes, já que, consoante ao disposto por Downs (1957)⁵⁶, para que atuem como atalhos racionais aos cidadãos, as ideologias devem ser integradas às políticas. É nesse contexto que se insere a iniciativa da apresentação de matérias dentro das Câmaras Municipais.

Assim, nos Parlamentos analisados, foi encontrada uma diversidade de espécies de proposições: Projetos de Lei, Requerimentos para instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito, Frentes Parlamentares e Pedidos de Informação. Essa variedade de instrumentos justifica-se a partir das diferenças regimentais entre as Câmaras de Vereadores. Analisando a produção técnica desses Legislativos locais, pode-se afirmar que as propostas em questão compõem três grupos temáticos: um primeiro, que contempla matérias de caráter preventivo ou educativo; um segundo, que inclui propostas de perfil mais restritivo ou punitivo; e um terceiro, composto por iniciativas de caráter investigativo.

Do primeiro grupo, participam matérias que estabelecem programas de combate às *fake news* em âmbito municipal. Já no segundo grupo, podem ser incluídas as iniciativas que vedam o exercício de cargos públicos municipais às pessoas condenadas pelo crime de divulgação de notícias falsas e aquelas que proíbem a divulgação de campanhas, de peças ou de anúncios publicitários institucionais em veículos de notícias ou informações que tenham sido condenados por difusão de notícias fraudulentas ou por crimes resultantes de prática de discriminação ou de preconceito, bem como as propostas que estabelecem multa para quem divulgar este tipo de notícia. O terceiro grupo de iniciativas detém um caráter predominantemente investigativo, tendo em vista que tais

⁵⁶ DOWNS, Anthony [1957](1999). Uma Teoria Econômica da Democracia. São Paulo: Edusp. Cap. 7. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7590302/mod_resource/content/1/DOWNS_1957_Cap07.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2023.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

matérias buscam apurar informações acerca do envolvimento de agentes políticos ou de servidores públicos, bem como de instituições públicas, na elaboração e na propagação de publicações falsas com objetivos de promover ou de depreciar instituições ou agentes políticos.

Dessa forma, o levantamento das iniciativas, conforme classificação temática, compõe o seguinte quadro:

Tabela 1 – Distribuição temática das iniciativas das Câmaras de Vereadores da GRANPAL, no combate às *Fake News*, tomadas por partido político, entre os anos de 2020 e 2023.

	EDUCATIVO	PUNITIVO / RESTRITIVO	INVESTIGATIVO	Totais
PT	3			3
PSOL	1			1
PSB			1	1
PC do B		1		1
PDT		1		1
MDB		1		1
UNIÃO			1	1
REPUBLICANOS		1		1
Totais	4	4	2	10

Fonte: Elaboração dos autores, conforme dados extraídos dos portais institucionais das Câmaras de Vereadores dos Municípios integrantes da GRANPAL.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

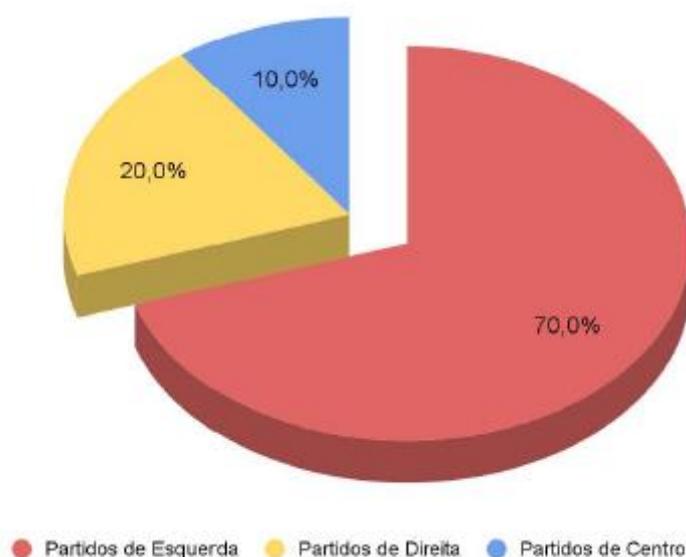
04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Em outra composição, considerando o posicionamento partidário⁵⁷ dentro do espectro de orientação ideológica⁵⁸, tem-se o seguinte:

Gráfico 1 – Distribuição percentual das iniciativas das Câmaras de Vereadores da GRANPAL, no combate às *Fake News*, tomadas a partir da orientação ideológica dos partidos políticos, entre os anos de 2020 e 2023.



Muito embora se trate de uma amostragem reduzida, nota-se uma tendência de que as propostas de caráter preponderantemente educativo sejam de iniciativa de partidos considerados mais à esquerda; por outro lado, partidos de centro e de direita concentram-se na apresentação de matérias de caráter punitivo/restritivo ou investigativo.

⁵⁷ Sabe-se que qualquer classificação acerca do posicionamento ideológico de um partido político é uma discussão por demais sensível, ainda mais considerando o complexo cenário político brasileiro. Para esta pesquisa, toma-se por base a recente classificação proposta por CODATO, BERLATO e BOLOGNESI (2018), no trabalho intitulado “Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica”, publicado na Revista Análise Social, da Universidade de Lisboa.

⁵⁸ Para a composição dessa tabela, UNIÃO foi considerado como um Partido de Direita, visto ser composto pela fusão entre o PSL e DEM, ambos partidos de direita, conforme classificação adotada de CODATO, BERLATO e BOLOGNESI (2018).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Baptista (2022), em sua pesquisa sobre a discrepância entre os posicionamentos políticos de esquerda e de direita e sua respectiva relação com as *fake news* assevera que

A literatura tem procurado compreender o que motiva a crença em fake news baseando-se em teorias que assentam numa lógica de assimetria político-ideológica, postulando que a maneira como as pessoas se envolvem e acreditam nas fake news pode estar relacionada com a sua orientação política, num espectro político unidimensional que opõe esquerda/liberalismo a direita/conservadorismo. A maioria dos estudos que mediram, de algum modo, a suscetibilidade das pessoas à desinformação (ex. fake news), numa análise comparativa de posições ideológicas, tende a concordar que os conservadores de direita têm maior predisposição para aceitar fake news.

Relacionando os dados encontrados aos estudos que atribuem um maior consumo e disseminação de *fake news* aos conservadores de direita, as iniciativas de combate às *fake news* poderiam ser compreendidas como reações da esquerda à propagação desses conteúdos falsos. Todavia, a capilarização desses discursos em níveis subnacionais podem apresentar distorções dessa premissa. Nesse sentido, sugere-se que a relevância assumida pelo tema das *fake news* possa converter as iniciativas de combate em importantes capitais na disputa da política local.

De todo modo, considerando a dinâmica discursiva, as propostas de combate às *fake news* tornam-se um contradiscurso e integram uma dinâmica responsiva capitalizada por ideais políticos de todos os espectros, modulados conforme as ideologias de seus propositores. A partir dos dados levantados, observou-se que partidos políticos de diferentes campos políticos apresentaram medidas relacionadas às *fake news*. Entretanto, tais iniciativas tornam-se capitais de valor ideológico cuja diferenciação recai sobre a linha temática dessas propostas: enquanto os partidos conservadores tendem a envidar esforços em matérias com o teor preponderantemente punitivista, os partidos de esquerda tendem a propor matérias com o teor educativo.

Palavras-chave: *Fake News*; ideologias; legislativo; Câmara de Vereadores; GRANPAL.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Referências Bibliográficas

ALVORADA. **Lei Municipal nº 3.769/2022**. Institui o Programa de Enfrentamento à disseminação de informações falsas (fake news) no município de Alvorada. Disponível em: <<https://alvorada.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7225&cdDiploma=20223769&NroLei=3.769&Word=0&Word2=>>>. Acesso em 15 set. 2023.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 6ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAPTISTA; João Pedro Fernandes Alves Roma. **“Quem consome Fake News? Uma análise comparativa do efeito da ideologia política Esquerda-Direita na crença, interpretação e divulgação”**. Tese de Doutorado. Universidade da Beira Interior, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345252392_Quem_consoma_Fake_News_Uma_analise_comparativa_do_efeito_da_ideologia_politica_EsquerdaDireita_na_crenca_interpretacao_e_divulgacao?channel=doi&linkId=5fa17df1458515b7cfb5efc0&showFulltext=true>. Acesso em: 18 set. 2023.

CACHOEIRINHA. Pedido de Informação 42/2023. Disponível em: <<https://www.cmcachoeirinha.rs.gov.br/documento/pedido-de-informacao-42-2023-3026898/termo:fake%20news>>. Acesso em: 15 set. 2023.

CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábila e BOLOGNESI, Bruno. “Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica”. **Análise Social**, Volume IV, 2018, n.º 229), pp. 870. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/22240/16377>. Acesso em: 11 out. 2023.

DOWNS, Anthony [1957](1999). **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp. Cap. 7. Disponível



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7590302/mod_resource/content/1/DOWN_S_1957_Cap07.pdf>. Acesso em: 15 set.2023.

ELDORADO DO SUL. Projeto de Lei 32/2020. Estabelece multa para quem divulgar Notícias Falsas (Fake News), no âmbito do Município de Eldorado do Sul, e dá outras providências. Disponível em:

<<https://www.camaraeldorado.rs.gov.br/?sec=proposicao&id=2131>>. Acesso em: 15 set. 2023.

GRAVATAÍ. Requerimento 1757/2023. Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar a criação e propagação das chamadas "Fake News", informações, posts e notícias que não tenham compromisso a verdade. Disponível em: <<https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/requerimento-1757-2023-325390>>. Acesso em: 15 set. 2023.

LOUREIRO, Robson; GONÇALVES, Emerson Campos. "(Semi) formação no contexto das fake news e da pós-verdade na sociedade excitada - de Adorno a Türcke." **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/bp9CLznRjtN6GCPchwCR86M/>. Acesso em: 15 set. 2023.

MACHIAVELI, Gabriel Reis Moraes. "Fake news: uma investigação discursiva. **Estudos Linguísticos**. v. 48, n. 1, p. 338-355, abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2324> Acesso em: 14 set. 2023.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018 (2ª ed.). 376 p.

PORTO ALEGRE. Lei nº 13.242/2022. Institui o Programa de Enfrentamento à Disseminação de Informações Falsas (fake news) no Município de Porto Alegre.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Disponível

em:

<https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/136537/Lei_13242_-_Promulgada.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

PORTO ALEGRE. Projeto de Lei nº 211/2021. Inclui art. 2º-A na Lei nº 12.302, de 19 de setembro de 2017, vedando a divulgação das campanhas de peças ou anúncios publicitários institucionais em veículos de notícias ou informações que tenham sido condenados por difusão de notícias fraudulentas – fake news – ou por crimes resultantes de prática de discriminação ou de preconceito. Disponível em: <<https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/136674>>. Acesso em: 15 set. 2023.

PORTO ALEGRE. Requerimento nº 078/2023. Requer a constituição da Frente Parlamentar de Combate às Fake News. Disponível em: <<https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/138797>>. Acesso em: 15 set. 2023.

SÃO LEOPOLDO. Lei nº 9271/2020. Dispõe sobre o Programa Municipal de Combate e Enfrentamento à Disseminação de Informações Falsas (Fake News) em São Leopoldo e estabelece penalidades administrativas para quem divulgar informações falsas ou que cause desinformação. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/2020/928/9271/leiordinaria-n-9271-2020-dispoe-sobre-o-programa-municipal-de-combate-eeenfrentamento-a-disseminacao-de-informacoes-falsas-fake-news-em-sao-leopoldo-eeestabelece-penalidades-administrativas-para-quem-divulgar-informacoes-falsas-ouque-cause-desinformacao?q=fake+news>>. Acesso em: 15 set. 2023.

SAPUCAIA DO SUL. Lei nº 4062/2020. Institui no âmbito do Município de Sapucaia do Sul multa para quem divulgar notícias falsas (FAKE NEWS). Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/s/sapucaia-do-sul/lei-ordinaria/2020/407/4062/leiordinaria-n-4062-2020-institui-no-ambito-do-municipio-de-sapucaia-do-sul-multa-paraquem-divulgar-noticias-falsas-fake-news?r=c>>. Acesso em: 15 set. 2023.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

SAPUCAIA DO SUL. PL 41/2023. Dispõe sobre a vedação do exercício de cargos públicos municipais às pessoas condenadas pelo crime de divulgação de notícias falsas (fake news) no município de Sapucaia do Sul. Disponível em: <<https://www.cmsapucaiaodosul.rs.gov.br/?sec=proposicao&id=5995>>. Acesso em: 15 set. 2023.

SEGURADO, Rosemary. **Desinformação e Democracia**: a guerra contra as fake news na Internet. São Paulo: Editora Hedra, 2021.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaievich. **A construção da Enunciação e Outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. 273p.



A Desinformação no Estado de Exceção: o uso das fake news como instrumento de biopolítica

*Desinformación en el Estado de Excepción: el uso de fake news
como instrumento de la biopolítica*

*Disinformation in the State of Exception: the use of fake news as an
instrument of biopolitics*

Alana Maria Passos Barreto, UFS⁵⁹

Resumo expandido

O “Estado de Exceção” é uma situação excepcional que se instaura diante do advento de circunstâncias anormais, imprevisíveis e que representam ameaças ao Estado Democrático de Direito.

A complexa filosofia de Giorgio Agamben convoca a compreensão da crise dos atuais modelos político-governamentais. Em ciência da experiência moderna na Alemanha nazista, a análise biopolítica aponta a existência de um “estado democrático-ditatorial”, posto que não se nega o Estado Democrático de Direito, mas a exceção autoritária habita na própria democracia, configurando espaços de exceção em plena vigência democrática.

Nessa concepção, a biopolítica surge enquanto um mecanismo de controle que não reprime a vida, mas a torna eficiente e gerenciável. Dessa maneira, a presente pesquisa se propõe a analisar a desinformação como instrumento de biopolítica em meio ao Estado de Exceção. Em razão disso, o trabalho contribui para a discussão da esfera pública e a construção do consentimento pró agenda ultraliberal.

⁵⁹ Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista acadêmica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: alanapassosbarreto@gmail.com



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, adota-se uma abordagem essencialmente qualitativa, a partir de análise bibliográfica e documental. O desenho da pesquisa baseia-se no caráter exploratório, tendo em vista a proposta de mapear novas percepções e olhares em relação ao tema.

Conforme Arendt (2008), a própria humanidade perde sua vitalidade na medida em que ele se abstém de pensar e deposita sua confiança em velhas ou novas verdades. Foucault (2010) demonstra que os fenômenos contemporâneos das relações de poder não conseguem mais ser explicados em sua totalidade através das tradicionais formas de explicação do poder, como a soberania e a tirania. Os aparelhos do Estado funcionam enquanto sistema que busca dar coesão à sociedade a partir de técnicas que possibilitam maior controle sobre as informações e sobre os corpos biológicos.

A biopolítica se constituiu como uma nova hermenêutica de compreensão da realidade atual. Observa-se um movimento de politização da vida, de modo que a vida humana se torna objeto natural de governo, é o que se conhece por biopoder, o poder sobre a vida. Por meio de dispositivos de poder que funcionam como instrumentos disciplinares e reguladores da sociedade, cria-se um ambiente propício para a disseminação de informações com o objetivo de aperfeiçoar os interesses do Estado, ou seja, o corpo social é usado como objeto para produzir determinado fim.

Agamben (2009) mostra que os aparatos políticos são formulados para constranger os indivíduos às diretrizes de poder, sendo importante observar três significados usuais: jurídico estrito, tecnológico e militar. O primeiro se materializa em trechos que estão formalizados em uma decisão, mas que excedem os limites da motivação apresentados por ela ou em normas que informam situações permitidas e reprováveis, e decidem antecipadamente, sem qualquer apreciação da situação que subjaz. No âmbito tecnológico o mecanismo de governo está aparelhado nos componentes que o integram, por sua vez, no próprio dispositivo. Já o militar indica um conjunto de meios ordenados para um propósito (AGAMBEN, 2009).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

A teoria do estado de exceção “[...] não pode ser um fim ou um objetivo em si mesmo, senão que tem que estar inscrita em um conjunto mais amplo, no contexto das tecnologias de governo” (AGAMBEN, 2014, p. 3). Ao escrever “força-de-lei” com a palavra “lei” cortada por um x, ele usa da metalinguística para demonstrar o vazio normativo do Estado de Exceção. A ideia de “excepcionalidade” para justificar a intervenção do Executivo, evoluiu progressivamente para além das razões de segurança militar externa e interna, incluindo a segurança econômica, de modo que se abrangue as hipóteses de “excepcionalidade”.

Com o aporte da teoria schmittiana, Agamben (2004) mostra que o estado de exceção se trata de uma articulação paradoxal, pois estamos diante da suspensão da própria ordem jurídica, de modo que no sentido jurídico, ainda existe uma ordem, mesmo não sendo, propriamente, uma ordem jurídica.

É importante observar, que a racionalidade política cria uma dinâmica de proteção e destruição da vida mediante “dispositivos de exceção” dentro do aparato jurídico regulado pelo poder soberano e estendido aos regimes democráticos. Comumente, a autonomia da decisão é dependente da lei, porém durante a suspensão do direito, a lei é anulada para a total liberdade da decisão. O Estado de Exceção torna possível o uso de exceções legais.

Em detrimento do vazio deixado entre as cesuras das normas de direito e das normas de aplicação do direito, o soberano decide aplicar a lei que foi suspensa – lei sem força de lei –, ele age, pois, com força de lei (LORENZETTO; PEREIRA, 2020), esse estado de exceção transcende o estado de emergência, o estado de calamidade pública, o estado de guerra e o estado de sítio por sua indeterminação (ABDALLA, 2010). Isso porque o estado de exceção se apresenta não apenas enquanto medida excepcional de governo, mas como um paradigma constitutivo da ordem jurídica (AGAMBEN, 2005).

Após a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos em 2016, a desinformação se tornou um grande protagonista dos rumos políticos em diversas nações. A Internet aumentou largamente o volume e a variedade de informações ao dispor dos cidadãos,



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

além de alterar profundamente as formas como as pessoas têm acesso e se interessam pelas notícias.

A partir dos avanços tecnológicos e com a popularização da internet, surge a chamada “sociedade de informação”, Castells (2019) demonstra que a essência disruptiva da internet provém de uma “revolução comunicacional” e que possibilitou a profunda alteração na dinâmica comunicacional, posto que a facilidade de acesso a variadas informações de qualidade tem potencial para tornar os processos democráticos mais participativos e inclusivos.

Os perigos da conectividade são extremamente subestimados, isso porque a desatenção tardia acarretou uma grande quantidade de vítimas de furto, da perda de dados privados, de informações falsas. No entanto, a sociedade de informação inserida numa típica sociedade de risco (BECK, 2011) permanece ignorante sobre sua vulnerabilidade. A política da exceção jurídica se mantém amplamente utilizada pela ciência do Direito para controlar grupos sociais em nome da própria ordem.

Não é possível traduzir as *fake news* em sua literalidade como notícias falsas, pois não resolve o problema no campo jurídico, considerando que a mentira não é um objeto central do Direito (RAIS, 2018). Menezes (2021) coloca que não se trata de questões analisadas sob a ótica das opiniões, mas sob a égide do acontecido fático em determinada circunstância. As notícias fraudulentas são estudadas no campo da factualidade, e não da crítica opinativa, de modo que, quando as visões de mundo começam a surgir dentro de um vácuo entre fatos e opiniões, abre-se um caminho extremamente perigoso para que as notícias dissimuladas amplifiquem.

Schawb (2016) sinaliza que a dinâmica da partilha das mídias sociais pode desviar a tomada de decisões e causar riscos para sociedade civil devido a grande quantidade de conteúdo disponível nos canais digitais que torna capaz de polarizar as fontes de informação do indivíduo.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

As novas tecnologias podem ser usadas para difundir a desinformação em uma grande escala, com rapidez e precisão de direcionamento, promovendo esferas de informação personalizadas que se transformam em poderosas câmaras de ressonância para campanhas de desinformação.

“Na internet a lógica de distribuição do conteúdo se dá de forma diferente dos outros meios de comunicação, justamente por sua interatividade. Não são os meios de comunicação que enviam o conteúdo ao espectador que pode, passivamente, absorvê-lo ou não.” (BRAGA, 2018, p. 270). Ou seja, a internet proporciona ao usuário não apenas a busca pelo conteúdo, mas também a interação com esse conteúdo e a sua amplificação ou alteração.

O fenômeno da desinformação é classificado por Agamben (2020) como uma “gigantesca operação de falsificação da verdade”. E ainda acrescenta que é a limitação da liberdade pessoal porque os indivíduos se submetem sem qualquer verificação dos dados e opiniões que os meios de comunicação fornecem.

Conforme Snyder (2019), a crença de que a tecnologia está a serviço da liberdade abre caminho para o espetáculo de um oligarca com ideias fascistas que oferece uma falsa proteção ao povo. “Enquanto a distração substitui a concentração, o futuro se dissolve nas frustrações do presente, e a eternidade torna-se o dia a dia. O oligarca faz a travessia para a política real partindo de um mundo de ficção, e governa invocando o mito e fabricando crises” (SNYDER, 2019, p. 26).

Compreende-se que a função de uma constituição democrática e seus derivados é auxiliar a sociedade para que seja capaz de coordenar politicamente os conflitos e as divergências, usando os procedimentos democráticos e os princípios jurídicos por ela assegurados como baliza (VIEIRA, 2018).

Na versão de autoritarismo contemporâneo, não é necessário que se rasgue a Constituição para promover um golpe de Estado clássico, basta corroer as instituições por dentro, ou seja, implodir a democracia. “O direito contemporâneo se desumaniza a



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

passos largos e, com isso, perde a base de legitimidade que deveria fundá-lo e mantê-lo enquanto ordem normativa vinculada à convivência social.” (MATOS, 2013, p. 349). Dessa forma, não é necessário censurar a internet, mas saber utilizá-la a seu favor, através da manipulação da verdade com auxílio da inteligência artificial. De acordo com Foucault (2010, p. 67), regimes de verdade implica naquilo “que constrange os indivíduos a um certo número de atos de verdade”, estabelecendo para tais atos determinadas condições e efeitos específicos.

Palavras-chave: Biopolítica; Desinformação; Estado de Exceção.

Referências Bibliográficas

ABDALLA, G. de A. C. **O estado de exceção em Giorgio Agamben – Contribuições ao estudo da relação Direito e Poder**. 2010. 224 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

_____. Estado de exceção e genealogia do poder. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 108, p. 23-39, jan.-jul., 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9732/P.0034-7191.2014v108p21>. Acesso em: 04 ago. 2022.

_____. **Sul vero e sul falso**. Quodlibet, 2020. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-sul-vero-e-sul-falso>. Acesso em: 05 out. 2022.

ARENDT, H. **Homens em Tempos Sombrios**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRAGA, R. M. Da C. A Indústria das Fake News e o Discurso de Ódio. In: PEREIRA, R. V. (Org.). **Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio: Volume I**. Belo Horizonte: IDDE, 2018. p. 203-220.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**. Curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). Tradução de Nildo Avelino. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

LORENZETTO, B. M.; PEREIRA, R. dos R. O Supremo Soberano no Estado de Exceção: a (des)aplicação do direito pelo STF no âmbito do Inquérito das “Fake News” (Inquérito n. 4.781). **Seqüência** (Florianópolis), n. 85, p. 173-203, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/seq/n85/2177-7055-seq-85-173.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MATOS, A. S. de M. C. Direito, Técnica e Distopia: Uma Leitura Crítica. **Revista Direito GV**, São Paulo, 9 (1), 2013, p. 345-366. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/yLppGk3Fnh6hrnpW7Md3j4q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MENEZES, P. B. **Fake News: Modernidade, Metodologia e Regulação**. 2. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2021.

RAIS, D. Fake news e Eleições. In: RAIS, D. (Org.). **Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

VIEIRA, O. V. **A Batalha dos Poderes: Da transição democrática ao mal-estar constitucional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



O cenário político eleitoral brasileiro mediado pelas Fake News na eleição presidencial em 2022

*El escenario político electoral brasileño mediado por Fake News en
las elecciones presidenciales de 2022*

*The Brazilian electoral political scenario mediated by Fake News in
the 2022 presidential election*

Maria Raiane dos Santos, UFRGS⁶⁰

Introdução

O cenário político eleitoral da última eleição presidencial (2022) no Brasil, assim como nos anos anteriores, foi marcado por crescentes compartilhamentos e exposições dos principais partidos que estavam concorrendo à presidência. As *fake news* compartilhadas durante esse período estavam centralizadas na tentativa de persuadir os eleitores acerca de sua decisão de voto, uma vez que as informações circuladas estavam associadas aos esforços de determinado partido em deslegitimar as ações que supostamente seriam tomadas pelo candidato adversário caso este assumisse a presidência.

Por não haver um certo controle dessas *fake news*, diversas falsas notícias foram difundidas sem a verificação de sua legitimidade. Esses compartilhamentos ocorrem nas principais redes sociais, como *Whatsapp*, *Facebook*, *Instagram*, entre outras, que por não ser possível identificar onde elas se originam, nem quem iniciou a divulgação, são fortemente espalhadas sem que qualquer medida de contenção seja tomada. A distribuição crescente dessas *fake news* em época eleitoral atua como influenciadoras de decisão de voto, o que pode determinar ou não a vitória de um partido por meio da quantidade de falsas notícias que são espalhadas sobre ele.

⁶⁰ Bacharel em Turismo (UFAL). Mestranda em Políticas Públicas (UFRGS).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo analisar como as *fake news* impactou a eleição presidencial de 2022 no Brasil, partindo do pressuposto que esse foi um momento marcado por sucessivas falsas notícias relacionadas em especial ao Partido dos Trabalhadores (PT). Outro conceito revelado quando falamos sobre as *fake news* recai sobre a “pós-verdade”, entendida através do pressuposto de que o sujeito que está lendo determinado matéria irá julgar por conta própria a conclusão se aquela informação pode ser tomada como verdadeira ou não, sem haver uma investigação científica para apurar os fatos (Sibert; Pereira, 2020). A era da “pós-verdade” é indicada pela emoção evocada no leitor ao ler certo assunto e se sentir na necessidade de tomar alguma decisão sobre o tema, podendo ser uma reação negativa ou positiva (Paula; Silva; Blanco, 2018).

O tema aqui abordado se mostra importante para os estudos sobre a Esfera pública e a construção do consentimento pró agenda ultraliberal, por buscar apresentar como as *fake news* são consideradas confiáveis em um período eleitoral, e como isso pode alterar na escolha e decisão do voto. Além disso, pretende-se mostrar até que ponto essas falsas notícias são fortemente influenciadas nesse período, destacando-se a relevância do projeto de Lei 2630/2020 sobre o combate a disseminação de *fake news* nas redes sociais.

Desse modo, inicia-se a discussão partindo da concepção e do entendimento que nesse cenário político não somente as mídias sociais como sites e portais são as principais detentores desses compartilhamentos, mas também os agentes políticos, compreendido como os próprios políticos, influenciadores digitais, pessoas públicas, entre outros, que agem para compartilhar essas desinformações promovendo manipulações ideológicas (Jardelino; Cavalcanti; Toniolo, 2018). Por serem possuidores de um número considerável de seguidores e apoiadores, esses agentes encontram uma maior facilidade em disseminar essas informações por seus eleitores confiarem no conteúdo de sua publicação e por ser eles quem estão compartilhando.

Acerca do conceito de *fake news*, Porcello e Brites (2018), falam que as elas não são só notícias falsas, mas sim notícias falsas que foram criadas propositalmente com o



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

objetivo de prejudicar, difamar e disseminar determinada notícia deturpada a fim de conseguir alguma vantagem sobre isso. Essa situação no cenário eleitoral pode ser vista através das falsas notícias distribuídas por um partido que busca desmerecer as ações de seu adversário em favor das suas.

Para confirmar esse pensamento, temos os dados do relatório da AVAAZ - IDEIA/BIG DATA (2018) realizado durante as eleições de 2018 sobre as principais *fake news* desse período, em que, de acordo com os resultados encontrados entre os eleitores de Haddad e Bolsonaro, 74% deles confirmaram que ouviram histórias sobre a *fake news* de que o Haddad ia implantar um “Kit Gay” nas escolas. Sobre a veracidade dessa informação, 85% dos eleitores de Bolsonaro acreditavam que essa notícia era verdadeira. Cabe destacar que essa *fake news* foi a mais difundida nesse momento, em especial por postagens de Jair Bolsonaro e aliados do seu partido (APÚBLICA, 2018). Na tentativa de combater as *fake news* ocorridas em períodos eleitorais, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou em 2020, a página “Fato ou Fake” para ampliar as informações referentes aos processos eleitorais, destacando as principais *fake news* compartilhadas na eleição de 2022, com a apresentação e explicação sobre elas.

Material e Métodos

A metodologia deste trabalho baseou-se na coleta de dados secundários acerca dos temas relacionados a *fake news*, “pós-verdade”, o projeto de lei 2630/2020 que visa instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, e os resultados obtidos no relatório realizado pela Avast sobre a confiabilidade da fonte de informação sobre as eleições de 2022 no Brasil.

Resultados e Discussões

Em uma pesquisa online realizada pela Avast (líder global em segurança e privacidade digital) entre os dias 10 e 23 de agosto de 2022, com uma amostra representativa de 1.000 pessoas (maiores de 18 anos) sobre a confiabilidade da fonte de informação nas eleições de 2022 no Brasil, trouxe dados significativos acerca das *fake news* e em como os eleitores avaliam as informações compartilhadas nas redes sociais.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

De acordo com esse relatório, “75% dos brasileiros encontraram notícias falsas sobre as eleições nas mídias sociais e 57% não acreditavam que (ou não tinham certeza se) a mídia social é uma fonte confiável de informação. Além disso, 86% dos brasileiros acreditam que as mídias sociais devem ser responsáveis pela remoção de notícias falsas”. Os dados mostram que apenas “36% verificaram fatos específicos em diferentes sites e outras fontes”. Conforme pôde ser observado nesse resultado, apesar dos entrevistados não confiarem nas informações encontradas nas mídias sociais, a porcentagem de quem buscou analisar se os fatos realmente eram legítimos foi baixa (AVAST, 2022).

Com relação a quais fontes esses entrevistados consideravam confiáveis, destacam-se para essa análise, 70% o rádio, 67% portais de notícias, 62% TV e mídia social (*Facebook, Instagram, Twitter*) e 47% *Whatsapp* e outros aplicativos de mensagens. Conforme cita Gomes e Vilar (2020) a desinformação associada a períodos eleitorais possibilita que informações infundadas sejam multiplicadas em diferentes redes sociais, e por não haver uma checagem correta desse conteúdo, acaba-se tomando como verdade temas favoráveis ao seu partido e prejudiciais aos seus adversários políticos. Pensando na confiança que os eleitores têm pelas mídias sociais que distribuem diversos materiais, os autores Porcello e Brites (2018) apontam que a televisão na era da “pós-verdade” destaca-se entre os outros meios de comunicação. Segundo eles, “a checagem mal feita, a apuração imprecisa, a pressa em publicar e outros tantos deslizos” contribuem para alimentar sites e portais na difusão das *fake news* que chegam até o público que consome desse meio.

Assumindo em primeiro lugar nas fontes de informação confiáveis conforme aponta os resultados encontra-se o contato com a família com 74%, seguido do contato com amigos e conhecidos, com 65%. Isso pode ser analisado a partir da perspectiva da homofilia, que segundo Porcello e Brites (2018), compreende-se pela comunicação e informação entre pessoas que compartilham os mesmos pensamentos, ideais e convicções pessoais. Inserindo os robôs (*bots*) nesse contexto, essas pessoas só teriam acesso a certas temáticas que fazem parte da sua bolha, por meio de algoritmos. Esses



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

bots junto a contas falsas, auxiliam no aumento do debate político e no compartilhamento das *fake news* (Dourado, 2018).

Ainda segundo o relatório da AVAST (2022), 37% dos brasileiros concordaram que as notícias e os comentários nas mídias sociais podem influenciar na decisão do voto. Ou seja, informações que circulam nas redes sociais estiveram funcionando como um dos atores decisivos na decisão de voto.

Como visto através dos resultados do relatório da AVAST (2022), os entrevistados apresentaram certa confiança nas publicações que são realizadas via sites e portais que não se mostram confiáveis em seus compartilhamentos. Uma vez que esses usuários não checam a veracidade das informações que eles estão consumindo, cria-se um ambiente em que serão difundidos conteúdos sem a verificação de sua confiabilidade.

Diante desse cenário, se faz importante analisar a proposta do projeto de Lei 2.630 de 2020 que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Segundo Gomes e Vilar (2020), esse projeto se justifica pela necessidade de serem criadas medidas para mitigar as *fake news* compartilhadas que afetam a imagem dos candidatos e manipulam a escolha de voto da população. Os mesmos atores falam que nos últimos anos houve uma mudança no contexto das *fake news* nas mídias sociais, pois houve uma coligação entre essas plataformas e o crescente número de falsas notícias, visto que elas são mais difundidas nesse meio de informação.

Devido ao aumento gradativo das *fake news* em períodos políticos, se faz necessário aumentar o combate dessas notícias nos locais em que elas mais são compartilhadas. Conforme estabelecido no projeto da Lei, seria necessário que as plataformas digitais proibissem contas criadas ou usadas para difundir essas informações, bem como proibir contas geridas por robôs, limitar o número de envio de uma mesma mensagem, e remover conteúdos que descumprissem as medidas estipuladas, sendo os mesmos critérios válidos também para os agentes políticos.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Palavras-chave: *fake news*; falsas notícias; compartilhamento; período eleitoral; eleições.

Referências bibliográficas

A eleição do “kit gay”. **APÚBLICA**, 17 out. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/10/a-eleicao-do-kit-gay/> Acesso em: 3 out. 2023.

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. **Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. 2020. 323f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia, 2018. Disponível em: <https://repositoriohml.ufba.br/handle/ri/31967>. Acesso em: 1 out. 2023.

Eleições e Fake News. **AVAAZ Eleições e Fake News**, 26-28 out. 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://avaazimages.avaaz.org/PO%20DEIA%20-%20Relatorio%20AVAAZ_v2_PO%20version%20%281%29.pdf. Acesso em: 3 out. 2023.

Fato ou Boato: Justiça Eleitoral desmentiu as principais fake news sobre o processo eleitoral em 2022. **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)**, 29 out. 2022. Disponível em: <https://www.tre-go.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/fato-ou-boato-justica-eleitoral-desmentiu-as-principais-fake-news-sobre-o-processo-eleitoral-em-2022>. Acesso em: 2 out. 2023.

GOMES, Gledson Primo; VILAR, Kaiana Coralina do Monte. Análise do projeto de Lei das Fake News em perspectiva das eleições. **Revista de Direito**, v. 12, n. 02, p. 01-16, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/11205>. Acesso em: 7 out. 2023.

JARDELINO, Fábio; CAVALCANTI, Davi Barboza; TONIOLO, Bianca Persici. A proliferação das fake news nas eleições brasileiras de 2018. **Comunicação Pública**, v. 15, n. 28, 2020. Disponível em: <https://journals.ipl.pt/cpublica/article/view/99>. Acesso em: 9 out. 2023.

PORCELLO, Flávio Antônio Camargo; DIAS, Francielly de Brites Costa. Verdade x Mentira: A ameaça das fakenews nas eleições de 2018 no Brasil. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (41.: 2018 set. 02-09: Joiville, SC). Anais [recurso eletrônico]. São Paulo: Intercom, 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/184434/001078994.pdf?sequence=>. Acesso em: 5 out. 2023.

Quatro em cada cinco brasileiros encontraram fake news sobre as eleições 2022 nas mídias sociais. **AVAST**, 30 set. 2022. Disponível em: <https://press.avast.com/pt->



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

br/quatro-em-cada-cinco-brasileiros-encontraram-fake-news-sobre-as-eleicoes-2022-nas-midias-sociais. Acesso em: 10 set. 2023.

SIEBERT, Silvânia; PEREIRA, Israel Vieira. A pós-verdade como acontecimento discursivo. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 20, p. 239-249, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/vykt83t8h8874gJT7ys46sy/>. Acesso em: 20 set. 2023.



A desinformação e o contínuo mediático do ódio nas eleições de 2022

*La desinformación y el continuo odio mediático en las elecciones de
2022*

Disinformation and the media hate continuum in the 2022 elections

DANTAS, Alexsandro Galeno A., UFRN⁶¹

CARDOSO, Ana Tázia P. M., UFRN⁶²

SILVA, Patricia Rilliane G., UFRN⁶³

Introdução

As “atmosferas mediáticas”⁶⁴ são o grande fenômeno do século XX, segundo o teórico da comunicação Ciro Marcondes Filho (2018). Ao criar essas atmosferas se direciona, continuamente, a circulação de informações, cujo trabalho é intenso, mas, de curta duração, visando algumas mudanças no curso político. Ao buscar especial contínuo em plataformas digitais de mensagens instantâneas e de pouca luminosidade jurídica, o governo Bolsonaro, no dia 18 de julho de 2022, empreendeu mais uma iniciativa midiática dessa ordem ao mirar no descrédito da urna eletrônica brasileira, ao convocar os embaixadores para uma reunião transmitida ao vivo, no Palácio da Alvorada, às 16h, com representantes diplomáticos de cerca de 40 países, meses antes da eleição presidencial em que Bolsonaro perdeu para Lula (PT).

⁶¹ Doutor em Ciências sociais; professor do PPGCS (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN).

⁶² Doutora em Ciências sociais; Pesquisadora (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN).

⁶³ Doutora em Ciências sociais; Pesquisadora (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN).

⁶⁴ Marcondes Filho (2009) sugere que os portugueses estão certos quando dizem “os media”. Já os brasileiros estão equivocados duplamente ao escreverem “mídia”. Ele ressalta que, media é plural, portanto, não seria correta a expressão “mídia”. Poderiam, no máximo, pronunciar desta última forma, mas, na escrita deve sempre ser “media”.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Para Marcondes Filho (2018, p. 93). “o contínuo é mediático porque sua energização, no caso, é realizada diariamente, o tempo todo, com mensagens unidirecionais, visando, pela repetição e pela insistência, debilitar o pensamento e as articulações contrárias”. Sob essa lógica, o bolsonarismo ataca e desqualifica tudo aquilo que não o favorece. Assim, a investida de fomentar dúvidas sobre a legitimidade da urna, envolve um *contínuo mediático atmosférico* que compromete as instituições democráticas.

Objetivos

Este trabalho tem como objetivo entender como o bolsonarismo se delineia enquanto opinião a partir de linchamentos digitais, falta de respeito e injúrias. Buscamos, portanto, entender como se opera o subsolo da desinformação no Governo Bolsonaro, a partir da lógica do fascismo da ambiguidade. Para Schuback (2021, p. 48) “É um fascismo que se articula na ambiguidade e oscilação de todo sentido e valor de maneira que nessa oscilante ambiguidade o próprio sentido e o valor perdem valor e sentido”. Ela explica que a ambiguidade significa nesse contexto esvaziar ao tornar todo sentido equivalente a qualquer coisa. O interesse principal nesse contexto é propagar o rumor do medo e a desinformação, especialmente, entre grupos religiosos e conservadores da sociedade. Desse modo, difundem desinformação como cruzada atualizada de uma idade média tecnológica e digital. Portanto, combater o medo e a mentira, é uma premissa para quem advoga uma ética baseada na hospitalidade, no reconhecimento ao diverso e na resistência. Dessa forma, “o regime de informação está acoplado ao capitalismo da informação, que se desenvolve em capitalismo de vigilância e que degrada os seres humanos em gado, em *animais de consumo de dados*” (HAN, p. 07, 2022),

Metodologia

Neste artigo dialogamos com a compreensão de que a internet pode ser, tanto objeto de pesquisa, local de pesquisa e instrumento de pesquisa, ao passo que é aquilo que se estuda, ambiente onde a pesquisa é realizada e também pode ser a ferramenta para coleta de dados sobre o tema estudado (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2015). Nosso estudo propõe uma abordagem mista, quantitativa e qualitativa, com foco em dados empíricos, bem como na análise do fenômeno em estudo, por meio de ferramentas computacionais, pois acreditamos que toda uma nova área de trabalho vem



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

sendo construída, no limite de diferentes áreas antes mais divididas (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2018).

O fenômeno da desinformação, portanto, para além das chamadas fakes news constitui um processo híbrido, pois na formação das narrativas, combina elementos como fatos, mentiras, descontextualizações espaciais e temporais. É amplo o alcance que as plataformas digitais podem oportunizar à desinformação mediada. Nesse sentido, os dados do nosso estudo foram coletados em torno da reunião no Palácio da Alvorada, no dia 18 de julho de 2022, às 16h, que foi exibida por meio de *live* no canal oficial do Governo Bolsonaro na plataforma *YouTube*⁶⁵, bem como *Instagram*⁶⁶ e *Facebook*⁶⁷. Esse pronunciamento foi auxiliado por um *powerpoint* intitulado *Nosso objetivo: a transparência*, com objetivo de ecoar pelo subsolo da política

Dentre as inúmeras postagens selecionamos apenas as postagens relacionadas a esse evento que representou mais uma iniciativa midiática mirando no descrédito da urna eletrônica brasileira. Aliás, a urna eletrônica não foi a única a ser atacada durante a reunião com os embaixadores: o poder judiciário também foi atacado. Mas por falta de provas, no dia 10 de agosto de 2022, a *live* foi retirada do ar pelo *YouTube*, que divulgou nota sobre sua política de integridade eleitoral, proibindo conteúdos com informações falsas.

A contribuição deste trabalho para o evento e eixo temático se configura por ser uma pesquisa que busca debater instrumentos de comunicação de massa com o objetivo de construir consentimento em torno da manutenção do status quo, como o fato analisado pois trata-se de uma preparação atmosférica para questionar o resultado das urnas, caso este resultado não lhe fosse favorável.

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/jbolsonaro/about>> Consultado em 04 de outubro de 2022.

⁶⁶ Disponível em: <<https://www.instagram.com/jairmessiasbolsonaro/>> Consultado em 04 de outubro de 2022.

⁶⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/search/top?q=jair%20messias%20bolsonaro>> Consultado em 04 de outubro de 2022.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Os textos, áudios, imagens e vídeos compartilhados nas redes, demonstram Bolsonaro colocando a eleição em suspeição com os ataques ao Tribunal Superior Eleitoral, à urna eletrônica e ao Supremo Tribunal Federal, em um movimento que vai corroendo a credibilidade das instituições internamente, porém, por drenagem externa a partir do subsolo.

Resultados obtidos e discussões

Podemos constatar que esse ataque às urnas proferido por Bolsonaro na reunião com os embaixadores foi uma das iniciativas midiáticas, disfarçado de ato democrático, mostrando o desassossego diante do grande risco de não ganhar as eleições; bem como, a não aceitação se esse, por acaso, fosse o resultado. Portanto, trata-se de uma preparação atmosférica para questionar o resultado das urnas, caso este resultado não lhe seja favorável.

O *contínuo mediático atmosférico* é constituído pelo espaço no qual ocorre a batalha (campo abstrato das ideias) e pelo movimento que se realiza nessa batalha. Criar essas atmosferas, ou a “ocupação da atmosfera mediática”, explica Marcondes Filho (2018), tem como alvo a interferência política das “massas”, sobretudo em momentos de crise, nos quais, espera-se que a opinião pública, enquanto um fenômeno efêmero e influenciado justamente pelo circundado noticioso, seja cúmplice de uma mudança, total ou parcial no Estado.

Nos meandros das plataformas digitais, os bolsonaristas adquirem a forma e organização política do *Homo delinquens*, ou melhor, caracteriza-se pela proteção de uma opinião que, apesar de ser sustentada pelo contágio sem contato possibilitado pelos meios de comunicação digital, não são menos eficientes quando visam ofender, destruir e caluniar os seus adversários na batalha ideológica. Assim como uma malta, os *Homo delinquens* bolsonaristas se fecham ao diverso e usam símbolos e discursos histeriônicos comprometendo o decoro do cargo de presidente e a democracia.

Esse *contínuo mediático atmosférico* se torna mais evidente, aponta Marcondes Filho (2018), em tempos de crise. O radicalismo contra o diferente, contra o não engajado,



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

contra o crítico emerge por meio da exclusão, da marginalização e até da liquidação desse outro dissonante. Conforme afirma o autor, o aspecto singular nesse processo, intensificado pelas formas de interação no digital, consiste na supressão dos argumentos racionais pela violência da emocionalidade aflorante.

A reunião citada constituiu mais um ponto de irradiação, cujo aspecto de legalidade é frágil, mas, útil para a fabricação de um contínuo que permeia o subsolo da política, ou seja, permeia espaços não institucionais. A efervescência desse contínuo aponta uma grave crise institucional, política, social e econômica, que, no Brasil, particulariza-se, sintomaticamente, pelo que denominamos bolsonarismo. Com o espetáculo de desinformação oferecido aos embaixadores pelo presidente Bolsonaro, que, “oficialmente”, buscou denunciar ao mundo um golpe em curso, praticado pela oposição em conluio com a Justiça Eleitoral, o subsolo político teve material para fazer ecoar e, então, coadunar com uma atmosfera favorável ao golpe verdadeiro: o seu próprio. Portanto, Bolsonaro gerou mídia espontânea e gratuita, ocupando diversos espaços midiáticos com desinformação.

Vale destacar que o resultado do primeiro turno das eleições de 2022 no Brasil, sinalizou que o contínuo ódio dos bolsonaristas produziu significativos efeitos em relação ao enraizamento da extrema-direita, pois, pelo voto popular, os principais ex-ministros do governo Bolsonaro e outros aliados foram eleitos. Porém, por promover a desinformação e descrédito ao sistema de votação do país na reunião com embaixadores, o ex-presidente foi condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político e também por uso indevido dos meios de comunicação, tornando Bolsonaro inelegível por oito anos, ou seja, até 2030.

Palavras-chave: reunião de embaixadores; eleições de 2022; desinformação; homo delinquens; contínuo mediático.

Referências bibliográficas

CARDOSO, A. T., Dantas, A., Silva, P. Bolsonarismo e homo delinquens. Chasqui, Revista Latinoamericana de Comunicación. Natal: UFRN, 2021.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2015.

Han, BC. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

MARCONDES FILHO, C. (org.). **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARCONDES FILHO, C. **Comunicologia ou Mediologia?** A fundação de um campo científico da comunicação. São Paulo: Paulus, 2018.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. Análise de redes para mídia social. Porto Alegre: Sulina, 2018.

SCHUBACK, M. S. C. **O fascismo da ambiguidade**: um ensaio conceitual. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.



Ninguém tira os olhos do "ditador": análise da cobertura da Folha de São Paulo sobre a Cúpula de Países Sul-americanos de 2023

Nadie quita los ojos del "dictador": análisis de la cobertura de Folha de São Paulo sobre la Cumbre Sudamericana de 2023

Nobody takes their eyes off the "dictator": analysis of Folha de São Paulo's coverage on the 2023 Summit of South American Countries

Michele de Mello, USP⁶⁸

Resumo Expandido

O artigo oferece uma análise de discurso da cobertura das publicações no site do jornal *Folha de São Paulo* entre os dias 29 e 31 de maio sobre a Plenária dos Países Sul-americanos, realizada em Brasília, no dia 30 de maio de 2023. O evento realizado no Palácio do Itamaraty previa uma reunião ampliada entre as doze nações do subcontinente sul-americano depois de um hiato de nove anos. Todos os países atenderam ao chamado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviando os seus máximos representantes do Executivo, com exceção do Peru – por ser investigada pela justiça peruana, a presidenta interina, Dina Boluarte, não pode deixar o país, portanto enviou o presidente do Conselho de Ministros, Alberto Otárola, quem atua como espécie de premiê, segundo o sistema político vigente no país vizinho. Apesar de conseguir unir todos os países da região na sede do Ministério de Relações Exteriores para discutir a integração regional e propor a retomada da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a cobertura de um dos maiores veículos de comunicação do país destacou a vinda do presidente venezuelano Nicolás Maduro. A decisão de analisar a cobertura da Folha se deve ao peso do jornal na disputa da opinião pública e a da agenda política nacional. Apesar da queda de 27,4% na circulação entre 2021 e 2022, a Folha continua sendo

⁶⁸ Mestranda do Programa de Integração Latino-Americana (PROLAM-USP).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

um dos maiores veículos jornalísticos do Brasil. Ficou à frente dos seus principais concorrentes na média de audiência paga, em 2020, com 337.854 assinantes, frente aos 332.176 do O Globo e 239.395 do Estado de São Paulo, segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC Brasil). Já de acordo com a Comscore, a Folha teve uma média mensal de 220,6 milhões de páginas vistas entre janeiro e dezembro de 2020, acumulando um total de 2,6 bilhões de visualizações anuais -- também à frente dos outros dois concorrentes. No Brasil, cerca de 87% da população utiliza a internet como fonte primária de busca por notícias, segundo levantamento de 2020 da empresa YouGov. Desse fluxo, 41% usam veículos jornalísticos na internet para ler notícias. No ambiente das plataformas digitais, a Folha também lidera em número de seguidores nos perfis das principais redes sociais utilizadas no país (Facebook, Instagram e Twitter). No período analisado (de 29 de maio a 31 de maio de 2023), o portal publicou 19 textos entre reportagens, editoriais e notas curtas sobre o evento, sendo quatro no dia 29 de maio; 12 no dia 30 de maio; e três no dia 31 de maio. Primeiro foram definidas seis palavras como padrão norteador para analisar as manchetes e o interior das publicações, são elas: Maduro, ditador, integração regional, diplomacia, América do Sul e economia. A escolha das palavras usou como base o documento de lançamento da Cúpula de países da América do Sul e incluiu-se o nome do presidente da Venezuela ao observar que os textos publicados se centravam neste personagem político. O objetivo era verificar se a cobertura jornalística mesmo crítica ao atual governo federal, também poderia trazer elementos diversos na abordagem do evento e dos temas debatidos pelas autoridades sul-americanas, no entanto o que se observou foi uma excessiva exposição de um personagem político, em detrimento do próprio relato e análise do evento. Na véspera da plenária foram lançadas quatro publicações, em nenhuma delas as palavras América do Sul, diplomacia, economia ou integração apareceram nos títulos. Por outro lado, em 100% das manchetes, o nome “Maduro” estava presente. Em todas as matérias, o jornal identifica o presidente constitucionalmente eleito da Venezuela como um ditador ou o menciona como “líder venezuelano”, mas nunca o coloca numa posição de chefe de Estado. Os textos do dia 29 de maio analisados estão relacionados à plenária dos países sul-americanos e não à visita oficial do presidente venezuelano. No dia da plenária houve maior volume de textos, foram publicados 12 artigos e, novamente, as menções ao presidente da



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Venezuela superaram outros temas na escolha das manchetes: 'Maduro' apareceu quatro vezes, enquanto 'América do Sul' três, e 'integração' apenas uma. No interior das pautas, o nome 'Maduro' também está presente 48 vezes, a palavra 'ditador' 20, enquanto 'integração' 18 e América do Sul aparece 26 vezes. A tendência se manteve na cobertura jornalística do dia posterior ao encontro. Em 31 de maio foram identificadas apenas três publicações relacionadas à plenária, nas quais as palavras integração, diplomacia e economia não aparecem nos titulares, já Maduro e América do Sul surgem igualmente apenas uma vez. Em todos os três dias de cobertura, o sobrenome do presidente venezuelano apareceu como a palavra mais citada, um total de 104 menções, seguido de ditador, com 46 aparições, enquanto termos como: América do Sul e integração regional, apareceram 44 e 34 vezes, respectivamente, ficando em terceiro e quarto no ranking, apesar de tratar de conceitos que seriam os principais objetivos do evento convocado pelo governo brasileiro, de acordo com os documentos oficiais e com a declaração final da cúpula, o Consenso de Brasília. Com base na análise de discurso, o trabalho evidencia a linha editorial do veículo e busca discutir a escolha por uma cobertura centrada em juízo de valor sobre a gestão de um presidente de país vizinho, e sobre sua recepção no Brasil, ao invés de centrar nos pontos positivos e negativos da atividade realizada no Palácio do Itamaraty no dia 30 de maio. Com base em metodologias de análise crítica de discurso, que entendem o discurso como um entremeio na relação entre língua, história e sujeito, como um fenômeno mais bem compreendido por suas características históricas de produção e de seu veículo de transmissão (KRESS, 1990), é possível perceber uma conotação abertamente negativa tanto nas horas anteriores à plenária, como durante a sua realização e, mais tarde, sobre os resultados alcançados. É evidente uma tendência a alimentar uma suposta polêmica sobre a visita oficial do presidente da Venezuela e as declarações de Lula da Silva em relação à soberania e autodeterminação do país vizinho, ao invés de discutir as propostas apresentadas pelo Brasil durante a plenária, assim como as divergências dos líderes sul-americanos em relação à retomada de um organismo único de integração regional. O artigo ainda confronta dados que confirmam as vantagens econômicas para o Brasil de uma política externa que priorize a integração regional e questiona a decisão do periódico de ocultar a importância geopolítica do conclave regional. Considerando que o veículo em questão é um conglomerado de imprensa de



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

propriedade familiar e que possui relações de financiamento, através de anúncios, com grandes empresários do agronegócio e de setores extrativistas, pode-se entender que a sua cobertura atenda a interesses empresariais que visam seus próprios lucros e não necessariamente o crescimento econômico estável com redistribuição de renda e riquezas. Neste caso, a manutenção do *status quo* passa pela reprodução de uma perspectiva neoliberal que posiciona em patamares diferentes as relações bilaterais com potências ocidentais e com países do Sul Global. A colonialidade do saber e do poder (QUIJANO, 2005) se expressa também na maneira como a imprensa reproduz visões de mundo através da escolha de fontes, termos, na hierarquização dos assuntos e na escolha das informações apresentadas em cada pauta. Entendendo o jornalismo como uma forma de produzir conhecimento cristalizado no singular (GENRO FILHO, 1987), a diversidade de perspectivas nas narrativas jornalísticas é importante para construir visões mais complexas sobre os fenômenos. No entanto, se estes fatos particulares não forem acompanhados de um contexto que relacione sua singularidade a um universo mais amplo, a uma base histórica objetiva e subjetiva, o que se alcança é a reprodução de uma visão da realidade enviesada pela ideologia dominante. O trabalho contribui para o debate no II Colóquio Internacional Sociedade, Espaço e Política, uma vez que evidencia justamente a construção de um consentimento neoliberal no país, mesmo quando a narrativa empregada fere princípios da prática profissional jornalística, como a busca pelo interesse público. Com uma análise qualitativa e quantitativa da cobertura de um dos maiores veículos jornalísticos brasileiros, demonstra que é fundamental discutir a democratização dos meios de comunicação no Brasil para fortalecer a democracia, a liberdade de expressão e oferecer real direito à informação de qualidade às grandes majorias.

Palavras-chave: Integração regional; Cobertura jornalística; Folha de São Paulo; América do Sul; Unasul.

Referências bibliográficas

BORBA GONÇALVES, Júlia; FALEIRO, Audo; SILVA BARROS, Pedro. Desafios Econômicos para a Integração Regional Latino-Americana: Reconstrução e Transformação. In: **Teoria e Debate**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2022.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **Democracia, Estado, Nación**. Vicepresidencia del Estado Plurinacional. La Paz, 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: Para uma Teoria Marxista do Jornalismo**. Florianópolis, Brasil, 1987. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75390> Acesso em 16 jul. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), 2005.

KRESS, Gunther. **Critical Discourse Analysis**. In: W. G. (org.). *Annual Review of Applied Linguistics* 11. p. 84-99, 1990.

ONUJI, Janina. **A retomada da integração regional à luz da liderança internacional do Brasil**. In: *Revista USP* nº 136 p.103-112. São Paulo, 2023.



**A Folha de S.Paulo na reforma do ensino médio: de arena
discursiva à empreendedora política**

*Folha de S.Paulo en la reforma de la educación secundaria: del
ámbito discursivo al emprendedor político*

*Folha de S.Paulo in secondary education reform: from discursive
arena to political entrepreneur*

Eduardo Marangoni Canesin, Unifesp⁶⁹

O presente trabalho discute os achados parciais da minha pesquisa de doutorado (ainda em andamento). Analiso a cobertura do jornal Folha de S.Paulo (versão online) a respeito da reforma do Ensino Médio (2017), que foi apresentada pelo governo Michel Temer via Medida Provisória em 2016 (MP 746/2016) e convertido em lei em 2017 (Lei 13.415/2017). Minha hipótese é a de que houve uma cobertura que apresentava a reforma como algo necessário e inevitável para melhorar a qualidade da educação. A discussão bibliográfica que abordou especificamente tal reforma educacional é unânime em apresentá-la como uma reforma neoliberal, pois ela não foca questões estruturais (falta de docentes, infraestrutura das escolas, número de alunos por sala de aula, dentre outros aspectos), apenas apresenta uma lógica gerencialista, na qual a escolha dos alunos por itinerários formativos é colocada como um fator que por si só melhorará a educação, ao torná-los (os estudantes) mais motivados - isto é, o sucesso ou fracasso escolar é uma mera questão de motivação e, portanto, tem uma verve individual (FERRETI, 2018; GIROTTI, 2019; HERNANDES, 2020). Amparado na bibliografia que discute políticas públicas, dividi esta reforma em quatro períodos: 1) formação de agenda, 2) formulação, 3) implementação e 4) avaliação. Respondem, basicamente, ao momento em que um tema se torna um problema (1), quando alternativas são pensadas (2), quando uma decisão começa a ser implementada (3) e quando se vê os resultados

⁶⁹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

obtidos (4). Com base no modelo teórico de John Kingdon (2006), meu foco será nas duas primeiras etapas, vendo como a educação foi apresentada como um problema e como a reforma surgiu como uma solução e quais foram os atores envolvidos nesta dinâmica - não só os atores visíveis (na terminologia de Kingdon), isto é, o presidente e o ministro da educação que encabeçaram a proposta, mas aqueles que estavam envolvidos em sua formulação e os empreendedores políticos que defenderam tal proposta. Aqui, coloco o próprio jornal em questão como um empreendedor político que defendeu a reforma do ensino médio, isto é, ele não foi uma mera arena em que o debate foi divulgado. É com base nesta compreensão do jornal como empreendedor político que entendo que minha pesquisa tem a contribuir com o eixo temático “Esfera pública e a construção do consentimento pró agenda ultraliberal” (embora, em minha perspectiva teórica, eu adote o termo ‘neoliberal’ para tratar de meu objeto de estudos, acredito que isso não seja um empecilho para um debate intelectual frutuoso). Parto do pressuposto de que as mídias tradicionais nunca tiveram o poder que se lhe atribuía (de moldarem a opinião pública), nem, tampouco, estão, nos dias de hoje, com a abundância de mídias sociais e desinformação, destituídas de poder: sempre foram uma força importante (mas não determinante) na esfera pública, gerando visibilidade sobre temas, mas não necessariamente garantindo a condução dos debates e percepções (algo que é mais da esfera da discutibilidade, conforme Lycarião, 2010). Em um período em que se fala do telespaço público (BUCCI, 2021) ou de uma esfera pública anárquica (LAGO, 2022), defendo que as mídias tradicionais ainda desempenham um papel que merece reflexão, apresentando temas e enfoques que, ainda que não determinem a forma como algo será entendido, apresentará uma visão que será levada em consideração por diversos agentes, podendo, pois, influir no processo decisório. Como exemplo, cito o caso trazido por Michetti (2020), que mostra como a Folha de S.Paulo atuou como empreendedora política defendendo a Base Nacional Comum Curricular, algo que, até então, era um tema que não tinha aderência alguma. Com suas notícias e editoriais, conseguiu fazer com que tal tema se tornasse uma questão a ser debatida na esfera pública (ainda que não tenha conduzido todo o debate nem os desdobramentos do processo). Dito de outro modo, na construção de um consentimento, as mídias tradicionais ainda são atores relevantes, que não devem ser negligenciados, pois ainda possuem um poder de agendamento. A metodologia da minha pesquisa se baseia na



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Análise Crítica do Discurso (ACD) de Van Dijk (2018; 2020), o qual analisa os discursos não em seus elementos linguísticos, mas focando sobretudo os aspectos sociológicos e políticos das alocações. Para isso, ele olha sobretudo para o contexto que é criado com cada discurso, isto é, o não dito tem tanta importância quanto aquilo que é dito. Tem importância, por exemplo, saber quais são os interlocutores chamados para falar sobre um tema, qual a abordagem que adotam na apresentação do assunto, o quanto o tema é noticiado e em quais momentos. Ademais, acrescento na análise as contribuições trazidas por Thierry Guilbert (2020), o qual pesquisa um tema com proximidade ao meu objeto: as evidências do discurso neoliberal na mídia (no caso, a mídia francesa). Em seu livro, as 'evidências' devem ser entendidas em um duplo aspecto: o autor traz evidências de que há, sim, um discurso neoliberal que é apresentado como uma visão de mundo neutra nos jornais; ao mesmo tempo, esmiúça quais são as "evidências" que os textos jornalísticos trazem para corroborar sua visão de mundo (no caso é uma ênfase em números, indicadores e ameaças veladas do tipo "se X não for feito, haverá, inevitavelmente, a consequência Y", o que, na visão do autor, diminui os espaços para se fazer política, criando um cenário de suposta inquestionabilidade dos técnicos, isto é, dos agentes que defendem reformas estruturais neoliberais). Com base nisso, analiso as unidades informacionais (termo que designa tanto as reportagens quanto as colunas, editoriais, notas e qualquer outro texto veiculado pelo jornal) publicadas pela Folha de S.Paulo olhando para os interlocutores que foram trazidos para a conversa, bem como para os argumentos que o jornal trazia para justificar a reforma, nos editoriais que publicou no período, bem como quais eram os teores das reportagens publicadas sobre o assunto. De modo bastante esquemático e parcial (já que a pesquisa ainda está em desenvolvimento), constatei o fato de que as reportagens do período enfatizavam o mesmo tópico que costuma ser apresentado na cobertura educacional: as baixas notas em avaliações padronizadas, sempre abaixo das projeções estimadas pelos governos. Ademais, foram publicadas reportagens questionando o excesso de disciplinas na grade do ensino médio (algo a que a reforma buscava dar uma resposta). O teor dos editoriais foi sempre o de apoiar a reforma que era proposta, silenciando para o argumento de que as opções de escolha não seriam as mesmas para alunos de estados diferentes (ou, num mesmo estado, para aqueles em regiões centrais ou periféricas ou de escolas públicas ou privadas) e enfatizando



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

que as opções de escolha poderiam diminuir a evasão e a redução do número de disciplinas permitiria focar em questões mais relevantes (a leitura e a matemática, sobretudo). Apesar de focar na formação da agenda e na formulação da proposta, farei uma análise panorâmica de todo o conteúdo produzido sobre o tema, procurando por mudanças discursivas ao longo do processo. Desde o momento da primeira unidade informacional até o fim do 1º semestre de 2023, foram publicados 406 textos no jornal em questão. De um modo geral, as fontes oficiais (MEC, Inep, Secretarias estaduais) continuam sendo interlocutores privilegiados para se falar sobre a educação, com 126 “aparições” no debate. Um grupo que chamou bastante atenção, por sua vez, foi a de representantes de movimentos e organizações de orientação empresarial, isto é, *think tanks* que defendem uma visão específica da educação, com foco gerencialista, e que têm entre seus mantenedores institutos empresariais ou empresários. Foram chamados ao debate em 76 ocasiões, com maior prevalência do Movimento Todos Pela Educação (21 vezes), Fundação Itaú (11 vezes), Instituto Ayrton Senna (9 vezes) e Instituto Unibanco (8 vezes). Foi um grupo privilegiado porque além de ser chamado para comentar as propostas de políticas públicas e os dados divulgados pelos órgãos oficiais, também produzia estudos e dados que eram mostrados, no jornal, como retratos da educação nacional. Além disso, houve uma desproporção na cobertura dos atingidos pela reforma: foram ouvidos 14 alunos de escolas privadas e 28 de escolas públicas (via de regra, os alunos de escola pública apareciam para protestar contra a reforma, os alunos da escola privada se posicionaram sobre a reforma, mas também falavam sobre seus planos de estudos e escolhas). Também foram ouvidos 10 representantes de escolas públicas (para falar sobre como a reforma seria ou estava sendo implementada), enquanto 43 representantes de escolas privadas puderam falar sobre como o novo ensino médio tinha sido ou estava sendo implementado no currículo de suas instituições. Dito de outro modo, apesar de haver mais escolas públicas do que privadas no país, houve uma maior exposição daquilo que estava sendo feito nas escolas privadas. Isso, é claro, pode se dever ao público que lê o conteúdo produzido pelo jornal em questão, composto sobretudo por pessoas de classe média e que, em tese, têm seus filhos em escolas particulares. De igual modo, justificaria a predominância da cobertura de escolas na região metropolitana de São Paulo (em vez de apresentar escolas de outros estados e municípios). Foi por motivo semelhante, por exemplo, que, durante as



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

ocupações secundaristas em 2015, contra a proposta de reorganização escolar do governo Alckmin, que previa o fechamento de várias escolas e a transferência de alunos para outras instituições, houve predominância de cobertura das ocupações que ocorreram no centro de São Paulo, a despeito de outros municípios terem ocupações maiores e que começaram antes, como Diadema (CANESIN, 2018). Independentemente disso, esse tipo de exposição contribui para uma desinformação contextual que contribui para a construção de um consenso em favor da reforma educacional em questão: ora, vendo casos de sucesso (os das escolas particulares), com alunos motivados e currículos bem estruturados, pode-se pensar que o modelo proposto era uma unanimidade com poucos problemas (os poucos casos de escolas públicas apresentados). A verdade, contudo, é que a implementação está longe de ser bem sucedida e já é possível acompanhar uma série de desigualdades e gargalos que estão sendo inseridos. Uma tal constatação, todavia, quando aparece, é apenas como algo que demanda ajustes, não como algo que deve levar a uma reconsideração da política em si - posto que os modelos de “sucesso” apresentados são como que uma justificativa ao novo modelo.

Palavras-chave: Esfera pública; Folha de S.Paulo; reforma do ensino médio; novo ensino médio; neoliberalismo.

Referências bibliográficas

BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário**. Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021

CANESIN, Eduardo Marangoni. **Comunicação e esfera pública**: análise da cobertura do jornal Folha de S.Paulo (versão online) sobre a reorganização escolar (2015) e as ocupações secundaristas. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH-Unifesp), Guarulhos, 207 p., 2018

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32 (93), 2018, p. 25-42

GIROTTI, Eduardo. Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, 2019, p. 1-21.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas: Editora Unicamp, 2020

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Lei nº 13.415 e as alterações na carga horária e no currículo do Ensino Médio. **Ensaio: aval., pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, 2020, p. 1-20

KINGDON, John. Como chega a hora de uma idéia?. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Políticas Públicas**, vol. I. Brasília: ENAP, 2006, pp. 219-223.

Juntando as coisas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Políticas Públicas**, vol. I. Brasília: ENAP, 2006, pp. 225-245.

LAGO, Miguel. Como explicar a resiliência de Bolsonaro? In: STARLING, Heloísa; LAGO, Miguel; BIGNOTTO, Newton. **Linguagem da destruição**. A democracia brasileira em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 19-69

LYCARIÃO, Diógenes. Esfera pública e sistema midiático: tensões entre visibilidade e discutibilidade. **Contemporânea**, v. 8, n. 1, jul. 2010, p. 1-19

MICHETTI, Miqueli. Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v. 35, n. 102, 2020, p. 1-19

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2018

Discurso e Contexto. Uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2020



**O eterno retorno: notas sobre a ascensão de discursos
conservadores na esfera pública brasileira nos anos 20**

*El eterno retorno: apuntes sobre el surgimiento de discursos
conservadores en la esfera pública brasileña en las décadas de 20*

*The eternal return: notes on the rise of conservative discourses in
the Brazilian public sphere in 1920s*

Barbara Rodrigues, UFPE⁷⁰

Raphael de Carvalho, UNICAP⁷¹

Para os místicos adeptos do hermetismo, um dos princípios fundamentais que regem o mundo é o Princípio do ritmo, como uma maré que tem fluxo e refluxo, maré alta e maré baixa, um pêndulo entre dois pólos . Nestes 100 anos entre os anos 1920 do século XX e os anos 1920 do século XXI parece que o pêndulo está retornando. Como se ideias, ideologias e formas de pensar o mundo daquele período estivessem novamente marcando sua presença na esfera pública, de maneira adaptada mas no fundo com o mesmo tipo de pensamento sobre a realidade vivida. Qualquer esforço de expressão daquilo que é real tem um fundo ideológico ou, ao menos, é acometido por discursos que têm em si poder de coerção social (ZIZEK, 1996). Nesse sentido, podemos dizer que a ideologia está relacionada à forma como diferentes perspectivas “ganham espaço” na coletividade, seja alcançando escalas subjetivas individuais, seja se propagando por meios de interação que hoje são, inclusive, globais.

⁷⁰ Doutoranda em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília, Bacharela em Turismo pela Universidade de Brasília.

⁷¹ Advogado. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Especialista em Direito Público pela ESMape – Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Os eventos dos anos de 1920 nos mostram que apesar de serem anos de grandes inovações tecnológicas, de ampliação de liberdades individuais, de um ideal de modernidade política, cultural e econômica, uma década considerada progressista, conhecidos como os “Loucos anos 20”, viu surgir movimentos ultranacionalistas, conservadores, como o por exemplo o Fascismo, consolidado na década seguinte. Uma década moldada por traumas da primeira grande guerra e por uma pandemia global da chamada gripe espanhola, eventos de morticínio em massa e que moldaram a psique de uma geração que decidiu involuntariamente viver uma liberdade, um progressismo contra aquela cultura e política pré-primeira guerra mundial, e que se serviu de novas tecnologias surgidas ou aperfeiçoadas durante a guerra, como a aviação, o rádio, o cinema, entre outras, para diminuir distâncias e disseminar ideias.

Em certos aspectos, há paralelos interessantes entre este período da história do século XX e os atuais anos 20 do século XXI. Uma época marcada por uma pandemia global, com uma revolução tecnológica ocorrendo a passos largos, especialmente na forma de comunicação, e o surgimento – ou ressurgimento – de novas formas de cultura de política, inclusive de teor Fascistas ou com tendências Fascistas. De 2020 em diante outros fatos dão o tom para discursos que não parecem cessar da esfera pública e seguem se concentrando em debates acerca de valores, família, religião, formas de governo. Todos esses temas são abordados a partir de um tipo ideal utópico pessoal com raízes ideológicas diversas, o que - em uma esfera pública cada vez mais polarizada e violenta - vem a ser um grande desafio para a consolidação de regimes democráticos, tendo em vista seu pressuposto básico de diálogo e encontro de interesses e opiniões diferentes acerca dos rumos da sociedade.

Este trabalho objetiva provocar uma breve reflexão sobre a ascensão dos discursos conservadores que dão corpo à agenda ultraliberal contemporânea, fazendo um paralelo entre os discursos encontrados nos registros históricos presentes na esfera pública dos anos 1920 e dos anos 2020. A partir de revisão bibliográfica e do levantamento de fatos históricos, buscamos desenvolver uma análise comparativa das duas décadas, destacando por fim os desafios para a consolidação da democracia brasileira. Dessa forma, almeja-se contribuir para as discussões presentes no eixo



temático acerca da esfera pública e a construção do consentimento pró agenda ultraliberal.

“Roaring Twenties”: os loucos anos 20

Usualmente, quando se fala sobre os anos 20 do século XX há um destaque sobre o progressismo da época, a ideia de liberdade sexual, do sufrágio feminino, da arte moderna, das inovações tecnológicas, etc. Porém, é importante ressaltar também, que é uma década na qual a ideia de modernidade e de ciência foi plano de fundo para o surgimento ou consolidação de movimentos como o Eugenista, por exemplo, que no Brasil ganhou força após a primeira guerra mundial, mas que se consolidou com o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia realizado em 1929 (SOUZA, 2022). Como já indicado é também quando ocorre a consolidação do Fascismo Italiano, modelo seguido por vários outros países a partir da década seguinte.

No Brasil, criou-se em 1922 o Partidão (PCB), o qual futuramente (1935) lideraria a Intentona Comunista. Também foi a época do Tenentismo e todas as suas implicações em revoltas como em 1922 e 1924, e que seus ideais e lideranças seriam no futuro base para formação de regimes não democráticos. Um ponto interessante é que os Tenentistas em geral defendiam que no Brasil fossem aplicados princípios do Liberalismo, mas apenas no aspecto econômico, pois politicamente defendiam uma república autoritária. Deste caldeirão ideológico e cultural da década de 20 do século XX, contrapondo ao progressismo vigente no período, frente a crise do liberalismo econômico e político com a queda da bolsa de valores de 1929, com o fortalecimento de novos grupos e atores políticos já devidamente estabelecidos nos anos 20, fez o pêndulo migrar na década seguinte para uma forma conservadora de pensamento, restrição de liberdades individuais, golpes de estado para implementação de ditaduras ou ascensão de grupos de extrema direita, fascistas, nazistas ou semelhantes.

A contradição se dá quando se observa que a modernidade trazida na década de 20, com a facilidade de propagação de ideias pelos novos meios de comunicação e transporte foi o que levou ao progressismo do período, mas também abriu as portas que ideias radicais e fundamentadas justamente na contraposição ao que seria progresso no período, fossem chocadas como um ovo de serpente em meio aos não agraciados



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

econômico, político ou culturalmente nos chamados anos loucos e, com a Crise de 1929, o liberalismo político e econômico tal qual a social democracia ruíram, dando lugar a novos Estados autoritários, ultranacionalistas, conservadores e religiosos em certos casos, pois apesar e não ser característica direta do Fascismo, em alguns países a religião servia como elo, de união, entre o povo e Estado, como um aspecto nacionalista.

2020, o ano em que o mundo parou

Os anos 20 do século XXI chegam após uma série de eventos que agravam o esgarçamento do tecido social e aprofundam uma certa ruptura nos discursos políticos presentes na esfera pública. Entre eles destacam-se, no Brasil, as Jornadas de Junho de 2013, influenciadas pelas Guerras Híbridas globais na década (KORYBKO, 2018), o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 e as eleições de 2018 marcada pela dita 'polarização'. Todos os eventos têm algo em comum: são tomados de agentes militantes que ocupam o espaço público e se organizam, principalmente, por meio das redes sociais virtuais, o que nos leva a refletir sobre a ascensão desse instrumento para a construção do consentimento.

O avanço das tecnologias de informação (TI) e as mídias sociais ampliou o acesso à informação quantitativamente, embora tenha levantado questões sobre sua qualidade, evidenciadas pelo surgimento da "pós-verdade" e das fake news. As mídias tradicionais foram questionadas por sua falta de imparcialidade, enquanto as redes sociais digitais eram celebradas como espaços de liberdade e expressão. Novos atores surgem no campo político, reinterpretando as disputas de classes no mundo ocidental, onde a racionalidade neoliberal é acompanhada pelo ressurgimento da moralidade tradicional (BROWN, 2019). Líderes populistas encontram respaldo nas redes sociais ao construir uma imagem do povo, formando uma persona não apenas pelo populismo tradicional, mas também pela adesão a discursos de ódio contra a "velha política" e as elites, sejam econômicas, culturais ou intelectuais. As redes sociais virtuais se tornam terreno fértil para a "liberdade de expressão" da raiva. Apesar das promessas de uma esfera pública mais democrática, sabemos hoje que esse sistema não é tão neutro quanto se esperava. As plataformas digitais são moldadas pelos mesmos agentes que atuam na esfera tradicional, resultando em efeitos sobre as liberdades essenciais para a



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

democracia (SILVEIRA, 2019), como apontado por Empoli (2020) nas eleições de 2018 no Brasil, quando nota-se o uso inteligente das plataformas virtuais seguindo táticas de desestabilização de democracias. O caos informacional, gerado para dispersar organizações contrárias, intensifica o apoio dos seguidores. Operar a partir do caos torna-se um método político significativo, alterando a produção de verdades e desafiando paradigmas estabelecidos (CESARINO, 2021).

Essa utilização dos espaços virtuais ganha um novo salto em 2020, quando a pandemia de COVID-19 emerge como um marco histórico global, impactando profundamente o Brasil em diversas dimensões e restringindo muitas relações sociais a telas e teclas. A disseminação do vírus desencadeou uma crise sanitária sem precedentes, sobrecarregando o sistema de saúde e resultando em milhares de mortes, além de exacerbar desigualdades sociais pré-existentes. O cenário político também foi influenciado, com a gestão da crise tornando-se um ponto central de debates e polarizações, trazendo desafios relacionados à coesão social e governança, o que resultou em dados alarmantes como visto em 2021, quando aproximadamente 10% da população enfrentava a fome no país.

Considerações Finais

O cidadão brasileiro de 2013 não é o mesmo que o de 2023 e buscar compreender seu processo de formação de opinião, a construção do consentimento em torno das políticas adotadas e decisões tomadas e o retrato da esfera pública hoje, diante de uma História que nos mostra os possíveis rumos de comportamentos voltados a uma agenda ultra conservadora (e paradoxalmente ultraliberal hoje), é crucial para a formação de uma agenda de mobilização em torno da garantia dos direitos sociais e da construção de uma democracia robusta no país. “Num momento mundial extraordinariamente complexo, em que a maioria das pessoas sente uma evidente insegurança existencial, a comunicação afetiva é um potente motor político” (SOLANO, 2019, p. 320) e os eventos políticos recentes ressaltam o sucesso no manejo dos afetos por parte da extrema-direita. Mesmo diante do cenário atual, onde encontramos uma sociedade em aparente desamparo, logo, com poucas ou nenhuma perspectiva de um horizonte melhor, é importante acreditar nas mudanças ocorridas, à luz dos avanços que ocorreram ao longo do último século, até porque “Toda ação



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

política é inicialmente uma ação de desabamento e só pessoas desamparadas são capazes de agir politicamente” (SAFATLE, 2015, p. 50). O que se coloca diante de nós enquanto cidadãos hoje demanda uma atitude ativa de busca por compreender os processos políticos a que estamos já nos submetemos e podemos novamente estar reféns, para assim manter uma postura vigilante em prol do bem-estar da sociedade.

Palavras-chave: esfera pública, discurso, conservadorismo, ideologia.

Referências Bibliográficas

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo** / Wendy Brown. Traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. - São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, 256 p.

CESARINO, Leticia. HOW SOCIAL MEDIA AFFORDS POPULIST POLITICS: REMARKS ON LIMINALITY BASED ON THE BRAZILIAN CASE. **Trabalhos em Linguística Aplicada** [online]. 2020, v. 59, n. 1, pp. 404-427. Available from: <<https://doi.org/10.1590/01031813686191620200410>>. Epub 22 May 2020. ISSN 2175-764X.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. Tradução Arnaldo Blocj. – 1 ed. 3, reimp. – São Paulo: Vestígio, 2020.

GALVÃO, Lúcia Helena. **Para entender o caibalion**: a vivência da filosofia hermética e sua prática nos dias de hoje/ 1. ed. – São Paulo: Editora Pensamento, 2021

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas** – das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SAFATLE, Vladimir. **Circuito dos Afetos**: corpos políticos, desamparo, fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil, In: **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. Org.: Sérgio Henrique Abranches. Brasil: Companhia das Letras, 2019.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

SOUZA, Vanderlei. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920 – 1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.42, nº 89, 2022.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Democracia e os códigos invisíveis**: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. São Paulo: Edições SESC-SP, 2019.



**Brasil Paralelo em três atos: desinformação, revisionismo
histórico e teorias conspiratórias no YouTube**

*"Brasil Paralelo" in three acts: disinformation, historical revisionism
and conspiracy theories on YouTube*

*"Brasil Paralelo" en tres actos: desinformación, revisionismo
histórico y teorías conspirativas en YouTube*

Cristiane Sinimbu Sanchez, UFPR⁷²

Karina Pierin Ernsen Alves, UFPR⁷³

Rafael Cardoso Sampaio, UFPR⁷⁴

As implicações da produção e disseminação de conteúdo enganosos e/ou perigosos, tais como discurso de ódio, teorias conspiratórias, *fake news* e aqueles destinados ao revisionismo histórico, têm mostrado impacto significativo no contexto sócio político contemporâneo, que vão desde a interferência nas decisões eleitorais de um país até à descrença na Ciência, para citar alguns exemplos (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; BENNETT; LIVINGSTON, 2018; RECUERO; SOARES; ZAGO, 2020). Neste sentido, entende-se que o fluxo de elaboração, utilização de ferramentas de disseminação e o uso político da desinformação, têm forte influência no processo de descrença e descredibilização das instituições políticas, visto que, por meio da mídia, não somente temos acesso às notícias, mas também a partir das mídias sociais um indivíduo – ou grupo de interesse – pode também prestar serviços públicos de desinformação.

⁷² Doutoranda em Comunicação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação pela UFPR. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Democracia Digital (COMPADD/UFPR) e do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (COMPA)

⁷³ Mestranda em Comunicação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharela em Jornalismo pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Democracia Digital (COMPADD/UFPR) e do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (COMPA).

⁷⁴ Professor do Departamento de Ciência Política e de Comunicação da da Universidade Federal do Paraná (UFPR).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

A Pesquisa TIC Domicílios 2020 demonstrou que as atividades de comunicação baseada em Internet mais realizadas no Brasil em 2020 foram “a troca de mensagens instantâneas (93%), as conversas e as chamadas de voz ou vídeo (80%) e o uso das redes sociais (72%)” (NIC.BR, 2021, p. 28). Neste cenário, tem-se um campo propício para o alastramento de *fake news*, o que se torna um problema preocupante dado que o fenômeno causa impactos sociais em níveis ainda não mensurados.

Percebe-se um movimento da direita conservadora no uso das mídias e plataformas digitais, comprometidas em elaborar e propagar conteúdo enganoso, com o objetivo de desinformar ou criar narrativas que consolidem suas visões de mundo. Este movimento se apropria da lógica da mídia, utilizando-se de recursos textuais, visuais, argumentativos e estéticos para reforçar tais narrativas e produzir sentido para seus usuários. Parece, portanto, haver uso político mais intenso por parte de movimentos conservadores de direita, nesse sentido, estes movimentos vêm buscando “desqualificar todas as instituições tradicionalmente dotadas de credibilidade para arbitrar sobre o conhecimento socialmente aceito sobre fatos, a saber, a ciência, a universidade e o jornalismo.” (GOMES; DOURADO, 2019, p. 37).

A Brasil Paralelo (BP) é uma empresa, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no dia 09/08/2016, tendo como atividade principal: portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, com situação ativa⁷⁵. Em seu site, a BP apresenta seus principais serviços: Séries; Núcleo de Formação; e Artigos, possuindo contas nas principais redes e plataformas digitais, tais como Instagram, Facebook, Twitter e YouTube, este último objeto de análise neste artigo.

O canal da BP no YouTube diz, em sua descrição, que “por meio de nossas produções trabalhamos para fortalecer em nossa cultura os valores e tradições que, notoriamente, ao longo da história conduziram a humanidade à paz e prosperidade”⁷⁶. O canal, lançado em 2016, possui 498 vídeos, contabilizando 1.950.000 inscritos e 132.041.516

⁷⁵ Disponível em: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp. Acesso em: 26 ago. 2022.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/BrasilParaleloOficial/about>. Acesso em: 26 ago. 2022.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

visualizações em seus conteúdos⁷⁷, os quais vão desde comportamento, passando por história, política, até ciências e música. De acordo com o sócio da BP, Filipe Valerim “a ideia é a de financiar a expansão de consciência dos brasileiros”⁷⁸.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é analisar as estratégias retóricas acionadas na argumentação dos vídeos produzidos pelo canal Brasil Paralelo, especialmente aqueles que buscam desinformar, disseminar teorias conspiratórias e fazer revisionismo histórico. Importa ressaltar que não temos a pretensão de fazer um “desmentido”, somente analisar quais e de que forma as estratégias, tanto na fala, quanto na estética dos vídeos, são utilizadas para reforçar o argumento dos seus autores.

Trata-se de estudo exploratório, de abordagem qualitativa, que utilizou a técnica da análise de conteúdo para sistematizar os dados, buscando identificar as estratégias de retórica utilizadas para reforçar o argumento em torno dos conteúdos enganosos disseminados pela Brasil Paralelo em seu canal no YouTube.

Para seleção dos vídeos, tendo em vista o objetivo de analisar estratégias retóricas acionadas para disseminar desinformação, em uma amostra por conveniência de três vídeos com conteúdo notadamente desinformativo, teoria da conspiração e revisionismo histórico, entre os mais visualizados no referido canal. Desta forma, chegou-se aos vídeos: “1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO)”, publicado em 02 de abril de 2019, com duração de 2h07min32seg; “7 DENÚNCIAS: AS CONSEQUÊNCIAS DO CASO C0V1}-19” [sic], publicado no dia 30 de junho de 2020, com duração de 1h54min54seg; e “OS DONOS DA VERDADE (FILME COMPLETO)”, publicado em 17 de agosto de 2020, com duração de 1h22min00seg.

Para análise dos vídeos, utilizamos a técnica da Análise de Conteúdo (AC) (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p. 17), utilizada para “descrever, quantificar ou interpretar certo

⁷⁷ Informação coletada no dia 11 de setembro de 2022.

⁷⁸ Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/07/19/brasil-paralelo-em-entrevista-exclusiva-conheca-a-origem-dos-documentarios-que-fazem-sucesso-na-internet/>. Acesso em: 6 set. 2022.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos” (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p. 17). Os vídeos foram decupados com base na pesquisa de Panke e Cervi (2011), sendo realizada a "transcrição de todas as falas dos programas, acrescentadas do tempo e da descrição das imagens e/ou efeitos de áudio correspondentes" (2011, p. 396). Foi realizada a divisão das unidades de análise a partir do conteúdo/tema, orador e cenário (PANKE; CERVI, 2011, p. 393). Desenvolveu-se o Livro de Códigos selecionando as variáveis: gênero e prova retórica predominante: jurídico, epidíctico e deliberativo, assim como *ethos*, *pathos* e *logos*; e conteúdo adicional: recurso visual além do roteiro do vídeo, adicionando-se elementos para verificação (KLEINA E SAMPAIO, 2020)

Da análise do material selecionado, é possível concluir que os produtores do vídeo utilizam estratégias retóricas que podem influenciar, convencer e mobilizar engajamentos (tais como o elevado número de visualizações, curtidas e comentários) em campanhas de desinformação em plataformas digitais. Os recursos retóricos se mostraram eficientes para reforçar argumentos desinformativos, pois os conteúdos analisados podem gerar impactos significativos na deliberação e conversação pública. Em um esforço de avanço metodológico, propusemo-nos a analisar não somente o texto em si, mas também as imagens e enquadramentos, para verificar se são acionados recursos retóricos para além do roteiro.

O vídeo intitulado “1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO)” contava, até o momento da busca, com 10.338.621 visualizações e 77.113 comentários, com 698.150 likes. O conteúdo foi selecionado em razão de conter traços do que se denomina revisionismo histórico, ou seja, busca falsear o passado e mobilizar pessoas em torno de uma suposta revolução, ante ao que verdadeiramente foi a ditadura no Brasil, pois “apropriam-se de recursos próprios da pesquisa histórica para supostamente se validarem sob a rubrica de revisionistas” (BARBOSA, 2022, p. 307). Conforme ensina Barbosa (2022, p. 306-307), pode se verificar que os produtores do vídeo utilizam provas históricas, no entanto, “elas são fabricadas, manipuladas e distorcidas sem pudor para serem encaixadas em conceitos preconcebidos, em (pré)conceitos.” O documentário se caracteriza como uma peça ideológica que utiliza uma estratégia retórica de



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

convencimento do público sobre os motivos supostamente nobres que levaram as Forças Armadas brasileiras a dar um golpe de Estado e instituir um regime ditatorial para livrar o país de um regime ditatorial. O gênero retórico judiciário está presente em praticamente todo o filme, com utilizações pontuais do gênero epidíctico. As provas retóricas ethos, pathos e logos se alternam, com a predominância dos dois primeiros, notadamente pathos. Em nenhum momento se abre espaço ao contraditório, predominando uma proposta discursiva que depende dos recursos retóricos para parecer convincente.

Já o vídeo intitulado “7 DENÚNCIAS: AS CONSEQUÊNCIAS DO CASO C0V1}-19” [sic], contava, até o momento da busca, com 1.480.566 visualizações e 8.747 comentários, com 157.575 likes. O conteúdo foi selecionado em razão de conter traços do que se denomina como fake news e desinformação, ou seja, informação sem acurácia, manipulada ou fato distorcido disseminados intencionalmente com o objetivo de enganar sobre determinado tema, especialmente com fins políticos (BENNETT; LIVINGSTON, 2018; GOMES; DOURADO, 2019). os autores do vídeo analisado buscaram utilizar de estratégias retóricas baseadas, muito particularmente, nos pilares pathos e logos, deixando ethos para excertos mais específicos durante o conteúdo, acionados para reforçar argumentos com objetivo de disseminar desinformação e misinformation sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil. O gênero retórico mais utilizado é o judiciário, reforçando argumentos no sentido de conferir muito mais culpa e decisão em relação aos possíveis desdobramentos da pandemia.

Por sua vez, o vídeo intitulado “OS DONOS DA VERDADE (FILME COMPLETO)” contava, até o momento da busca, com 1.373.779 visualizações e 9.432 comentários, com 161.871 likes. O conteúdo foi selecionado em razão de conter traços do que se denomina teoria conspiratória, ou seja, preenche as três ideias principais que compõem um conteúdo conspiratório, a saber: “não existe acaso, tudo está interconectado e as coisas são diferentes do que parecem ser” (BRITO, 2022, p. 326). As estratégias retóricas são baseadas nos pilares pathos e logos, deixando ethos para excertos mais específicos durante o conteúdo, acionados para reforçar argumentos com objetivo de reforçar a teoria de que fiscalizar a comunicação seria para prejudicar politicamente e



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

economicamente um grupo. O gênero retórico mais utilizado é o judiciário, reforçando argumentos no sentido de conferir culpa.

Embora o YouTube tenha uma seção específica em “Nossos Compromissos” para Combate à Desinformação, em que alega que possui diversas ferramentas de controle, removendo conteúdo que viola suas políticas (as quais não são transparentes) e que reduz as recomendações de conteúdo duvidoso e desinformação nociva, ainda se percebe que vídeos, como o aqui analisado, continuam circulando vorazmente na plataforma, o que demonstra certa fragilidade no controle de propagação de conteúdo enganoso e danoso à sociedade. Finalmente, refletimos também sobre o papel do YouTube na disseminação de conteúdo enganoso, uma vez que, mesmo alegando controlar e remover conteúdo que viola suas políticas (as quais não são transparentes), ainda se percebe que estes vídeos continuam circulando vorazmente na plataforma, o que demonstra certa fragilidade no controle de propagação de conteúdo enganoso e danoso à sociedade.

Deve-se dar especial atenção ao uso de recursos retóricos que se mostram eficientes para reforçar argumentos desinformativos, principalmente em conteúdos como o que fora analisado. No vídeo, aqueles que adotaram as medidas de segurança foram demarcados como “inimigos”. Jornalistas, governadores, membros do Supremo Tribunal Federal, membros de instituições internacionais são colocados ao lado de ditadores, mostrados como “inimigos” da verdade e dos valores conservadores, denotando grave ataque à mídia, à ciência e à democracia.

Não tratamos sobre a recepção ao vídeo e se o endereçamento à sua audiência foi efetivo. Acreditamos que uma análise nesse sentido seria útil, em estudos futuros, pois mostraria o quão efetivas são estas técnicas e possibilitariam o desenvolvimento de ferramentas para alfabetização mediática, habilitando a audiência a não cair em armadilhas retóricas que propagam conteúdo enganoso. Além disso, sugerimos ampliação da amostra de vídeos analisados em um período maior, de modo a verificar se as mesmas estratégias são acionadas para assuntos diferentes.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Palavras-chave: Desinformação; Coronavírus; Revisionismo histórico; Teorias da conspiração; YouTube; Brasil Paralelo.

Referências Bibliográficas

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 211–236, 2017. DOI: 10.1257/jep.31.2.211.

BARBOSA, Cibele. Revisionismos e crimes contra a História. *In*: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (org.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022. p. 305–309.

BENNETT, W. Lance; LIVINGSTON, Steven. The disinformation order: disruptive communication and the decline of democratic institutions. **European Journal of Communication**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 122–139, 2018. DOI: 10.1177/0267323118760317. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323118760317>.

BRITO, Simone Magalhães. Teorias da conspiração. *In*: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (org.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022. p. 326–329.

DOURADO, Tatiana. **Fake news: quando mentiras viram fatos políticos**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2021.

GOMES, Wilson; DOURADO, Tatiana Maria. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 33–45, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2019>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p33>. Acesso em: 20 ago. 2021.

KLEINA, Nilton Cesar Monastier; SAMPAIO, Rafael Cardoso. De quem é a culpa? Argumentos e retóricas iniciais de youtubers bolsonaristas sobre o coronavírus. **Dispositiva**, Belo Horizonte, v. 9, n. 16, p. 27–49, 2020.

NIC.BR. **TIC domicílios 2020: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação dos domicílios brasileiros**. São Paulo, SP. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_e_letronico.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.

PANKE, Luciana; CERVI, Emerson Urizzi. Análise da comunicação eleitoral: uma proposta metodológica para os estudos do HGPE. **Contemporânea | Comunicação e Cultura**, Salvador, BA, v. 09, p. 390–404, 2011.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; VINHAS, Otávio. Discursive strategies for disinformation on WhatsApp and Twitter during the 2018 Brazilian presidential election. **First Monday**, Bridgman, USA, v. 26, n. 1, 2021. DOI: 10.5210/FM.V26I1.10551. Disponível em: <https://journals.uic.edu/ojs/index.php/fm/article/view/10551/10039>. Acesso em: 14 fev. 2022.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre Covid-19 no Twitter. **Revista Contracampo**, Niterói, RJ, v. 40, n. 1, 2020. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.1154. Disponível em: [file:///Users/annavale/Downloads/1154-Preprint Text-1823-3-10-20200828.pdf](file:///Users/annavale/Downloads/1154-Preprint%20Text-1823-3-10-20200828.pdf).

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021.



Uma reflexão sobre privacidade e acesso à informação no ambiente de trabalho após a LGPD, no Brasil: Segurança de dados e condições de trabalho.

Una reflexión sobre la privacidad y el acceso a la información en el lugar de trabajo después de la LGPD, en Brasil: Seguridad de los datos y condiciones de trabajo.

A reflection on privacy and access to information in the workplace after the LGPD, in Brazil: Data security and working conditions.

Stefânia Amorim Silveira 1, UMSA⁷⁹

Rochelle Silveira Lima 2, Unicatólica⁸⁰

Heron eríssimo de Souza 3, UFC⁸¹

Introdução

Mediante o avanço e popularização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC, em diferentes segmentos de mercado, o acesso a dados pessoais e informações privadas foram cada vez mais facilitados (NUNES, 2023). Descortinando assim, debates acerca da privacidade e preservação de informações de cunho pessoal. Não é diferente nas relações empregatícias, onde tais coletas de dados são presentes desde a contratação dos profissionais, fiscalização da prestação do serviço, até o encerramento do vínculo trabalhista (CARRIJO, 2021). A partir desse novo cenário, o presente trabalho reflete esse contexto sob as dinâmicas de trabalho no Brasil. No País, tornou-se indissociável a prática de trabalho formal do ambiente conectado e digital (CARRIJO, 2021). O impulsionamento das tecnologias digitais no que tange às dinâmicas de trabalho, não se limitam tão somente a contratação, de modo

⁷⁹ Universidad del Museo Social Argentino

⁸⁰ Centro Universitário Católico de Quixadá

⁸¹ Universidade Federal do Ceará



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

que a coleta de dados é contínua, e tanto quanto o levantamento de dados, como tratamento e preservação dos mesmos fica a cargo do empregador, ou desenvolvedor do sistema de armazenamento. Tais dinâmicas são previstas principalmente no setor de RH – Recursos Humanos, considerando o amplo acesso que tem a dados sensíveis. Dito isso, mesmo que seja direito garantido pelo Estado Brasileiro, privacidade e preservação de dados, esses encontram-se sob custódia de diversas instituições. Visando garantir segurança de informações individuais foi criada a Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/18. Reconhecida a importância do instrumento legal, a proteção de dados pessoais foi elevada à categoria de direito fundamental, em fevereiro de 2022, sob a Emenda Constitucional nº 115/2022. De modo que a necessidade de instrumentos legais de preservação de informações pessoais é de fundamental interesse e responsabilidade do Estado, como órgão regulamentador e fiscalizador. Contudo o interesse privado se posiciona receoso a tal iniciativa e se apresenta reticente à obediência legal desses parâmetros, pois para além da responsabilização legal, os instrumentos de lei voltados ao contexto digital exploram um universo novo, e com limites sensíveis e pouco palpáveis, onde o capitalismo consolida suas estruturas organizacionais. Desse modo, a presente pesquisa deseja trazer reflexões acerca da utilização da Lei de proteção de dados vigente no País, seu uso e seus impactos na prática laboral. Diante de um contexto de limitação e mesmo severas deficiências no tangente à educação digital nacional.

Objetivos

Dada a importância da privacidade e segurança de dados, a presente pesquisa busca explorar como a Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/18 viria a se debruçar sobre tais questões, nas práticas laborais. Identificando possíveis lacunas, novas perspectivas e abordagens mais efetivas do instrumento legal, no que se refere a segurança dos dados do empregado, nas questões trabalhistas.

Metodologia

A presente pesquisa configura-se em uma revisão sistemática de literatura. Partindo da análise da Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/18, e do GUIA DE BOAS PRÁTICAS: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) (2020) o trabalho cruza



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

os aspectos funcionais e aplicação da Lei, com as dinâmicas de trabalho e segurança de dados, principalmente através de *websites* e artigos que debatem a importância de adequação de empresas à Lei citada. Demonstrando boas práticas, desafios e mesmo a fiscalização ou regulação dessas informações. Dessa forma, a pesquisa apresenta cunho qualitativo pois enfoca a análise crítica da bibliografia consultada assim como na correlação dos conteúdos observados para produção de reflexão. O trabalho é dividido em dois momentos principais: a descrição breve do que seria a LGPD, sua definição, aplicação, jurisprudência e órgão regulador e, em seguida, a presença da LGPD nas práticas laborais. Aqui, para fins metodológicos, será focado no setor de RH, pois foi observado que consiste em um departamento em comum de empresas formais que realizam coleta e tratamento de dados dos funcionários. Por fim, o trabalho realiza a reflexão da importância da Lei citada, suas possíveis melhorias e a importância da observância da perspectiva da responsabilidade governamental, como forma de proteção aos trabalhadores.

Resultados e discussões

A Lei Geral de proteção de Dados – Definições e funções

A utilização, divulgação, armazenamento e domínio de informações de usuários por empresas privadas ao longo dos últimos anos suscitou inúmeras discussões, entre profissionais da área do direito, comunicação e tecnologia. Estas comodidades da Era digital de ter todas as suas informações na palma da mão e ao alcance de poucos clicks tornou-se algo para além da praticidade, sendo por vezes uma necessidade. Porém o conforto, marcado pela facilidade de acesso, também tornou-se um dos pontos mais sensíveis quanto à utilização de dados pessoais em meios digitais. O acesso descompromissado a plataformas aparentemente inofensivas desencadeou um dos maiores escândalos do mundo digital, o caso *Cambridge Analytica*. A empresa em questão foi responsável pela coleta e distribuição de diversos dados pessoais de mais de 50 milhões de usuários. Dentre os diversos fins, foi comprovada a relação desse caso com campanhas massivas em mídias digitais utilizadas tanto na investida eleitoral de Donald Trump à presidência, quanto no caso da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, 2020). O caso supracitado fomentou um debate internacional sobre a custódia e responsabilidade da utilização de



dados pessoais. A responsabilidade com a coleta, armazenamento, descarte e consentimento foram os principais temas abordados nas normativas internacionais que passaram a regulamentar esse tipo prática no meio digital. Mediante esse debate surgiu na União Europeia a Regulamentação: *General Data Protection Regulation* (GDPR) , o documento em questão foi base fundamental da Lei objeto de estudo deste artigo, Lei Geral de Proteção de Dados (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, 2020). Os pilares que estruturam a Lei brasileira se concentram fundamentalmente em 3 aspectos: Consentimento, Autoridade Nacional de Proteção de Dados e Responsabilidade da instituição detentora do dado. De maneira breve, a Lei se atém de forma mais enfática à transparência no momento de coleta, identificando os dados cedidos, intenção com essas informações e descarte. Em segundo momento, a Lei discute a fiscalização e o órgão responsável para tal, a ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Por fim, os cuidados e boas condutas que devem ser praticados para o cumprimento e adequação legal à Lei (SECRETARIA-GERAL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, 2018). A implementação da LGPD tem se apresentado como um desafio em diferentes esferas, tanto no tangente ao desinteresse e desinformação dos diversos segmentos de mercado que realizam coleta de dados, como no fato da LGPD ir de sentido contrário à prática mercadológica da venda de informações para banco de dados.

O tratamento de dados e os Recursos Humanos

Quando se especula a utilização da LGPD em um segmento empresarial, inicialmente, é suposto que esse negócio se encontre no cenário de tecnologia, plataformas *on-line* ou ligadas ao espaço digital, contudo a Lei está mais próxima dos segmentos de mercados do que se pode imaginar. Independente da área comercial no qual a empresa se encontre é natural que a mesma possua um setor de contratos, gestão pessoal, ou como adotaremos na presente pesquisa para fins ilustrativos o RH - Recursos Humanos. Nestes setores citados, o contato com a coleta de dados é constante, seja para processo seletivo, construção de banco de talentos, gestão de carreira ou mesmo demissão. Mas para além disso, os RH, têm acesso a informações de cunho pessoal e sensíveis, tais como atestados médicos, questões de caráter legal, familiar, econômico e social dos indivíduos. Com a modernização e investimento tecnológico nos setores



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

administrativos, a locação desses dados agora é digital, em nuvem, e por vezes em empresas terceirizadas para tal. É importante pontuar que como recorte de estudo, a presente pesquisa se limita a setores RH, ou empresas que realizam contratação formal, excluindo-se aqui empresas e segmentos de mercado que possuem práticas profissionais irregulares. Dito isso, através da pesquisa realizada foi possível observar que dentre os desafios enfrentados pelo setor de RH, com relação a LGPD, a mais relevante reside na falta de informação e de treinamento para os funcionários, segundo Furtado (2021). De acordo com a pesquisa “Diagnóstico LGPD: Maturidade do RH na proteção de dados”, mediante o levantamento de 591 profissionais, 53% indicam que não tiveram nenhum tipo de treinamento sobre a legislação; 52,1% apontam não conhecer outro profissional na empresa que tenha recebido essa aprendizagem e 43% acreditam que a gerência não conhece o impacto do descumprimento da LGPD (FURTADO, 2021). A punição tem se intensificado, visando preservar a privacidade e segurança de dados, pois consistem em direitos básicos garantidos pela constituição. Contudo o percurso até o sucesso de implantação ainda demanda debates e alinhamentos metodológicos (FURTADO, 2021).

Conclusão

Compreender a LGPD seu uso, sua abrangência e sua aplicação na vivência cotidiana do brasileiro é indispensável para manutenção da segurança dos usuários. No contexto das práticas laborais isso é mais acentuado, pois diante do trabalho ser uma necessidade imediata na sociedade, todos em menor ou maior grau são diretamente afetados nesse sentido. Assim, promover o debate sobre o assunto consiste em um combate à desinformação e desinteresse da esfera empresarial, trazendo à luz a importância da garantia deste direito.

Palavras-chave: Lei Geral de Proteção de dados; Recursos Humanos; Segurança de dados; Transparência; Consentimento.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Referências Bibliográficas

FURTADO, Marcelo. LGPD no RH: **Impactos da lei de proteção de dados no setor**. In: CONVENIA. Departamento Pessoal. [S. l.]: Convenia, 2021. Disponível em: <https://blog.convenia.com.br/lgpd-no-rh/>. Acesso em: 10 set. 2023.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). Comitê Central de Governança de Dados. **GUIA DE BOAS PRÁTICAS: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**. 1. ed. Brasil: Governo Federal, 2020. 69 p. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protECAo-de-dados/guias/guia_lgpd.pdf. Acesso em: 3 set. 2023.

NUNES, Geraldo. **A evolução da tecnologia da informação e da comunicação: A jornada da TIC desde seus primórdios até a era digital**. 1. ed. [S. l.]: Ebook Amazon, 2023. 48 p. v. 1.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (Rio Grande do Sul). PUCRS Online. **LGPD: O que é e como ela impacta as organizações**. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (Rio Grande do Sul). Tendências. Rio Grande do Sul: PUCRS, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://online.pucrs.br/blog/lgpd-conceitos>. Acesso em: 10 set.2023.

REDE Jornal Contábil. In: CARRIJO, Wesley. **Carteira de Trabalho Digital : Segurança nas informações aumenta com o novo documento**. [S. l.], 15 mar. 2021. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/carteira-de-trabalho-digital-seguranca-nas-informacoes-aumenta-com-o-novo-documento/>. Acesso em: 3 set. 2023.

SECRETARIA-GERAL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº N° 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. , [S. l.], 14 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 15 set. 2023.



A dependência como característica do modelo de negócio das plataformas digitais: Aspectos e perspectivas de pesquisa

La dependencia como característica del modelo de negocio de las plataformas digitales: Aspectos y perspectivas de la investigación

Dependency as a characteristic of the business model of digital platforms: Aspects and research perspectives

CARNEIRO, Dyego E. P.⁸²

Resumo expandido

Introdução

Com o cada vez mais acentuado desenvolvimento das tecnologias temos presenciado constantemente o surgimento de novas dinâmicas sociais provocadas por nossa interação com tais tecnologias. O comércio é cada vez mais praticado pela internet, nos comunicamos cada vez mais por ferramentas fornecidas pela rede, estamos cada vez mais cercados de máquinas de autoatendimento e até mesmo grande parte do nosso lazer é feito pela web.

Além de terem a internet como grande ponto em comum para tornar possível tais dinâmicas, outro fator fundamental para tornar esse processo possível é a ascensão das grandes plataformas de tecnologia. Cada seguimento de nossa vida que está em alguma medida relacionado à internet perpassa, ao mesmo tempo, o domínio de uma ou mais plataformas.

⁸² Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Licenciado em Ciências Sociais (UFC). Bolsista vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Plataformas são infraestruturas digitais que permitem a interação de dois ou mais grupos: clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtos, fornecedores e até objetos físicos (Srnicek, 2019). Se fazemos compras online estamos lançando mão do uso de alguma plataforma de pesquisa, o Google possivelmente. Se, ao contrário, vendemos, quase que obrigatoriamente precisamos mobilizar nossos esforços para tornar nosso negócio visível para o público conectado, e então usamos outra plataforma, o Instagram ou Facebook, por exemplo. E se formos além e quisermos vender nossa própria mão de obra, mais uma vez podemos ir ao encontro de outras plataformas, como Uber e Ifood. Dito isso, é possível afirmar que as plataformas têm nos tornado dependentes delas? Minha defesa é de que sim, e nas páginas seguintes traçarei reflexões sobre isso.

A dependência como característica das plataformas

Em primeiro lugar é válido deixar claro qual o significado de dependência que pretendo trabalhar. Isso porque dependência não pode ser confundida com vício. As discussões sobre os impactos de plataformas de redes sociais, em geral, trazem o vício como característica fundamental potencializada pelos algoritmos, que por sua vez são projetados para atuarem diretamente em nosso cérebro a partir de nosso sistema de recompensa. Esse processo tem como objetivo não apenas fazer com que passemos mais tempo conectados às plataformas de redes sociais, por exemplo, mas também causar desconforto e abstinência ao ficar sem elas.

Apesar de em alguma medida ter ligação com o vício, o que chamo de dependência se refere à impossibilidade de substituição. Do ponto de vista prático e aplicado à realidade tecnológica que vivemos, a dependência estaria representada pelo processo pelo qual as plataformas passam a ocupar lugar essencial para atividades da vida social contemporânea, como comunicação, comércio, trabalho e lazer.

A dinâmica da dependência se torna ainda mais latente e violenta quando aplicada ao campo do trabalho. Duas principais plataformas que atuam no Brasil fornecendo



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

subempregos⁸³ e conectando mão-de-obra barata a clientes em busca de serviços são Uber e Ifood.

O sentimento de dependência projetado por plataformas que fornecem trabalho é ainda mais forte que o de qualquer outra. Isso porque o ambiente externo, ou seja, as condições econômicas do país, empurram os trabalhadores para os subempregos. Sair da plataforma, nesse contexto, deixa de ser uma opção.

O sentimento gerado nos trabalhadores usuários é, algumas vezes, o de gratidão por terem ao menos aquela alternativa para lidar com o cenário desfavorável. Já nos usuários rebeldes com as condições de trabalho, o sentimento é de não ver outro caminho possível sem as plataformas, ou seja, sentimento de total dependência. Isso explica o fato de que mesmo que existam processos de resistência, como grandes paralisações ou artimanhas para burlar as plataformas, logo os trabalhadores retornam à mesma dinâmica de exploração e dependência sem tanta oposição.

Como forma de aliviar as muitas tensões provocadas pelo trabalho mediado pelas plataformas, essas adotam estratégias de gamificação do trabalho. A Uber, por exemplo, já admitiu publicamente que tem se apropriado de truques psicológicos para que trabalhadores passem mais tempo conectados ao aplicativo (Scheiber, 2017). O processo de avaliação de motoristas e entregadores por clientes reforça ainda mais a gamificação, e funciona como um tipo de ditadura de avaliação virtual (Ordaz, 2019). Tais processos funcionam como intensificadores da dependência.

Do ponto de vista neurológico, as plataformas de redes sociais estão cada vez mais atuando a partir de estímulos comportamentais. O objetivo é que o usuário esteja constantemente sendo recompensando com dopamina ao rolar a página, assistir mais um vídeo, ganhar mais um like. Esse processo gera um tipo de hábito, que por sua vez

⁸³ “Os novos processos de trabalho buscam se pautar em estratégias de flexibilidade da jornada de trabalho e das formas de contratação, difundindo-se a partir do discurso de que a flexibilidade era uma via de solução da vida do trabalhador (horários flexíveis) e dos empregadores (contratações flexíveis)” (André; Silva; Nascimento, 2018).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

se torna vício. Como mostra estudo publicado na revista *JAMA Pediatrics*, pesquisadores mostram que jovens tem tido alterações neurais provocadas pelo comportamento de verificação habitual de redes sociais.

Para que processos como os citados possam ocorrer, as plataformas fazem valer do bem mais precioso que possuem, ou seja, os dados. A captura e processamento de dados de trabalhadores e usuários é o grande motor que possibilita que o processo de dependência se intensifique cada vez mais. O processo pelo qual os dados são capturados e utilizados para potencializar e prever determinados tipos de comportamentos foi denominado por Shoshana Zuboff (2021) de capitalismo de vigilância.

É ainda mais alarmante o fato de que as principais empresas dos principais ramos de tecnologia sejam de um mesmo país. Essa indagação levou Michel Kwet (2019) a propor um novo tipo de colonialismo, que agora seria digital. Kwet procura demonstrar como os Estados Unidos e suas corporações estão cada vez mais construindo uma estrutura de dominação exercida por meio da propriedade centralizada e dos pilares fundamentais do ecossistema digital (software, hardware e conectividade). Se pensarmos o conceito associado à questão da dependência será fácil fazer uma correlação entre essa estrutura de dominação e extração, afinal de contas um aspecto fundamental de qualquer tipo de colonialismo é tornar a colônia, aqui podendo ser entendida como usuários, permanentemente subordinados à sua lógica.

Uma forma de perceber a centralidade da criação da dependência entre usuários pode ser enxergada a partir da forma um tanto flexível com que algumas grandes plataformas lidam com a pirataria de seus softwares. Por exemplo, seria ingênuo de nossa parte pensar que a Microsoft não tem os recursos e a capacidade necessária para criar mecanismos que impeçam que o Windows ou o pacote Office não sejam pirateados.

Acontece que ao ser “flexível” com a pirataria de seus softwares, a Microsoft está permitindo com que uma grande massa de pessoas se adeque ao seu sistema operacional e aos seus softwares de escritório. Isso leva a um processo de



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

estranhamento de qualquer outro software ou mesmo falta de familiaridade com atalhos e funções. Em outras palavras, isso leva em alguma medida a um processo de fortalecimento do monopólio da empresa provocado por sua hiper popularização.

E onde a empresa ganharia com a pirataria? Bom, quando esse mesmo indivíduo precisar comprar um novo computador, ou mesmo indicar um equipamento a alguém, certamente ele fará isso levando em consideração a experiência de uso que teve com o software em questão. Assim, os softwares se popularizam cada vez mais e passam a ser essenciais para as fabricantes de computadores e notebooks, que diferentemente dos usuários, não podem piratear, e necessitam comprar um grande número de licenças e incluir isso no preço do produto final. No final das contas, mesmo com a pirataria, a Microsoft segue obtendo lucro com seus produtos.

Quando desenvolveu o Android, o Google lançou mão de uma estratégia parecida. Oferecia o sistema operacional sem qualquer custo às fabricantes de smartphones com a única condição de que o sistema também forneceria o pacote de serviços do Google já citado anteriormente. Nos dias de hoje, como já dito alguns parágrafos atrás, é difícil fugir do Google nos smartphones. A maioria das pessoas que compram aparelhos Android são necessariamente integradas a todo o ecossistema de aplicativos e serviços do Google.

O Google licenciou a plataforma Android para fabricantes de celulares de forma gratuita porque a intenção era atrair os usuários para a busca Google e outros serviços da companhia, estabelecendo um equipamento móvel de suprimento onipresente para sustentar terrenos conhecidos de superávit comportamental e abrir novos terrenos, inclusive de geolocalização e sistemas de pagamento via celular que são muitíssimos cobijados pelos anunciantes (ZUBOFF, Shoshana; 2021, p. 159).

De forma exitosa o Google conseguiu milhões de usuários suficientemente dependentes de seus serviços. A dependência parece nutrir um processo que gera ainda mais dependência. Ao obter o alcance de usuários que possui hoje, o Google otimizou, pela captura e processamento de dados gerados pelos smartphones com Android, todos os serviços fornecidos.



Considerações finais

Falar em dependência não é nenhuma novidade nas discussões de economia digital e plataformação. Acontece que o tema perpassa as discussões apenas de maneira pontual ou indireta. Meu objetivo com este artigo foi dar centralidade a esse aspecto e propor enxergá-lo como parte integrante e inerente do modelo de negócio das plataformas.

Ressalto que a dependência não deve ser vista como um processo isolado desse modelo. Procurei demonstrar que ela está intimamente associada à outras características já listadas para as plataformas, sendo as principais delas a tendência ao monopólio, centralização (Kwet, 2019), crescimento a todo custo do número de usuários (Srnicsek, 2019), vigilância (Zuboff, 2021) e ao próprio vício, que mesmo se diferenciando de dependência está intimamente atrelado a ela.

Para além das consequências citadas ao longo do texto que são resultado da dependência produzida pelas plataformas, alguns outros aspectos poderiam ser relevantes para serem pensados em trabalhos futuros que se debrucem no mesmo campo.

É possível supor que o processo de dependência gera uma dinâmica de tornar parte dos usuários porta-vozes dos interesses das plataformas. Já destaquei, por exemplo, como o discurso empreendedor é um aspecto dessa dinâmica ao convencer os usuários de que trabalhar por sua conta em risco, com seu veículo e em jornadas incessantes pode levar à independência financeira e à um trabalho muito mais flexível. Tudo isso sendo reforçado por um contexto econômico fortemente desfavorável.

Recentemente, no Brasil, as discussões sobre regulação das plataformas voltaram à tona com o PL 2630/2020, ou “Lei das Fake News”. Foi possível perceber certa resistência por parte da opinião pública ao projeto ao acusa-lo de promover censura dentro das plataformas. Tenho a hipótese de que o discurso pró-plataformas tem relação com o processo de criação de dependência. Os defensores da não regulação, ou da regulação em outros moldes, em geral são beneficiários do atual formato pelo qual as



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

plataformas atuam. Nos discursos promovidos por esses atores visando convencer seu público de que a regulação não seria benéfica, parece haver um esforço de ressaltar que existiriam riscos de essas plataformas deixarem de atuar no Brasil ou que haveria limitações nas formas como cada plataforma disponibiliza seus serviços, fato esse que tornaria a internet um lugar pior, burocrático e menos funcional.

As plataformas atuaram no mesmo sentido, procurando preocupar os usuários de que os serviços fornecidos por elas poderiam piorar mediante a regulação proposta pelo projeto. O Google publicou em sua página inicial a seguinte frase “O PL das fake News pode piorar sua internet”. Já o Telegram, enviou para seus usuários uma nota com frases do tipo “O Brasil está prestar a aprovar uma lei que irá acabar com sua liberdade de expressão”. Em ambos os casos a mensagem trazida nas entrelinhas parece ser “seja contra a regulação, do contrário os serviços que fornecemos e que você tanto gosta e usa será piorado”.

Com essas indagações quero abrir um caminho para que mais investigações nesse sentido possam ocorrer. Para de fato concretizar a dependência como fator determinante para o modelo de negócio das plataformas, se faz necessário um estudo qualitativo com usuários, de modo que seja possível perceber em seus discursos se o sentimento de dependência é de fato forte e constante como parece. O vício já é concreto e amplamente aceito. Por isso, os esforços talvez devam se voltar para a questão da dependência e como ela pode tornar os usuários grandes defensores das plataformas diante de processos como o de regulação em sua forma de atuar ou de políticas antitruste.

Palavras-chave: Plataformização; Dependência; Capitalismo de vigilância.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, R. G.; SILVA, R. O. DA; NASCIMENTO, R. P. “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 18, p. 7–34, 2019.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

CARDOSO, S. L. P. A.; MENDES, C. M. **O discurso do empreendedorismo no perfil da Uber e do Ifood no Instagram: interação e sentido.** Revista Mediação, v. 23/24, p. 177–190, 2022.

CARVALHO, J.; BRONZE, G. **Consumo na pandemia: 71% dos brasileiros preferem compras online.** CNN Brasil, 17 nov. 2021.

CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário.** São Paulo: Ubu editora, 2020.

COYLE, D. **Practical competition policy implications of digital platforms.** Bennett Institute for Public Policy, p. 1–20, 2018.

LANIER, J. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais.** 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

MANJOO, F. **Why the World Is Drawing Battle Lines Against American Tech Giants.** The New York Times, jun. 2016.

MAZA, M. T. et al. **Association of Habitual Checking Behaviors on Social Media With Longitudinal Functional Brain Development.** JAMA Pediatrics, v. 177, n. 2, p. 160–167, 1 fev. 2023.

MORAES, C. **Produtora Brasil Paralelo é quem mais paga anúncios políticos do Google.** Folha de São Paulo, maio 2023.

ORDAZ, P. **Os entregadores de comida são reféns de seu “like”.** El País, 2019.

SCHEIBER, N. **How Uber uses psychological tricks to push its drivers’ buttons.** The New York Times, 2017.

SMITH, B. **How TikTok Reads Your Mind.** The New York Times, dez. 2021.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism.** Cambridge: Polity Press, 2017.



Frágil consentimento e produção de inseguranças nos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo

Consentimiento frágil y producción de inseguridades en el

reasentamiento de Bento Rodrigues y Paracatu de Baixo

Fragile consent and production of insecurities in the Bento

Rodrigues and Paracatu de Baixo resettlement

Estefania Momm, USP; UFOP⁸⁴

Flora d'El Rei Lopes Passos, UFOP⁸⁵

Disputa por controle e consenso no processo de reparação do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP Billiton)

Dentre os inimagináveis e imensuráveis danos e perdas materiais e imateriais decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro de Fundão, em 5 de novembro de 2015, sob responsabilidade da mineradora Samarco Mineração S.A. (*joint venture* de propriedade da Vale e BHP), o presente trabalho visa discorrer sobre a violação do direito à moradia digna às comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana (MG) e, mais especificamente, sobre a sensação de insegurança gerada pelo modelo de reassentamento coletivo empregado. Passados 8 anos do desastre-crime, os reassentamentos das duas comunidades que tiveram seus territórios soterrados ainda apresentam incertezas e contínuas violações quanto ao processo de desenvolvimento de projeto, acompanhamento de obra e conclusão das casas, um processo que caminha na contramão da retomada dos modos e projetos de vida das comunidades expulsas de seus territórios.

⁸⁴ Doutoranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Professora Substituta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto.

⁸⁵ Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

A partir de uma estrutura de governança e ‘responsabilidade social corporativa’, são criados acordos extrajudiciais através da lógica liberal do “*management*”, pressupondo que o setor privado “é mais reativo, mais flexível, mais inovador e tecnicamente mais eficaz” que o poder público (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014) como forma de agilidade na “resolução” dos conflitos na área civil, apelando-se para a criação de mecanismos ditos “inovadores” que trouxessem “consenso” e “soluções pacíficas” para os conflitos junto aos ‘stakeholders’. É neste contexto que foi criada a Fundação Renova meses após o rompimento da barragem de Fundão, sendo esta responsável pela reparação dos danos e perdas através de 42 programas que deveriam se desdobrar em projetos implementados nos 670 quilômetros de extensão dos rios atingidos na Bacia do Rio Doce (MOREIRA; MOMM; LEITÃO, 2020). Através do controle da informação, do recurso e do processo, a Fundação Renova pode ser compreendida como uma “tentativa de proteger e invisibilizar a imagem das empresas frente às comunidades e populações atingidas” (VITTI, 2017, p. 130).

Desde o trágico dia 5 de novembro de 2015, é travada uma intensa disputa por narrativas no contexto da reparação, tendo a população atingida que atuar em defesa de direitos ao mesmo tempo que precisa lidar com intenso processo de sofrimento e traumas psicossociais. É importante destacar que desde os primeiros acordos do processo de reparação, as vítimas não tiveram centralidade legítima e participação, defato informada, e que as importantes conquistas da reparação nestes 8 anos se deram através de intensa atuação da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão de Mariana (CABF) junto à Assessoria Técnica da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, que começou a atuar no município de Mariana em outubro de 2016.

Narrativas, aspectos mercadológicos e insegurança nos reassentamentos involuntários das comunidades soterradas

As formas de comunicação dos atingidos e atingidas, em especial o Jornal a Sirene e relatórios e publicações de Assessoria Técnica Cáritas e CABF, apesar de contarem com apoio de inúmeras instituições acadêmicas (em especial no caso dos reassentamentos de grupos de pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Universidade Federal de Ouro Preto), ainda são de pequeno alcance perto do poder dos oligopólios construídos pelas mineradoras acionistas da Samarco Mineração S.A: Vale e BHP.

A abissal assimetria de poderes entre empresas rês e comunidades atingidas indica um contexto de conflitos e injustiças onde um processo de reparação seria violento por essência. Se a Fundação Renova tem o papel de “quitar a dívida” das empresas, as pessoas atingidas lutam dia a dia por seus direitos. Dentre os inúmeros espaços de disputas de narrativas, podemos destacar as redes sociais e endereços eletrônicos da Fundação Renova que destaca a “participação ativa das famílias” atingidas no processo de reassentamento, apresentando um “Tour Virtual⁸⁶” onde é possível acompanhar semanalmente as atualizações dos reassentamentos através de mapas interativos disponíveis “pro mundo ver⁸⁷”. Por outro, o Jornal A Sirene, publicado desde o desastre-crime, denuncia reiteradamente processos ilegítimos de participação no processo de reassentamento e intenso assédio e exposição de suas vidas. As matérias “Ser celebridade da desgraça⁸⁸” e “Projeto das famílias ou dos arquitetos?⁸⁹”, por exemplo, registram partes deste intenso processo de disputas de narrativas quanto aos reassentamentos involuntários de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Da mesma forma, a Assessoria Técnica da Cáritas e CABF têm publicado com exíguo esforço relatórios de atrasos e de denúncias deste processo, os quais são objetos da presente pesquisa.

Como reparação do direito à moradia violado foi criado o “Programa 08: reconstrução de Vilas” sob responsabilidade de execução pela Fundação Renova. Tal programa, sem objetivos específicos sobre as formas de reparação e com contínuos prazos descumpridos, é concebido através de uma perspectiva mercadológica, urbana e

⁸⁶ Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/bento-rodrigues/>

⁸⁷ Nas palavras de uma das atingidas em entrevista à autora do presente artigo.

⁸⁸ Vide: SANTOS, M. G., et al. (2016) Ser celebridade da desgraça. Jornal A Sirene, ed. nº 0, fev. 2016, p.8. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx. Acesso em 14 set. 2023.

⁸⁹ Vide: GERALDO, P., et.al. (2018). Projeto dos Arquitetos ou das famílias?. Jornal A Sirene, ed. 28, p.4.. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/julho_2018_issuu. Acesso em 14 set. 2023.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

condomínial, envolvendo grandes (e renomadas) empresas nacionais e internacionais, que pouco compreenderam os processos e anseios das comunidades atingidas, violando, por exemplo, os próprios critérios de escolha dos terrenos⁹⁰ acordado com as comunidades no início do processo de levantamento de expectativas para retomada dos modos e projetos de vida nos reassentamentos. É importante destacar que ao mesmo tempo que as primeiras casas dos reassentamentos coletivos estão sendo entregues num ambiente de canteiro de obras, outras ainda não têm nem projeto (situações onde atingidos e atingidas não se vêem reparados com as propostas apresentadas pelos arquitetos e arquitetas contratados pela Fundação Renova). Há, neste momento, uma perspectiva urgente a ser considerada quando abordamos a questão da (in)segurança nos reassentamentos: a concepção e discurso inicial apresentados pela Fundação Renova, quanto ao compromisso frente às expectativas das comunidades no que tange ao resgate dos modos e projetos de vida, são percebidos e vividos, hoje, de forma distinta daquela de anos atrás no momento das escolhas projetuais junto aos arquitetos e arquitetas na elaboração do projeto. No entanto, os pedidos feitos pelas famílias de investimento em recursos de proteção das casas têm sido reiteradamente negados pela Fundação Renova. Assim, além de descumprimentos de acordos e das diretrizes de reparação do direito à moradia homologadas judicialmente, o processo de reparação não considera, na maioria dos casos, as violações perpetuadas durante o próprio processo de reassentamento. Após anos de controle e monitoramento das famílias que aguardam a conclusão de suas casas, é natural que a sensação de insegurança quanto à integridade psíquica e física dos futuros moradores dos reassentamentos pode se alterar. Neste sentido, a hipótese aqui apresentada é que a própria concepção dos projetos urbanísticos e arquitetônicos realizados numa perspectiva mercadológica traz esta insegurança, e que o processo de reassentamento da forma como foi concebido é reflexo da disputa de narrativas, assim como lógica da forma de reparação ultraliberal.

⁹⁰ A comunidade de Bento Rodrigues, por exemplo, elencou 17 critérios para a seleção das áreas, sendo a “qualidade do solo para plantio e criação de animal” a mais importante delas e “segurança pública da área” a 5ª mais importante. Ambas expectativas não estão sendo consideradas nos reassentamentos



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

A invisibilização dos conflitos e violações perpetuadas nos processos dos reassentamentos involuntários de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo desde o desastre-crime é fruto de concepções arquitetônicas ultraliberais e institucionalizadas no imaginário da “boa arquitetura”. O processo de entrega das primeiras casas vem demonstrando, para além das incertezas quanto ao futuro das comunidades, as inseguranças oriundas da própria forma mercadológica e concepção dos reassentamentos ao representarem aspectos condominiais, como forma da estética hegemônica de “quitação pro mundo ver”. É importante considerar, ainda, que as empresas, por meio da Fundação Renova, alegam reiteradamente a participação das comunidades no processo de reassentamento, mas negam pedidos das famílias de alterações de projeto e obra quando estas não enxergam a compatibilidade entre seus modos e projetos de vida e as casas que têm sido construídas nos reassentamentos. É o caso, por exemplo, de reforço de segurança das casas por meio de muros, cercas e outros tipos de fechamento. O prolongado tempo de espera, as incertezas vividas pelas pessoas atingidas nestes 8 anos e a distância entre o projeto e o que de fato se vê (se compreende) com os reassentamentos – tão distante dos modos e projetos de vida nas comunidades de origem – , têm gerado processos de sofrimento e sensações de medo, insegurança e, conseqüentemente, surgem os pedidos de enclausuramento das suas próprias casas. Tais contradições do processo, dito participativo, têm demonstrado a perpetuação da violência do processo de reparação dos danos.

Muito além de resgatar os modos e projetos de vida das comunidades que viviam boa parte de agricultura familiar, subsistência e trocas comunitárias nos subdistritos de origem, a “paisagem da destruição” (WALTER; MOMM, 2022) dos reassentamentos em construção mais se assemelham a “cidades vitrines” em busca de construção de consentimento no imaginário hegemônico.

Considerações parciais

No contexto dos processos extrajudiciais onde ocorrem as “resoluções dos conflitos”, como no caso do desastre-crime aqui analisado, o espaço da pluralidade, crítica e divergência, característico da política e da democracia, é substituído por uma suposta



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

neutralidade das relações sociais que limita ou impede o exercício da reflexão e discussão (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014; VITTI, 2017)

A imagem do reassentamento na esfera pública é sintoma do processo introjetado da forma institucionalizada ultraliberal da arquitetura e urbanismo utilizando-se, para isso, um recurso considerável em mídias que dão visibilidade aos investimentos na “reconstrução de vilas”, de modo que uma crítica ao processo seja de alta complexidade dialética e dificultando a luta das comunidades atingidas e assessoria técnica. Os valores investidos pelas mineradoras réis no processo de reparação é bastante divulgado em suas redes sociais e endereços eletrônicos, em especial aqueles de acesso de suas acionistas, buscando alimentar um imaginário de reparação consensual, mas sem de fato dar transparência ao processo conflitual, inviabilizando e ignorando as denúncias realizadas desde o início do processo pelos atingidos e atingidas, o que impede, portanto, uma crítica ampla e pública dos impactos ambientais e riscos da mineração.

Palavras-chave: reassentamentos involuntários; insegurança; disputas narrativas; consenso; Barragem de Fundão.

Referências Bibliográficas

MOREIRA, Renata E; MOMM, Estefania; LEITÃO, Karina O. **O papel e limite das Assessorias Técnicas Independentes no desastre-crime da Samarco (VALE/BHP BILLITON)**. Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS. ISSN 2177-3092. GT10. evento virtual, 2020.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez; PINTO, Raquel Giffoni; GARSON, Luis Fernando Novoa. **Negociação e acordo ambiental: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Fase e Etern/Ippur, 2014.

VITTI, Gustavo Schiavinatto. **“Um dano que se RENOVA”:** Estado e F(f)undação de processos de neoliberalização na bacia do Rio Doce. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), 2017.

WALTER, Isabella; MOMM, Estefania. **Paisagem da destruição - reflexões sobre o reassentamento de Bento Rodrigues e a reparação do direito à moradia**. Extrativismo mineral e a questão ambiental - Entre enfrentamentos e (re)existências. CRIAB/ UNICAMP. Evento híbrido. 2022.



Apontamentos sobre a pedagogia urbana: e quando a práxis socioespacial reafirma uma agenda conservadora?

Apuntes sobre pedagogía urbana: y cuando la praxis socioespacial reafirma una agenda conservadora?

Notes on urban pedagogy: and when socio-spatial praxis reaffirms a conservative agenda?

ALVES, Ana Paola da Silva, UFMG⁹¹

GONÇALVES, Raquel Garcia, UFMG⁹²

Esfera pública e a construção do consentimento pró agenda ultraliberal

Este trabalho tem como objetivo discutir o caráter pedagógico dos espaços públicos urbanos, ressaltando como as práticas socioespaciais podem ajudar a manter e a disseminar ideias conservadoras, de uma agenda neoliberal. Analisa-se as ocupações ocorridas em Belo Horizonte/MG/Brasil, por movimentos de extrema direita que passaram a contestar o resultado das eleições presidenciais (2022), após a derrota do então Presidente da República, Jair Bolsonaro. Espaços públicos foram interditados com a colocação de barreiras/mobiliários e com a montagem de acampamentos em frente a bases do Exército. Vale ressaltar que a complexa organização e estrutura física dessas ocupações tornaram evidente o grande poder financeiro dos grupos extremistas envolvidos. Apesar dos diversos transtornos que causaram para a cidade – e a despeito de Belo Horizonte ter um caráter usualmente disciplinador quanto aos modos de ser e estar nos espaços públicos urbanos –, esses manifestantes nas vias públicas da capital mineira, por mais de dois meses, sem serem incomodados pelas instituições governamentais. Utilizando pesquisa bibliográfica e dados coletados pelo Observatório

⁹¹ Pesquisadora do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (NPGAU/UFMG).

⁹² Professora, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (NPGAU/UFMG). Coordenadora do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte⁹³, o trabalho aponta para as desigualdades socioespaciais em vários aspectos. As desigualdades materiais são facilmente visíveis e identificáveis. A produção do espaço urbano tem privilegiado grupos hegemônicos – em detrimento de movimentos sociais e classe trabalhadora –, condicionando a opinião pública, forjando consensos em torno de uma cidade desigual – concebida como “dado” –, o que garante o contexto favorável à manutenção do *status quo*. Mas há também as desigualdades, por exemplo, que envolvem o tratamento diferenciado por parte do Estado e das instituições, em geral. Dizem respeito a uma espécie de autorização da violência sobre aqueles que dispõem de menos capital, seja capital econômico, social, cultural ou simbólico. Dessa forma, aos excluídos socialmente ou àqueles considerados minorias cabe um maior rigor e controle, não sendo raras as violências físicas e simbólicas aplicadas a esses grupos quando procuram manifestar suas ideias ou protestar contra a situação em que se encontram. Cabe ressaltar, contudo, que tem ocorrido, recentemente, outro tipo de manifestação na cidade. São manifestações que, ao contrário daquelas que surgem por uma série de carências e insatisfações derivadas do contexto desigual, almejam, sobretudo, a manutenção de privilégios. Esse é o caso dos protestos da extrema direita que foram registrados em várias partes do país, com o intuito de contestar as eleições presidenciais de 2022, que não reelegeram o ex-presidente Jair Bolsonaro. Manifestantes tomaram as ruas de várias cidades questionando os resultados das urnas e exigindo intervenção militar. Entende-se, nesse caso, que não havia legitimidade nas ações, considerando que o objetivo era gerar desinformação, reduzir direitos e cidadania, produzindo uma realidade urbana ainda mais injusta. Aponta-se, aqui, para o que chamamos de “deseducação urbana”. A partir dessas considerações, o trabalho discute, inicialmente, o caráter segregador das cidades brasileiras, visando uma melhor compreensão da importância dos conflitos expressos nos espaços públicos urbanos, pela ação coletiva direta, que buscam conquistar direitos e ampliar a cidadania. A produção socioespacial no Brasil sempre esteve marcada pela colonização, pela influência estrangeira, pela estrutura escravocrata, latifundiária e

⁹³ O Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte foi criado em 2006, na Escola de Arquitetura da UFMG e registra, sistematiza e produz informações sobre lutas urbanas, movimentos sociais e as múltiplas manifestações de conflituosidade da cidade, em acordo com a metodologia do Observatório Permanente de Conflitos Urbanos, do ETTERN/IPPUR/UFRJ, ao qual se filia.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

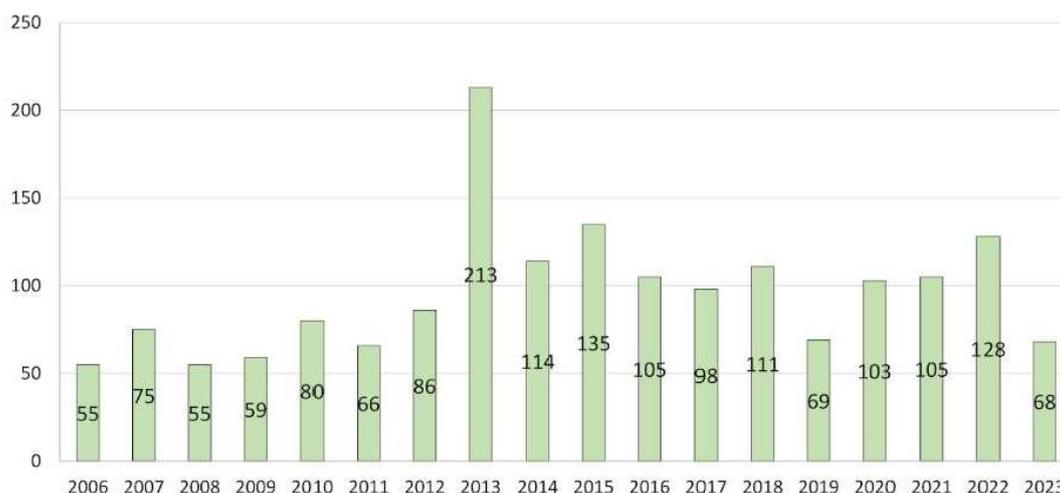
Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

patrimonialista, sendo que, mais recentemente, ideias e práticas sustentadas por um urbanismo neoliberal têm conformado cidades ainda mais desiguais, mercantilizadas, que excluem parte da população dos seus espaços públicos. Através de legislações disciplinadoras, da implantação de uma arquitetura hostil ou até pelo uso da força bruta, o direito à cidade vai ficando restrito aos interesses privados, sendo reduzidos também os direitos de cidadania. Todavia, as contradições e precariedades socioespaciais têm sido muito contestadas pelas mobilizações sociais que tomam os espaços públicos das cidades. De 2006 a 2023, o Observatório de Conflitos Urbanos registrou 1725 conflitos nos espaços públicos de Belo Horizonte, demonstrando a crescente insatisfação dos indivíduos e as tentativas de subverter as imposições da cidade hegemônica.

Gráfico 1: Conflitos urbanos registrados no período de abril de 2006 a julho de 2023.

QUANTIDADE DE CONFLITOS POR ANO



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Sendo a maior parte das reivindicações nos conflitos mapeados⁹⁴ referente à busca de uma urbanidade inclusiva – transporte, trânsito e circulação; segurança pública;

⁹⁴ Os conflitos urbanos, entendidos como todo e qualquer confronto que ocorra no espaço público, relativo à infraestrutura, serviços ou condições de vida urbanas que envolva pelo menos dois



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

moradia; saúde; e educação –, essas manifestações acabam se revelando importantes meios para se conquistar, ampliar e efetivar os direitos, sobretudo quando se leva em conta que muitos deles já estariam “garantidos” pela legislação. Como já foi mencionado, diferentemente, porém, das lutas ligadas às carências provenientes das distinções urbanas, também têm ocorrido outros tipos de protestos, cujas reivindicações alinham-se às pautas conservadoras. Ao invés de uma cidade inclusiva e democrática, as demandas manifestadas por grupos extremistas – que têm ocupado os espaços públicos com acampamentos, passeatas e carreatas – buscam manter privilégios somente para os seus pares, o que muitas vezes implica na redução de direitos da população (já) vulnerabilizada. É nesse bojo, portanto, que as análises apontam a legitimidade das reivindicações referentes à democratização do ambiente urbano, e contrapõem as práticas dos movimentos sociais ligadas ao direito à cidade às manifestações realizadas por grupos de extrema direita, que almejam manter distinções, disseminando insegurança e desinformação. A segunda parte do trabalho traz a ideia de educação e deseducação urbana, com base nos conceitos de educação crítica de Paulo Freire (1967) – educação fundada na práxis com vistas à emancipação social – e de direito à cidade lefebvriano, que envolve práticas coletivas referentes à tomada de decisão sobre a cidade. Considerando a capacidade educadora e deseducadora constitutiva das práticas urbanas, entende-se que, no contexto atual das cidades, as manifestações coletivas insurgentes são ações socioespaciais capazes de catalisar uma educação emancipatória **do e no** ambiente urbano, sobretudo quando se alinham com a busca por direito à cidade, em prol de uma urbanidade mais democrática. Talvez não seja por acaso que as manifestações reivindicatórias costumam não ser bem vistas em Belo Horizonte, sendo diversas vezes reprimidas pelo Estado. Se as ações que coíbem e “criminalizam” os movimentos sociais já contribuem para a conformação de uma opinião pública complacente com a repressão aos movimentos de protestos, o papel da mídia, em geral, também pode ser destacado na formação da mentalidade conservadora, na medida em que as notícias sobre as manifestações são veiculadas de

atores coletivos e/ou institucionais, são pesquisados pela rede de observação denominada Observatório de Conflitos Urbanos. Sob a liderança do laboratório ETTERN do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, tem como um dos braços desta rede o Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

modo pejorativo, sendo comumente destacados os “inconvenientes” que causam ao funcionamento” da cidade. No outro extremo, porém, manifestações cujos objetivos desconsideram o sentido de coletividade e de direito à cidade de forma ampliada, buscando, sobretudo, a manutenção das regalias de um grupo, podem ser compreendidas como ações que, por si só, deseducam a cidade – no que tange à democratização de direitos e ampliação da cidadania –, sendo que elas ainda auxiliam na conformação de uma mentalidade excludente, quando passam a receber tratamento privilegiado, por parte do Estado. Também aqui, a mensagem que as autoridades difundem para o público em geral é a da distinção, isto é, da permissividade quanto à publicização, nos espaços da cidade, de agendas conservadoras com tendência autoritária e/ou até mesmo antidemocráticas. Quando a tolerância é dirigida somente àqueles que se autodenominam “cidadãos de bem”, fica explicitado quais são os corpos considerados corretos para estarem nos espaços públicos, em manifestações coletivas. Nessa perspectiva, de tratamentos diferenciados, podemos deseducação urbana, no compreender essas práticas como catalisadoras de viés emancipatório do termo: promovem aceitação e consensos em torno das desigualdes, materializam cidades segregadas, excludentes, e reduzem a cidadania de parte da população. Na terceira parte do trabalho, são analisadas manifestações promovidas por movimentos sociais, trabalhadores e estudantes, que evidenciam a intolerância das autoridades com as ações de protesto na cidade de Belo Horizonte. Utilizando a justificativa da necessidade de desobstruir os espaços públicos para garantir e preservar o direito de ir e vir da população, as forças de segurança reprimem os manifestantes, por vezes com violência e através de apreensões. Vale ressaltar, porém, que o compromisso dessas instituições com o funcionamento da cidade parece ser variável em função de quem são os manifestantes que ocupam os espaços públicos. Tão logo se tornou oficial o resultado das eleições presidenciais de 2022, foi montado um acampamento em uma grande avenida de Belo Horizonte, com manifestantes reivindicando intervenção militar no país e o impedimento da posse do presidente eleito. Sendo uma importante via de ligação da cidade, o bloqueio de suas pistas – através de cones, barreiras, barracas e até com a implantação de uma “cozinha” para preparar as refeições dos acampados –, não gerou apenas problemas no trânsito da região, impedindo pessoas, veículos, ambulâncias (a 200 metros do acampamento a passagem de encontra-se um complexo



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

hospitalar de referência), mas também impediu a realização de aulas em escolas (por acúmulo de lixo e banheiros químicos que se instalaram nas calçadas, inclusive em frente a instituições de ensino), comprometeu o funcionamento de asilos e casas de repouso do entorno (por buzinas, carros de som com música, hino nacional, inclusive durante as madrugadas) e trouxe prejuízo financeiro aos comerciantes locais. Em função disso, durante todo o período em que o acampamento esteve montado, as autoridades (Polícia Militar, Prefeitura Municipal, Ministério Público) foram acionadas para acabarem com a ocupação. Mesmo com boa parte da imprensa divulgando os transtornos causados na cidade, nenhuma medida foi tomada para desativar o acampamento, retirar os extremistas e desobstruir os espaços públicos, permitindo que a cidade voltasse a “funcionar”. Passado mais de dois meses com a ocupação da avenida, após episódios de violência praticada contra jornalistas, por manifestantes do acampamento, as autoridades se dispuseram a acabar com a mobilização. Essas análises demonstram que enquanto os movimentos sociais são frequentemente reprimidos e criminalizados em Belo Horizonte, as manifestações de grupos extremistas (constituídos, majoritariamente, por representantes das classes média e alta) recebem tratamento privilegiado ao reivindicarem suas pautas, mesmo quando se trata de uma ruptura democrática – essa sim, ação criminosa. Se as forças de segurança buscam impedir a luta dos trabalhadores, nos espaços públicos urbanos, elas são mais tolerantes quando os corpos que ocupam a cidade são de representantes da direita extrema. Nesse caso, as práticas são permitidas, não ocorre repressão e a opinião pública conservadora vai sendo reforçada. Por fim, tecem-se as considerações finais do trabalho reafirmando o entendimento do caráter pedagógico dos espaços públicos urbanos: diante das várias formas de desigualdade na cidade, é possível promover educação ou deseducação a partir da práxis urbana.

Palavras-chave: pedagogia urbana; espaço público; agenda manifestações de extrema direita; conflitos urbanos.



Referências Bibliográficas

ALVES, Ana Paola da Silva. **Paradoxos em torno da educação urbana:** relações entre cidadania e construção do espaço público na cidade de Belo Horizonte. 244 fl. Tese (Doutorado). Raquel Garcia Gonçalves; Tiago Castela. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

ARROYO, Miguel G. O aprendizado do direito à cidade: Belo Horizonte – a construção da cultura política. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 26, p.23-38, dez. 1997.

ARROYO, Miguel G; BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania:** quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 2007.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** nota para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. **Anos 90:** política e sociedade no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petr[opolis]: 1vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRÚGOLI Jr., Heitor; SPAGGIARI, Enrico; ADERALDO, Guilherme (Org.). **Práticas, conflitos, espaços:** pesquisas em antropologia da cidade. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

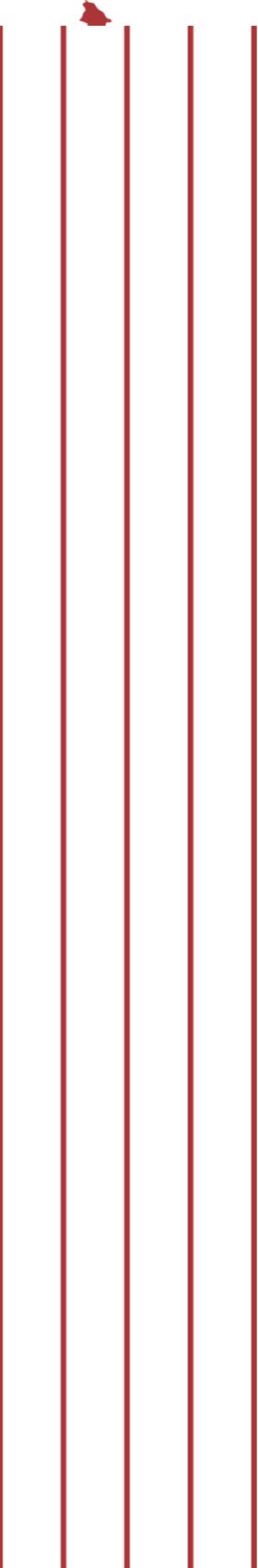
LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. Ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise: economia e política**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MECHI, Patrícia Sposito; DULCI, Tereza M. Spyer. **Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe**. São Carlos: Pedro & João editores, 2023.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Da escravidão a Bolsonaro. São Paulo: Leya, 2019.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.



C. Manifestações coletivas e movimentos sociais



**Território de memória: a comunidade rural quilombola da
Mormaça, RS.**

*Territorio de la Memoria: la Comunidad Rural Quilombola de
Mormaça, RS.*

*Territory of Memory: the Quilombola Rural Community of Mormaça,
RS.*

Dirceu Piccinato Junior⁹⁵

Caroline Dallastra⁹⁶

Isabelle Risson⁹⁷

A presente pesquisa, delimita-se inicialmente quanto ao tema relacionado, as manifestações coletivas e culturais das comunidades quilombolas, tendo como objeto de estudo a comunidade quilombola da Mormaça, sendo aqui retratada na dimensão de território memória. O quilombo está localizado na área rural do município de Sertão, estado do Rio Grande do Sul.

O termo território pode ser compreendido como um conceito central para a geografia, destacando abordagens sobre a espacialidade humana. Contudo, este termo pode ser analisado em diferentes áreas de estudo, cada qual com seu enfoque centrado em suas perspectivas (HAESBAERT, 2001)

O entendimento do que é o território pode ser contextualizado como um espaço físico, por exemplos, a delimitação de uma nação ou a configuração de uma ordem jurídica e

⁹⁵ Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo – ATITUS Educação.

⁹⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo – ATITUS Educação.

⁹⁷ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo – ATITUS Educação



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

política, medidos e marcados perante as projeções do trabalho humano, dentro de suas linhas, limites e suas fronteiras (RAFFESTIN, 1993). O território pode ser considerado formador de lugares contíguos e lugares em rede, ou seja, são os mesmos lugares que formam as redes e que formam o espaço. No entanto, são os mesmos lugares, mesmos pontos que contém funcionalidades diferentes, possivelmente opostas. O território se reafirma pelo lugar (SANTOS, 2005).

Em contrapartida, este conceito segundo Haesbaert (2001), pode ser expressado perante três vertentes básicas, sendo elas: política, cultural e econômica. Política, quando o território pode ser compreendido como espaço delimitado e controlado por um determinado poder. Cultural, pois o território é visto como produto de apropriação, através de imaginário ou identidade social. Por fim, econômica, quando este território é listado como produto espacial, impondo conflitos entre classes sociais (HAESBAERT, 2001).

Nesse sentido, perante as considerações anteriores, sobre o tema território, nos possibilitou identificá-lo como espaço ocupado, controlado e apropriado, transformando-se em um produto das diversas relações sociais; de produtos que se reproduzem na formação de território.

Acerca do território da memória, onde nele as representações, informações e as imaginações são elementos que, de certo modo, participam dos demais processos e estratégias que nos permitem pensar o território. Segundo Hobsbawn (1984), os processos de memória, diante das imagens formadas e reproduzidas a respeito do passado, configuram aspectos fundamentais que nos possibilita discutir a criação/manutenção e reprodução desses territórios.

A noção de território de memórias nos permite compreendermos a questão de um determinado trabalho, em que se empenham em produzir uma memória diante das relações de poder que agem no território (FLAVIO, 2013). O termo memória caracteriza-se perante as manifestações, individuais e coletivas, que nelas se abrigam lembranças



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

de grupos ou de pessoas, a respeito de eventos ou fatos. Denominamos como um elemento afetivo, em que guarda apenas o que interessa a pessoas ou grupos.

Portanto, a produção da memória abriga a necessidade perante objetos de referências, as quais, nos permitem cimentar e dar vazão aos sentidos e aos significados de ordenar (passado), e continuam a coordenar no presente as produções, vivências e as apropriações socioespaciais (FLAVIO, 2013). Assim, Bosi (1997) destaca que a memória não deve ser vista apenas como uma conservação do passado, mas sim, devemos a considerar como uma reconstrução do passado, e não apenas a sua conservação.

Nesse sentido, para construir um debate coerente acerca do território de memória em relação ao quilombo da Mormaça, se faz necessário estabelecer uma compreensão da história social e abrangência dos significados dos conceitos de “quilombo”.

Para os pesquisadores Silva e Nascimento (2012), os grupos quilombolas foram entendidos como grupos isolados e formados somente por escravos fugido. Nesse sentido, os quilombos formam e representam a importância da resiliência frente aos sistemas vigentes, onde mesmo após a abolição continuam a representar uma força e resistência, além da cultura (SILVA; NASCIMENTO, 2012).

A debate sobre as comunidades quilombolas inicia nas ambiências institucionais brasileiras com o artigo 68, do ato das disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, em que estabelece aos remanescentes das comunidades quilombolas o reconhecimento e o direito da titularidade de suas terras. Esse reconhecimento, veio como resultados das reivindicações do Movimento Negro Unificado (MNU), que desde a primeira metade do século XX tinham como interesse a garantia de seus direitos e do reconhecimento e valorização perante a formação social, cultural e econômica do Brasil (MELLO, 2012).

O Movimento Negro Unificado (MNU) foi quem possibilitou o reconhecimento das inúmeras terras ocupadas pelos quilombolas. Segundo Miranda (2013), para conseguirem este reconhecimento, destas áreas, a proposta de titulação foi



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

acompanhada e defendida por políticos que exigiam, mediante o artigo 68 da Constituição Federal, a titulação definitiva para esses grupos, denominados “Remanescentes das Comunidades Quilombolas” (EVEDO, 1998; CASTRO, 1998).

Ter esse reconhecimento de suas terras, de suas propriedades, é um singular avanço nas questões de reconhecimento da pluralidade cultural, da formação socioespacial, tornando-se fundamental, para esses sujeitos sociais, ou grupos sociais, portadores de um direito imemorial.

Segundo o IBGE (2022), observando o último censo demográfico, onde tiveram a oportunidade de investigar pela primeira vez esse grupo formador de povos e comunidades tradicionais, reconhecidos pela constituição brasileira. A população Quilombola do Brasil é de 1.327.802 pessoas, aproximadamente 0,65% do total de habitantes, sendo a maior parte deles moradores do estado do nordeste, com 68,19%, ou seja, 905.415 pessoas. Dentro do estado do Rio Grande do Sul, onde se encontra nosso objeto de estudo, essa população é de 17,49% (IBGE, 2022).

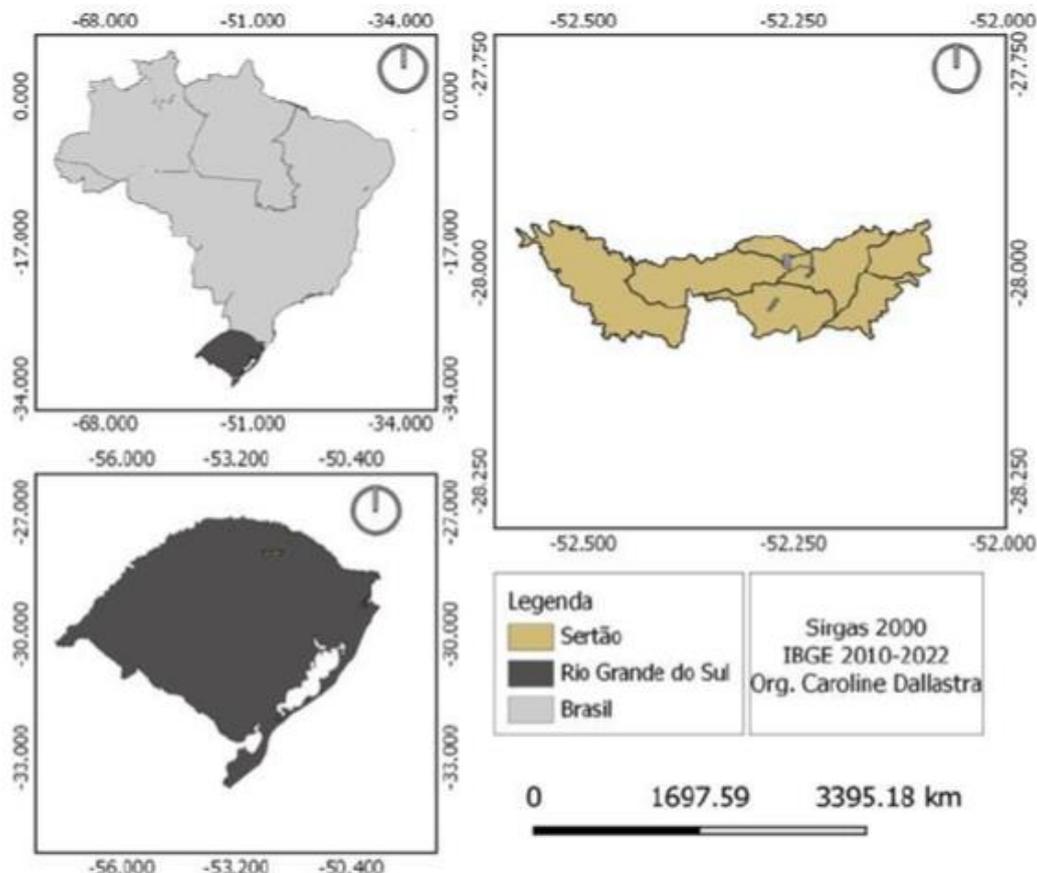
Diante dessa conjuntura, podemos destacar que essas comunidades representam o reconhecimento de todas as lutas, particularmente aquelas relacionadas aos seus direitos das ocupações já efetivadas pelos seus antepassados. Para tanto, ter esse processo de reconhecimento das comunidades e suas titulações não é algo tão simples, já que não se trata apenas de questões fundiárias, decorre da compreensão dos aspectos históricos, antropológicos e culturais que ressignificam as comunidades (SILVA; NASCIMENTO, 2012).

Diante desta problemática, está é uma pesquisa com abordagem de natureza qualitativa, e do tipo básica, uma vez que objetivamos a compreensão deste território de memória que é a comunidade quilombola da Mormaça. O termo território de memória é primordial para a construção das identidades, permitindo o entendimento dos processos históricos e do tempo presente.

Os procedimentos metodológicos consistem em pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa documental. Tais procedimentos foram definidos considerando as necessidades de cada objetivo específico. Para alcançarmos o objetivo principal e os específicos do presente estudo, buscamos traçar três variáveis de pesquisa: i) pesquisa bibliográfica sobre a temática território de memória e comunidades quilombolas; ii) pesquisa de campo, ou seja, os diários de bordos; iii) pesquisa documental primária.

A cidade de Sertão encontra-se situada na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma área territorial de 440,631km² e uma densidade demográfica de 12,58 hab./km² (IBGE,2022). Sua distância da capital gaúcha é de 330km (figura 01), possuindo uma população de 5.541 habitantes (IBGE, 2022).

Figura 01: Mapa de Localização da cidade de Sertão.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no IBGE, 2023.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

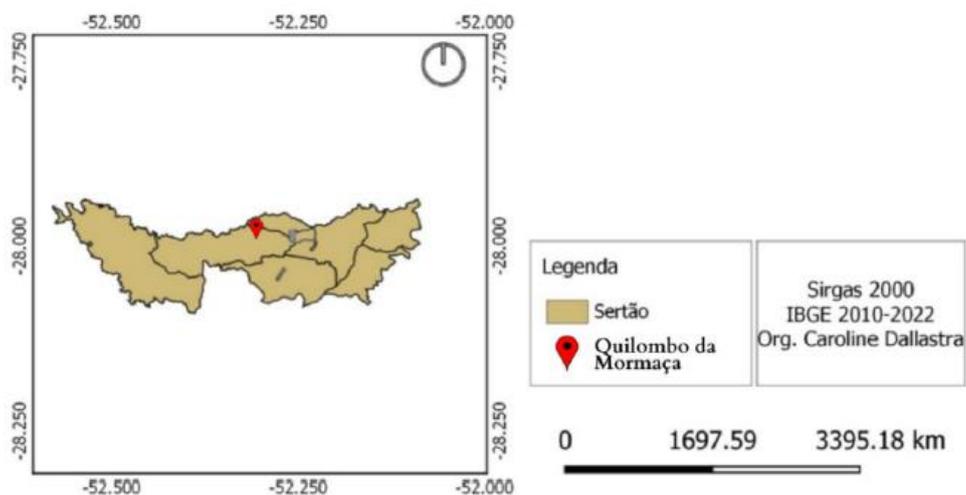
O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Quanto à comunidade quilombola da Mormaça, ela está localizada na área rural da cidade de Sertão, a aproximadamente seis quilômetros da sede do município. Os acessos para a comunidade acontecem através de estradas não pavimentadas. Para conseguirmos ter a compreensão desta comunidade quilombola, buscaremos contextualizar brevemente a história dos remanescentes quilombolas da Mormaça (SERTÃO, 2023) (Figura 02).

O quilombo da Mormaça, nome esse concedido devido uma liderança da comunidade, chamada Francisca Vieira, mais conhecida como Chica Mormaça. O território que ocupa hoje esta comunidade aconteceu por apossamento, onde, no decorrer dos anos, após as políticas estaduais, tinham como principal intenção a ocupação espacial, o povoamento e a produção mercantil nesta região norte do estado (SERTÃO, 2023).

Por volta dos anos de 1990, iniciaram-se as medições de terra do atual município de Sertão. Essas medições tinham como finalidade demarcar as propriedades fundiárias rurais, pois imigrantes vindos da área central do estado, como italianos e alemães estavam deslocando-se para essas terras. Uma conjuntura que nos chama a atenção é que as terras ocupadas pelos grupos formados por negros, indígenas e caboclos foram desapossadas pelo Estado Federal (OLIVEIRA, 2014).

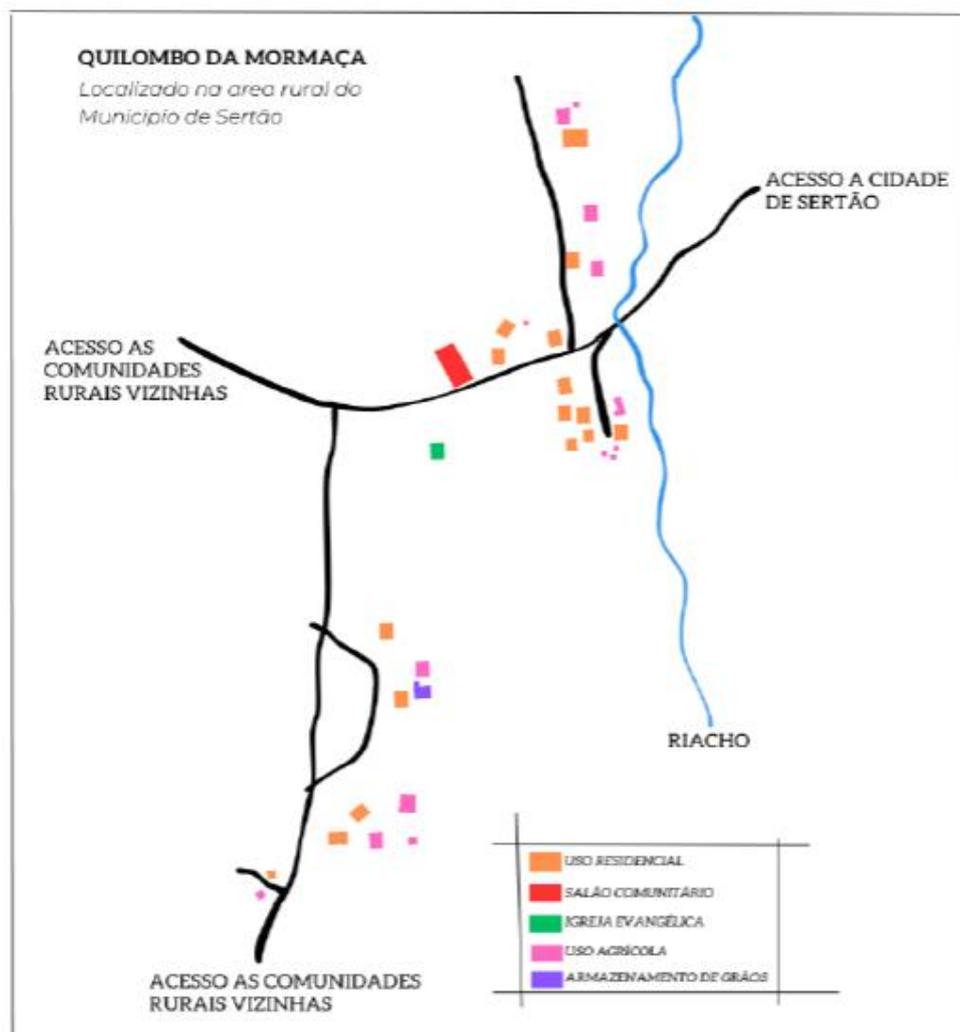
Figura 02: Mapa da cidade de sertão e do quilombo da Mormaça.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no IBGE, 2023.

Somente a partir do final do século XIX que houve uma territorialização dos ex-escravos e os seus demais descendentes. Foi aí que os demais remanescentes foram acolhidos pelas famílias negras, ou seja, foram amparados pela família de Francisca Vieira, aqui retratando o quilombo da Mormaça. Francisca Vieira, nasceu no território da comunidade, quando sua mãe, Firmina Vieira conseguiu sua alforria. Firmina Vieira e seu esposo, Elisbão e seus filhos, teriam se instalado nas matas que rodeavam a propriedade de Francisco de Miranda, Theobaldo Vieira e Amâncio Lopes, atual território da comunidade. (OLIVEIRA, 2014), formando, assim, a comunidade quilombola da Mormaça (OLIVEIRA, 2014).

Figura 03: Croqui do território da comunidade quilombola



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Segundo relatório do Incra (INCRA, 2023), o quilombo possui 21 famílias pertencentes a comunidade. Interessante argumentar que organização espacial acontece por proximidade entre as famílias. Casas e equipamentos da comunidade estão localizados nas proximidades da estrada, que passa pela Mormaça (Figura 03). Anteriormente a extensão territorial do quilombo era maior. Por razões diversas, o território quilombola hoje é menor, mas há um processo jurídico que tramita em fórum local.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Quilombo da Mormaça. Território. Território Memória.

Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, Edusp, 1987.

EVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. Negros Trombetas: guardiães de matas e rios. Belém: Cejup/UFGA-NAEA, 1998, p. 23. Acesso em 17 jun. 2023.

HAESBAERT, R. 2001. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-23, 1984.

IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sertao/historico>. Acesso em: 19 jun. 2023.

IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/sertao.html>. Acesso em: 19 jun. 2023.

IBGE. **Censo 2022 - Quilombolas: Primeiros resultados do universo.** 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>. Acesso em: 06 set. 2023.

MELLO, Marcelo Moura. **REMINISCENCIAS DOS QUILOMBOS: território da memória em uma comunidade negra rural.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. 253 p.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

OLIVEIRA, Heron Lisboa de. **Comunidades Remanescentes dos Quilombos de Arvinha e Mormaça - processos educativos na manutenção e recuperação do território**. 2014. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Unisinos, São Leopoldo, 2014.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

Santos, Milton. O retorno do território. En: OSAL : Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005-

SERTÃO, Prefeitura Municipal de. **HISTÓRIA**. Disponível em: <https://www.sertao.rs.gov.br/pagina/495/historia>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVA, Simone Resende da; NASCIMENTO, Lisangela Kati do. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Cadernos Cedem (Cessada)**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 23-37, 2 ago. 2012. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/2236-0247.2012.v3n1.p23-37>.



Movimento Negro: suas lutas por reparação a partir do Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre

*Movimiento Negro: sus luchas por la reparación desde el Museo de
Ruta Negra de Porto Alegre*

*Black Movement: their struggles for reparation from the Museum of
Porto Alegre Black Route*

Elza Vieira da Rosa, PPGEduc/UFRGS⁹⁸

Roberta Madeira de Melo, PPGEduc/UFRGS⁹⁹

Resultado de estudo realizado em Pesquisa de Doutorado vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu/UFRGS), sob orientação da Profa. Dra. Zita Rosane Possamai, este trabalho busca compreender a importância do Movimento Negro e sua luta para o reconhecimento da cultura de matriz africana na cidade de Porto Alegre a partir de reflexões sobre a constituição do Museu de Percurso do Negro.

Introdução

Aos afrodescendentes a construção de um museu de percurso é símbolo de valorização da cultura negra, o qual minimiza, os danos sofridos pela população negra da cidade, ao longo do tempo, com a desterritorialização deste grupo social dos planos urbanísticos, arquitetônicos e artísticos dos contextos sociais e físicos da cidade em prol de um projeto inspirado na modernidade europeia, que valorizava apenas as culturas ocidentais e brancas da cidade, negando a presença dos negros nos espaços originalmente ocupados. Diante da preponderância da valorização de culturas de origem eurocêntricas e de um olhar preconceituoso, marginalizado em relação à negra, emerge

⁹⁸ Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁹⁹ Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

a ideia do Museu Percurso em Porto Alegre, com um outro prisma da cidade e de seus territórios, fazendo-se ouvirem e serem vistas as culturas de matriz africana. Assim, neste trabalho, busca-se compreender a importância do Movimento Negro e sua luta para o reconhecimento da cultura de matriz africana na cidade de Porto Alegre a partir de reflexões sobre a constituição do Museu de Percurso do Negro.

A fundação do Museu de Percurso do Negro

O Museu de Percurso do Negro foi fundado frente a um contexto de luta do Movimento Negro pela valorização da história, da memória e da cultura da população negra de Porto Alegre. A partir de uma nova compreensão de museologia, a qual entende que os imateriais e históricos que pertencem à cultura negra da cidade de Porto Alegre devem ultrapassar a lógica da coleção escrita ou expostas nos museus tradicionais, refletiu-se como o Movimento social Negro local poderia valorizar as memórias e o patrimônio de matriz africana. Nesse sentido, depois de longas e complexas discussões, surgiu a ideia de construir um museu da cultura de matriz africana da cidade para que a própria população de Porto Alegre entendesse sua história e para que fosse um espaço de luta antirracista. Com estes objetivos o Museu de Percurso do Negro foi criado para ser um museu a céu aberto que possibilite leituras da história da cidade de Porto Alegre através de um itinerário em espaços de sociabilidade da população negra e em marcos criados para homenagear a cultura de matriz africana.

O projeto do Museu foi constituído a partir de vários debates entre o Movimento Negro, diferentes instituições, pesquisadores, representantes do poder público, militantes da sociedade civil, griôs, mestres africanólogos e simpatizantes da cultura afro-brasileira. Vários encontros, mesas redondas foram realizadas na sala dez do Mercado Público em Porto Alegre. Foi nestas reuniões que surgiu a ideia de ativistas do Movimento Negro local de criar um percurso do negro na cidade construindo um Museu a céu aberto, representante da trajetória e da cultura do povo de matriz africano da cidade, com papel significativo à história de Porto Alegre. Então, o “Museu do Percurso do Negro nasce do desejo de representação concreta, por meio de marcos visível e palpável da contribuição dos negros africanos e seus descendentes à capital gaúcha, pela falta de representatividade nos museus tradicionais” (Vilasboas, 2010, p. 91).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Na elaboração do Museu de Percurso destacam-se a ação dos movimentos sociais e de parceiros que se somaram e constituíram uma rede com a pretensão de formalizar, representar a arte e a memória dos povos negros nas ruas da cidade, desviando da lógica tradicional de museus e sistematizar um conjunto de dados que impactariam os órgãos governamentais. Ao lado do Mestre Lua e de outras instituições, o Grupo de Trabalho Angola Janga foi o propulsor do processo de discussão e implementação deste Museu. Ainda, o Centro de Referência Afro Brasileiro (CRAB) e a atuação de personagens como José Alves Bittencourt foram condicionantes no processo de aprendizado e sistematização dos dados que fundamentam o museu como pólo irradiador. Neste processo, Reuniram-se militantes do movimento negro e ativistas que sonhavam com melhores condições de vida à comunidade negra, seja expressando através da arte, como também de projetos sociais.

Neste processo é importante salientar a rede articulada à construção do projeto, a partir da colaboração de incansáveis profissionais acadêmicos da Prefeitura, Governo, entidades de movimentos e CRAB, o exemplo da coordenação exercida pelo Grupo Trabalho Angola Janga. O projeto Museu de Percurso do Negro na cidade passou a fazer parte do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura (MinC), executado com recursos do governo federal, de Estados e de municípios. Contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cooperação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Os marcos do Museu de Percurso do Negro e o reconhecimento dos territórios negros de Porto Alegre

O primeiro marco do Museu foi instalado em 2010, intitulado “Tambor” localizado na Praça Brigadeiro Sampaio, após, foram criados respectivamente, outros quatro monumentos no Centro Histórico da cidade, a “Pegada Africana” (2011), na Praça da Alfândega, o “Bará do Mercado” (2013) no Mercado Público e o “Painel Afrobrasileiro” (2014), no Largo Glênio Peres. O Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre fundamenta-se na nova discussão de museologia decolonial, um museu de Percurso



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

com ideia de um antimuseu, cujas as obras de arte em céu aberto indo ao encontro da população, dos transeuntes na na área central da cidade, marcado por esculturas e painéis referindo-se os caminhos dos negros ocultados nos livros escolares.

O trajeto do Museu de Percurso do Negro está intimamente ligado à formação dos territórios negros da cidade de Porto Alegre. Estes territórios referem-se aos espaços que foram de pertencimento da população negra escravizada conhecidos como as “Colônias Africanas”. Conforme Bittencourt Júnior (2010) “a territorialidade negra decorre dos percursos construídos e vivenciados pelos ancestrais africanos e seus descendentes, provenientes dos mais variados grupos étnicos do continente africano (p. 12). Particularmente, no caso de Porto Alegre, a colônia africana que havia surgido em torno de 1861 e 1886, fundada por escravos alforriados, acabou sendo desocupada após a finalização de um processo de saneamento concluído em 1914 na capital rio-grandense. Essa presença deixou rastros de memória na Rua da Praia, na Rua Riachuelo, na Rua Vigário José Inácio no Lago Guaíba, nos marcos reconhecidos como Largo da Quitanda-Negras Quitandeiras, Cais do Porto de Porto Alegre, as antigas Casas de Batuques, a irmandade do Rosário, a Procissão Negra do Rosário na Rua dos Andradas, em frente à Igreja, a Igreja Nossa Senhora das Dores e a Praça Brigadeiro Sampaio, bem como arredores do Mercado Público. Espaços, cuja presença negra foi fundamental, e indicavam os movimentos singulares importantes da cultura: os marcos simbólicos, aspectos históricos, culturais, gastronômicos e religiosos que remetem e remontam ao caráter simbólico, material/imaterial demarcando a história da capital gaúcha.

Nesse contexto, o empenho do Movimento Negro na elaboração do Museu dar-se pelo reconhecimento e pela reterritorialização destes territórios como ponto estratégico às políticas de reparação do Estado aos afrodescendentes. Entende-se que os valores da cultura negra são demarcados na medida em que os territórios negros forem reconquistados e os direitos forem confirmados na história oficial, na educação, na fixação de nomes dos protagonistas ancestrais ou contemporâneos nas ruas da cidade e na valorização dos Patrimônios arquitetônicos relacionados à cultura de matriz africana. A partir destes processos, as específicas práticas culturais, a história, a



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

memória e a identidade negra podem ser acolhidas com respeito e dignidade pela sociedade civil de Porto Alegre. O percurso se propõe como uma outra leitura da cidade, em que a contribuição negra represente seu árduo trabalho no processo civilizatório gaúcho. Ainda se coloca como espaço de luta antirracista a fim de contribuir para uma cidade sem racismo estrutural e necroética.

Diante da complexidade de compreender o Museu de Percurso do Negro enquanto resistência, já que ele tem por finalidade ser contraponto, cabe acentuar a leitura, a qual interessa a essa situação. Ao delimitar os territórios negros a outros, o espaço não mais se torna somente um lugar de pertença, é geográfico, “mas, é, também, uma rede relacional com representações coletivas que permitem aos membros de coletividade dar as características de seus espaços de significados reconhecidos de maneira geral” (Bittencurt Júnior, 2010, p. 2) numa perspectiva de resistência e de uma construção ideológica em vista de romper com uma realidade simbólica de violência impostas à cultura de matriz africana.

Deste modo, compreende-se a composição do percurso enquanto possibilidade de restituição das memórias, de narrativas, de histórias que elucidam e tornam evidentes os aspectos primordiais da etnicidade vivida e consolidada em Porto Alegre. Também enquanto território de visibilidade à vivacidade da etnia negra, com todas as suas riquezas nas mais variadas interfaces, dimensionalidades, aspectos constitutivos, as múltiplas vozes, indagações e olhares que conferem ao percurso seu caráter de inserção social e de encarnação na textura da sociedade no qual emergimos, pois esses aspectos confere-lhes sentido. Além disso, entende-se que o Museu de Percurso do Negro, fruto da luta do Movimento Negro local apresenta-se como um espaço de reflexão sobre o racismo estrutural e de empenho frente aos Órgãos governamentais na construção de políticas de representatividade, de reconhecimento, de inclusão equitativa nos espaços e nos processos sociais, bem como de garantia aos direitos humanos democráticos.

Algumas considerações



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Assim, neste trabalho procurou-se evidenciar a fundamental e ativa participação do Movimento Negro, de instituições, de parceiros, intelecturais, pesquisadores e pessoas inseridas no meio artístico, que muito lutaram para afirmar todas as expressões da cultura negra: linguagem, religiosidade, gastronomia, na elaboração deste Museu de Percurso que proporciona a visibilidade e a fruição de espaços significativos para a etnia negra do ponto de vista da memória, da identidade e da cidadania. Com esta escrita espera-se contribuir para os debates e reflexões acerca da afirmação da cultura negra através de construções de políticas de representatividades, dentre as quais podem-se valorizar a identidade, a memória, a história e os patrimônios negros. Compreende-se que a promoção da cultura de matriz africana e a luta antirracista são basilares para a garantia dos direitos da população negra a terem seu patrimônio cultural respeitado, como previstos na Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Museu de Percurso do Negro, Cultura de Matriz Africana, Memória, Patrimônio, Movimento Negro.

Referências bibliográficas

ALVES, Vânia Maria Siqueira; SCHEINER, Tereza. Museu, Musealidade e Musealização: termos em construção e expansão. **Documentos de trabalho do 21º Encontro Regional do ICOFOM LAM 2012**. Petrópolis, Nov/ 2012. p.99-111.

BARBOSA, Jorge Luiz. O significado da mobilidade na construção democrática da cidade. In: **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano / organizadores:** BALBIM, Renato, KRAUSE, Cleandro, LINKE, Clarisse Cunha. Brasília: Ipea : ITDP, 2016.

BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho. Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In: VILASBOAS, Ilma Silva; SOUZA, Vinícius Vieira de. (Orgs.) **Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre**. Ed. Porto Alegre, 2010.

DELOCHE, Bernard. Definición del museo. In: MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André (orgs.). **Redefinir el museo**. 1ed., Avellaneda: Undav Ediciones, 2018. p.97-106.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Museal. In: _____. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Armand Colin, 2013. p.54-56.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Musealização. In: _____. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Armand Colin, 2013. p.56-57.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HALBWACHS Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro Editora 2006.

VARGAS, Rubens Nei ferreira. **A relação Patrimonial na restauração de bens culturais: O mercado Público de Porro Alegre e os caminhos inversíveis dos Negros**. Curitiba: Appris, 2017.

VILASBOAS, Ilma Silva. Projeto museológico e museográfico. In: VILASBOAS, Ilma Silva; BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho; SOUZA, Vinícius Vieira de. (Orgs.) **Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 2010, 75-103.



**Os Quilombos e a Emergência de Novas Formas de
Patrimonialização: Estudo de Caso do Quilombo Lemos**

Los Quilombos y la Emergencia de Nuevas Formas de Patrimonio:

Estudio de Caso Del Quilombo Lemos

Quilombos and the Emergency of New Forms Of Heritage: Case

Study Of Quilombo Lemos

VALENTIM, Sérgio L., PPGMUSPA/UFRGS¹⁰⁰

POSSAMAI, Zita., PPGMUSPA/UFRGS¹⁰¹

Apresenta o caso do Quilombo da Família Lemos, localizado em Porto Alegre, que luta pelo reconhecimento e demarcação do seu território em meio a dois patrimônios tombados, sendo um deles a FASE - Fundação de Atendimento Socioeducativo, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul e o segundo é o Asilo Padre Cacique, tombado pela Secretaria de Cultura de Porto Alegre. O problema central que este artigo pretende analisar é se o conceito de patrimônio, enquanto mecanismo legal, contempla as comunidades tradicionais, como os quilombos? Nessa busca, pretendo também identificar como os quilombolas podem-se valer da categoria patrimônio como um instrumento de resistência, no sentido de contribuir com a elaboração de uma outra lógica jurídica e política para a proteção de tais bens culturais. Neste sentido, apresento o estudo de caso do Quilombo da Família Lemos, que foi certificado pela Fundação Palmares em 2018, e está agora realizando o RTID - Relatório Técnico de Identificação e Demarcação, em uma ação protagonizada pelos quilombolas que, através de uma petição judicial, conquistaram a possibilidade de realizar o estudo técnico em parceria com o NEGA/UFRGS - Núcleo de Estudos em Geografia e Ambiente e com a Frente Quilombola do Rio Grande Do Sul, organização

¹⁰⁰ Mestrando em Museologia e Patrimônio do PPG Museologia e Patrimônio da FABICOUFRGS.

¹⁰¹ Doutora em História, Docente UFRGS.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

do movimento social quilombola. O objetivo central é investigar como os recursos legais da patrimonialização podem oprimir ou ser uma força na resistência em territórios históricos marcados pela presença dos quilombos.

Outro objetivo será investigar a perspectiva histórica do Quilombo Lemos, além de compreender os argumentos usados para o tombamento do Asilo e da FASE e como esses influenciam diretamente na disputa pelo território. Argumentar como o processo de patrimonialização pode contribuir para a resistência e titulação do Quilombo Lemos através do protagonismo da comunidade que está produzindo o RTID e desenvolvendo políticas públicas com a criação do Ponto de Memória Quilombo Lemos.

Em relação à metodologia, está sendo desenvolvida uma pesquisa ação, que realiza encontros temáticos com representantes da comunidade quilombola para se identificar os bens materiais e imateriais eleitos pela comunidade para preservação e onde esses bens se relacionam com os bens nacionais já tombados e protegidos pelo Estado. Além da pesquisa ação, estão sendo realizadas entrevistas na modalidade histórias de vida com os mais velhos da comunidade, para contribuir na identificação dos lugares de memória que já são referências para os quilombolas. Neste aspecto, se identificou algumas referências patrimoniais no âmbito da cultura afrobrasileira que são mantidos pela comunidade, como a religião de matriz africana, seguindo uma tradição familiar, pois os troncos da família Gonçalves de Lemos eram praticantes da Umbanda e do Batuque do Rio Grande do Sul.

Precisamos nos atentar para a confluência dos bens patrimoniais já protegidos pelo estado através dos artigos 215 e 216 da constituição federal, que apontam para uma tecnologia ancestral dos povos tradicionais em conservar através da memória e da oralidade, as tradições culturais originárias dos países africanos de onde foram sequestrados e trazidos à força para o Brasil. A falta de reconhecimento público destes bens culturais de cunho material e imaterial faz saltar aos olhos o racismo institucional que contamina o Estado brasileiro, independente da ideologia política. O baixo número de territórios titulados no Brasil explicita bem essa realidade, pois segundo pesquisa do IBGE¹ de 2019, existem hoje cerca de 5972 Quilombos no



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

1. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pesquisa realizada em 2019 disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html> acesso em 21 de julho de 2023.

Brasil, sendo 2308 certificados pela Fundação Palmares e apenas 404 tem o título das terras, faltando ainda 3260 que se auto-reconheceram, porém não foram certificadas, que é a primeira etapa do processo legal de reconhecimento pelo Estado brasileiro.

Neste sentido, os quilombos colocam um debate público importante com relação aos direitos de regularização fundiária e da garantia, pelo Estado, das condições de sobrevivência e manutenção dessas comunidades através de vários instrumentos legais que garantam a manutenção do território reivindicado pela comunidade. Assim, a identificação do patrimônio torna-se uma ferramenta importante no reconhecimento e na titulação de comunidades tradicionais.

Deve-se considerar que muitas pesquisas acadêmicas foram importantes para o conhecimento público de parte dessa narrativa dos povos quilombolas, gerando uma mobilização de pesquisadores, antropólogos, historiadores e juristas em um movimento paralelo dentro e fora da academia, aprofundando os estudos sobre a memória social ainda viva, porém pouco registrada. A partir disso, começa a se construir as políticas de reparação históricas que culmina com o decreto 3551 de agosto de 2000 que considera como patrimônio da nação as manifestações culturais de cunho imaterial, que são as memórias, os saberes, celebrações, lugares de memória (Quilombos) e formas de expressão, Musicas e festivais de diferentes grupos formadores da sociedade Brasileira que passam a receber o título de Patrimônio Brasileiro (ABREU e MATTOS, 2009). É possível entender que os conceitos de Patrimônio estavam restritos a uma episteme eurocêntrica e colonial. Neste sentido, a luta dos quilombolas pelos direitos sociais ainda longe de ser alcançados, acabou por aumentar o espectro legal do entendimento do que é patrimônio e quem determina esse conceito na legislação. A atuação do movimento quilombola foi muito importante nas alterações legais do que se entende como Patrimônio e sua relação com os povos tradicionais. No caso do Quilombo Lemos, a



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

comunidade foi discriminada e desconsiderada dos processos de patrimonialização dos dois bens tombados que são lindeiros ao território.

Nem o Estado do Rio Grande do Sul e nem a Prefeitura de Porto Alegre enxergaram a comunidade, pelo contrário, se omitiram. Neste sentido, entendemos que o Quilombo Lemos deve ser considerado um "Patrimônio da Nação", assim como todos os quilombos brasileiros, simplesmente por existirem e se autodeclararem como um povo e exigirem que seus direitos sejam assegurados, conforme a constituição federal.

A perspectiva política que esta expressão civilizatória do povo banto também abarca as questões dos patrimônios culturais que são preservados e transmitidos para as gerações futuras, como uma atitude política deste povo. Entender o Quilombo como uma estrutura física e simbólica é a prova de que se trata da expressão de um povo. O Quilombo Lemos preserva bens patrimoniais imateriais que remetem às tradições afro religiosas, mas também o patrimônio material como a floresta natural que circunda o Quilombo, juntamente com as plantas semeadas pelos quilombolas para a subsistência, caracteriza uma forma entrópica que preserva até os dias atuais, parte da mata nativa e até espécies em extinção, como uma araucária que está dentro do território. Neste sentido, a assimilação dos conceitos acadêmicos de patrimônio pela comunidade foram rápidas e por meio do desenvolvimento de ações museológicas que também refletem uma ação política de construção de outras referências patrimoniais que vão para além das conhecidas pela burocracia do Estado, entendendo a museologia social como uma ferramenta na luta pelos direitos sociais dos povos quilombolas.

Apesar das tentativas de apagamento da existência da comunidade quilombola da Família Lemos, o mais grave é o racismo que ainda impede a efetivação dos direitos sociais para os povos quilombolas, como no caso do dispositivo constitucional que trata do tombamento dos sítios, entre outros que serão apresentados, no intuito de contribuir com argumentos para a criação de uma política patrimonial que respeite o protagonismo das comunidades quilombolas. Durante muitos anos os patrimônios afro brasileiros foram negados pela narrativa oficial do Estado-Nação, em todos os campos, inclusive



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

no patrimônio, assim, os quilombolas tem que brigar, até hoje, para serem reconhecidos como cidadãos detentores de direitos dentro da "Nação Brasileira".

O Quilombo Lemos transformou a museologia social em uma museologia de guerrilha, realizando uma série de atividades culturais que têm a memória do povo quilombola como centro das narrativas comunicacionais. As ações iam de cineclube com debates sobre o tema quilombola, seminários de formação promovidos em parceria com outros quilombos da cidade de Porto Alegre, através da Frente Quilombola RS, uma organização política do movimento quilombola. Mais de 50 eventos culturais foram produzidos pelo Quilombo Lemos nos últimos 5 anos e, por isso mesmo, o Quilombo Lemos foi reconhecido pelo IBRAM como Ponto de Memória e premiado nacionalmente com o Prêmio Pontos de Memória, ficando classificado em décimo segundo lugar no Brasil. O Quilombo Lemos está construindo um caminho de autonomia e protagonismo na busca pelos seus direitos que vai da parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul até o convênio assinado com o INCRA para realização do RTID, peça jurídica essencial para a titulação do seu território. A reparação histórica aos crimes cometidos durante a escravidão estão ainda sendo conquistados, diante muita luta do povo quilombola contra a estrutura racista que ainda controla as instituições públicas que não cumprem seu papel legal, como no caso do INCRA. Sendo essa uma pauta que já está sendo debatida sobre a necessidade de um órgão específico para a elaboração dos estudos e da titulação dos territórios, diante a impossibilidade evidente do INCRA no cumprimento das suas atribuições legais, deixando quilombolas, ativistas dos movimentos sociais e os lutadores pelos direitos humanos expostos a violência colonial que ainda ameaça os quilombolas e indígenas deste País.

Palavras-chave: Quilombo; Patrimônio; Racismo; Políticas Públicas.

Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia; MATTOS, Hebe. **Remanescentes de Comunidades Quilombolas: memórias do cativo, patrimônio cultural e reparação histórica.** Revista Habitus, v.7 p.256 - 288, Goiânia, 2009.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

BRASIL, INCRA, Instrução Normativa nº 57 de 20/10/2009 disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=78048>, acesso em 30/06/2023).

BRITO, Jéssica. Reportagem sobre Memorial da FASE, 2022. Disponível em <https://fase.rs.gov.br/predio-da-sede-administrativa-da-fase-completa-90-anos> Acesso em 20 de agosto de 2023.

PIRES, C. L. Z. (Org.); BITENCOURT, L. M. (Org.). **Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre**. Porto Alegre: Letra 1, 2021. v. 1-2. Disponível em: <https://www.editora letra1.com.br/epub/978-65-87422-19-0/> . Acesso em: 20 de agosto de 2023.

SANTOS, Milton; **O Retorno do Território**; in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura; Ed. HUCITEC/ANPPUR, São Paulo, 1998

TAVARES, Fábio. **Memória da terra: arqueologias da ancestralidade e da despossessão do povo Xavante de Marãiwatsédé**. Brasília:MPF, 2020.



**Mobilização social do povo negro: experiência coletiva em
defesa da proteção territorial quilombola.**

*Movilización social de los negros: experiencia colectiva en defensa
de la protección territorial quilombola.*

*Social mobilization of black people: collective experience in defense
of quilombola territorial protection.*

AGUIAR, Caio H.UFPB¹⁰²

Resumo expandido

Os quilombos do Brasil testemunham de forma clara como os negros escravizados lutaram pela sua liberdade, e utilizaram daquele território de fuga como uma forma de resistência. Parte dos quilombos ainda se estabelecem em seus territórios que vem desde a sua formação e que vai em discordância ao avanço imobiliário, avanço do mercado capitalista sobre seus territórios, e aos vários tipos de dominação que lhes são impostas promovendo constantemente a negação de seus direitos.

Mesmo após a abolição da escravatura, com a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, os negros permaneceram buscando garantir seus direitos, sobretudo, no que se refere a defesa de seus territórios, inclusive permanecendo nos quilombos mesmo após a abolição.

“As centenas de insurreições de escravos e as formas mais diversas de rejeição ao sistema escravista no período colonial fizeram da palavra “quilombo” um marco da luta contra a dominação colonial e de todas as lutas dos negros que se seguiram após a quebra desses laços institucionais. “(LEITE, 2008, p. 965).

A partir dessa mobilização social do povo negro, emergem assim experiências coletivas de luta pelo território, encaminhadas pelo movimento quilombola, procurando caminhos

¹⁰² Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFPB.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

para um debate de cunho popular e a favor da justiça social. As denúncias e os encontros conduzidos por esses movimentos sociais, permitiram ao território quilombola um novo olhar político e social tornando-os visíveis tanto na esfera do Estado como da sociedade civil.

O objetivo deste resumo expandido é relacionar a importância do movimento negro em defesa do território quilombola, onde busca-se referências destes movimentos em preservar os quilombos e resguardar seu território como forma de proteger não só seu espaço, como também sua cultura e identidade.

Tratar do movimento negro no que se refere ao povo quilombola, desperta a sociedade para uma visão abrangente de uma luta coletiva que vem sendo pautada desde antes da abolição da escravidão. É ver o Brasil lutando pelo Brasil, mesmo com tanto preconceito enraizado desde a sua colonização.

Esse estudo, dentro do eixo temático Manifestações coletivas e movimentos sociais do II Colóquio Internacional sobre Sociedade Espaço e Política, traz essa relevância em destacar o movimento social negro que pulsam a luta, uma história de resistência e que enfrenta a sociedade que criminaliza os movimentos de reivindicação e de manifestações coletivas. A leitura desse resumo propõe uma discussão e conscientização social sobre os movimentos sociais negros a favor da defesa do território quilombola.

A pesquisa será realizada a partir de um apanhado de estudos anteriores sobre a temática, artigos, leis e discussões. Realizamos uma análise teórica-metodológica onde discutimos conceitos importantes, como território e quilombo e relacionamos o movimento social com o movimento negro e conseqüentemente ao movimento quilombola. A ideia é trazer uma história contada de forma sistemática a partir de lutas do movimento social que foram importantes para a concretização de direitos significativos em defesa do quilombo.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Entende-se por territórios quilombolas como lugares sagrados, espaço histórico, onde os povos necessitam da liberdade, que lhe foi tirada por anos, para referenciar sua existência, seu cotidiano, desenvolver sua subsistência, sua religiosidade, nos saberes, e no fazer. O território, neste caso, como defendem Bonnemaïson e Cambrezy (1996 apud HAESBAERT, 2007), “não diz respeito apenas a função ou ao ter, mas ao ser”, são formas de apegos a identidades territoriais. E a permanência do povo negro nos territórios quilombolas mesmo após a abolição é uma forma de resistência contestando a opressão colonial escravocrata e um condicionante a reflexão sobre a vulnerabilidade desses grupos no pós-abolição.

Nesse momento que podemos destacar a importância do movimento negro que buscaram combater o racismo com ações de construção e/ou valorização de uma identidade que foi marginalizada pelos brancos durante tantos anos. O Movimento Negro é aqui entendido como:

“Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo, aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro, fundadas e promovidas por pretos e negros. Entidades religiosas como terreiros de candomblé, por exemplo; assistenciais como as confrarias coloniais; recreativas como “clubes de negros”; artísticas como os inúmeros grupos de dança capoeira, teatro, poesia; culturais como os diversos “centros de pesquisa” e políticas como o Movimento Negro Unificado; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de 31 aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.” (SANTOS, 1994, p. 157).

No documentário, *É tudo para ontem* (2020) do Emicida, disponível na plataforma Netflix, de forma sucinta o artista relata alguns desses momentos em que o povo negro não se deixou esbarrar na discriminação racial imposta pelo homem branco. Em um trecho do documentário Emicida relata a história de Tebas, negro escravizado que participou ativamente da renovação estilista de São Paulo do século XVIII, criou as torres da Igreja do Carmo, da antiga Catedral da Sé, o chafariz da misericórdia, e mesmo assim seu nome não foi exposto como arquiteto em nenhuma das obras. Conta também a história do grupo 8 Batutas que não se deixou induzir pelo preconceito e fez com que o samba descesse o morro e fosse conhecido em todo planeta, tendo como um dos



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

líderes o eterno Pixinguinha, isso já em 1920. E em 1990, Emicida enfatiza o poder de uma mulher negra que luta pelos seus sonhos, e conta a história de Lélia Gonzalez, que se negou a trabalhar em casa de família branca quando criança, se formou em Filosofia e em História, lutou contra todo preconceito a favor do povo negro, ativista e que defendia que a cultura negra criou a cultura brasileira, e que o brasileiro não fala a língua portuguesa e sim a “petroguês”.

A mobilização do movimento negro se apresentou ainda mais fortemente a partir da década de 1980, ganhando uma maior visibilidade na esfera nacional e resultado em participações coletivas no processo constituinte (GOMES, 2011).

No ano de 1988 acontecia a Assembleia Nacional Constituinte, onde se evidenciava pelo movimento negro o centenário da Lei Áurea, sendo uma ponte para o movimento ressaltar a situação econômica e social dos negros para dentro dos debates públicos e se posicionar em carta constituinte as demandas da população negra, fato nunca acontecido até então (SIMEÃO, 2010). São nessas gesticulações do movimento negro que surge as considerações em “reparar uma injustiça histórica cometida pela sociedade escravocrata brasileira contra o povo negro.” (ANDRADE; TRECCANI, 2000, p. 1).

Todos os atores envolvidos na questão negra concluíram que a Constituinte seria uma “oportunidade de ouro” para positivar em carta constitucional as demandas da população negra. Conseqüentemente nessa movimentação, foi promulgado na Constituição Federal de 1988, o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que passou a ter a seguinte disposição: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. (BRASIL, 1988). Possibilitando assim, aos descendentes do ex-escravos, o direito de permanecer em seu território, e como afirma Vogt (2014), não é só a questão de morar, mas de buscar preservar a identidade cultural do grupo que vai mais além do que uma demanda fundiária.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Neste mesmo ano é fundada a Fundação Cultural Palmares, em 22 de agosto, com a finalidade de preservar os valores culturais, históricos, sociais e econômicos, promovendo e preservando a cultura afrodescendente, identificando-a como um patrimônio nacional. A fundação surgiu a partir de lutas pela igualdade racial ganhando as ruas, promovendo ao homem a liberdade por meio da cultura (FUNDAÇÃO PALMARES, 2009). A Fundação Cultural Palmares é responsável pela certificação das comunidades remanescentes quilombola como uma das etapas do processo de delimitação de seu território.

O movimento negro esteve também na Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1989. De acordo com a publicação do IPHAN de 2011 sobre a OIT 169, a partir dessa convenção foi promulgada o decreto nº5.051 em abril de 2004, que junto ao decreto nº. 4887, garantiu as comunidades remanescentes de quilombo um plano nacional de políticas públicas, além de mecanismos de monitoramento e controle dessas aplicações. Ainda de acordo com essa publicação do IPHAN, a OIT norteia a “o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam.” (IPHAN, 2011, p. 09)

Outra mobilização nacional oriunda do movimento negro ocorreu em Brasília, em 20 de novembro de 1995, com a “Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e pela vida”, organizada pelo Movimento Negro Unificado (MNU). De acordo com Almeida e Souza (2013), o movimento entregou ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso um relatório sobre a situação da população negra brasileira, reivindicando uma solução para os problemas sócio raciais e econômicos encontrados.

A Marcha dos Zumbis articulou um primeiro encontro das comunidades quilombolas, onde até então agiam de forma individual, e a partir desse coletivo buscaram ações de cunho governamentais que possibilitaram a construção de uma identidade quilombola nacional, de caráter étnico crescente.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

“Diante da resistência, tornou-se impossível para o governo brasileiro não responder às demandas desse movimento. Essa situação foi consolidada a partir da afirmação da ação coletiva expressa na realização do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado em novembro de 1995, em Brasília/DF. As comunidades negras rurais quilombolas alteraram a capacidade de mobilização regionalizada exercitada nas últimas décadas, colocando a problemática do negro do meio rural como questão nacional. Como mecanismo de organização, constituíram a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ).” (COSTA, 2008, p.3)

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) tem grande destaque na busca pela efetivação de direitos dos quilombolas (OLIVEIRA, 2009). De acordo com Souza (2008), a CONAQ é composta pela união de membros do movimento quilombola nos níveis estaduais e regionais e atua com um universo de mais de três mil e quinhentas comunidades em todas as regiões do país (SOUZA, 2008). A força da CONAQ como movimento quilombola estabeleceu diretrizes a respeito de lutas por questões específicas, entretanto, o movimento negro junto ao quilombola funciona como uma conexão que uma complementa e contribui com a outra. Vale destacar outras ações dos movimentos sociais do povo negro que foi alcançando outros direitos, como o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003) em que permitiu a auto atribuição da comunidade quilombola, onde não é o Estado que define o que é quilombo, e sim, a própria comunidade. Já em 2004 foi criado o Programa Brasil Quilombola, incorporado por meio do Decreto nº 6.261, que consolidou ações na agenda social quilombola por meio de uma gestão de infraestrutura, de qualidade de vida, de acesso à terra, além de ação produtiva, desenvolvimento local e cidadania.

Mesmo apresentando múltiplas ações positivas resultante do movimento social do povo negro, é relevante apontar questões ainda em processo de busca e de muito debate, em que é primordial a presença dos movimentos sociais acerca da defesa e proteção desse povo tradicional.

Pela primeira vez foi realizado pelo IBGE uma pesquisa considerando a população quilombola, em 2022. A pesquisa buscou saber o número exato de comunidades quilombolas existentes no país, além de outras variáveis como os territórios já delimitados pelo IPHAN, a quantidade de pessoas que se autointitulam quilombola e



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

etc. Esta pesquisa é uma grande vitória dos movimentos sociais que possui demandas históricas e geográficas de reparação.

É imensurável o mérito dos movimentos negros acerca dos direitos e proteção ao povo negro, grupo tão marginalizado pelo homem branco e pela cultura eurocêntrica. Esse movimento buscava uma reparação histórica por muito tempo “esquecida”, e mais precisamente sobre os territórios quilombolas. E esse enfrentamento não acabou, e está longe de acabar, e a participação do movimento social negro é primordial nessa luta, o importante é fortalecer os discursos, e reforçar a defesa deste território tão rico de cultura e identidade.

Palavras-chave: movimento social; movimento negro; quilombo; território; resistência.

Referências Bibliográficas

Almeida, A. W. B. de. (2004). **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais, 6(1), 9.

BRASIL. 2003. **Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003**. Disponível: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887. Acesso em: 10 de Agosto de 2023.
CONAQ/ACONERUQ/COHRE. **Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios de Quilombos. Direito à moradia – regularização dos territórios de quilombos**. São Paulo: s.n., agosto de 2003.

Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011 1 v.

COSTA, Ivan Rodrigues. CONAQ: **Um Movimento Nacional dos Quilombolas**. Jornal Iroín, 2008. Versão digital disponível em: http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CONAQ_UM%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DOS%20QUILOMBOLAS.pdf

EMICIDA. **É tudo para ontem**. Direção de Fred Ouro Preto. São Paulo: Netflix, 2020 (90 min.)

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Dossiê Política e Sociedade, Santa Catarina, v. 10, n. 18, abr. 2011.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

OLIVEIRA, Frederico Menino Bindi de. **Mobilizando oportunidade: estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Movimento negro e crise brasileira, atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras.** Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SIMEÃO, Alisson. **O direito dos quilombolas aos seus territórios como direito fundamental.** Instituto Brasiliense de Direito Público. Mestrado em Direito Constitucional, Brasília, 2010.

SOUZA, Barbara Oliveira. **Movimento quilombola: reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários.** In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., jun. 2008, Porto Seguro, Bahia. Disponível em: www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/barbara%20oliveira%20souza.pdf. Acesso em: 27 setembro 2023.

VOGT, Gabriel Carvalho. **O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) como instrumento de reparação: território, identidade e políticas de reconhecimento.** O Social em Questão, vol. 17, núm. 32, 2014, Julho, pp. 151-164. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.



**Contornando a invisibilidade: o Censo da População em
Situação de Rua da Cidade do Recife**

*Superando la invisibilidad: el Censo de la Población Sin Hogar en la
Ciudad de Recife*

*Overcoming the invisibility: The Census of the Homeless Population
in the city of Recife*

Otávio Augusto Alves dos Santos, UFRPE¹⁰³

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes, UFRPE¹⁰⁴

Introdução

Nas cidades brasileiras, a pandemia da COVID-19 e o consequente empobrecimento da população urbana tornou ainda mais evidente o fenômeno da “População em Situação de Rua” (PSR). Apenas para se ter uma ideia, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base nos dados do Sistema Único da Assistência Social (Censo Suas), estimou que em março de 2020 havia cerca de 221.869 pessoas em situação de rua no Brasil. Isso representou um aumento de 140% em relação ao levantamento de 2012, que contabilizou 101.854 pessoas.

A pandemia ocasionou um aumento adicional de 38%, e os números chegaram a 281.472 pessoas ao final de 2022 (NATALINO, 2023). Esses dados são por si só preocupantes, embora sejam bastante subestimados, uma vez que se referem a apenas 35% dos municípios brasileiros, e não levam em consideração o grande contingente de pessoas que não estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Estima-se que apenas 47% da PSR esteja efetivamente cadastrada no CadÚnico. A visibilidade e a disponibilidade suficiente de informações sobre determinado grupo

¹⁰³ Professor de Geografia da UFRPE e do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/Fundaj). Professor-tutor do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes

¹⁰⁴ Professora de Ciências do Consumo da UFRPE e do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/Fundaj)



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

social são requisitos fundamentais à elaboração de políticas públicas, único meio capaz de promover acesso à cidadania.

Pelo fato de privilegiar o desenvolvimento de pesquisas domiciliares, isto é, baseadas nos domicílios existentes nos “distritos censitários”, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo censo da população brasileira e por maior parte das estatísticas nacionais, até aqui não conseguiu desenvolver uma metodologia capaz de retratar a PSR.

No intuito de atenuar tal invisibilidade, os movimentos sociais e entidades da sociedade civil têm pressionados governos municipais a desenvolver experiências de recenseamento de forma bastante exploratória, a partir de metodologias experimentais, seja mediante o aproveitamento da experiência e atuação dos/as trabalhadores/as da assistência social, seja pela contratação de empresas especializadas em pesquisa social, ou através da construção de parcerias com Universidades públicas.

O resultado tem sido a construção de informações, com diferentes graus de participação social e solidariedade, mas sempre essenciais à compreensão do fenômeno. Foi com o objetivo de superar este desafio que a Universidade Federal Rural de Pernambuco, através de uma parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife, realizou o “Censo da População em Situação de Rua da cidade do Recife” (Censo Pop Rua Recife), em 2022. Essa pesquisa censitária se diferenciou pela participação de sujeitos e instituições que atuam com a PSR (especialmente, o Movimento Nacional da População de Rua - MNPR), objetivando a construção solidária de informações. Vale mencionar que este projeto se inseriu em um contexto local de avanços importantes no que diz respeito à promoção dos direitos da PSR, como a aprovação da Política Municipal de Atenção Integral à População em Situação de Rua (Lei municipal Nº 18.968, de 26 de julho de 2022) e a construção do Programa “Recife Acolhe”. O objetivo deste resumo expandido é apresentar a experiência e, sobretudo, o percurso metodológico do Censo da População em Situação de Rua da Cidade do Recife.

A metodologia empregada no Censo Pop Rua Recife foi marcada por experimentações, pela participação popular e pela escuta atenta dos anseios e desejos do MNPR e dos/as



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

trabalhadores/as da assistência social e da saúde municipais. Todas as etapas foram planejadas e executadas a partir dos saberes dos/as trabalhadores/as, dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, buscando assumir uma posição contra-hegemônica em relação às práticas mais tradicionais de se fazer ciência e produzir dados sociais.

Ciente das dificuldades de se obter informações relativas a um grupo populacional cujos direitos são tão violados, e para os quais o cotidiano é sempre atravessado pelas aflições e angústias das ruas, a equipe de pesquisadores também buscou fazer com que a coleta de dados fosse breve e objetiva. Essa escolha também se justifica em razão das diferentes condições dos territórios da cidade, que nem sempre ofereciam segurança e conforto para os/as recenseadores/as. Por isso, a pesquisa foi realizada em duas grandes etapas: uma primeira, subdividida em mais duas, na qual se buscou construir uma cartografia social dos “pontos de concentração” da PSR na cidade, seguida da contagem total (recenseamento) dessa população; na segunda grande etapa foi desenvolvida uma pesquisa amostral, cujo escopo foi o de revelar o perfil sociodemográfico da PSR na cidade (Quadro 1).

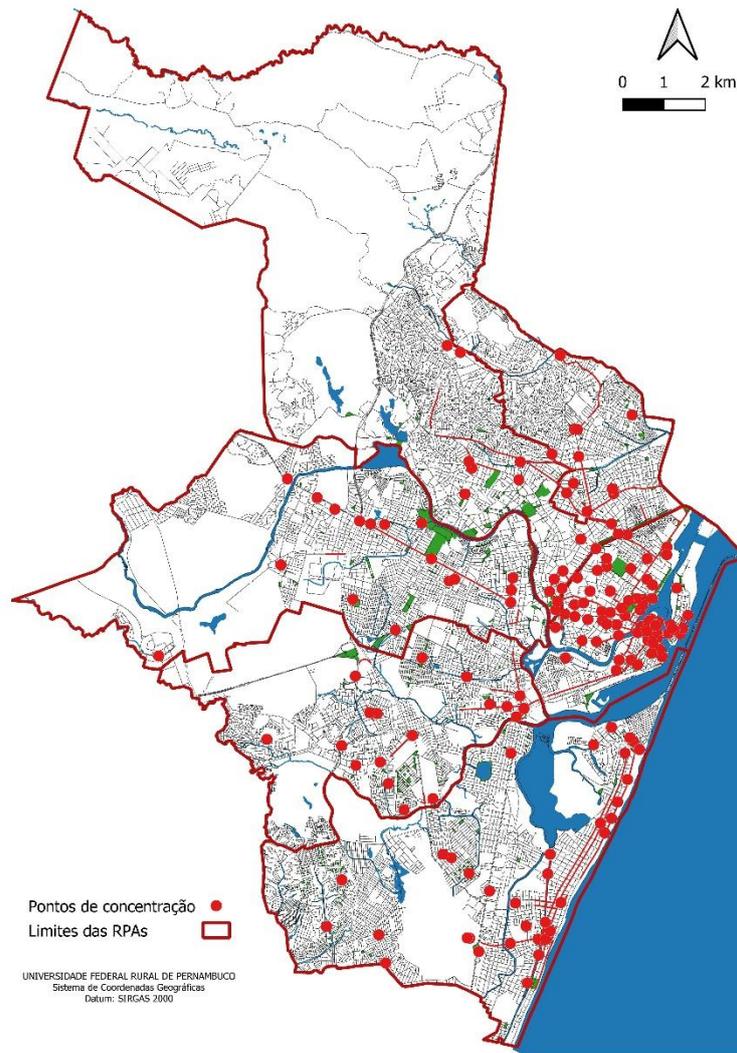
Quadro 1: Etapas do Censo Pop Rua Recife

Etapa		Descrição	Período
Primeira etapa	Cartografia	Mapeamento participativo dos pontos de concentração da PSR na cidade, construção dos instrumentais de pesquisa e definição dos trajetos de campo	19 de agosto a 21 de outubro de 2022
	Recenseamento	Contagem noturna da PSR nas ruas e nas unidades de acolhimento	25 a 28 de outubro de 2022
Segunda etapa: Pesquisa amostral sociodemográfica		Pesquisa sociodemográfica com amostra equivalente a 27% da população total recenseada	14 de dezembro de 2022 a 16 de janeiro de 2023

Elaboração: os autores, 2023

Seguindo a experiência do Recife e de outras capitais, o recenseamento foi feito em poucos dias, no turno da noite, que é quando a maior parte dessas pessoas se recolhem em certas localidades da cidade para descansar e dormir.

Figura 1: Pontos de concentração da PSR na cidade do Recife.



Fonte: MIRANDA et al, 2023b

A primeira proposta de mapeamento foi realizada pela equipe de pesquisadores da Universidade a partir dos cadastros e da experiência dos trabalhadores do Serviço Especial de Abordagem Social (SEAS) e do Consultório nas Ruas. Tais cadastros foram compatibilizados em um único levantamento, onde foram determinados os pontos de concentração.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

A compatibilização foi feita a partir de Sistema de Informações Geográficas, com uso do software livre QGis, versão 3.26.2. A cartografia foi levada à validação pública em diferentes momentos, sendo finalizada em meados de outubro de 2022 (Figura 1). Com ela foi possível construir os trajetos com o qual a equipe de pesquisadores/as e recenseadores/as se basearam para o trabalho de campo.

Figura 2: Equipe de recenseadores partindo para a pesquisa de campo em 25 de outubro de 2022.



Fonte: Fotografia: Instituto Menino Miguel, 2022a

O formulário de contagem foi construído coletivamente entre a equipe de pesquisadores/as, o MNPR, SEAS e Consultório nas Ruas, sendo ainda aprimorado depois de sua apresentação junto ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para População em Situação de Rua do Recife. Dias antes do período de contagem, em 21 de outubro de 2022, foi realizada uma formação para os/as recenseadores/as, em que foi apresentada a versão final do formulário. O processo de contagem consistiu em uma operação complexa, envolvendo a mobilização de diferentes profissionais, ativistas e estudantes, que compunham o pessoal do recenseamento e das atividades de apoio. Conforme mencionado, a



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

contagem ocorreu em poucos dias, sempre à noite, dentro do esforço de não incorrer em sub ou sobre enumeração.

Os territórios percorridos seguiram o planejamento previamente estabelecido, o qual levou em consideração a regionalização político-administrativa do município, sobre a qual também se desenvolve o próprio trabalho da assistência social. As equipes eram diversas, tendo sempre algum representando do MNPR, para uma melhor identificação das “cenas”. Estabelecida inicialmente de forma tácita, mas depois definida conceitualmente, as cenas correspondiam aos lugares onde as equipes se deparavam com a PSR nos diferentes territórios da cidade.

O desenho da amostra teve por base o valor da população total de 1.806 pessoas, obtido no recenseamento (Figura 3). Desse número, 1.442 estavam efetivamente nas ruas e somente 363 estavam acolhidos em algum equipamento da prefeitura. Foi utilizado o modelo de amostragem aleatória simples, do qual foi estimado uma amostra de 490 pessoas.

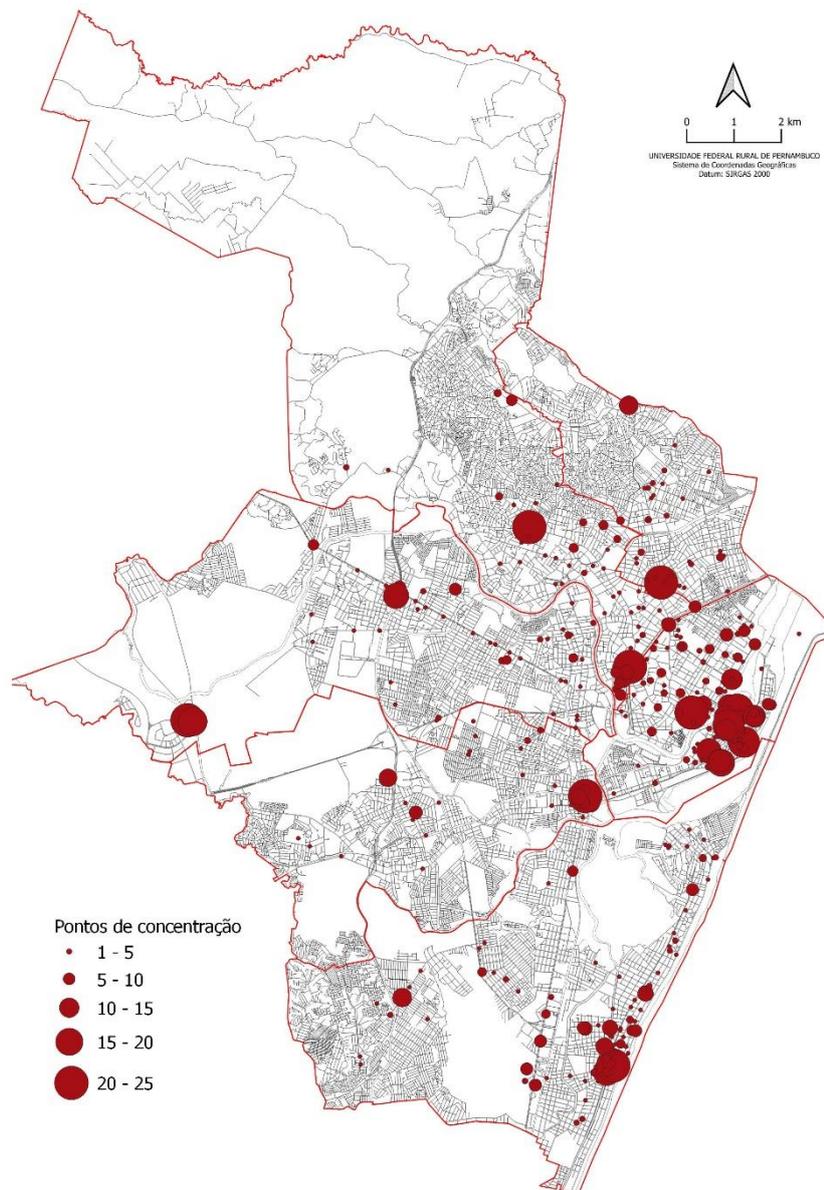
O grau de confiança estabelecido foi de 90%, com erro amostral de 3% para mais ou para menos. Com base nestes critérios técnicos, a amostra foi estratificada proporcionalmente em relação a distribuição territorial na cidade, ao sexo e a idade das pessoas recenseadas.

O formulário da pesquisa amostral também foi resultado de construção coletiva, e sua aplicação ocorreu entre os dias 14 e 16 de dezembro, durante a noite, nas ruas e nas unidades de acolhimento. Esse trabalho se estendeu até o dia 15 de janeiro de 2023, mas de forma pontual, priorizando as pessoas que se dirigiam aos Centros Pop.

O Projeto Censo Pop Rua Recife resultou em dois produtos extremamente ricos e que tem servido à caracterização sociodemográfica da PSR no Recife (MIRANDA et al, 2023a e 2023b), bem como à construção de políticas públicas locais de apoio a esse grupo. Os dados têm revelado o que as experiências censitárias de outras capitais já demonstraram: o baixo nível de escolarização; desemprego e desocupação

persistentes; contextos variados de desvinculações comunitária e familiar; uso abusivo e prejudicial de drogas etc.

Figura 3: Distribuição da PSR na cidade do Recife depois do recenseamento.



Fonte: MIRANDA et al, 2023a.

Três aspectos valem ser destacados a título de conclusão: primeiro, a realização do Censo Pop Rua Recife demonstrou de maneira inequívoca que é possível contruir uma



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

pesquisa demográfica de forma participativa e tendo por princípio a mobilização social; segundo, a riqueza e complexidade dos dados obtidos apontam para a importância da realização de pesquisas censitárias de forma sistemática e solidária, sendo essa uma ação indispensável à construção de políticas públicas pertinentes para a PSR; por fim, e mais importante, pesquisas censitárias têm a capacidade de romper com a invisibilidade a que estão submetidas a PSR, inclusive no plano institucional, tornando-a um grupo concreto, conhecido e passível de se tornar objeto da intervenção do Estado.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Pesquisa censitária; Invisibilidade; Mobilização social; Recife.

Referências Bibliográficas

SCOREL, S. **Vidas ao léu:** trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

MIRANDA, H. S; ANDRADE, J. A; FERNANDES, R. A. U; SANTOS, O. A. A. **A população em situação de rua em números:** relatório técnico do Censo Pop Rua Recife. Recife: EDUFRPE, 2023a.

MIRANDA, H. S; ANDRADE, J. A; FERNANDES, R. A. U; SANTOS, O. A. A. **Relatório final:** Censo da População em Situação de Rua da Cidade do Recife. Recife: EDUFRPE, 2023b.

NATALINO, M. **Nota técnica Nº 103: Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022).** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023

NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: Bursztyn, M. *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores.* Rio de Janeiro: Garamond, 2003

Lei municipal Nº 18.968, de 26 de julho de 2022. Dispõe sobre a Política Municipal de Atenção Integral à População em situação de rua. Recife, 2022. Recuperado em 10 junho, 2023, de <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2022/1897/18968/lei-ordinaria-n-18968-2022-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-atencao-integral-a-populacao-em-situacao-de-rua>

Projeto de Lei Federal nº 4498, de 2020. Determina a inclusão da população em situação de rua no censo demográfico realizado periodicamente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2020. Recuperado em 11 junho, 2023, de <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=144607>



Ocupação Professor Fábio Alves: trajetória e situação atual no contexto de Belo Horizonte

Ocupación Profesor Fábio Alves: trayectoria y situación actual en el contexto de Belo Horizonte

Professor Fábio Alves Occupation: trajectory and current situation in the context of Belo Horizonte

Luiz Felipe Velloso Leal, FJP¹⁰⁵

Mateus Máximo Rodrigues Moreira, FJP¹⁰⁶

Ricardo Carneiro, FJP¹⁰⁷

Introdução

Embora o direito à moradia tenha sido constitucionalmente assegurado, a magnitude do déficit habitacional brasileiro, em suas múltiplas dimensões qualitativas e quantitativas¹⁰⁸, indica desafios não raro intransponíveis para o acesso à moradia adequada por parte dos setores populares. Historicamente, tais setores se vêem forçados a equacionar o problema da moradia por meio de ocupações informais, que constituem parte expressiva do tecido socioespacial das cidades brasileiras, marcado por desigualdades e processos de segregação. Como agravante, no contexto dos últimos anos observa-se o desmonte de políticas habitacionais a nível federal, estadual e municipal, ao lado do esgarçamento da relação entre os movimentos sociais e os governos. No caso de Belo Horizonte (BH), os anos 1990 foram marcados pela construção de uma política habitacional com diversos instrumentos, inclusive voltados para a regularização

¹⁰⁵ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Pesquisador vinculado à Fundação João Pinheiro com financiamento da FAPEMIG.

¹⁰⁶ Graduando em Administração Pública pela Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG/FJP); Atualmente é bolsista do programa de apoio à iniciação científica e tecnológica (EG/FJP - PIBIC/FAPEMIG).

¹⁰⁷ Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professor e pesquisador da Fundação João Pinheiro (FJP).

¹⁰⁸ Sobre o déficit habitacional ver Santos (2022), sobre a problemática urbana e de moradia ver Bonduki (2008) e Maricato (2015).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

urbanística e fundiária das áreas informais, junto às instituições participativas. Notadamente no período 2009 - 2017, houve um desmonte da política e dos próprios canais de participação. Nesse contexto, há uma retomada das Ocupações Urbanas¹⁰⁹ na cidade, abrigando um grande número de famílias, que têm sido objeto de diversos trabalhos (Lourenço, 2014; Maia 2015; Bittencourt, 2016; Dias e Decat, 2018; Brasil et al, 2020).

A Ocupação Fábio Alves, localizada na regional Barreiro, em BH, se caracteriza pela tomada de uma porção de terra, com cerca de 7,3 hectares, para a construção de moradias populares por seus próprios moradores, isto é, por meio da autoconstrução. A Ocupação, iniciada em outubro de 2018, contempla hoje mais de 500 famílias. Com a empresa R.S. Morizono declarando-se proprietária do terreno, instaura-se um conflito judicial. A situação é questionada pelo movimento Luta Popular, que organiza a Ocupação. Em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de BH (CMBH), em julho de 2019, a integrante do movimento, Flávia Silvestre, afirma que o terreno esteve desocupado durante 50 anos. Ela também questiona a “clareza sobre a posse do terreno”, que foi doado pela Prefeitura de BH sob a condição de realização de um empreendimento nunca realizado.¹¹⁰ Poucos meses após o início da Ocupação, a remoção forçada já era uma preocupação das famílias, tendo em vista uma decisão judicial de reintegração de posse.

Objetivos

Busca-se aqui examinar a trajetória da Ocupação Professor Fábio Alves do seu início até a atualidade das lutas pela manutenção da comunidade. Nesse percurso, aborda-se com especial atenção às ações e articulações da Câmara Municipal de Belo

¹⁰⁹ O termo Ocupações Urbanas, com letras maiúsculas, diz respeito a esse contexto recente em que os movimentos sociais ocupam terrenos ou edifícios ociosos já visando o processo de urbanização e negociação com o poder público, implicados num (auto)planejamento. Em Ocupações de terrenos, por exemplo, esse planejamento se manifesta no estabelecimento de ruas, quadras e lotes pelos próprios moradores organizados.

¹¹⁰ Informações levantadas em notícia no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2022/07/moradores-cobram-resposta-do-poder-p%C3%BAblico-contra-possibilidade-de>>



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Horizonte (CMBH), da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), e dos poderes executivos no âmbito municipal e estadual, bem como as decisões judiciais. Já ao final de 2018, o caso foi pautado pela Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais por meio de ofício da 22ª Vara Cível. A empresa R. S. Morizono entrou com processo judicial e obteve liminar favorável à reintegração de posse em agosto de 2019. O acompanhamento da Mesa de Diálogo pode ser visto pela comunidade como um esforço a favor de seus interesses, enquanto a reintegração certamente ocupa o lado oposto. Essa ambiguidade que caracteriza as ações e intervenções do poder público indicam que não há um Estado monolítico, uniforme e acabado. Trata-se de uma arena de disputa, onde a operacionalização de processos se dá como desdobramento de diversas tensões. Nesse sentido, a organização popular que cria e mantém até hoje a Fábio Alves pode ser vista como um dos agentes neste embate dentro da arena pública, forçando o alargamento institucional do reconhecimento de situações de injustiça. A partir do início de 2020, a pandemia de Covid 19 impediu a remoção forçada, fundamentalmente diante da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 828), protocolada pelo STF¹¹¹ em abril de 2021. Durante todo o ano de 2022, as negociações entre as partes do conflito, através da Mesa de Diálogo, acumularam episódios e esforços para resolução do problema, não encontrando saída consensual para a disputa territorial.

Metodologia

Este trabalho inscreve-se num projeto mais abrangente voltado para a abordagem de movimentos sociais em BH, suas formas de atuação e de interação com o Estado e as políticas públicas. De forma qualitativa, realiza um esforço exploratório e descritivo, com foco no caso da Ocupação Prof. Fábio Alves. O objetivo é mapear atores coletivos e caracterizar relações envolvidas na criação e manutenção da Ocupação, especialmente em sua interlocução com o poder público. Foi realizada uma revisão bibliográfica relativa às Ocupações em BH, constatando-se a relativa ausência de estudos sobre o caso focalizado. Ao lado disso, realizaram-se levantamentos de reportagens sobre a

¹¹¹ Supremo Tribunal Federal



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Ocupação e eventos pontuais a ela relacionados, na mídia e em redes sociais. A partir de visitas ao local, também se recorreu a observação direta e conversas informais com moradores locais.

Achados e discussão

A audiência pública da CMBH, por meio da já referida Comissão, solicitou, em 2019, a realização de uma visita técnica a fim de “averiguar as condições da Ocupação Professor Fábio Alves e dos moradores, bem como formas de incidências para resolução justa e pacífica do conflito” (CMBH, 2019).¹¹² A visita, que contou com a presença da então vereadora Bella Gonçalves, é marcante por criar uma situação em que servidores e representantes do legislativo municipal entram em contato direto com grupos vulneráveis e com a precariedade material a que estão sujeitos. São circunstâncias que, por um lado, tendem a aumentar a expectativa de moradores e moradoras em relação à legitimação do esforço que realizaram para se manter no território, por outro, em virtude deste próprio esforço, servem de oportunidade para apresentar reivindicações. Esta dupla função de uma visita como esta remete à capacidade da organização popular em apreender seu papel na disputa pelo Estado. Mesmo com figuras importantes apoiando as famílias, como vereadoras, técnicos e artistas, as pessoas envolvidas numa Ocupação demonstram saber, a partir de suas próprias experiências, que suas estratégias de luta pelo controle sobre recursos públicos é o lado mais fragilizado da disputa.

Em julho de 2020, mesmo vivendo momentos de incerteza diante da pandemia de Covid, moradores e moradoras da Ocupação organizaram uma carreata na região central de BH. Com inúmeros cartazes e um carro de som, a ação coletiva buscou mobilizar a opinião pública, denunciando a acentuação das injustiças habitacionais aprofundadas pela situação pandêmica. Com a ameaça de remoção, frente a persistência da reintegração de posse, a vida cotidiana das famílias estava sob

¹¹² Câmara Municipal de Belo Horizonte, 18 de julho de 2019. 3ª Reunião Ad Referendum, Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-reunioes/2c907f766bb7ff63016c00e7784e4546>> Acesso em: 10 de julho de 2023.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

condições duplamente instáveis: o risco de despejo e o risco de se contaminar pelo coronavírus. Obviamente, a remoção forçada traria para a comunidade riscos de contágio ainda maiores.

Em agosto de 2020, os moradores da Ocupação organizaram um ato que ocupou a frente do prédio da PBH. O objetivo da ação coletiva foi pressionar o então prefeito Alexandre Kalil, reivindicando seu compromisso com a permanência das famílias. A pauta central foi a realização do cadastro de moradores, moradores e unidades habitacionais da Ocupação. Sem resposta efetiva por parte da PBH, os ocupantes decidiram acampar na portaria do edifício público, usando barracas e um fogão para preparação da refeição noturna. Num dos cartazes utilizados durante o acampamento, os escritos reforçam a dupla vulnerabilidade dos ocupantes: “NÃO AO DESPEJO – EM PLENA PANDEMIA, JUSTIÇA AMEAÇA DESPEJAR 700 FAMÍLIAS – OCUPAÇÃO PROFESSOR FÁBIO ALVES”.¹¹³ Notadamente, as ações auto-organizadas em defesa da Ocupação indicam que, mesmo sob situações de extrema vulnerabilidade social, aqueles e aquelas que ocupam investem energia no jogo de disputas porque entendem sua posição no cenário político.

A partir de abril de 2021, a ADPF foi deferida pelo STF. Isto implicou na prorrogação de despejos forçados no Brasil durante a pandemia. Assim, no ano seguinte, foi restabelecida a Mesa de Diálogo para retomada das negociações em relação à Ocupação Fábio Alves. Em reuniões que envolvem o Ministério Público de Minas Gerais, a Defensoria Pública de Minas Gerais e os advogados da empresa R.S Morizono, foram apresentadas propostas para a resolução do conflito. As propostas foram criadas pela empresa, com duas possíveis situações: “Desapropriação do imóvel pelo Estado para implementação de política pública habitacional.” e “Dação do imóvel em pagamento de dívida tributária de uma das empresas integrante da Holding”. Não foram encontrados

¹¹³ MOREIRA, Frei Gilvander Luís. Luta por moradia digna - 500 famílias, Ocupação Prof. Fábio Alves/BH/MG. 2a parte. 10/10/18. YouTube, 18 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rYm1NG-TUs&ab_channel=FreiGilvanderLutapelaTerraeporDireitos



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

registros de reação a estas alternativas de resolução por parte de movimentos, lideranças, moradores e moradores da Ocupação.

A primeira alternativa aponta a retirada dos ocupantes do território para que a política habitacional seja implementada pelo Estado. É emblemático, neste sentido, que os esforços da organização popular para consolidar a Ocupação não sejam levados em conta enquanto forma de realização da própria política habitacional. Os moradores e moradoras seriam supostamente beneficiados pela política do Estado, mas os investimentos empreendidos na construção de suas próprias moradias durante 4 anos de Ocupação não são contabilizados como possível benefício.

A segunda alternativa indica que a empresa R.S. Morizono, ou as empresas com as quais possui algum tipo de participação acionária, possuem dívidas tributárias com o poder público.

Os moradores têm se mobilizado, com o envolvimento de diversos apoiadores, como a Pastoral da Terra, a organização sindical CSP - Conlutas dentre outros. Sua atuação tem recorrido a um repertório amplo de ação coletiva que envolve interações com o poder público, da judicialização do conflito a eventuais diálogos e negociações. Até o momento, a despeito de tensões e reveses, a Ocupação segue se mantendo.

Palavras-chave: Ocupação Urbana; moradia; poder público; movimentos sociais.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Rafael Reis. **Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-2015)**. 2016.

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Arq. urb, n. 1, p. 70-104, 2008.

BRASIL, Flávia de Paula Duque et al. **Política de habitação social e movimentos de moradia: participação, inclusão e novos repertórios de ação coletiva em Belo Horizonte**. 2020.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; DECAT, Thiago Lopes. **Ocupações urbanas na região metropolitana de Belo Horizonte: redistribuição como reconhecimento na luta pelo**



II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

exercício do direito à moradia adequada. Revista de Direito da Cidade, v. 10, n. 2, p. 1153-1177, 2018.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade ocupada**. Belo Horizonte, v. 234, 2014.

MAIA, Petter Isackson et al. **Democracia, participação social e política urbana: o direito à cidade e a política habitacional de Belo Horizonte (1993-2018)**. 2019.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. CaderNAU, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

SANTOS, Eleonora Cruz. **Ensaio e discussões sobre o déficit habitacional no Brasil**. 2022.



Entre o Brincar e a Luta pela Terra: a experiência na construção de parques nas ocupações do MTST-PE

*Entre el juego y la lucha por la tierra: la experiencia en la
construcción de parques en ocupaciones del MTST-PE*

*Between playing and the fight over land: the experience of building
parks in the MTST-PE occupations*

TAVARES, Carolina Glasner, UFPE¹¹⁴

GALERA, Izabella, UFPE¹¹⁵

Introdução

O presente trabalho¹¹⁶ aborda sobre a construção de 6 parques infantis elaborada de forma colaborativa pelo Setor de Arquitetura do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) na cidade do Recife, em Pernambuco, entre os anos de 2022 e 2023. A intervenção foi realizada por estudantes de arquitetura, arquitetas e moradores das ocupações a partir do método proposto pelo projeto de uma ONG chamado “Ideais para Parques Infantis”. Além disso, é realizada uma análise inicial da luta por terra e moradia no Brasil, além de entender como a brincadeira interfere na cidade e também como os espaços lúdicos são importantes para a vivência da criança.

Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de criação e execução desses parques, realizando também uma contextualização teórica sobre o tema. Metodologicamente, o trabalho foi pensado em dois momentos: um momento de

¹¹⁴ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

¹¹⁵ Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Professora de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, associada ao Laboratório de Espaço e Política (LEP).

¹¹⁶ Este trabalho traz parte dos resultados da pesquisa de um trabalho de conclusão de curso elaborado na graduação de Arquitetura e Urbanismo na UFPE sob orientação da professora Izabella Galera.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

pesquisa utilizando autores como Henri Lefebvre e Jane Jacobs e outro de análise da experiência de construção dos parques. Além disso, é interessante comentar que a autora deste presente trabalho acompanhou de perto o objeto de estudo da pesquisa, tratando-se, dessa forma, de uma pesquisa participante. Assim, o pesquisador se encontra imerso no seu meio de investigação, sendo a sua experiência também uma fonte para a pesquisa.

A luta por terra e moradia no Brasil

Segundo Henri Lefebvre (1901-1991), renomado filósofo e sociólogo francês, o espaço é a “projeção da sociedade sobre um local” (2008, p.62). Sendo assim, o espaço não é apenas um produto físico ou uma entidade neutra, mas é moldado e significado pelas ações e interações humanas. Nesse sentido, o meio físico materializado reflete as relações de poder, as hierarquias e as ideologias dominantes da sociedade que o cria. O espaço também é palco para a luta de classes (LEFEBVRE, 2011), criando-se uma disputa pelo controle e apropriação dos territórios.

Tendo esse contexto em vista, torna-se interessante olhar a história da luta pela terra no Brasil. Para começar esse debate, é preciso entender que “a alta concentração fundiária é, no Brasil, a causa histórica mais importante dos conflitos agrários”(SAUER; PERDIGÃO, 2017, p. 249). Tal constatação se inicia nos tempos do Brasil enquanto colônia e foi agravada com iniciativas governamentais como a Revolução Verde na ditadura militar (1964-1984). Buscando contrapor esse sistema de distribuição de terras, surgiram uma série de movimentos sociais principalmente no século XX como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Tratando-se de movimentos rurais, a reforma agrária era uma das pautas principais. Além disso, também há os movimentos travados na cidade e que lutam pela terra urbanizada tendo como um dos focos fundamentais à moradia. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) criado em 1997 com origem no MST, tem sua atuação nas cidades em busca do direito constitucional à habitação. Guilherme Boulos (2012), coordenador nacional do movimento, ressalta o artigo 170 da Constituição Federal



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

promulgada em 1988 na qual o direito à propriedade só pode ser exercido se houver uma função social. Sendo assim, o direito à propriedade só pode ser efetivado se estiver alinhado ao interesse coletivo.

Além disso, Boulos traz uma análise fundamental. Observando os dados trazidos pela Fundação João Pinheiro (2020) é visto que há 5.964.993 famílias com insegurança habitacional e enquanto, segundo o IBGE (2022), há 11,4 milhões de imóveis vagos. Com esses dados, é possível ver que “Há mais casas sem gente do que gente sem casa”(Boulos, 2012, p. 17). Esse fato demonstra a influência de questões como a desigualdade social, a concentração fundiária e também a especulação imobiliária na geração de conflitos nos territórios em busca de moradia e reforma agrária.

Espaços lúdicos na formação da criança e sua inserção na cidade

O brincar nos ambientes públicos está presente desde os primórdios da sociedade. As brincadeiras eram realizadas nas ruas e nas calçadas perto das casas e as crianças tinham uma maior liberdade para brincar nesses espaços (JACOBS, 2014). Ao longo dos séculos, as brincadeiras mudam, mas o brincar permanece como atividade inerente à criança. Já no século XX, com o aumento do fluxo dos carros nas cidades contemporâneas, ocorreu um afastamento intencional das crianças dessas áreas públicas comuns. (MARTINEZ, 2013)

Dessa forma, buscou-se concentrar as atividades da criança em locais que pudessem ser controlados pelos responsáveis. Junto a isso, o advento de um novo olhar sobre a criança desde o final do século XIX trouxe uma série de experiências para o âmbito dos parques infantis. Uma delas é o jardim de infância (kindergarten) pelo pedagogo alemão Friedrich Froebel. Esses espaços, destinados às crianças antes da idade escolar, ficavam ao ar livre e se destacavam pelos seus jardins e a interação lúdica das crianças com esse ambiente. (MARTINEZ, 2013) Segundo o pesquisador da infância Gandhi Piorski, os ambientes de vida natural são essenciais para a criança já que ela também se identifica nesses espaços. “(...) a materialidade e a vida anímica da natureza têm a capacidade de acessar os campos simbólicos criadores da criança. Os campos que têm a energia criadora.” (PIORSKI, 2016)



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Além disso, é importante comentar sobre a importância do brincar para a criança e também para a cidade. De acordo com o teórico do brincar Henri Wallon (2010), o brincar é uma fase fundamental para a estruturação psíquica. Durante as brincadeiras, estão sendo exercitadas diferentes habilidades necessárias para a evolução e aprendizado da criança. Ademais, trazendo o olhar de Jane Jacobs (2014) esses espaços destinados à brincadeira em locais públicos, como calçadas e ruas tranquilas, contribuem positivamente para fatores como a segurança e o senso de comunidade entre as pessoas. Assim, os espaços para a brincadeira na cidade fortalecem também a presença das crianças na cidade e trazem ela como atores na sociedade.

Construindo os Parques

Após adentrar nos temas tão dicotômicos do brincar e da luta pela terra, agora irá se vislumbrar uma possível resposta para esse impasse através da experiência da construção dos parques nas ocupações do MTST-PE. Foram construídos parques em 6 ocupações do Recife: Ocupação 8 de Março, Pocotó, Fazendinha, Sítio dos Pescadores, Carolina de Jesus e Aliança com Cristo. Em todas essas se utilizou da metodologia de construção proposta pelo projeto “Ideais para Parques Infantis” composto de 5 etapas: ouvir, planejar, projetar, construir e manter. Foi adicionado a etapa “celebrar” depois da “construir” visando criar atividades de ativação para o espaço.

Visto isso, irá se fazer a análise de maneira integral das 6 experiências com base nessa sequência lógica. Na primeira etapa, do “ouvir”, buscou-se entender os desejos dos moradores para aquele local através de dinâmicas como o desenho e rodas de conversa. Tirando como exemplo a experiência da 8 de Março, foi visto que havia a necessidade de uma área coberta, além de um espaço de apoio para estudos das crianças e também a necessidade de integração com a horta existente para o local com a criação de uma cerca para ela. Como brinquedos, as pessoas sugeriram brinquedos tradicionais como gira-gira, balanço e gangorra. É importante comentar que nesses primeiros encontros no local, estavam presentes, em sua maioria, mulheres, muitas vezes mães, e as crianças que também participavam das dinâmicas.

Figura 01: Localização das ocupações no mapa de Recife.



Fonte: Google Earth, com intervenção autoral.

Já na etapa do planejar, o atual Setor de Arquitetura do MTST, composto também majoritariamente por mulheres estudantes e formadas em arquitetura, teve o trabalho de organizar temporalmente e financeiramente o projeto com base no que havia sido acordado no primeiro encontro. Passando dessa fase, tem-se o projetar que é o momento de concretizar as ideias propostas anteriormente. Com o projeto realizado, o Setor apresentou presencialmente nas ocupações o projeto e, em diálogo com os moradores, novas ideias surgiram e foram adicionadas à proposta visando estar de acordo com os anseios e expectativas das pessoas que irão usufruir diariamente desses espaços.

Como exemplo para essa etapa, têm-se a experiência da Ocupação Pocotó, que se localiza próxima ao Túnel Augusto Lucena em Boa Viagem. As crianças brincavam nas proximidades do túnel, então pensou-se em construir um parque móvel de estruturas leves que pudesse ficar no local em que as crianças já brincavam. Porém, a prefeitura impossibilitou essa atividade e o projeto teve que se mudar para uma calçada um pouco



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

distante das proximidades das casas existentes. Esse é um dos empasses que o brincar periférico das ocupações encontra no espaço urbanizado.

Passado esse momento do projetar, tem-se o momento de construir. Nele, ocorrem os mutirões para a materialização da proposta. Moradores de diversas profissões, pedreiros, arquitetas e estudantes se empenharam nesses momentos. A experiência na Ocupação Fazendinha, também em Boa viagem, traz o destaque da utilização de tijolos ecológicos na construção de mobiliários para os parques. Estiveram presentes em mesas, bancos e bancos brincantes escalonados. Eles eram práticos de serem utilizados e dispensavam o uso de concreto por utilizar uma cola específica. Alinhando-se com a proposta do projeto de ter um viés sustentável, também foram utilizados pneus nos brinquedos, sendo também uma forma de economizar recursos.

Também nessa etapa, houveram conflitos sobre a terra. Como foi o caso que ocorreu na Ocupação Aliança com Cristo no bairro do Jiquiá. Após terem sido iniciados os mutirões no território escolhido, surgiu um suposto dono para o terreno que colocou dois seguranças possivelmente armados nas proximidades da região. Sendo assim, toda vez que se iniciava alguma movimentação na área a polícia era acionada e começavam as ameaças aos moradores. Esse acontecimento demonstra como as disputas de poder se materializam no espaço, assim como afirmado por Lefebvre (2008). Por conta disso, optou-se por mudar o local da construção pensando na segurança dos moradores, mesmo que não houvesse amparo jurídico para a afirmação da propriedade do terreno. Passando para a fase da celebração, cada ocupação comemorou à sua maneira. Na Carolina de Jesus, foi convidada uma equipe de circo para animar as crianças com direito à pipoca e outros lanches festivos. Já na 8 de Março, comemorou-se um ano de existência da ocupação. Foi feito um Varal com imagens de momentos marcantes da trajetória da ocupação e também um bolo para a comemoração. Na Aliança com Cristo, o ambiente foi decorado para o aniversário de uma criança da própria ocupação.

Já na última fase, o manter, foi visto que ao longo dos meses alguns parques entraram em contato com o Setor para fazer alguns reparos no parque. Apesar disso, foi visto que os parques se tornaram espaços multifuncionais que agregam uma série de atividades.

Ademais, a presença da horta na 8 de Março e na Aliança com Cristo denota essa conexão da criança com a natureza pontuada por Froebel e Piorski que ocorreu ao longo do tempo e que continua a partir da manutenção desses espaços.

Figura 02: Parque da Aliança, 8 de Março e Fazendinha



Fonte: Setor de Arquitetura

Considerações Finais

A partir da experiência, foi visto a presença da criança desde o processo de concepção do espaço, passando pela construção e, por fim, no brincar propriamente dito. A brincadeira começou antes mesmo do parque estar pronto. Além disso, todo o processo foi marcado pelas lideranças femininas das ocupações que organizaram os mutirões e mobilizaram as pessoas. A troca de saberes, para além de um conhecimento técnico também esteve presente nesse ínterim e continuará a partir do convívio nesses espaços.

Além disso, é possível ver que os parques infantis inseridos na ocupação foram utilizados de uma maneira muito diversa, indo além do uso destinado à brincadeira infantil. Esses locais se tornaram espaços de convivência para os moradores, sediando atividades como assembleias para debater demandas da ocupação, celebrações de datas comemorativas, festas de aniversário, eventos religiosos e apoio educacional. Ter um espaço como esse inserido em ocupações onde o direito ao lazer muitas vezes é



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

negado, e onde as políticas públicas não tem interesse em intervir positivamente, é um ganho de grande valor para as comunidades que o usufruem.

Palavras-chave: parques infantis; movimento social; brincar; luta pela terra; pesquisa participante.

Referências Bibliográficas

BOULOS, Guilherme. **Porque Ocupamos?:** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

Fundação João Pinheiro. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 9 set. 2023.

FROEBEL, F.W.A. Froebel's **Letters on the Kindergarten**. Tradução: Hermann Porsche; Emilie Michaelis; Keatley Moore. 1. ed. London. Swan Sonnenschein & Co, 1891. Disponível em: <https://ia600201.us.archive.org/3/items/froebelsletterso00froe/froebelsletterso00froe.pdf>. Acesso em: 15/08/2023

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Tradução: Margarida Maria De Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Frias. 5.ed. São Paulo: Editora Centauro, 2011.

MARTÍNEZ, Navarro V. Playgrounds del siglo XXI: una reflexión sobre los espacios de juego de la infancia. **Arquitectonics: Mind, Land & Society**, Barcelona, n. 25, p.189 - 202, dezembro, 2013. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/121695> Acesso em: 17 jul. 2023.

MUNIZ, Bianca. Censo 2022: Brasil tem 11 milhões de casas e apartamentos vagos. **Agência Pública**, 29 jun. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/06/censo-2022-brasil-tem-11-milhoes-de-casas-e-apartamentos-vagos/>. Acesso em: 16 out. 2023.

PERDIGÃO, Luis F.; SAUER, Sérgio. Lutas Pela Terra No Brasil: sujeitos, conquistas e direitos territoriais. **Abya-Yala: Revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas**, Brasília, v.1,n.2,abr./jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/7031>. Acesso em: 01 Set. 2023.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

PIORSKI, Gandhi. Diálogos do Brincar #2: 'Criança e Natureza', com Gandhi Piorski. Youtube, 4 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L4u8pnqMkQQ>. Acesso em: 03/07/2023.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.



Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Pernambuco: resistindo ao desmonte implementada pelo neoconservadorismo da política pública para as infâncias e adolescências

Movimiento Nacional de Niños y Niñas de la Calle de Pernambuco: resistiendo el desmantelamiento implementado por el neoconservadurismo de las políticas públicas para la infancia y la adolescencia

National Movement of Street Boys and Girls of Pernambuco: resisting the dismantling implemented by neoconservatism of public policy for children and adolescence

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes, UFRPE¹¹⁷

Alana Anselmo Carneiro, UFRPE/Fundaj¹¹⁸

Resumo

A elaboração deste trabalho surge a partir da experiência profissional e militância da autora no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Pernambuco

¹¹⁷ Professora do Departamento de Ciências do Consumo da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professora e coordenadora do Programa de Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social /PGCDS da UFRPE. Professora do Programa de Pós-Graduação Educação, cultura e Identidades UFRPE/Fundaj. Coordenadora do Observatório da Família que integra o Instituto Menino Miguel. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/NUPEM, do Observatório da Família e do Núcleo de estudos do Consumo e Economia Família - NECEF e Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Desenvolvimento/ LABOR. Integrante o corpo docente da Escola de Conselhos de Pernambuco.

¹¹⁸ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Educação, cultura e Identidades UFRPE/Fundaj. Assistente Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro da Coordenação do Movimento nacional e Meninos e Meninas de Rua de Pernambuco. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão no Campo da Política Pública de Crianças e Adolescentes – GECRIA. Assessora Técnica do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

(MNMMR/PE), cuja atuação enquanto membro e coordenação deste espaço se realizam na incidência política e formativa junto a sociedade e ao poder público, na preservação das garantias dos direitos humanos de crianças e adolescentes, especialmente as que se encontram em situação de rua.

Nesse sentido, retrata uma pesquisa acadêmica que está sendo desenvolvida na Pós-Graduação de Educação, Cultura e Identidades UFRPE/FUNDAJ, que traz como problema de investigação as mudanças ocorridas dentro do MNMMR/PE, quanto as ações desenvolvidas frente a crescente onda do populismo autoritário e neoconservador durante os anos de 2016 à 2022, e associado a isto a pandemia da COVID 19.

Como objetivo a discussão pretende analisar as táticas utilizadas pelo MNMMR/PE, durante os anos de 2016 à 2022, que proporcionaram o fortalecimento do acesso às garantias de direitos de crianças e adolescentes que se encontram no contexto de situação de rua em Pernambuco. Cujas metodologias se darão pelo método qualitativo, pressupondo um caráter interativo entre os objetivos, as orientações teóricas e os dados empíricos, tendo como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (MINAYO, 2001), com abordagem exploratória e documental, de estudo de caso, e técnica para coleta de dados a observação participante, construindo a responsabilidade política com quem é pesquisado, ou seja, que tem presente a importância de envolver a comunidade pesquisada, no qual os achados e sua sistematização devem retornar ao grupo pesquisado em forma de diálogo (EGGERT, 2016), através de rodas de diálogos com gravação de narrativas orais em entrevistas abertas, para um grupo de 9 militantes que se mantiveram à frente das ações do Movimento.

A discussão pretende fomentar reflexões acerca das mobilizações em que organizações da sociedade civil realizaram perante as movimentações feitas por governos e lideranças políticas de cunho ultraliberal e neoconservadoras, que assolaram diversos contextos sociais, como o Brasil, impulsionando uma sociabilidade racionalizada na competitividade, individualismo e moralismo religioso. No Brasil, os desdobramentos desse tipo de gestão agonizaram crises em diversos setores da sociedade, e que foram



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

intensificadas no ano de 2016 por políticas desestabilizadoras voltadas à proteção social, as quais corroboraram com o agravamento dos processos de desigualdade e exclusão social Gohn (2000). Neste sentido, esta pesquisa se apresenta em um momento em que os países se deparam com um dos quadros mais dramáticos em relação ao fenômeno de pessoas que vivem e sobrevivem nas e das ruas. Sendo, portanto, importante levantar dados sobre esta população e, ao mesmo tempo, identificar formas de atuação junto a este grupo, uma vez que crianças e adolescentes em situação de rua estão entre os mais vulneráveis de nossa sociedade.

As imagens e ideias produzidas na sociedade representam a realidade. Assim, formam um imaginário social invertido e, quando tomadas como ideias, constituem a ideologia. Desse modo, a ideologia é um fenômeno histórico-social, decorrente do modo de produção econômico, que tem a função primordial de ocultar a origem da sociedade, dissimular a presença da luta de classes, negar as desigualdades sociais e oferecer a imagem ilusória da comunidade originada do contrato social entre homens livres e iguais; ou seja, é a lógica da dominação social e política (CHAUI 1995 apud MACÉDO & BRITO, 1998, s/n).

Sobre o objeto deste estudo, o MNMMR/PE é uma organização da sociedade civil constituída desde 1987, por pessoas, coletivos e instituições engajadas na defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, cuja missão está na organização de meninos e meninas em situação de rua e a formação política de educadores sociais de rua. Tendo como prática político pedagógica a defesa intransigente aos direitos humanos de crianças e adolescentes, incentivando a mudança de paradigmas sobre as causas que impõem a situação de rua desses sujeitos; o processo formativo de educadores sociais para uma intervenção baseada em ressignificações, crítica e consciente, sobre uma sociedade que foi brutalmente colonizada e escravizada; o fomento no controle social das políticas públicas com participação em espaços de discussão, monitoramento e criação de aparatos legais que imprimem lutas de defesa (MNMMR, 1995).

Não restam dúvidas que o trabalho sócio educativo como espaço de socialização e construção de saberes nos implica olhares atentos ao simbolismo da proteção e do amparo às necessidades de crianças e adolescentes. Sendo necessário, portanto, fomentar ações que garantam à inserção desses sujeitos na lógica construtiva de acesso à informação e às garantias legais. A força do pensamento democrático



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

avançado tem gerado uma prática educativa sustentada na produção de saberes diversos, que resultam em práticas pedagógicas geradoras de mudanças benéficas a sociedade, e promovem movimentos com novas fontes de saberes (GOHN, 2010).

É no contexto de movimentos sociais, como os que mencionamos, que entendemos a educação popular. Foi por meio dela que, há mais de quarenta anos (BRANDÃO, 2002), observamos um legado pedagógico sendo produzido que discute processos educativos distintos dos processos instaurados na educação bancária (FREIRE, 2002), trazida do além-mar em nossa experiência latino-americana de colonizados. A educação popular foi compreendida como algo produzido fora da escola, que tensiona a educação escolar (EGGERT, 2016, p.21).

Importante considerar que as discussões sobre as fragilidades na execução das políticas públicas voltadas para os direitos de crianças e adolescentes no Brasil apesar de serem recorrentes, não alcançam sua resolutividade. O tema das crianças e adolescente em situação de rua é um dos temas mais sensíveis de uma sociedade que vive e se organiza ainda sob os impactos de uma crise política, econômica, social e sanitária. Quando voltamos para o tema e fenômeno de crianças e adolescentes em situação de rua percebemos que de fato vivenciamos uma crise humanitária de enormes proporções. É preciso produzir melhores formas de ação e governança para a viabilização de uma sociedade mais equitativa.

É essencial o debate atual sobre o risco de reprodução das desigualdades mesmo quando da implementação de políticas públicas. O aumento significativo de crianças e adolescentes em situação de rua apontam para a limitação da capacidade de proteção social por parte do Estado e da sociedade de modo geral.

O Brasil não conta com dados que resultem de pesquisas sistemáticas sobre a população em situação de rua. O censo demográfico ainda não inclui entre seus objetivos a averiguação do número total da população não domiciliada, porque os dados censitários são coletados a partir da base familiar. A ausência de dados sistemáticos sobre essas pessoas justifica a realização de pesquisas censitárias municipalizadas, com vistas à implementação de políticas públicas voltadas para diminuir sua “invisibilidade” social (MIRANDA, 2023, p. 03).

Assim, é papel das Universidades e institutos de pesquisa identificar, analisar e apontar estratégias que garantam o efetivo acesso aos direitos. Isto implica na compreensão dos processos históricos e das relações de forças ainda não superadas na estruturação da nossa sociedade, extremamente desigual. A existência de crianças e adolescentes em situação de rua é uma constante no Brasil que, encarada como um problema



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

historicamente estrutural, não alcançou respostas efetivas do Estado; implicando no aprofundamento das violações de direitos, no descaso sobre a acessibilidade às políticas públicas, no acirramento das violências em suas diversas formas, dentre outros fatores que se desdobram contra a legitimidade dos direitos garantidos. Outro grande desafio ligado a situação de rua é a desigualdade de raça, que incide diretamente nos homicídios de crianças e adolescentes negras.

Importante salientar que dentre os possíveis resultados obtidos desta pesquisa, ainda que parciais, foram as mobilizações promovidas nesses últimos anos por este Movimento que demonstram a retomada de importantes pautas reivindicatórias, com maior nível de diversidade nas discussões, seja no papel reflexivo das violações de direitos que vão deixando de ser naturalizadas, seja nas práticas reivindicatórias nas ruas, nos espaços de controle social. Diante disto, considerar que as respostas via a execução das políticas públicas para criança e adolescente em conjunto as demais políticas, são imprescindíveis na manutenção às garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Destacamos também o fato de que a cidade do Recife, seguindo o movimento de outras capitais e metrópoles brasileiras, está neste momento desenvolvendo um censo com a população em situação de rua, e, demandando a aliança e diálogo com o MNMMRPE para a delimitação de uma metodologia adequada para o diagnóstico com este segmento.

Infelizmente, a história social do Brasil é marcada por realidades de múltiplos processos de exclusão e desigualdade, e é sobre estes acontecimentos que o debate do MNMMRPE se vigora como causa necessária para a mudança das vivências de “meninos e meninas de rua”. Como um movimento de permanente insurgência, desde a década de 80 é realizado confrontos à invisibilização e marginalização desta população na estrutura societária brasileira. Sendo mister enfatizar que os debates e lutas travadas por movimentos sociais, em todos os momentos históricos do Brasil, colocam em xeque a ausência de um protagonismo político e econômico voltado às políticas públicas para as infâncias e adolescências.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Palavras-chave: Pesquisa, MNMMR/PE, Movimento Social, Educação Popular, Neoconservadorismo

Referências Bibliográficas

EGGERT, Edla. **Pesquisa em educação, movimentos sociais e colonialidade: continuando um debate.** Revista. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 1, 2016.

GOHN. M. da G. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais. ONGs e Terceiro Setor.** Rev. Mediações, Londrina, v.05, n 1-40, 2000.

_____. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

MACEDO. M. J. de. BRITO. S M. de O. **A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma ideologia reconstrutora.** Psicol. Reflex. Crit. PB, 1998. Disponível: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/jNTc6b7sNgKBQNtgL5vf6Gb/?lang=pt#>>. Acesso: 06 out 2022.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Humberto da Silva; (et al). **Censo Relatório Final: Censo da População em Situação de Rua da Cidade do Recife.** Recife, UFRPE. 2023.

MNMMR. **10 anos de Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.** UNICEF, 1995.



Ofensivas antigênero: avanços e retrocessos nas políticas de gênero e sexualidade em países sul-americanos

Ofensivas antigênero: avances y retrocesos en las políticas de género y sexualidad en los países sudamericanos

Anti-Gender Offensives: Advances and Setbacks in Gender and Sexuality Policies in South American Countries

Maria da Graça S. G. Costa, UFRN¹¹⁹

Wanessa Mendonça, UFRN¹²⁰

Candida Maria Dantas, UFRN¹²¹

Introdução

Durante o final do século XX e início do século XXI presencia-se, em diversos países da América Latina, a ascensão de governos progressistas com o investimento estatal em políticas sociais de amplo alcance destinadas à redução da pobreza e o reconhecimento dos direitos de populações historicamente subalternizadas como negros, indígenas, mulheres e pessoas LGBT+. Nos últimos anos, entretanto, tem-se o fortalecimento de demandas e governos reacionários com a vitória de candidatos conservadores nas eleições presidenciais e a promoção de estratégias parlamentares como impeachment ou mobilização pela renúncia de presidentes eleitos (Quiroga & Castillo, 2020). Notamos, assim, a emergência de uma nova hegemonia, a qual se constituiu e tem se sedimentado através da negação da expansão dos direitos democráticos alcançados em governos anteriores, o fortalecimento de políticas neoliberais e a disseminação de discursos ultraconservadores, tais como as “políticas antigênero” ou “ideologia de gênero.

¹¹⁹ COSTA, Maria da Graça. Doutora em Psicologia, pós-doutoranda no PPG em Psicologia da UFRN (PNPD/CAPES).

¹²⁰ MENDONÇA, Wanessa. Graduada em Psicologia na UFRN, bolsista de iniciação científica (PIBIC/CAPES).

¹²¹ Dantas, Candida Maria. Doutora em Psicologia, Professora do PPG em Psicologia da UFRN.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Essas manifestações têm como agendas a mobilização antiaborto e pró-vida, contra educação sexual, contra o casamento entre pessoas Lgbt+, e envolvem uma miríade de grupos distintos, tais como grupos ligados à igreja católica, neopentecostal, neonazistas, grandes empresários e políticos ultraconservadores (Correa & Parker, 2019). Sonia Correa e Richard Parker (2021) argumentam que as políticas antigênero não se resumem a promover leis e políticas retrógradas em relação a gênero, sexualidade e de aborto, mas que o investimento feito na preservação ou restauração de ordens sexuais e de gênero - profundamente racializadas e desiguais - está no coração da erosão democrática e da guinada à direita que varrem a região. Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar os avanços e retrocessos em relação às políticas de gênero e sexualidade a partir da dinâmica política das ondas “progressista” e “conservadora” no contexto de três países sul-americanos: Brasil, Paraguai e Bolívia.

Tais países foram elegidos para o estudo por terem sofrido, em suas histórias recentes, golpes parlamentares - ainda que legitimados pelo Legislativo e pelo Judiciário dos respectivos países - contra presidentes da República que representavam a onda progressista na América do Sul.

Com isso, buscamos compreender como as dinâmicas entre as “ondas “progressista e “conservadora” no Brasil, no Paraguai e na Bolívia impactam nas políticas de gênero e sexualidade, considerando as disputas entre as demandas de movimentos de mulheres, feministas e LGBTs e atores “conservadores”.

O trabalho se insere no eixo Manifestações coletivas e movimentos sociais, pois debate o contexto histórico contemporâneo referente à construção da democracia e a processos de desdemocratização em articulação com as pautas de defesa de direitos especialmente de mulheres e pessoas LGBT+.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Método

Metodologicamente, partimos de um levantamento das produções científicas sobre as dinâmicas políticas em torno das questões de gênero e sexualidade nos três países. Realizamos coletas na base de dados Periódico Capes, utilizando como critérios de inclusão artigos que tratam sobre a manutenção da ordem ou mudança da ordem social em termos das políticas de gênero e sexualidade (expressão de de atores e demandas hegemônicas e antagônicas), a partir da segunda metade do século XX.

1) Inicialmente, pesquisamos o descritor-país + descritor-eixo em qualquer campo; 2) Quando o resultado fosse acima de cem, restringimos o descritor-eixo ao título. Quando o resultado fosse abaixo de cem e acima de vinte, fez-se a coleta. Quando o resultado for abaixo de vinte e acima de cinco, coletou-se o que foi encontrado e fez-se uma segunda busca invertendo os filtros: descritor-país (título) e descritor-eixo (qualquer campo). 3) Nos casos em que, mesmo filtrando um dos descritores pelo título, ainda encontrou-se mais de cem resultados, aplicou-se o filtro do título nos dois descritores (país e eixo); 4) Quando algumas combinações apresentaram poucos resultados após a filtragem dos dois descritores utilizou-se um terceiro descritor e filtro: o descritor “política” contido no assunto. Desse modo, a busca seguiu da seguinte forma: descritor-país (qualquer campo), descritor-eixo (qualquer campo) e política (assunto); 5) Quando, mesmo assim, os resultados mantiveram-se acima de cem, seguiu-se o fundamento anterior, porém com a adição do terceiro descritor.

Assim, considerando tais critérios, os seguintes descritores-eixo foram adotados: “gênero”, “mulheres”, “feminismo” e “lgbt*”. Os filtros adotados para as buscas foram de artigos revisados entre pares nos idiomas espanhol e português.

Após a seleção, foi iniciada a etapa da leitura crítica e interpretativa dos artigos selecionados. O roteiro de leitura elaborado consistiu na categorização de trechos dos artigos nas categorias: a) antagonismos (constitui nas disputas e alianças entre atores políticos); b) demandas (reivindicações e insatisfações em determinado contexto político); c) hegemonia (sedimentação ou desconstrução de uma determinada ordem social). Todo esse processo de categorização foi construído com o auxílio do software



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

de análise qualitativa NVivo. A partir das três principais categorias citadas, foi possível estruturar no software ramificações que as aprofundassem e interligassem todo o quantitativo de artigos selecionados.

A pesquisa fundamenta-se na Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e por Chantal Mouffe, a qual propõe compreendermos a dinâmica política a partir de uma perspectiva discursiva da realidade. O que significa que as práticas sociais são concebidas como práticas discursivas, no sentido que são construídas através de disputas simbólicas pelo modo de organização da sociedade, sendo as relações de poder e a sedimentação da ordem social não determinadas por fundamentos apriorísticos, mas estabelecidas de maneira contingente a partir daquelas disputas.

Resultados e discussões

Os resultados e análises consideram marcos históricos depois do fim do período ditatorial nos três países, sendo na Bolívia a partir de 1997, ano do conflito da água e do gás, no Paraguai a partir do Março Paraguai, em 1999, e no Brasil a partir da Carta ao Povo, de 2002.

No caso do Brasil, ao todo, foram levantados 333 artigos, foi realizada uma primeira seleção de 99 artigos que passaram por um processo de classificação de relevância com o intuito de privilegiar a leitura integral daqueles que melhor ajudariam no alcance aos objetivos pretendidos nesta investigação. A partir disso, foram selecionados para leitura e análise, 50 artigos. No caso do Paraguai após o primeiro processo - O qual resultou na coleta de 232 artigos revisados por pares -, iniciou-se uma seleção a partir da leitura de título e resumo dos textos coletados, baseada nos critérios citados anteriormente, sendo selecionados 35 textos assim como está indicado no quadro anexado ao relatório. No caso da Bolívia após as buscas, foram encontrados e lidos títulos e resumos de 175 artigos, onde foram selecionados 36 para análise.

Através da leitura e sistematização dos textos encontrados foi possível constatar similaridades e diferenças entre as movimentações políticas nos países pesquisados. Identificamos que, a despeito dos inegáveis progressos realizados pelos governos progressistas em seus respectivos países em relação ao atendimento de algumas



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

demandas dos movimentos feministas e LGBT+, tais avanços não se instituem como políticas de Estado ou garantias jurídicas. Assim, pode-se dizer que os Direitos Humanos, nos contextos analisados, aparecem como moedas de troca que são utilizadas e invisibilizadas em cenários de maior instabilidade política, que acarretam em perda de direitos sociais para as mulheres e população LGTB+.

Percebemos que tanto no Brasil quanto no Paraguai, existe um forte antagonismo em torno das políticas de gênero, sendo a onda progressista barrada nesses países através de golpes parlamentares na segunda metade do século XXI o que culminou com a chegada ao poder de chefes de Estado que assumiam posição contrária a “ideologia de gênero”. A disseminação de grupos pró-vida de cunho fundamentalista católico, no caso do Paraguai, e neopentecostal, no caso do Brasil, que surgem desde os anos noventa em ambos os países, se articulam a outros atores políticos como candidatos de ultra direita que defendem demandas conversadoras como “defesa da família tradicional”, aliados a agenda econômica neoliberal, e que ganham força em torno da pauta “antigenero” e “em defesa das crianças” que pode ser entendida como um significante vazio em torno do qual uma cadeia de demandas vai se estabelecer.

Um exemplo desse processo pode ser visto no caso brasileiro a partir da articulação de bancadas conservadoras no Congresso Nacional junto a movimentos que arregimentaram demandas conversadoras diversas ao Programa Escola Sem Homofobia, promovido pelo Governo Federal em 2010. Essa articulação mobilizou a construção de propostas como o projeto “Escola Sem Partido” e contribuiu para a emergência do então deputado Jair Bolsonaro como figura importante no cenário político do país. Esse debate ajudou a fomentar a campanha contra o governo da presidenta Dilma Rousseff. Com a ameaça do processo de Impeachment, o governo passou a fazer concessões à ala liberal aliada, o que acabou por não conter a crise política. O golpe parlamentar impetrado contra a presidenta Dilma, foi realizado em meio a um cenário de crise institucional, a partir da mobilização de demandas conservadoras e o fortalecimento da bancada de direita e extrema direita no congresso.

Outro exemplo é o debate sobre Marco Reitor Pedagógico para a Educação Integral de



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Sexualidade (MRPEIS) no Paraguai, projeto do governo federal barrado por movimentos “pró-vida e família” que atacaram o MRPEIS quando foi proposto, indagando que esse projeto iria fomentar a “ideologia de gênero” nas escolas, corrompendo as crianças (García & González, 2018). O projeto era uma tentativa de trazer para a educação básica a educação sexual, importantíssima para o combate às violências sexuais, tendo sido defendido pelas organizações de direitos humanos, direitos das crianças e do adolescente e por associações profissionais de medicina e psicologia (García & González, 2018).

Na Bolívia, as demandas encontradas giram em torno da participação política das mulheres, lei de paridade de gênero e a disputa entre essas mulheres sobre o que seria a descolonização dos feminismos. . Com a Ley de Convocatoria al Referéndum de Autonomías, aprovada em 2006, que previa uma cota mínima de mulheres nas listas de candidatos de 40% e com a presença de 86 mulheres entre 255 membros na Assembleia Constituinte convocada em 2006 eram maiores as possibilidades de inserção de demandas específicas das mulheres em comissões diferentes da Assembleia. É possível demarcar a atuação protagonista da Federación de Mujeres Campesinas de Bolivia ‘Bartolina Sisa’, organização de mulheres campesinas. Destaca-se também às movimentações da Coordinadora de la Mujer, a Articulación de Mujeres por la Equidad y la Igualdad (AMUPEI), Plataforma de la Mujer, Foro Político Nacional de Mujeres, Red de Trabajadores/as de la Información y Comunicación (Red-ADA) na conquista da presença de mais mulheres no espaço político.

Considerações finais

Tendo em vista os resultados encontrados, apontamos para a centralidade dos debates sobre aborto, ideologia de gênero e proteção da família tradicional e seus valores morais cristãos, principalmente no Brasil e no Paraguai, já na Bolívia encontramos um ponto divergente com discussões mais voltadas às demandas das mulheres indígenas. Embora encontremos resultados nas pesquisas sobre movimentos de gênero e sexualidade ainda é muito escasso os estudos sobre LGBTQ+ em países como Bolívia e Paraguai, não sendo satisfatório para uma sistematização mais aprofundada sobre o assunto, explicitando a necessidade de maior produção acadêmica sobre o tópico.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Palavras-chave: ideologia de gênero; feminismo; psicologia política; análise de discurso; América Latina.

Referências Bibliográficas

Corrêa, S. & Parker, R (2021). Prefácio. In Sonia Corrêa (Ed.). Políticas antigênero na América Latina : resumos dos estudos de casos nacionais. Rio de Janeiro: ABIA.

De la Peña García, A., & Páez González, C. (2018). El discurso sobre género en la página de Facebook del Movimiento Pro Vida y Pro Familia en Paraguay. Chasqui: Revista Latinoamericana De Comunicación, (139), 229-243.

Girardon dos Santos, D., & Birck Schubert, F. (2021). A atuação das Bartolinas Sisas no processo constituinte da Bolívia: Um olhar pela perspectiva do Feminismo Descolonial. *Opinião Jurídica*, 20(43), 189-214.

Silva, Erineusa Maria, et al. "A 'Ideologia De Gênero' e a 'Escola Sem Partido': Faces De Uma Mesma Moeda Em Ações Políticas Conservadoras No Brasil e No Espírito Santo." *Revista Inter Ação*, vol. 43, no. 3, 2019, pp. 615–631., <https://doi.org/10.5216/ia.v43i3.48847>.

Quiroga, M. V. & Castillo, L. C. J. (2020). Políticas sociales y nuevos gobiernos en Argentina y Brasil: un balance a partir de los programas Asignación Universal por Hijo y Bolsa Família. *Polis*, 19 (55), 282-308.



**A Escola de Conselhos de Pernambuco e a formação
continuada para os conselheiros tutelares: Os caminhos para
uma educação em direitos humanos de qualidade como
política pública na área das infâncias**

*La escuela del Concejo de Pernambuco y la formación continua de
consejeros tutelares: Caminos hacia una educación de calidad en
derechos humanos como política pública en el ámbito de la niñez
He Pernambuco Council School and continuing training for guardian
counselors: Paths to quality human rights education as a public
policy in the area of childhood*

NÓBREGA, Geraldo de Azevedo¹²²

FERNADES, Raquel de Aragão Uchôa¹²³

Historicamente as infâncias no Brasil foram desprotegidas até a promulgação da Constituição de 1988. O Estado brasileiro foi omissivo em proteger e assegurar serviços públicos necessários ao público infantil, principalmente para as crianças negras, indígenas, pobres e de periferias.

Deste modo, as verdadeiras mudanças de impacto para as infâncias se deram apenas a partir da Constituição Federal de 1988. Pois, importa dizer que foi então nesse período que o povo brasileiro concedeu a crianças e adolescentes o que lhes foi negado desde o período das caravelas portuguesas (SÊDA, 2007).

¹²² Geraldo de Azevedo Nóbrega - Mestrando associado do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco

¹²³ Raquel Uchoa de Aragão Fernandes – Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Assegurar direitos de criança e do adolescente no Brasil não nunca foi uma tarefa fácil. Pertinente às infâncias, existiu na década de 1980 uma disputa dentro da Assembleia Nacional Constituinte e dentro do processo legislativo seguinte. Duelando em forças opostas, de um lado estava o grupo que lutava por mudanças na legislação infanto-juvenil e defendia a Doutrina da Proteção Integral, os “estatutistas¹²⁴”, e do outro, estavam os “menoristas¹²⁵” que defendiam a manutenção do código de menores e a Doutrina da Situação Irregular, regime vigente da época (SÊDA, 2007).

Com a vitória do grupo denominado estatutistas e da Doutrina da Proteção Integral, vieram então as conquistas consagradas na Constituição Federal-CF de 1988 (BRASIL, 2023), como o Art. 227, e logo em seguida, com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 2023), surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990).

Com Estatuto da Criança e do Adolescente¹²⁶, promulgado em 1990, o público infantil passou a gozar de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral.

Preconizado nas mudanças obtidas através da doutrina da Proteção Integral, com o ECA passou-se a responsabilizar não apenas a família e o Estado, mas também toda a sociedade na garantia e no cumprimento de obrigações elencadas nesse diploma legal.

Para se fazer cumprir com as premissas de Proteção Integral e de Prioridade Absoluta, diante de uma eventual ofensa ou omissão desses direitos, o ECA estabeleceu mecanismos próprios com a participação da sociedade de controle e de responsabilização não apenas para aos pais/responsáveis mas também para o Poder Público. Com isso, tornou-se imprescindível o surgimento no país de órgãos formados

¹²⁴ Os estatutistas defendiam uma grande mudança no código de menores de 1979, instituindo novos e amplos direitos às crianças e aos adolescentes, que passariam a ser sujeito de direitos e a contar com uma Política de Proteção Integral (Doutrina da Proteção Integral).

¹²⁵ Os menoristas defendiam a manutenção do Código de Menores, que se propunha a regulamentar a situação dos “menores” que estivessem em situação irregular (Doutrina da Situação Irregular).

¹²⁶ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

por representantes da população com o encargo de zelar e garantir esses direitos conquistados através do empenho da própria sociedade.

Pois, significativo torna-se a dizer, que, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil viu surgir os Conselhos Tutelares, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e de adolescentes previstos ECA e outras leis relacionadas.

Os Conselhos Tutelares foram pensados pelo legislador como órgão de Estado com a finalidade de assegurar para as crianças e adolescentes os direitos que sempre lhes foram negados, principalmente para as infâncias mais esquecidas e ignoradas pela sociedade e pelo Poder Público.

Importante considerar nesse contexto a importância que tem o membro do Conselho Tutelar, uma vez que o Conselheiro ou a Conselheira Tutelar deve ser morador da própria municipalidade/territorialidade que atua o órgão, como o exigido em lei, pois, fica assim assegurado o princípio da democracia participativa. Além disso, o conselheiro ou a conselheira tutelar é autoridade pública e constitui serviço público relevante, dotado de presunção de idoneidade e atuação destacável em sua cidade.

Dessa forma, por se tratar essa atividade do Conselheiro/a Tutelar bastante complexa e dinâmica, e que envolve várias áreas do conhecimento relacionado às infâncias, necessário se faz para esse agente uma formação inicial e continuada em direitos humanos durante o exercício do mandato.

Em outras palavras, compreendendo o disposto acima e, tendo em vista que a atividade pública possui relação com diversos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente-SGD (NEPONUCENO, 1999) e diversas infâncias (FROTA, 2007), a atividade pública do conselheiro e da conselheira tutelar exige uma abordagem transdisciplinar e transcultural (GALVANI, 2002) de entendimento com várias questões voltadas aos direitos humanos de crianças e adolescentes nas suas mais variadas questões de subjetividades identitárias e culturais (FERNANDES & MIRANDA, 2011).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Ainda mais, diante dos efeitos provocados por um governo federal conservador, eleito em 2018, e de uma frente neopentecostal que tem promovido uma ocupação não só dos conselhos tutelares, mas também em outros órgãos e instituições públicas e privadas.

Em tempos recentes, pessoas ligadas às igrejas neopentecostais têm se insurgido nos Conselhos Tutelares e defendido pautas conservadoras e fundamentalistas, que por sua vez contrastam com as conquistas obtidas na Carta Constituinte de 1988 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Isto posto, diante da reconstrução do Estado de direito e de uma repactuação de conceitos republicanos, necessário se faz a garantia de uma formação continuada permanente em direitos humanos adequada para a atuação do órgão conselho tutelar.

Diante do quadro acima, O problema central se volta para uma análise dos impactos na educação em direitos humanos no universo das infâncias e principalmente na atuação dos Conselheiros/as Tutelares em tempos de ampla repercussão de idéias conservadoras e neopentecostais, o que ganha maior força nos conselhos tutelares nestes últimos quatro anos. Pressuposto a isso, é possível através de uma formação continuada em direitos humanos através de programas como o da Escola de Conselhos de Pernambuco promover uma melhor capacitação para o trabalho para os membros dos Conselhos Tutelares e assim assegurar um atendimento digno por parte deste mesmo órgão?

Diante da laicidade¹²⁷ do Estado e por ser o Conselho Tutelar oriundo do princípio da participação democrática, deveria o órgão não permitir quaisquer influências ou

¹²⁷ O artigo 19, I, da CF/88 veda aos Estados, Municípios, à União e ao Distrito Federal o estabelecimento de cultos religiosos ou igrejas, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

interferência religiosa que venham a ferir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes previstos na Carta Magna e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

De fato, em contraponto a essa onda conservadora e neopentecostal, destaca-se a experiência da Escola de Conselhos de Pernambuco, como programa da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE.

Portanto, a hipótese principal assume o condão que para que seja assegurado direitos da população infanto-juvenil, enquanto problema para esta pesquisa, nos voltamos para a reflexão sobre os desafios frente à importância e necessidade de se garantir uma educação pública e de qualidade para os conselheiros e conselheiras tutelares e como o programa Escola de Conselhos de Pernambuco pode ser uma ferramenta útil na reorganização das políticas públicas para as infâncias.

Considere-se, complementando a hipótese, o processo de surgimento e evolução do Programa Escola de Conselhos de Pernambuco como uma Política Pública para as Infâncias, dialogando com as premissas de participação democrática nas deliberações e controle dessa Educação Pública para o trabalho.

Consubstanciado dessa forma, norteia-se o objetivo geral da presente pesquisa em compreender o impacto da educação continuada em direitos humanos, dos/as conselheiros/as tutelares, no enfrentamento às idéias conservadoras e neopentecostais, o que ganha maior força nos últimos quatro anos, considerando o papel de zelo e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, estabelecendo um estudo de caso no estado de Pernambuco e na atuação da Escola de Conselho como Programa da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A perspectiva com este estudo é a de ampliar o campo de debates sobre educação em direitos humanos a partir de uma perspectiva transdisciplinar e transcultural (SIMÕES & MIRANDA, 2022), buscando, assim, a partir da participação dos movimentos sociais e das organizações representativas da população, compreender as pautas, desafios e proposições que têm sido apontadas como matéria para a educação para o trabalho.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Já os objetivos específicos estão voltados em: historicizar o surgimento e evolução do órgão conselho tutelar frente aos seus avanços e desafios postos diante da recente ameaça conservadora e neopentecostal; discutir a formação continuada dos conselheiros e conselheiras tutelares no país como uma política pública na área das infâncias; e, pesquisar o Programa Escola de Conselhos de Pernambuco em seus 15 anos de existência e seus impactos positivos na formação dos conselheiros e conselheiras tutelares no estado, retratando como diagnóstico o perfil desses educandos no referido estado nos últimos quatro anos e início de 2024, com a posse dos recém empossados através do Processo de Escolha com data unificada em realização neste ano de 2023.

Palavras-chave: conselho tutelar; escola de conselhos; educação em direitos humanos; onda conservadora e neopentecostal; formação continuada; Escola de Conselhos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

_____. Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

ARROYO, M. G. PEDAGOGIAS EM MOVIMENTO – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

ARROYO, M. G. Outros sujeitos, Outras Pedagogias. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. Revista Digital de Direito Administrativo, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.

FERNADES, Raquel de Aragão Uchôa. Os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: reflexões sobre família, infância e comunidade. In: MIRANDA, Humberto. Estatuto da Criança e do Adolescente: conquistas e desafios. Recife: UFPE, 2011. p. 125-137



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

FORMOSINHO, João. Dilemas e tensões da atuação da universidade frente à formação de profissionais de desenvolvimento humano. In: PIMENTA, Selma Garrido; ALMEIDA, Maria Isabel de. *Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 128-155.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, ano 7, n. 1, p. 144-157, 1º semestre de 2007.

GALVANI, P. *Educação e transdisciplinaridade, II / coordenação executiva do CETRANS*. – São Paulo: TRIOM, 2002, p. 93-122.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

_____. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16 n. 47. maio-ago. 2011.

NEPONUCENO, Valéria, *Sistema de Garantia de Direitos*. Edson Araújo Cabral (orgs). Recife: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social-CENDHEC, 1999.

NICOLESCU, B. *Educação e transdisciplinaridade, II / coordenação executiva do CETRANS*. – São Paulo : TRIOM, 2002, p. 45-72.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Possibilidades da política: Ideias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

RANDOM, M. *Educação e transdisciplinaridade, II / coordenação executiva do CETRANS*. – São Paulo : TRIOM, 2002, p. 27-44.

SAVIANI, Dermeval. *As teorias da educação e o problema da marginalidade na América Latina*. *Cad. Pesq.*, São Paulo (42): 8-18, ago. 1982.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SÊDA, Edson. *A Criança, o Índio, a Cidadania: Estatuto da Criança e do Adolescente comentado para cidadãos das comunidades urbanas, rurais e indígenas*. Rio de Janeiro: ed. Adês, 2007.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

SIMÕES, P., & MIRANDA, H. (2022). Interdisciplinaridade e estudos das infâncias: desafios na contemporaneidade. *Desafios - Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins*, 9(2), 117–128. <https://doi.org/10.20873/uftv9-9334>.



**Entre mães, filhos e moradia: a luta de mães com filhos
autistas para conquistar a moradia**

*Entre madres, hijos y vivienda: la lucha de las madres con hijos
autistas por conseguir una vivienda*

*Between mothers, children and housing: the struggle of mothers
with autistic children to win housing*

Lucas Paes do Amaral¹²⁸

Paulo André Cavalcanti de Albuquerque Nunes¹²⁹

Virna Queiroz Oliveira¹³⁰

Resumo

Os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na promoção do conhecimento, empoderamento e reivindicação de direitos das populações com deficiência, transcendendo questões tangíveis. Constituem uma mudança gradual e profunda no tecido social, onde vozes que outrora eram relegadas ao segundo plano começam a assumir posições de destaque e a desafiar as estruturas tradicionais de poder. A metodologia adotada neste trabalho foi a descritiva, utilizada para analisar e descrever a situação das crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista (TEA) na ocupação Jardim Monte Verde, em Piedade, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. Essa ocupação abriga 34 crianças e adolescentes com autismo e reflete o descaso do poder público, ressaltando a importância crítica da moradia, um direito fundamental garantido pela Constituição de 1988, mas que ainda é efetivado de forma inconsistente no contexto atual. Um exemplo marcante é a situação das mães e pais que têm filhos com autismo e enfrentam a difícil escolha entre pagar o aluguel ou adquirir

¹²⁸ Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE).

¹²⁹ Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE).

¹³⁰ Pesquisadora integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF)



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

os caros medicamentos para seus filhos, especialmente quando não são beneficiários de programas assistenciais. A luta travada vai além da habitação, visa à preservação da vida humana, proporcionando a essas crianças e adolescentes a oportunidade de ter um lar. Apesar dos desafios, a determinação dessas mães para não deixar essa luta esmorecer permanece evidente, representando a perseverança em busca de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Introdução

Os movimentos sociais são manifestações coletivas que frequentemente emergem em resposta a questões sociais, políticas ou econômicas, por vezes associados erroneamente a demandas imediatas, como a busca por mudanças de políticas ou reformas específicas. No entanto, eles desempenham um papel muito mais abrangente e profundo na sociedade. Não se limitam meramente a reivindicações imediatas, mas desempenham também função crucial na moldagem de ideias e valores que, com o decurso do tempo, adquirem maior clareza e profundidade. Processos que culminam na promoção da conscientização e no desenvolvimento de uma consciência crítica em relação às injustiças e desigualdades existentes na sociedade.

A atuação desses movimentos não se restringe à busca de soluções práticas, eles também desempenham um papel vital na introdução de novos valores sociais, que muitas vezes desafiam as normas estabelecidas e questionam os paradigmas vigentes. Esses valores não apenas contribuem para a formação de identidades coletivas, mas também estimulam reflexões profundas relacionadas à dignidade da pessoa humana, que é um dos fundamentos da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 1º, inciso III (BRASIL, 1988). À medida que as noções preexistentes são desafiadas e novas perspectivas são consideradas, a sociedade é levada a reavaliar seu entendimento sobre a dignidade, os sentidos de justiça e as possibilidades de aprimoramento, vejamos:

as concepções dos Novos Movimentos Sociais, [...] começou a ganhar ressonância nacional e internacional com ênfase na reação ao sistema vigente, na luta por direitos políticos e sociais, e pela conquista de igualdade de direitos em relação aos demais cidadãos nacionais; além de defenderem o direito à diferença cultural, que é peculiar à sua sobrevivência. (BICALHO, 2022, p. 15)



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

O pensamento de Bicalho, ratifica o raciocínio trazido acima, quanto a um conceito de movimentos sociais ou novos movimentos sociais destacando a luta e reação ao status quo. Para promover um empoderamento genuíno da população com diversas deficiências, é imprescindível adotar uma abordagem abrangente e aprofundada, que vá além do simples reconhecimento superficial de suas existências. Conforme Grando (2000, p. 85) observa, trata-se da "possibilidade histórica da criação de uma nova cultura que passa pelo reconhecimento da própria história do povo e de sua diversidade cultural expressa na ação pedagógica".

Nesse contexto, a disseminação de conhecimentos relevantes desempenha um papel crucial, pois através da educação e da difusão de informações precisas e contextuais, é possível quebrar as barreiras de desinformação e do preconceito, que frequentemente cercam a realidade das pessoas com deficiência. Ao compreender a profundidade de suas problemáticas, saberes e contribuições, a sociedade pode evoluir e conseqüentemente desenvolver maneiras mais genuínas e respeitosas de tratar essas pessoas.

Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominados de educação não formal. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos.

O processo de empoderamento não se limita à esfera individual; ele reverbera de forma abrangente na estrutura social, catalisando uma transformação significativa nas dinâmicas de poder e influência. À medida que as vozes outrora silenciadas e marginalizadas ganham visibilidade e reconhecimento, os fundamentos da sociedade sofrem uma profunda metamorfose. Essa evolução, contudo, não se restringe apenas à esfera cultural, mas abarca implicações sociais e políticas mais amplas. A amplificação da influência das pessoas com deficiência assume um papel crucial ao infundir uma



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

diversidade rica de perspectivas nas tomadas de decisão, culminando em políticas mais inclusivas e equitativas.

Nesse contexto, torna-se claro que empoderar a população com deficiência ultrapassa a mera busca por justiça social; é também um mecanismo para enriquecer a sociedade como um todo. Ao adotar uma abordagem abrangente, que compreende desde a disseminação de conhecimentos pertinentes até a promoção da reivindicação de direitos historicamente negligenciados, estamos não apenas fomentando a inclusão social, mas também instigando uma reconfiguração profunda das estruturas sociais e das relações de poder. O resultado desse processo é a construção de uma sociedade mais equitativa, diversificada e progressista, onde as vozes transcendem a mera audição e são, de fato, valorizadas e respeitadas em sua plenitude.

Como afirmou Gohn (2011, p. 333), "ao empoderar [...] não estamos apenas promovendo justiça e equidade, mas também estamos contribuindo para um enriquecimento coletivo da sociedade". Essa ideia enfatiza o fato de que a transformação das realidades de pessoas com deficiência reverbera além de suas próprias comunidades, impactando o tecido social de maneira em sua integralidade. A abertura de espaço para o protagonismo de pessoas com deficiência resulta em um cenário mais aberto e diversificado, que, por sua vez, leva a tomadas de decisão mais representativas e políticas mais orientadas para o bem comum.

Não trata-se de um mero ato de justiça social, mas um caminho para aprimorar a sociedade em sua totalidade. Ao adotar uma abordagem inclusiva, ao espalhar conhecimentos relevantes e ao apoiar a reivindicação de direitos, estamos remodelando estruturas sociais e mecanismos de poder. A consequência desse esforço é uma sociedade mais justa, harmoniosa e humanizada, onde a diversidade cultural é celebrada e as vozes de pessoas com deficiência passam a desempenhar um papel vital na construção de um futuro mais igualitário e promissor.

Este redesenho do cenário de debate público não apenas concede maior visibilidade às pessoas com deficiência, mas também funciona como um agente promotor de uma reviravolta nas percepções e atitudes para com suas culturas e identidades. À medida



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

que as vozes se tornam mais proeminentes, as barreiras que limitavam o entendimento mútuo são erodidas, permitindo que a sociedade alcance uma apreciação mais profunda e autêntica das culturas e valores das pessoas com deficiência, em que a “[...] luta social [...] se caracteriza por diferentes aspectos que se sobrepõem à motivação meramente econômica: luta por direitos iguais, diferenciados e coletivos, entre outros.” (BICALHO, 2022, p. 13).

O protagonismo de pessoas com deficiência desencadeia uma série de mudanças interligadas que permeiam os recônditos da sociedade. Essa atitude ousada de desafiar o status quo não só fomenta a conscientização, mas também alimenta uma transformação de mentalidade, que por sua vez impulsiona um diálogo mais inclusivo e respeitoso. À medida que o debate público é redesenhado, a visão limitada e distorcida é substituída por uma compreensão mais profunda, apreciativa e humana das ricas contribuições das pessoas com deficiência para a sociedade brasileira. Sendo assim:

compreender as relações culturais entre uma determinada cultura [...] não se limita a estabelecer relações entre culturas distintas, mas perceber as desigualdades e os conflitos existentes nas manifestações simbólicas das classes que compõem a sociedade brasileira. (GRANDO, 2000, p. 85)

Nesse contexto, o papel dos movimentos sociais na promoção do conhecimento, empoderamento e reivindicação de direitos das populações com deficiência transcende questões tangíveis. Constituindo uma mudança gradual e profunda no tecido social, no qual vozes que antes eram relegadas a segundo plano ou mesmo invisibilizadas começam a assumir posições de destaque e a desafiar as estruturas tradicionais de poder.

Metodologia

A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho foi a descritiva. Ela se baseou na análise e descrição da situação das mães de crianças e adolescentes com síndrome do espectro autista residentes da ocupação Jardim Monte Verde, localizada em Piedade, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco.

O processo seguiu uma abordagem construtivista, que estimula o desenvolvimento de elementos cognitivos e promove um ambiente de debates e reflexões horizontais. A



pesquisa descritiva, conforme definida por Gil (2008), busca descrever características de grupos ou fenômenos, e essa abordagem se mostrou adequada para o escopo deste estudo.

O trabalho foi dividido em três partes distintas. A primeira consistiu em levantamento bibliográfico que abordou questões relacionadas às pessoas com deficiência, bem como o papel dos movimentos sociais, etapa que forneceu a base teórica para compreensão do contexto em que a ocupação Jardim Monte Verde está inserida.

Na segunda parte, o foco do estudo se voltou especificamente para a ocupação Jardim Monte Verde. Destacou-se o ambiente estabelecido pelo movimento na ocupação, que não se limitava apenas à busca por moradia, mas também incluía interesses, como: protagonismo das crianças e adolescentes com síndrome do espectro autista. Seção que também examinou o papel desempenhado pelo MLTT na promoção de direitos e no apoio às famílias.

Na terceira parte do estudo foi aplicada a Teoria da Análise de Conteúdo, seguindo a abordagem de Bardin (1977), para realizar a análise dos dados e dos entrelaçamentos cognitivos e perceptivos encontrados ao longo deste estudo.

Resultados

A importância desse estudo reside na compreensão da atuação do Movimento de Luta por Teto, Terra e Trabalho (MLTT) em prol das famílias que enfrentam dificuldades, em particular aquelas que têm crianças e adolescentes com autismo e residem em ocupações, com um olhar em especial para a figura da mulher em seu papel de mãe de crianças atípicas, analisando os desafios diários que elas enfrentam pelo simples de fato de serem mulheres, com o agravante de não terem um teto para morar e de uma maternidade que necessita de atenção e cuidados redobrados, como é o caso da ocupação Jardim Monte Verde, que abrigava 34 crianças e adolescentes com autismo.

Nesse sentido, as mulheres que enfrentam e lutam pela moradia, lutam pela sua dignidade. A mãe de filho atípico tem essa luta redobrada pela assistência com a saúde



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

dos seus filhos e a busca de um teto para resguardar o direito à dignidade de ambos. De fato, é preciso, contudo, um olhar voltado para esse tema da maternidade em situação de vulnerabilidade social, esse tema vem sendo negligenciado tanto na literatura como em políticas públicas. Se faz necessário considerar outras formas de posse, como aluguel, concessões e ocupações informais, pois seria esse um fator que reduziria as violências, trazendo equidade para aqueles menos favorecidos, trazendo e respeitando o direito humano fundamental à moradia, facilitando assim, a discussão mais profunda em relação aos contextos em que o direito social e humano à moradia não está necessariamente atrelado ao direito de propriedade privada.

O exemplo dessa ocupação e a persistência do MLTT demonstram como a busca por mudanças e pelos direitos básicos muitas vezes é mal compreendida e rotulada, como ações de "vândalos" ou "desocupados". No entanto, essas pessoas têm vivências diversas e complexas, e essa luta representa mais do que uma simples reivindicação por moradia. Ela é uma transformação na consciência humana, na medida em que outros começam a entender a importância dessa luta. Isso ajuda a disseminar o entendimento sobre a necessidade de lutar pelos interesses uns dos outros e a criar um novo olhar sobre as dificuldades enfrentadas pelos outros.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Direito à moradia; Transtorno do espectro autista; Empoderamento.

Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. LISBOA: Edições 70, 1977.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Movimentos sociais e movimento indígena – etnia e classe social: caminhos que cruzam, mas não se confundem**. Revista Transversos. Rio de Janeiro, n. 25, ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

GRANDO, Beleni Salete. **Movimentos Indígenas do Brasil: a cultura autoritária e preconceituosa e a Educação Física.** Revista Motrivivência. Arlo XI, n-Q 14, Maio/2000.



**Disputando o discurso sobre mulheres com deficiência e sua
vivência na cidade**

*Cuestionando el discurso sobre las mujeres con discapacidad y su
experiencia en la ciudad*

*Disputing the discourse on disabilities women and their experience
in the city*

Gabriela Sousa Ribeiro, IFRJ¹³¹

É preciso possibilitar que a diversidade de corpos ocupe o espaço urbano e o dispute nos seus termos, de modo a significar o território. Território esse entendido como o espaço vivenciado pelas pessoas a partir de seus aspectos socioculturais, que lhes fazem sentirem-se convidadas a experiência e fruição do e no mesmo, nos termos de Santos (2009) e Haesbaert (2007). Haesbaert (2007) relaciona o conceito de território ao de identidade. Para ele, esses conceitos se conformam a partir da experiência, que é necessariamente social.

É importante lembrar, então, que o debate sobre identidade e cultura é também um debate em torno de disputa política. Quando falamos de território, identidade, cultura, gênero, diversidade, o embate político já se faz implícito pela constante luta entre forças verticais e horizontais (Santos, 2009) que se articulam no espaço. Para Lefebvre (2010), essa disputa política tem relação direta com o direito à cidade.

Fato é que esse processo ainda é negado à maioria da população brasileira, com destaque para a negação a qual as mulheres são submetidas. E quando focamos num grupo específico de mulheres, as mulheres com deficiência, o direito à cidade se mostra

¹³¹ Doutora em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora e pesquisadora do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Líder do Grupo de Pesquisa Território, Cultura e Identidade, certificado pelo IFRJ/CNPq.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

ainda mais negligenciado. Assim, esta pesquisa decorreu de inquietações acerca da produção do espaço urbano sobre a vida das mulheres e, principalmente, sobre a vida de mulheres com deficiência.

Onde estão as mulheres com deficiência na sociedade? Como a sociedade as enxerga? Como são as suas espacializações nas cidades? Ou melhor dizendo, as cidades possibilitam suas espacializações e vivências?

Nas últimas décadas, ainda a passos lentos, ocorrem movimentos paralelos, mas ainda não complementares, em que se começam a ser pesquisadas relações entre gênero e deficiência e abordagens entre gênero e urbanismo.

Conforme Magnabosco e Souza (2019), apenas na década de 1990, puxadas por mulheres com deficiência estudiosas de teorias feministas, o debate da interseccionalidade entre esses dois temas começa a ser traçado, resultando nos estudos feministas sobre as deficiências (feminist disability studies). As autoras colocam que tradicionalmente eram campos separados de pesquisa e teorização, tendo objetos e âmbitos distintos e bem definidos.

Em pesquisas anteriores (Ribeiro et al, 2020), foi possível perceber que a disputa pelo direito à cidade, nos termos de Lefebvre (2010), se dá também pelos discursos produzidos. Os discursos historicamente construídos acerca do corpo feminino e do corpo de pessoas com deficiência é o da opressão, da negação e de uma pretensa passividade.

Essa pesquisa se justifica pela necessidade de entender os discursos produzidos academicamente acerca das mulheres com deficiência e sua interação com a cidade. Este é o primeiro passo para contribuir na produção de discursos mais inclusivos e plurais. Discursos que potencializam ações. Ações que naturalizam a diversidade. Diversidade que compõe naturalmente a população humana e as cidades. A disputa em torno do direito à cidade se dá, fundamentalmente, a partir dos discursos produzidos. Ponderamos que as simbologizações, nos termos de White (2009), feitas pelas e sobre



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

as mulheres com deficiência sobre a ocupação dos espaços urbanos e sobre as relações socioculturais entre pessoas diversas e suas vivências nesses espaços orientam essas produções de discursos. Em igual sentido, Pereira,

Ferreira e Diniz (2020) discutem que é a cultura da normalidade que define quais corpos são ou não desejados e permitidos em determinado contexto.

Os discursos produzem saberes e o saber é poder, assim, ao desconsiderar as potencialidades dessas mulheres [com deficiência], algumas pesquisas acadêmicas contribuem para a cristalização dos estereótipos presentes em nossa sociedade, que ainda inferiorizam e distanciam os corpos desse grupo de mulheres (PEREIRA, FERREIRA, DINIZ, 2020, p. 18).

No nosso entendimento, esses dois temas não deveriam ser discutidos e analisados separadamente, visto que mais de 80% da população mundial vive em cidades. E, particularmente no caso brasileiro, há mais mulheres (51%) do que homens (49%) entre a população, conforme último Censo (IBGE, 2010). Pesquisa recente realizada pelo IBGE junto a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, revela que entre a população com algum tipo de deficiência, 10,5 milhões são mulheres (9,9%), frente a 6,7 milhões de homens (6,9%).

Diante o exposto, questionamos: quais abordagens estão sendo pesquisadas sobre a relação entre mulheres com deficiência e cidade?

Com o objetivo de identificar, por meio de pesquisas bibliográficas, as principais abordagens acerca da relação entre mulheres com deficiência e cidade para pautar discussões que contribuam para a melhoria da qualidade de vida no espaço urbano.

Para atingir os objetivos pretendidos, em consonância ao problema de pesquisa, realizamos pesquisas bibliográficas em artigos disponíveis no google acadêmico a respeito da confluência mulheres com deficiência e cidade. Os termos buscados foram: mulher com deficiência, mulher e deficiência, gênero e deficiência, feminino e deficiência, mulher com deficiência e cidade, deficiência e espaço urbano. A escolha pelo google acadêmico como a plataforma de busca das obras publicadas foi uma escolha política. O objetivo era entender o que estava publicado de maneira aberta e



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

gratuita à população em geral sobre o tema. Apesar de qualidade inquestionável de plataformas como o Periódicos CAPES, muitas das obras disponíveis no mesmo tem acesso restrito a universidades, institutos federais e demais centros de pesquisa. Também por ser uma pesquisa de iniciação científica, com curto período de vigência, de um ano, optamos por buscar apenas artigos acadêmicos, excluindo das busca monografias, dissertações e teses.

Após a pesquisa no google acadêmico, realizamos ainda buscas nos anais de congressos e eventos focados em design, ergonomia e arquitetura e urbanismo, buscando entender como os especialistas em áreas que focam a construção do espaço pautam as mulheres com deficiência na cidade.

O recorte temporal da pesquisa foi de 2015 a 2022, visto que, em 6 de julho de 2015, foi promulgada a Lei nº 13.146, de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, e amplamente defendido com um marco para as pessoas com deficiência.

Na primeira etapa da pesquisa bibliográfica, em periódicos em geral no Google Academico, foram encontrados 19 artigos, entre os quais, os principais temas discutidos foram: violencia e vulnerabilidades (5 artigos), inclusão e busca por direitos (5 artigos), maternidade e sexualidade (3 artigos), relação conceitual entre gênero e deficiência (2 artigos), educação (2 artigos), moda e estética (2 artigos).

Na busca em anais de congressos e eventos com foco em design, ergonomia, urbanismo e cultura, encontramos no Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humano-Tecnologia: Produtos, Informação, Ambiente Construído, Transporte 12 artigos; no Congresso Brasileiro de Ergonomia (ABERGO), somente 2 artigos, que tratavam de mulheres idosas; No Seminário Mulher, Cidade e Arquitetura, 3 artigos discutiam a relação da mulher com deficiência na cidade; e no Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – Enecult - achamos apenas 2 artigos que abordavam mulheres com deficiência e cultura.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Foi possível perceber que estudos que interseccionam mulheres e deficiência ainda são escassos e a lacuna se mostra ainda maior em relação a mulheres com deficiência e sua interação no espaço urbano. Há necessidade de mais pesquisas lhes dando o enfoque necessário, pois possuem necessidades e dificuldades singulares devido ao seu gênero e as reverberações dele no espaço urbano.

Ao mesmo tempo, as pesquisas encontradas apontam para um caminho dessa falta de disputa do discurso acerca das mulheres com deficiência. Não é a toa que a maioria das pesquisas encontradas nos periódicos acadêmicos são acerca de violência e vulnerabilidade contra a mulher com deficiência.

A cidade ainda é negada às mulheres por questões básicas de segurança, em que o simples ato de caminhar em suas ruas é marcado pelo medo da violência a seus corpos. O lugar do corpo feminino ainda é entendido como do espaço privado por uma sociedade estruturalmente machista e patriarcal. Assim como essa mesma sociedade, também capacitista, entende que os corpos com deficiência não devem ocupar o espaço público. Assim, a cidade é duplamente negada às mulheres com deficiência.

Ao mesmo tempo, o fato do quantitativo ser o mesmo de obras que discutem a busca por direitos e inclusão social nos mostra que o caminho está posto e é preciso buscar meios para potencializar essa disputa do discurso e suas reverberações positivas na vivência cidadina.

É preciso disputar o discurso sobre mulheres com deficiência e cidade, contribuindo para o incremento da vivência cidadina por mulheres com deficiência com respeito, pluralidade e justiça.

Palavras-chave: mulheres com deficiência; cidade; disputa do discurso.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Referências Bibliográficas

HAESBAERT, Rogério. “Identidade” e “território” enquanto simulacros discursivos. In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Identities e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques> Acesso em 03/06/22, às 13h21min.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: Centauro Editora, 2010.
MAGNABOSCO, M. B.; SOUZA, L. L. Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e56147, 2019.

PEREIRA, A. R.; FERREIRA, C. M. R. J.; DINIZ, M. O corpo da mulher com deficiência intelectual nos discursos em pesquisas acadêmicas. **Revista Educação Especial**, v. 33, 2020.

RIBEIRO, G. S. et al, Cidade, cultura e acessibilidade: notas iniciais da relação entre cidades educadoras e direitos humanos. **Oikos: Família E Sociedade Em Debate**, 31(2), 359, 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

WHITE, L. A. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.



**Luta indígena e territorialidade: identidade como tática de
resistência e existência**

*Lucha indígena y territorialidad: identidad como táctica de
resistencia y existencia*

*Indigenous struggle and territoriality: identity as a tactic of resistance
and existence*

Helena Tuler Creston, PPGAU-UFBA¹³²

Itemização

O termo “tática” foi usado por Michel De Certeau (1998) em sua obra “A invenção do cotidiano” para indicar operações cotidianas de apropriação daquilo que é imposto por uma ordem econômica dominante – “maneiras de utilizar a ordem imposta pelo lugar”. Empregamos esse termo com semelhante entendimento: a apropriação de instrumentos do sistema como resistência a ele próprio. Esse olhar nos foi fundamental devido aos momentos pelos quais estamos vivendo na atualidade brasileira de grande descaso com a vida, de capturas e de restrição de direitos, embora agora em um momento em que volta a se acender uma fagulha de esperança.

O objetivo desse trabalho é evidenciar a luta pelo direito à terra, especialmente a luta de uma coletividade conformadora do território nacional: a luta indígena! Nesse sentido, inserimo-nos no eixo de manifestações coletivas, visto que buscaremos debater como se organiza esse movimento social no Brasil, diante de ataques constantes aos direitos desses povos, especialmente ao seu direito territorial, visto, aqui, como um direito à vida.

¹³² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

O texto que segue constitui um recorte e algumas atualizações feitas a partir da tese de doutorado defendida em outubro de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU-FAU-UFBA). É um trabalho permeado pelo tensionamento do conceito identidade no que se relaciona a disputas territoriais no Brasil, atravessado pelo pensar rizomático e pela teoria decolonial.

O rizoma entra guiando a tese e, mais especificamente, é usado no sentido de entender a identidade como “mero” reconhecimento na macropolítica, a partir de uma perspectiva não-essencialista. Estamos abordando, então, o reconhecimento de uma identidade coletiva que, no entanto, não é fixa, mas sim fluida, cambiante, atravessada por uma série de agenciamentos. Estamos também discorrendo, com Stuart Hall (2000), sobre a emergência de “políticas de identidade”, através das quais a identidade cultural coletiva, afirmada por movimentos sociais de grupos marginalizados, tornou-se importante fator de mobilização e voz política.

Com o decolonial, também acessamos outras possibilidades de um pensamento-prática libertador, na medida em que, na tese, nos apresentou um outro olhar para a compreensão de nossos pontos disparadores como resistências contra processos hegemônicos de domínio. Nos apresentou, ainda, o desejo do chamado “giro decolonial” em prol de uma diversidade epistêmica. Nos Andes, por exemplo, a “inter-culturalidade” é um conceito introduzido por intelectuais indígenas para reivindicar esses direitos epistêmicos – “um diálogo intenso que é o diálogo do futuro entre cosmologia não ocidental (aymara, afros, árabe-islâmicos, hindi, bambara, etc.) e ocidental (grego, latim, italiano, espanhol, alemão, inglês, português)” (MIGNOLO, 2008, p. 316).

Assim, através de um disparador que já ultrapassou os 10 anos do seu acontecimento, faremos um resgate histórico da luta indígena, que vem desde a colonização, até a colonialidade presente nos dias atuais, para enfatizar a urgência em se debater e juntarmos-nos a tais resistências.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Trazemos a carta pública escrita pelo povo Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi, no estado brasileiro do Mato Grosso do Sul, que foi entendida como um “anúncio” de resistência até a morte frente a um possível despejo de seus territórios ancestrais. Percebemos nessa carta um manifesto em relação ao quadro histórico de injustiças contra os indígenas no Brasil, além do descaso e da violência também históricos e ainda presentes contra os mesmos. A escolha desse caso, em específico, diante de tantos outros recorrentes em nosso país, deu-se por sua visibilidade, a partir de manifestações de solidariedade, em campanha intitulada “Somos todos Guarani Kaiowá”. Com sua repercussão na mídia, a voz indígena se expandiu e pressionou o Governo, que suspendeu a liminar de despejo. Uma tática, portanto, que gera afetos em outros grupos de lutas cotidianas pela existência.

Voltaremos à Constituição de 1988 como um marco legal que ampliou a participação de novos atores sociais, dentre eles os movimentos sociais e as organizações civis de marca étnica. Com isso, procuramos enfatizar a importância das categorias “indígena” e “quilombola”, que construíram nossa “identidade nacional”, tendo sido utilizadas na conquista de direitos jurídicos. A identidade assumida constitui também uma tática de luta dentro do sistema.

Na contramão, traremos também algumas tentativas de desmontes legais, tais como a PEC 215/2000, proposta de emenda constitucional de autoria do então deputado federal Almir Sá, do Partido Progressista Brasileiro de Roraima. De forma sintética, essa proposta pretendia transferir a competência de aprovar a demarcação de terras indígenas do Executivo para o Congresso Nacional e estipular a data da promulgação da Constituição Federal de 1988 como marco temporal para ocupações tradicionais.

Embora a proposta de emenda tenha sido arquivada em 31 de janeiro de 2023, o PL 490/2007 foi posteriormente aprovado na Câmara dos Deputados e segue para o Supremo Tribunal Federal. De forma semelhante, este projeto de lei também estabelece o “marco temporal” na disputa territorial indígena e transfere do Poder Executivo para o Legislativo a competência para realizar demarcações de terras indígenas, ou seja, as demarcações seriam feitas mediante aprovação de lei na Câmara dos Deputados e no



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Senado. O texto inicial tem como autoria Homero Alves, deputado do Partido Social Democrático do Mato Grosso. O PL 490/2007 tem sido extremamente combatido pelos movimentos sociais e seus representantes no executivo e legislativo, visto que nossa Constituição de 1988 coloca o direito à terra como um direito indígena originário, não devendo se restringir a tal marco temporal.

Diante dos três momentos de luta acima citados, lançaremos, por fim, algumas perspectivas para dialogar e criar tramas sobre como as contra-narrativas podem potencializar as próprias lutas indígenas, tanto na macropolítica como na micropolítica. A partir da pesquisa realizada, nos foi possível afirmar que há um sentido e uso político que parece se destinar a etnicidade, ou o que entendemos por identidade. Assim, inserimos como uma questão étnica a luta por direitos territoriais via identidade. Ou seja, o rosto indígena é assumido como tática na macropolítica. Como pronunciou Fausto Reinaga, aymara intelectual e ativista, nos anos 1960: “Danem-se, eu não sou um índio, sou um aymara. Mas você me fez um índio e como índio lutarei pela libertação” (REYNAGA apud MIGNOLO, 2008, p. 290). No contexto brasileiro, Ailton Krenak (2019) reforça essa perspectiva: “o enunciado de uma identidade significa reivindicar o Brasil de volta” (KRENAK et al., 2019, p. 25).

Nesse sentido, entendemos ser necessária a mediação entre identidades ou identificações como “designação exógena” – presente na Constituição brasileira de 1988, por exemplo – e a perspectiva da autoatribuição/ identificação enquanto partilha ativa (consciente) de valor, história, propósito, e (como observamos nos casos estudados) tática política de resistência.

Também é possível e importante entender os territórios indígenas enquanto resistências espacializadas – territórios que se dão, portanto, no nível político, social, cultural, e não só físico. Resistências também ao uso capitalista do território, através do uso comum e da coletividade. Resistências pela existência de modos de vida e cosmologias outras, pela possibilidade da diferença. Isso porque, como observa Suely Rolnik (2018) em seus estudos, embora a resistência se insurja na macropolítica, ela “não restringe o foco de sua luta a uma ampliação de igualdade de direitos [...] pois a expande



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

micropoliticamente para a afirmação de um outro direito que engloba todos os demais: o direito de existir ou, mais precisamente, o direito à vida em sua essência de potência criadora” (ROLNIK, 2018, p. 24).

Essa expansão micropolítica se dá nas diferenças observadas em formas de viver criadas e específicas de cada situação e território, ainda que dentro de uma política identitária unificadora. As resistências são potentes no fluxo da criação, com sua capacidade de promover afetos e estímulos. Isso significa mais do que assumir “rostos” para a conquista de direitos diversos – como os direitos territoriais observados dentro das políticas identitárias, formuladas ainda na lógica epistêmica conceitual eurocêntrica/ocidental. Pode significar políticas outras, a partir de territorialidade(s) e cosmologia(s) diversas, especialmente nos campos do direito territorial e do patrimônio cultural. Por conseguinte, mais como uma abertura do que como uma conclusão, reforçamos este posicionamento e incentivamos formas dissensuais que contribuam e façam emergir outras lógicas de vida.

Palavras-chave: luta indígena; território; identidade; decolonial; resistência.

Referências Bibliográficas

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (Brasília). *Carta da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS para o Governo e Justiça do Brasil*. 2012. Disponível em: <http://blogapib.blogspot.com/2012/10/carta-dacomunidade-guarani-kaiowa-de.html>. Acesso em: 16 jul. 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 27 jun. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. *Decreto nº 4.887*, de 20 de novembro de 2003. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 20 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 10 mar. 2018.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CRESTON, Helena Tuler. *Patrimoniologia*: lusco-fusco entre identidade tática e diferença em devir. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol.1. Tradução Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KRENAK, Ailton et al. Entrevistas por Sergio Cohn, no Vale do Rio Doce, em 2013, e por Idjahre Kadiwéu, Ana Paula Simonaci e Sergio Cohn, Rio de Janeiro, setembro de 2017. In: COHN, Sergio; KADIWÉU, Idjahure. *Tembetá*: conversas com pensadores indígenas. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2019, p. 10-51.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Caderno de Letras da UFF*. Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2019.

PYAKÉ TERENA. *Arrendamento de terras indígenas, avanço ou retrocesso!??* Bauru, 11 dez. 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1639054&filenome=Tramitacao-PEC+215/2000. Acesso em: 05 ago. 2019.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição*. Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

**Os reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu
de Baixo e as rupturas nos modos de vida e práticas
socioculturais comunitárias**

*Los reasentamientos colectivos de Bento Rodrigues y Paracatu de
Baixo y las rupturas en los modos de vida y prácticas
socioculturales comunitarias*

*The collective resettlements of Bento Rodrigues and Paracatu de
Baixo and the ruptures in the ways of life and community
sociocultural practices*

Flora d'El Rei Lopes Passos, UFOP¹³³

Monique Sanches Marques, UFOP¹³⁴

Mineração, dominação territorial e o rompimento da barragem de Fundão

A mineração sempre teve papel dominante nas dinâmicas territoriais do estado de Minas Gerais e na constante (trans)formação de grande parte dos seus 853 municípios, majoritariamente, de pequeno ou médio porte. Um dos pontos chave na discussão sobre a exploração mineral e seus impactos nas pequenas e médias cidades, refere-se ao modo como é empreendida tal exploração no Brasil, e nos países do Sul global, que respondem a um modelo moderno-colonial de extrativismo que busca a qualquer preço o dito desenvolvimento, devastando o meio-ambiente e explorando o trabalho humano (PORTO-GONÇALVES, 2012; ARÁOZ, 2020; SASSEN, 2016). O município de Mariana (MG) possui histórico oficial de formação relacionado à exploração aurífera em fins do século XVII, sendo que seu crescimento urbano está imbricado por disputas e relações

¹³³ Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto.

¹³⁴ Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

de poder econômico, político e simbólico, destacando-se a industrialização e instalação das empresas mineradoras, a partir da década de 1970, que incentivou dinâmicas urbanas de adensamento na Sede municipal, com a promoção de bairros sem infraestrutura e moradia digna, e o esvaziamento dos territórios onde predominavam modos de vida rurais. Integrando o denominado Quadrilátero Ferrífero, Mariana está, atualmente, entre os municípios que respondem pela maior produção de minério de ferro do país e possui uma extensa dimensão territorial, incluindo dez distritos além da sede municipal, bem como diversos subdistritos e localidades rurais, por vezes, distantes cerca de 50 km da Sede e objetos de escassa atenção do poder público. Neste município, a mineração opera implementando um modelo predatório e cria uma relação de dominação nos territórios, em coalizão com os poderes locais. As empresas e atores dominantes elegem como estratégia o consenso sobre a vocação minerária da cidade e sobre um projeto de sociedade – e conseqüentemente de cidade – que gera lucro e privilégios para poucos, em detrimento dos muitos sujeitos sociais que sobrevivem e resistem cotidianamente às dinâmicas de desigualdade, segregação e vulnerabilidade social (PASSOS, 2022). A atividade da mineração é marcada, historicamente, pelo racismo ambiental e pela geração de riscos e de segregação socioterritorial, destacando-se o rompimento da barragem de rejeitos de minérios denominada Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015, e provocado pelas mineradoras Samarco, Vale e BHP. Este desastre-crime, sem precedentes no Brasil e no mundo, causou drásticos impactos ao longo da Bacia do Rio Doce, de Minas Gerais ao Espírito Santo. No município de Mariana, diversas comunidades foram gravemente atingidas pelos rejeitos, consolidadas muitos antes da instalação do empreendimento minerário de alto risco, sendo que no caso de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, centenas de famílias foram vítimas de remoção forçada, após a destruição de suas casas - passando a habitar moradias temporárias, principalmente, no Distrito Sede do município de Mariana - ou ficaram em isolamento comunitário. Antes do desastre-crime, essas famílias faziam uso da terra para plantio e criação de animais além da moradia, as ocupações eram pouco adensadas, sem muros, emolduradas por vegetação abundante, com cachoeiras e cursos d'água. Os espaços de uso comum eram apropriados de forma coletiva e cotidiana pela comunidade, especialmente durante as festas de devoção católica, que guardam muito do sincretismo religioso característico de Minas Gerais. Atualmente,



quase oito anos desde o rompimento da barragem de Fundão, essas comunidades de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo ainda aguardam os reassentamentos coletivos, em construção pela Fundação Renova, que é a entidade criada pelas mineradoras rés para garantir o processo de reparação dos danos.

Reassentamentos coletivos e a rupturas dos modos de vida comunitários

Conforme acordado judicialmente, foi atribuída às empresas mineradoras a responsabilidade pela reparação do direito à moradia às pessoas atingidas, através das modalidades de reconstrução ou reassentamento coletivo ou reassentamento familiar, tendo ainda como alternativa a tais modalidades, a possibilidade de pecúnia. As reconstruções são destinadas às pessoas que vivem em localidades atingidas de Mariana com características predominantemente rurais e, na maior parte das vezes, as casas foram reconstruídas sobre o mesmo terreno contaminado com os rejeitos de minério. Os reassentamentos coletivos são destinados às comunidades de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, sendo que em ambos os casos foram descumpridas ao menos três datas de entrega, determinadas judicialmente, e vem aumentando a pressão da Fundação Renova e mineradoras Samarco/Vale/BHP para a entrega das chaves das casas com obras “concluídas”, mas ainda inseridas em um grande canteiro de obras inseguro e insalubre. Por último, os reassentamentos familiares são destinados às pessoas que desistiram das reconstruções ou dos reassentamentos coletivos e optam pela aquisição de lotes ou casas situadas em localidade diversa, a exemplo do distrito sede do município de Mariana e, apesar de serem obrigações judiciais, nem sempre são adquiridas moradias com características equivalentes ou melhores em comparação à situação de origem das famílias e tampouco é garantida a retomada dos modos de vida. Além disso, de acordo com as diretrizes homologadas judicialmente em 6 de fevereiro de 2018, no âmbito da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais na 2ª Vara da Comarca de Mariana (TJMG, 2018), os reassentamentos coletivos, para a população atingida de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, devem possuir estrutura mínima condizente à retomada dos modos de vida das comunidades, à escolha da própria comunidade. Além disso, deve ser garantida a existência de fontes de captação de água em quantidades suficientes e qualidade para as famílias/comunidades, e para seus diferentes usos, a fim de manter



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

os modos tradicionais de expressão e produção, observada a legislação aplicável; bem como, garantidas áreas de lazer e convívio coletivos a partir do debate e escolha dos atingidos e atingidas. Sob este contexto, o presente trabalho tem como objetivo investigar se as propostas de reassentamentos coletivos implementadas pela Fundação Renova buscam garantir a retomada do modos de vida das comunidades atingidas de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, particularmente no que se refere às práticas socioculturais comunitárias, como: uso comum da terra e da água para moradia e atividades agrossilvipastoris; celebrações religiosas e outras manifestações culturais; práticas de esporte, lazer e socialização. A metodologia inclui: pesquisa bibliográfica e técnico-documental; pesquisa das narrativas atingidas por meio do Jornal A Sirene (meio de comunicação da população atingida de Mariana); levantamento de registros fotográficos dos territórios de origem (antes do desastre-crime) e dos reassentamentos coletivos em diferentes momentos; e contracartografia.

Jornal A Sirene e a construção de contranarrativas

Este trabalho está em consonância com a abordagem do evento, que tem como tema *'Entre ruas, redes e plataformas... o lugar da comunicação na geopolítica da América Latina'*, e, mais especificamente com o eixo *'Manifestações coletivas e movimentos sociais'*. Busca desvelar, nas frestas dos territórios minerários e nas memórias da população atingida de Mariana, como se trava a luta por justiça social e ambiental desde o rompimento da barragem de Fundão, em 2015. Este desastre-crime é resultado de um modelo de dominação territorial, que se propaga no processo de reparação dos danos ao violar direitos humanos, a exemplo do direito à moradia digna, e no modelo de urbanização ultraliberal expresso nos reassentamentos coletivos com características condominiais. Sob esta perspectiva, o trabalho destaca as contranarrativas das pessoas atingidas pela mineração, a partir da leitura de relatos encontrados nas mais de oitenta edições do Jornal A Sirene <<https://jornalasurene.com.br/>>. Conforme veiculado na sua página eletrônica, o Jornal A Sirene é produzido pelas pessoas atingidas, mantido por um acordo entre estas, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana, e conta com o apoio de grupos técnicos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), de assessorias direcionadas às pessoas atingidas, atores sociais ligados à justiça social, movimentos sociais e coletivos, além dos colaboradores do financiamento coletivo.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Trata-se do principal veículo de comunicação da população atingida de Mariana pelo desastre-crime e, por este motivo, tem sido um dos principais métodos de investigação utilizados nas pesquisas socialmente referenciadas, desenvolvidas sobre o assunto. É este o caso das pesquisas que antecedem o trabalho aqui apresentado. Cabe ressaltar, neste sentido, a importância de pesquisas críticas desenvolvidas pela UFOP, que possui seus maiores campi instalados nos municípios de Ouro Preto e Mariana, o que permite processos de investigação e reflexão a partir do trabalho de campo, do contato direto com atores-chaves envolvidos no processo de reparação de danos em curso, como a própria população atingida organizada por meio da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) e a equipe de Assessoria Técnica, projeto executado pela entidade Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais.

Considerações parciais

Enquanto a Fundação Renova e mineradoras réis, Samarco/Vale/BHP, vem descumprindo acordos judiciais, relatos do Jornal A Sirene (além de outros documentos), em articulação com os registros fotográficos dos territórios de origem de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e dos reassentamentos coletivos, permitem a construção de uma contracartografia que mostra, dentre tantas outras, a violação do direito à retomada dos modos de vida e, especificamente, das práticas socioculturais comunitárias, a exemplo do uso comum da terra e da água para moradia e atividades agrossilvipastoris; celebrações religiosas e outras manifestações culturais; práticas de esporte, lazer e socialização. Os parâmetros de urbanização usados vem resultando em um modelo de ocupação espraiada do terreno de implantação do projeto urbanístico que, mesmo com grandes serviços de terraplanagem, ainda mantém topografia acidentada, gerando insegurança e dificuldades de mobilidade e acessibilidade nos reassentamentos. A situação se agrava quando consideramos que a maior parte dos espaços e equipamentos comunitários estão centralizados em uma área do reassentamento. Cabendo ressaltar, ainda, que tais equipamentos apresentam aspectos não condizentes com os usos comunitários, como no caso dos templos religiosos católicos que, conforme projetos, receberão grades e não terão adros amplos, usualmente usados nas datas festivas. Se passaram quase oito anos desde o desastre-crime de Fundão e as pessoas atingidas ainda lutam por uma reparação justa dos



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

danos. Neste sentido, defende-se uma investigação crítica sobre os contínuos impactos que se desdobram do rompimento da barragem de rejeitos de minérios de Fundão, provocado pela Samarco/Vale/BHP.

Palavras-chave: Mineração; Reassentamento; Práticas socioculturais; Barragem de Fundão; Mariana.

Referências Bibliográficas

ARÁOZ, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre:** o extrativismo na América como origem da Modernidade. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

PASSOS, Flora d'El Rei Lopes. **Mariana: cidade tombada, territórios tomados.** Belo Horizonte/MG: NPGAU, 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global.** São Paulo:Ed. Paz e Terra, 2016.

TJMG [TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS]. **Ata de audiência homologada em 06/02/2018.** Ação Civil Pública no 0400.15.004335-6. Mariana/MG: 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Criminais, 2018.



Ações de resistência da sociedade civil frente à expansão dos projetos de energia renovável no estado da Paraíba-PB

Acciones de resistencia da la sociedad civil ante la expansión de proyectos de energías renovables en el estado de Paraíba-PB

Civil Society resistance actions against the expansion of renewable energy projects in the state of Paraíba-PB

Eunice Ferreira Carvalho, UFRN¹³⁵

Fábio Fonseca Figueiredo, UFRN¹³⁶

Resumo expandido

Introdução

As fontes de energias renováveis têm se mostrado como alternativas para a diversificação da matriz energética mundial, podendo colaborar também para o alcance das metas globais relacionadas à energia e descritas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O Nordeste do Brasil é uma região que apresenta grande potencial para a geração de energia renovável, principalmente a eólica e solar fotovoltaica, no entanto, nessa região, se evidencia vários impactos sociais e ambientais negativos associados aos empreendimentos de energias renováveis, que vão desde a descaracterização da paisagem, desmatamento, poluição sonora, interferência na cultura local, expropriação e privatização de áreas de uso comum, até insegurança fundiária e de produção alimentar.

¹³⁵ Doutoranda pelo Programa de pós Graduação em Estudos Urbanos e Regional – UFRN e professora da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

¹³⁶ Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Esses impactos, identificados por várias pesquisas, sobretudo no estado da Paraíba, têm corroborado o cenário regional e impulsionado questionamentos, debates, resistência e iniciativas das organizações da sociedade civil por meio de várias instituições como: Comitê de Energia Renovável do Semiárido, Comissão Pastoral da Terra, Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba (FETAG), Centro de Ação Cultural (CEBTRAC), Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e pesquisadores das Universidades.

De modo geral, os argumentos constituem-se na desconstrução do mito da energia limpa para a sociedade, críticas ao modelo centralizado de energias renováveis (eólica e solar fotovoltaica) bem como aos benefícios globais e privados obtidos às custas dos impactos negativos locais. Além disso, reivindica-se a criação de um marco jurídico estadual específico para o setor de energias renováveis, assim como políticas e ações de governança alinhadas às questões climáticas globais e compatíveis com a sustentabilidade.

Nesse contexto, pretende-se aqui, debater as ações de luta e resistências da sociedade civil paraibana face aos impactos gerados pelos empreendimentos de energias renováveis no estado, a partir de um levantamento de pesquisas relacionadas ao assunto e de informações divulgadas pelas próprias instituições envolvidas.

Resistência ao modelo centralizado de energias renováveis no território paraibano: atores e ações

A constatação de que o semiárido brasileiro dispõe de um dos mais altos índices de insolação do planeta e da privilegiada potencialidade para a produção de energia elétrica e térmica solar bem como das contradições geradas pelo modelo centralizado de energia eólica e solar fotovoltaica, motivaram debates nos segmentos da sociedade civil paraibana. Para tanto, o Comitê de Energias Renováveis do Semiárido (CERSA)¹³⁷,

¹³⁷ O comitê tem parceria com Diocese de Patos-PB, criado em 2014, tem uma parceria com a Diocese de Patos-PB, com o Fórum de Mudanças climáticas e Justiça Social, Rede colaborativa, como ODS Brasil, instituições de ensino superior, como Universidades Federal de Campina Grande e Universidade Estadual da Paraíba e Instituto Federal da Paraíba e Cáritas Brasileira (CERSA, 2023).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

tem promovido articulações com os segmentos da sociedade civil organizada e com instituições governamentais em escala municipal para debater a temática energética, assumindo grande importância no semiárido paraibano.

Além do debate constante sobre a problemática do setor de energias renováveis na Paraíba, através de Fóruns, Conferências e audiências públicas, ao nível nacional e local, o CERSA tem atuado também na difusão da implantação do uso da energia solar através da campanha “Nossa Casa Solar, “Escola Solar” e “Padaria Solar” e firmado parcerias com o “Projeto Semiárido Solar” e um projeto intitulado “Cuidando da Nossa Casa Comum (Sales et al., 2020).

Seguindo essa orientação de cuidar da nossa ‘Casa Comum’, fundamentada pela carta ‘Encíclica Laudato Si’, que o Papa Francisco trata do cuidado com o meio ambiente e com todas as pessoas, o CERSA buscou promover a mobilização da sociedade civil, através de associações, sindicatos, escolas, igrejas, etc, para debater questões relacionadas às mudanças climáticas e energias, a partir do uso descentralizado das energias renováveis para a geração de eletricidade na direção do ‘bem viver’ como alternativa para cuidar da nossa casa comum (Brito, 2022).

Iniciativas comunitárias relacionadas à produção de energia vem sendo realizadas no território paraibano pelo CERSA e seus parceiros, que são “pensadas no contexto de luta contra os megaprojetos hidrelétricos e os parques eólicos e, por outro lado, no sentido da construção de um projeto energético popular” (Furtado, 2021, p. 50). Um exemplo significativo é o projeto ‘Padaria Solar’, gerido pela Associação de Mulheres ‘Grupo Bolo das Oliveiras’, que foi iniciado em maio de 2016, na comunidade Várzea Comprida dos Oliveiras, localizada na área rural do município de Pombal, com o objetivo de inserção da tecnologia fotovoltaica em sua agroindústria comunitária. O grupo é formado por 19 mulheres que, a partir de uma decisão coletiva, trabalham na produção semanal de pães, biscoitos, torradas e bolos de milho, cenoura, mandioca e leite, utilizando insumos da própria comunidade. Parte desses produtos são entregues ao município, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o restante é vendido à comunidade e em feiras locais (Furtado, 2021).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Outra iniciativa bastante relevante é o projeto 'Cuidando da Nossa Casa Comum', coordenado pelo CERSA, com o apoio financeiro da MISEREOR¹³⁸ e com parcerias do: Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental; Caritas Brasileira, Ação Diocesana de Patos, Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil, Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS), que objetiva a "instalação das placas fotovoltaicas, solarização de poços, solarização de propriedade de agricultura familiar, solarização da agroindústria comunitária e solarização das áreas coletivas de produção" (Brito, 2022, p. 84). Foram contemplados por esse projeto, comunidades, assentamentos, ONG's e Instituições religiosas, que estão localizadas no território do Médio Sertão paraibano impactando positivamente essas comunidades beneficiadas.

A ação do CERSA, portanto, foca na defesa do abandono dos combustíveis fósseis face às mudanças climáticas e uso das energias renováveis ao nível global, nacional e local, mas priorizando a geração descentralizada em detrimento da geração da energia eólica e solar no modelo centralizado, contrariando e denunciando os inúmeros impactos causados por esse modelo e já identificados por várias pesquisas.

Diante dos impactos decorrentes do processo de territorialização de projetos eólicos e solar fotovoltaico, no modelo centralizado, a população local atingida tem reagido de diferentes formas, inclusive resistindo aos projetos que ainda não foram iniciados. O argumento principal é a apropriação realizada por meio de contratos desiguais, perda do uso e da função social da terra causando vulnerabilidade à produção de alimentos e consequentemente a segurança alimentar.

Uma ação de resistência bastante peculiar ocorreu no município de Solânea-PB, localizado no Polo da Borborema¹³⁹, em maio de 2022, que foi a 13ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, que teve como tema: "Mulheres em defesa do

¹³⁸ MISEREOR é uma ONG com obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento.

¹³⁹ Composto por quinze municípios, sendo: Solânea, Casserengue, Arara, Remígio, Algodão de Jandaíra, Esperança, Areial, Montadas, Alagoa Nova, São Sebastião de Lagoa de Roça, Lagoa Seca, Puxinanã, Massaranduba, Matinhas e Serra Redonda.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

território”. O destaque ocorre por que foi a primeira vez que a pauta de energia apareceu em uma manifestação com uma ação contrária à territorialização do complexo eólico Serra da Borborema, de propriedade da EDP Renováveis S.A., e que já tem cinco parques outorgados pela ANEEL, com construção ainda não iniciada (Pereira, 2022).

Essa ação foi encabeçada pelo sindicatos dos trabalhadores rurais da região e uma importante organização que atua no fortalecimento da Agricultura Familiar e Agroecologia, que é a AS-PTA da Paraíba e que vem atuando na região do Polo da Borborema. Região com elevada concentração da agricultura familiar e pequenas propriedades familiares dedicadas à policultura associada à pecuária. Também, propriedades familiares dedicadas à fruticultura e a criação de animais combinadas com roçados de milho, feijão e trabalhadores sem-terra. É uma região que tem sido marcada pela luta pelo território e que vem, no campo de resistência, construindo a identidade para o fortalecimento e defesa da agricultura familiar (Silveira et. all. 2007).

A 13ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia culminou na apresentação de uma carta política por parte da coordenação da ação, denunciando as injustiças territoriais ocorridas, assumindo assim o compromisso de transformá-la em instrumento de incidência junto aos agentes do poder público em diferentes escalas.

O Polo da Borborema, através da AS-PTA e os sindicatos dos trabalhadores rurais dos seus municípios, continua atuando na divulgação de impactos decorrentes da territorialização dos projetos, eólico e solar na Paraíba, e tem estado presente, juntamente com outras entidades, nas audiências públicas promovidas para a apresentação dos relatórios de impactos por parte das empresas de energias (eólica e solar), quanto nas audiências públicas promovidas pelas representações da sociedade civil.

A AS-PTA juntamente com Associação de Floricultura de Bulgaris, a Articulação do Semiárido, CENTRAC, MST, ACAJAMAN, PATAC, CPT, Polo Sindical, Sindicato dos trabalhadores rurais de vários municípios, FOLIA, Coletivo dos Cariris e do Seridó, Coletivo do Curimataú, CÁRITAS, MAB, PJR e o Serviço Pastoral de Imigrantes. Todos



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

estiveram, em setembro de 2023, presentes na Câmara Municipal de Campina Grande/PB, em uma Audiência Pública com objetivo de debater a implementação da geração de energias renováveis e seus impactos para a agroecologia na região do polo da Borborema, por propositura da vereadora Jô Oliveira (PCdoB), que enfatizou a defesa de um território sob ameaças pelo modelo de produção de energia renovável, onde a agroecologia e a convivência com o semiárido tem sido a fonte de proteção, de garantia de direitos e dos modos de vida do povo campestre (Câmara Municipal de Campina Grande, 2023).

Os impactos das energias renováveis na Paraíba também foram discutidos em uma audiência pública, em novembro de 2021, na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB). O debate, proposto pelas deputadas Cida Ramos e Estela, contou ainda com a participação do secretário executivo de Estado de Energia, Robson Barbosa, além de especialistas e os representantes da sociedade civil organizada através das instituições já mencionadas aqui (ALPB, 2021).

O Centro de Ação Cultura da Paraíba (CENTRAC) destaca um importante momento que esteve presente juntamente com outras organizações como o CERSA, FETAG, CPT entre outros, que foi o “Seminário Energias Renováveis Ameaçam o Bem Viver e a Convivência com o Semiárido” ocorrido nos dias 23 e 24 de março de 2023, organizado pela ASA Paraíba (Articulação Semiárido) com o apoio da ActionAid. O evento tinha o objetivo de debater sobre os impactos em curso e pensar alternativas ao modelo centralizado de energias e de convivência com o Semiárido (CENTRAC, 2023).

Assim, pode-se dizer que as organizações da sociedade civil na Paraíba, e com um protagonismo feminino, vêm se posicionando contra os grandes projetos de energias renováveis que estão trazendo danos às populações locais e comprometendo a convivência com o semiárido.

Considerações Finais

O debate sobre os impactos dos empreendimentos de energia eólica e solar vem se expandido para todos os territórios do Semiárido paraibano e também as ações de



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

resistência, que estão estruturadas em quatro linhas estratégicas: mobilização social, incidência política, comunicação e alternativas ao modelo centralizado.

Com o avanço das mudanças climáticas em nível global, não há como debater a questão energética global e local sem considerar a imposição de novos riscos para as populações e os ecossistemas em consequência dessas mudanças, pois o clima impacta a energia e vice e versa. Desse modo, as ações relacionadas ao setor de energia, especificamente o de energias renováveis, não se restringe às ações tecnológicas: devem incorporar, além dos riscos dos impactos causados pelo setor aos territórios, os riscos das mudanças climáticas, principalmente em regiões com baixa disponibilidade hídrica, como é caso do semiárido nordestino e paraibano. As soluções exigem ações dos governos, das empresas produtoras e das comunidades dos territórios de forma cooperada e sinérgica.

Palavras-chave: Energias renovável; Impactos; Resistência; Sociedade; Paraíba.

Referências Bibliográficas

ALPB - Assembleia Legislativa da Paraíba. **Assembleia debate impactos das energias renováveis na Paraíba em audiência pública.** Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/42440/assembleia-debate-impactos-das-energias-renovaveis-na-paraiba-em-audiencia-publica.html>> Acesso em 21 de set. de 2023.

BRITO, Felipe César da Silva. **Transição Energética Popular, Sol e Energia em Comunidades do Semiárido Paraibano.** CERSA-Comitê de energia renovável do Semiárido. Sousa, PB : GDV Editora, 2022. 189 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Audiência na CMCG debate geração de energias renováveis e seus impactos.** Disponível em: <<https://www.camaracg.pb.gov.br/audiencia-na-cmcg-debate-geracao-de-energias-renovaveis-e-seus-impactos/>>. Acesso em 10 de out. de 2023.

CENTRAC - Centro de Ação Cultura da Paraíba. **Resistência às indústrias de energia eólica e solar se expande para todos os territórios do semiárido paraibano.** Disponível em: <https://centrac.org.br/2023/04/04/resistencia-as-industrias-de-energia-eolica-e-solar-se-expande-para-todos-os-territorios-do-semiarido-paraibano/>. Acesso em 10 de out. de 2023.

FURTADO, Fabrina. **Energia renovável em comunidades no Brasil: conflitos e resistências.** 1. ed. -- São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. 108p.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

PEREIRA, Lorena Izá. **Resistências desde abaixo: mulheres na luta contra o avanço dos projetos eólicos no estado da Paraíba (Brasil)**. 2022. Disponível em: <<https://landmatrix-lac.org/informes-tecnicos/resistencias-desde-abaixo-mulheres-na-luta-contra-o-avanco-dos-projetos-eolicos-no-estado-da-paraiba-brasil/>>. Acesso em 06 de jul. de 2023.

SALES, R. M. M; SALES, Luís Gustavo de L.; GADELHA, Júlio César Nóbrega, TRINDADE, Walmeran; POLETTO, Ivo. **Estudo de caso Big Push para a Sustentabilidade**: o caso energético e social no semiárido paraibano. CEPAL (Nações Unidas). Disponível em: <<https://biblioguias.cepal.org/bigpushparaasustentabilidade>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SILVEIRA, Luciano Marçal da; Freire, Adriana Galvão; Diniz, Paulo César O. **Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território**. *Agriculturas*, v. 7, n. 1, p. 13-19, 2007.



Metodologia de Guerras: Uma leitura sobre o processo de remoção forçada da ZEIS Vila Esperança

Metodología de Guerras: un análisis del proceso de expulsión forzada del Vila Esperança ZEIS

Methodology of Wars: An analysis of the forced removal process in the Vila Esperança ZEIS

Almeida, Natália Farias Menelau de, UFPE¹⁴⁰

Patriota, Isabelle Maria de Fontes, UFPE¹⁴¹

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar uma leitura sobre o processo de remoção forçada que moradores e moradoras da ZEIS Vila Esperança- Cabocó estão submetidos desde maio de 2021. Para embasar este resumo, escolhemos a pesquisa ação como método, já que esta estabelece uma relação entre pesquisa social, ação, teoria e prática que consiste em obter informações e conhecimentos em função de uma determinada ação de caráter social (THIOLLENT, 1986). Nesse sentido, o respectivo método agrega os elementos de uma relação direta com os sujeitos do campo de pesquisa a nível subjetivo, compreendendo os princípios gerais das suas ações, identificações, interesses, relações pessoais e objetivos, tornando possível que o pesquisador proponha intervenções direcionadas na realidade investigada. .Portanto, as análises das informações relatadas abaixo foram feitas dentro de uma perspectiva crítico-reflexiva das autoras que construíram ativamente, por dois anos, junto às famílias as táticas políticas para defesa do direito à moradia e tentativa de permanência no território.

¹⁴⁰ Mestranda em Desenvolvimento Urbano pela UFPE, e advogada no Centro Popular de Direitos Humanos-CPDH.

¹⁴¹ Mestranda em Desenvolvimento Urbano pela UFPE.



1.Contextualização do Problema

A cidade do Recife teve um papel protagonista na criação da legislação urbanística que institui as Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS, as leis municipais nº 14.511/1983¹⁴² e 14.947/1987¹⁴³ influenciaram as outras cidades do Brasil a criar de um política urbana inclusiva para os assentamentos habitacionais consolidados de baixa renda, surgidos espontaneamente e carentes de infra-estrutura básica. Apesar de ser considerada uma ZEIS há 30 (trinta) anos, por força da Lei Municipal nº15.926/94, Vila Esperança está imersa em um processo que desrespeita as diretrizes previstas na referida legislação, tais como a “priorização do direito de moradia sobre o direito de propriedade, e a promoção da regularização urbanística e fundiária, dentre outras, dentre outras”.

Localizada no bairro Monteiro, um bairro nobre da cidade, a comunidade de Vila Esperança Cabocó surgiu na década de 1940 através da autoconstrução, quando populares que trabalham no entorno ocuparam os escombros que sobraram das antigas senzalas que pertenciam ao engenho de São Pantaleão do Monteiro, grande engenho de cana-de-açúcar, que faliu e foi abandonado pelos antigos donos (Rocha 2021). Com o crescimento e valorização do bairro do Monteiro, Vila Esperança passou a ser uma pequena ilha escondida por prédios gigantescos, e foi batizada com esse nome por vir resistindo à especulação imobiliária e às ameaças de remoção movidas pela Prefeitura da Cidade do Recife agindo em aliança com o mercado imobiliário.

Em maio de 2021, a Prefeitura do Recife publicou o Decreto nº 34.603, que determinou a desapropriação de 308 casas, com pagamento apenas das benfeitorias, da Zeis Vila Esperança-Cabocó, para a retomada da construção da ponte do Monteiro (Engenheiro Jaime Gusmão), que havia sido suspensa devido a constatação de algumas

¹⁴² Zonas Especiais de Interesse Social podem ser definidas como parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo;

¹⁴³ Esta Lei Municipal cria o plano de regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS.

irregularidades investigadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco¹⁴⁴.

Figura 01 e 02: alterações na paisagem do bairro do Monteiro entre os anos de 2007 e 2013

IMAGEM DE SATÉLITE 2007 - ESIG

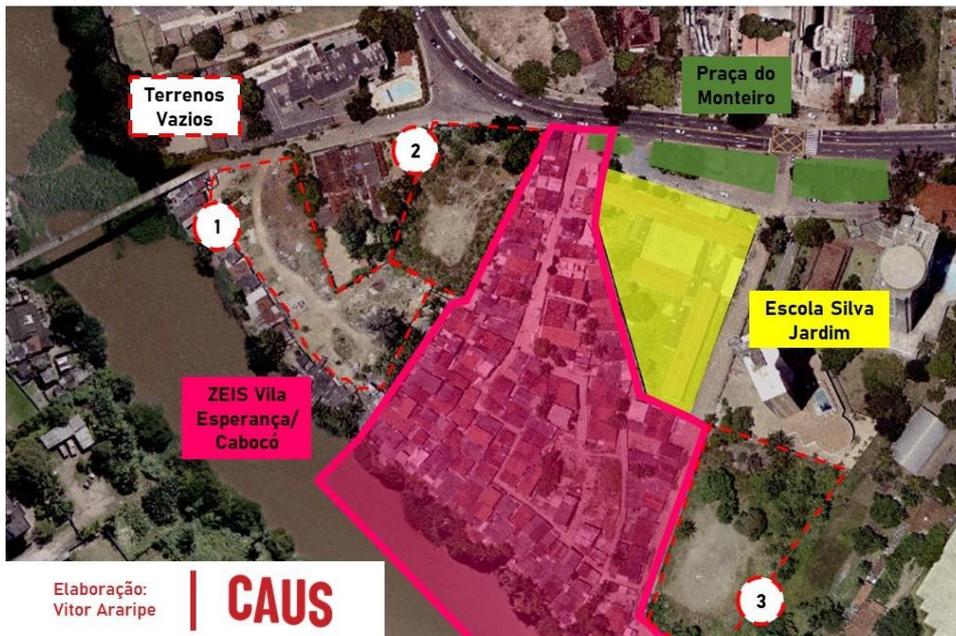
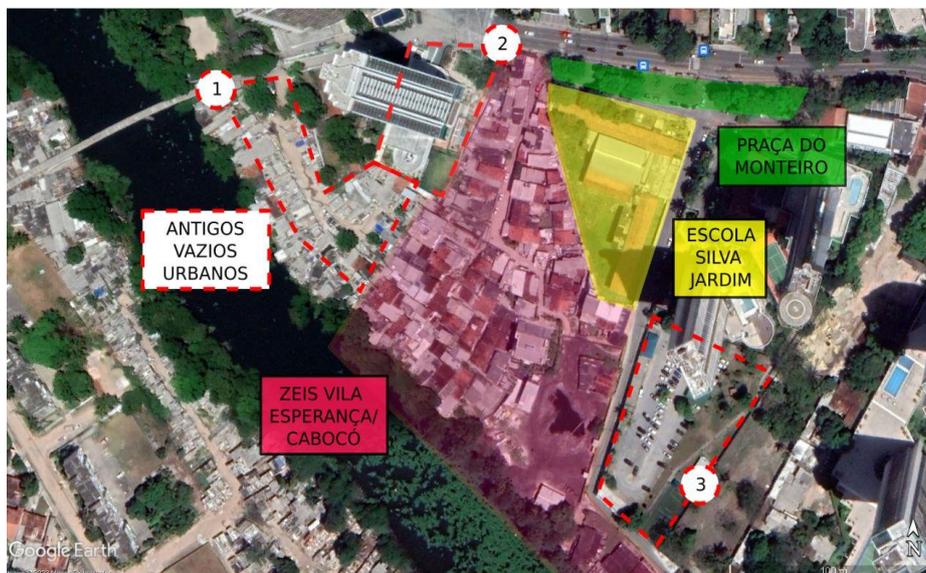


IMAGEM DE SATÉLITE - GOOGLE EARTH, 2022

PRODUZIDO POR: RAONI PAIVA



Fonte: Figura 1 - Vitor Araripe, 2022; Figura 2 - Raoni Paiva, 2022

¹⁴⁴<https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/mais-noticias-invisivel/200-2018/novembro/4278-tce-julga-irregular-auditoria-especial-na-ponte-do-monteiro>



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Com o pretexto de melhorar o trânsito da cidade com a ampliação do anel viário, o novo traçado da ponte irá preservar terrenos que pertencem à construtora Moura Dubeux em detrimento de 200 casas de famílias de baixa renda que moram há mais de 50 anos no local.

As imagens acima ilustram a forte atuação do mercado imobiliário, no bairro, legitimada pelo poder público. Ao comparar a ocupação do espaço, nas duas imagens, nota-se a presença de um prédio de luxo da construtora Moura Dubeux, onde poderia ser um espaço voltado para a construção de um conjunto habitacional para as famílias que serão removidas ou uma alternativa para o traçado do sistema viário. Na imagem 2, podemos observar um prédio de luxo da construtora, inaugurado em fevereiro de 2023, com preço quase 2 milhões de reais¹⁴⁵ cada unidade. No número 3, o terreno em questão pertence a uma academia de luxo, chamada “Clube 17”, que é utilizado como estacionamento. Apesar de estar colado muro com muro com as casas atingidas por remoção, nem o prédio de luxo, nem o estacionamento da academia serão afetados.

Estudos e pesquisas realizados por especialistas revelam vários equívocos no desenho e execução do projeto. Em entrevista concedida ao Jornal do Comércio (2021), o engenheiro e professor de transporte da UFPE, Fernando Jordão, e Germano Travassos, engenheiro civil e consultor em mobilidade urbana, apontam que o traçado da ponte não terá grande impacto no sobre o sistema viário do Recife.

“A ponte está sendo construída no local errado. Onde está, não dará sequência ao que definimos como Terceira Perimetral. Onde está, a ponte apenas conectará dois bairros ribeirinhos (Monteiro e Iputinga), que não têm significância para o tráfego da cidade. A proposta da ponte era que ela integrasse um corredor perimetral de transporte público. O local correto para construção da Ponte Iputinga-Monteiro seria mais abaixo do Rio Capibaribe, na diretriz da Rua Dona Olegarilha e alinhada com a Rua da Harmonia, até a Avenida Norte. Essas vias, de fato, é que integram a Terceira Perimetral - defende o especialista. “Onde está, a ponte apenas ligará a Avenida Maurício de Nassau (Paralela da Caxangá) à Avenida 17 de Agosto. (SOARES, 2021, s/p).

Pode-se dizer que a obra da ponte irá privilegiar uma pequena parcela da população de classe média alta que mora no bairro de Monteiro e entorno e utiliza carro para

¹⁴⁵ <https://www.eduardofeitosa.com.br/moura-dubeux/pe/recife/casa-forte/hilson-macedo>



deslocamento, além de intenção de ligar as Zonas Norte e Oeste é subsidiar e ampliar o processo de especulação imobiliária com a valorização dos terrenos dessas áreas. Constatase, a partir desse caso, o elo que existe entre o Estado e o setor imobiliário para continuar com o vicioso círculo de reprodução da exclusão, que iniciou no continente desde o período colonial, e que não atinge somente a comunidade de Vila Esperança - Cabocó, mas é recorrente nas cidades brasileiras.

2. Metodologia de Guerras: estratégias utilizadas pelo poder público para remover forçadamente moradores de assentamentos precários.

O conceito de "metodologia de guerra" apresentado por Amore (2021), propõe a discussão sobre as tecnologias de extinção ou remoção de territórios populares utilizados pelo poder público e empresas privadas com interesse imobiliário. Mesmo que esses procedimentos não estejam registrados, é certo que são transmitidos pela tradição oral do serviço público, de geração em geração. Neste manual imaginário de controle social e manutenção de poder, o objetivo geral é tornar a vida dos territórios insuportável a fim de viabilizar a retirada dos moradores do território.

E para isso há ações integradas e planejadas de 1) desinformação, 2) negociação/convencimento, 3) desmobilização social e comunitária para, enfim, 4) obras/execução (AMORE, 2021). Essas estratégias são aperfeiçoadas e ganham novos contornos ao longo dos anos, mas segue essencialmente a mesma lógica de dominação usada pelos países colonizadores para dominar as colônias. Foi utilizando exatamente essas já conhecidas tecnologias de guerra, que a Prefeitura do Recife, através da Empresa de Urbanização do Recife-URB, conduziu um traumático processo de expulsão dos moradores de Vila Esperança- Cabocó, deixando insuportável a vida no território.

A primeira ação para remover pessoas pobres dos seus lares é a publicação de um Decreto genérico (não especifica as casas que irão ser atingidas, apenas coloca uma área georreferenciada e abrange todo território).¹⁴⁶ O próprio conteúdo pouco claro do

¹⁴⁶<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2021/3460/34603/decreto-n-34603-2021-declara-de-utilidade-publica-para-fins-de-desapropriacao-total-as-benfeitorias-que-especifica>



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Decreto já é uma das estratégias de desinformação porque causa insegurança e ansiedade nos moradores para saber se sua casa será atingida ou não. Alguns meses, após a publicação do Decreto, o poder público realiza a marcação das casas que serão demolidas com tintas de cores vermelha, amarela, ou verde sem passar nenhuma informação adicional aos moradores, conforme ilustrado na imagem 3.

A estratégia de marcar com cores diferentes as casas e não passar informações causa especulação no território sobre o que são essas marcações, e proporciona o surgimento de teorias e informações especulativas e falsas. É uma atividade proposital bastante comum para gerar espalhamento de teorias mirabolantes e versões diversas sobre os fatos. O terceiro passo para disseminar a desinformação é a distribuição de “cartas de convocação” convidando os moradores das casas marcadas para o comparecimento individual na URB para negociação dos valores das indenizações das benfeitorias. O poder público tenta ao máximo isolar os moradores e deixar o processo o mais individual possível porque isso enfraquece as estratégias de mobilização que se construídas coletivamente têm mais êxito.

Figura 03: casa da ZEIS marcada para demolição em tinta amarela



Fonte: acervo das autoras, 2021



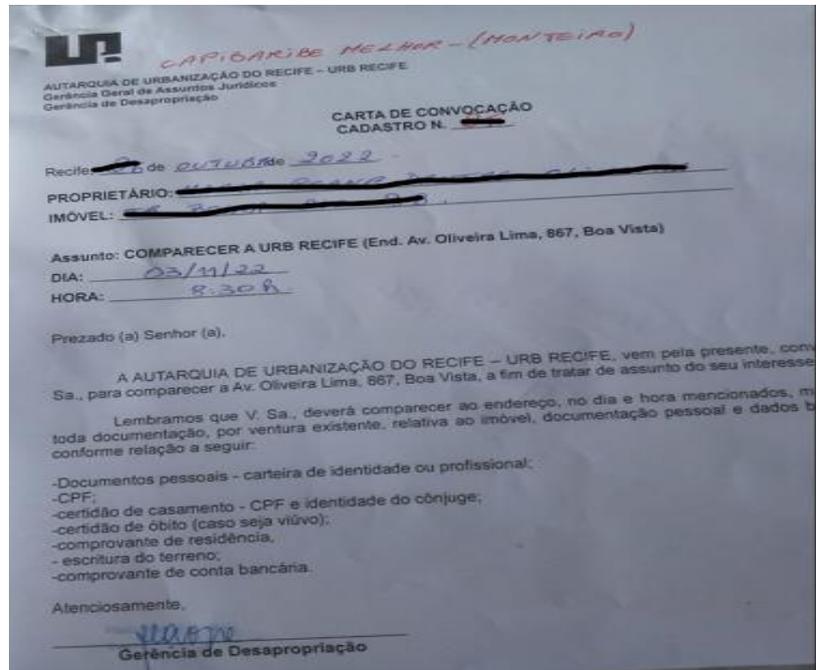
II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Figura 04: carta de convocação para negociação enviada pela URB



Fonte: acervo das autoras, 2022

Os moradores e moradoras alegam que eram constantemente coagidos a negociar suas casas por valores muito baixos, com média de 40 mil. As assistentes sociais da Prefeitura visitavam todos os dias os moradores, com ameaças e falsas informações sobre o que poderia acontecer com eles caso não aceitasse o valor baixo. Inclusive, após várias denúncias feitas pelos moradores, o Ministério Público entrevistou e emitiu uma recomendação para que as negociações só acontecessem na presença de um advogado e assim diminuir as ameaças, mas não foi suficiente, o poder público sempre costumava estratégias por fora de convencimento e pressão e desarticulação da luta comunitária.

Para enfrentar esse cenário de violação ao direito à moradia, às famílias procuraram movimentos sociais, assessorias técnicas populares, partidos políticos de esquerda para somarem na luta contra a mercantilização da terra nesse contexto de ultraliberalismo. Nesse contexto foi fundada a Articulação Zeis Vila Esperança-Cabocó Resiste, que tinha como pautas principais, o redesenho do projeto da ponte e a permanência das pessoas no território de origem. Articulação promoveu uma série de



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

protestos, mobilizou vários atores estratégicos da cidade, organizou assembléias semanais com outros territórios ameaçados de remoção. E o poder público sempre encontrava uma forma de desarticular essas estratégias de resistência, muitas vezes, utilizando pessoas fragilizadas do próprio território com suborno e prometendo recompensas em dinheiro, conforme coletamos nos vários relatos.

Além disso, o poder público também utiliza uma estratégia eficaz de desarticular as lutas populares que é a perseguição sutil das lideranças. Inclusive, algumas adoeceram e abandonaram a luta pelo meio do caminho, optando por vender suas casas. Mas a estratégia mais violenta da metodologia de remoção forçada, é a demolição das casas negociadas e o não recolhimento dos escombros, deixando o território visualmente com um cenário de guerra.

Figuras 05 e 06: Vila Esperança-Cabocó



Fonte: acervo das autoras, 2022

Diante da análise, o estudo revelou com resultado parcial, uma série de violações políticas, jurídicas e sociais em relação à proteção do direito à moradia das famílias desapropriadas. Os processos de remoção e reassentamentos forçados urbanos tem crescente centralidade na produção do espaço urbano, enquanto mecanismos geográficos de operação do poder e de ampliação da hegemonia e da dominação das relações de propriedade privada e do modo de produção capitalista, entrelaçados por uma "conexão orgânica" entre a exploração e a espoliação que impulsionam a reprodução ampliada e a acumulação capitalista pela produção do espaço



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

urbano.(MOTA, 2016). Apesar da grande visibilidade conquistada pelas táticas de luta, foi muito difícil enfrentar mercado e Prefeitura unidos com poder e dinheiro.Vila Esperança está desaparecendo, a obra da Ponte foi concluída em novembro de 2023 e a previsão é que no final 2024 todas as 308 casas estejam demolidas.

Palavras-chave: remoções forçadas, Vila Esperança-Cabocó, direito à moradia, movimentos sociais, táticas de resistência.

Referências Bibliográficas

AMORE, Caio Santo. SANTO AMORE, Caio . Assessoria em situação de conflito, ou: estamos em guerra!. In: Margareth Matiko Uermura; Vitor Coelho Nisda; Lara Aguiar Cavalcante. (Org.). ATHIS para o direito à moradia. 1ed.São Paulo: Instituto Pólis, 2021, v. , p. 69-89.

MOTA, Dayse Starling. **Remoções forçadas decorrentes de projetos de desenvolvimento e o direito à moradia digna.** Dissertação de Mestrado. Pós Graduação em Direito, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

ROCHA, Cecília Augusta Figueiredo. Memorial sobre o Bairro do Monteiro Recife/PE de Cecília, 2021

SCHIMANSKI, É. Pesquisa ação como instrumento de pesquisa social crítico-emancipatória.In:BOURGUIGNON, J. A (Org.). Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa, Toda a Palavra Editora, 2009, p. 85-98.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1986.

SOARES, Roberta. Ponte no lugar errado e ciclofaixa estreita. Confira as críticas à retomada das obras da Ponte Iputinga-Monteiro, no Recife. Jornal do Comércio, Recife, 15 de Janeiro de 2021. Disponível: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/mobilidade/2021/09/13042885-ponte-no-lugar-errado-e-ciclofaixa-estreita-confira-as-criticas-a-retomada-das-obras-da-ponte-iputinga-monteiro-no-recife.html> Acesso em:10/10/2023



A influência da ultradireita e religião nas culturas de massa:

Propagando o som da liberdade

La influencia de la ultraderecha y la religión en las culturas de masas: Propagando el sonido de la libertad

The influence of the ultra-right and religion in mass cultures:

Propagating the sound of freedom

Menezes, M. E. A., UEPB¹⁴⁷

Flores, B. F. A. , UFPE¹⁴⁸

Fernandes, E. F. UFPE¹⁴⁹

Introdução

O seguinte artigo visa analisar os impactos causados socialmente pelo longa-metragem “Som da Liberdade” (Dir: Alejandro Gomez, 2023) e os agentes envolvidos nos bastidores da produção e divulgação da obra, buscando entender a dinâmica política vinculada ao filme. Ademais, o projeto se propõe a explicitar, de maneira resumida, o fenômeno da aproximação de comunidades evangélicas brasileiras com ideais propagados por grupos alocados do espectro político da ultradireita, termo que segue a tradução para o português do professor doutor André Pini adotada em pesquisa sobre esse movimento nos EUA durante as eleições presidenciais de Donald Trump (Pini, 2021), para o que o cientista político Cas Mudde (2019) chama de far-right, que se divide em duas correntes distintas porém interligadas: a direita radical e a extrema direita. A proposta ainda buscará, através da interpretação fílmica, destacar elementos ultradireitistas presentes no longa, e tenciona também explicitar a relevância e o uso da internet e redes sociais como instrumento de atração e manipulação da população.

¹⁴⁷ Universidade Estadual da Paraíba

¹⁴⁸ Universidade Federal de Pernambuco

¹⁴⁹ Universidade Federal de Pernambuco



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

A partir da virada do milênio, a sociedade passou, mais do que nunca, a se conectar usando a internet e aparelhos digitais, e devido ao aumento da democratização ao acesso destes recursos, torna-se possível atestar também que os hábitos das pessoas foram alterados. Se antes liam notícias nos jornais e/ou consumiam TV e rádio, passaram a se informar majoritariamente através das redes sociais. Com a grande massa conectada ao ciberespaço e cientistas de Big Data capacitados para manejar tal espaço, criou-se nos sites, fóruns e redes sociais, ambiente propício para a propaganda política no século XXI.

Políticos de todos os espectros têm se utilizado da internet para pensar novas formas de fazer propaganda política, no entanto, a estratégia de segmentar indivíduos de acordo com seus interesses e valores, e assim disparar através das redes sociais notícias questionáveis (que normalmente apelam para o emocional do espectador) e teorias da conspiração para fomentar narrativas que legitimem um ponto de vista ou ataque uma pessoa ou grupo, vem sendo, nos últimos anos, amplamente utilizada por partidos e políticos alocados no espectro da ultradireita.

Tal fenômeno também pode ser observado no Brasil, e em paralelo a ele destaca-se, conforme Menezes (2022), a tendência dos políticos autodeclarados evangélicos adotarem um programa ideológico aproximado do espectro ultradireitista. É possível averiguar esse movimento analisando a trajetória recente da denominada Bancada Evangélica¹⁵⁰, que de acordo com Barbosa (2020) demonstrou, desde sua criação em 2003, uma forte tendência a assumir uma postura mais governista independente da posição ideológica do governante, com o claro objetivo de que suas pautas sejam aprovadas mais facilmente, entretanto Menezes (2022) aponta que segundo o teólogo Fábio Py, os políticos evangélicos foram peça chave de apoio ao impeachment da ex presidente Dilma Rousseff, demonstrando assim o início de uma curva na tendência de assentimento ao governo independente da ideologia do governante, essa curva

¹⁵⁰ Bancada evangélica é o termo utilizado pela imprensa e por cientistas políticos para agrupar os membros do Congresso Nacional do Brasil e dos legislativos estaduais e municipais que se autodenominam evangélicos e que defendem as mesmas pautas defendidas por lideranças evangélicas. fonte: Pierucci (1989).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

demonstrou indícios da aproximação desses políticos com pautas extremistas de direita. O declarado apoio da Bancada Evangélica ao governo do ultradireitista Jair Bolsonaro pode ser considerado produto é exemplo dessa aproximação, que deu ainda início ao que Py denomina de cristofascismo, definido como:

“[...] A apropriação de uma teologia fundamentalista pelo governo autoritário, que tem práticas de desprezo pelos pobres, de defesa da família idealizada cristã, de contrariedade em relação às políticas de esquerda e em relação aos setores ditos minoritários.”

A referida aproximação dos evangélicos com as pautas ultradireitistas não se encerraram com o fim do governo Bolsonaro, e sua continuidade pode ser demonstrada pelo recente lançamento do filme “O Som da Liberdade”, que reverbera uma teoria da conspiração amplamente disseminada pelos ultradireitistas estadunidenses, a teoria Qanon, que, como explicitam Souza e Romero (2021) tal teoria, que surgiu no ano de 2017 no site 4chan, aponta a suposta existência de um “Estado profundo” que exerce poder longe dos olhos dos cidadãos, os membros desse Estado seriam responsáveis por diversas maldades, entre elas são acusados de adorarem satanás e possuir uma rede de tráfico de crianças mundialmente, a conspiração aponta como responsáveis por tais atos membros do partido democrata dos Estados Unidos como Hillary Clinton e Barack Obama, atores de Hollywood, bilionários como George Soros e até o líder máximo da Igreja Católica Apostólica Romana, Papa Francisco. A conspiração prossegue afirmando que há um líder que destruirá o Estado Profundo e salvará a humanidade das atrocidades desse grupo, tal líder seria o ex -presidente dos Estados Unidos, Donald John Trump.

O longa rapidamente tornou-se um fenômeno pelos cinemas do Brasil e principalmente entre a parcela evangélica da população, entretanto não se pode afirmar que esse foi um evento orgânico, visto que várias organizações, inclusive ligadas a grupos de ultradireita, impulsionaram de forma acentuada a divulgação da obra, destacadamente através das redes sociais, com essas instituições chegando inclusive a disponibilizar de maneira gratuita ingressos para o filme. Tal fato, além de salientar a utilização política do cinema, por parte da ultradireita, como forma de sensibilizar a população para suas pautas, demonstra a aproximação entre grupos evangélicos brasileiros com os ideais propagados por essa corrente, como será melhor exposto a seguir.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Metodologia

Esta investigação passará por uma revisão da literatura existente sobre ultradireita, análises e interpretações do cinema e do objeto fílmico que derivará num estudo de caso acerca do fenômeno observado durante a divulgação e período de exibição do longa-metragem *Som da Liberdade* (dir. Alejandro Gómez Monteverde, 2023). Sendo assim, consiste em uma abordagem qualitativa (Becker, 1997), unida com a observação direta em redes sociais que nos conduziram às interpretações dos modos e de lidar com a comoção social surgida a partir da exibição do filme. A coleta de dados primários basear-se-á em intensa interpretação fílmica, objetivando levantar o imaginário político ideológico e os elos simbólicos comuns da tríade sujeito-identidade-lugar. A metodologia privilegiará a observação das mídias sociais e a repercussão midiática presente no cotidiano. Filosoficamente esta postura coaduna-se com a abordagem interpretativa ou hermenêutica (Gadamer, 1998).

Resultados e discussões

A prática e utilização do cinema com o objetivo propagar ideais políticos perpassa os tempos atuais, sendo documentado em movimentos de ultradireita do século XX como Nazismo, Fascismo e Salazarismo. Podemos então, analisar o uso do cinema nos respectivos movimentos e atrelá-los à comoção por “Som da liberdade” que somos capazes de observar nas salas de exibição e redes sociais. O filme como um produto visual está repleto de signos que, a depender do público que está aspectar, terá seu significado atribuído a parte do seu contexto, sendo ele social, econômico ou cultural.

Nesse sentido, exemplificando o uso do cinema no regime Fascista, de acordo com Pereira (2003, p. 107) “[...] os filmes de propaganda direta não agradaram ao público italiano [...]. Assim, buscou-se relacionar as conquistas fascistas do presente com os grandes feitos da Roma Antiga”. A relação entre os feitos históricos da capital italiana com o período vivido pela Itália na época é um exemplo de que, por vezes, mascarar o contexto vigente pela população tende a surtir efeito positivo em seu público alvo, resultando no apoio direto ou indireto do movimento que regia o país através de simbolismos maiores, que possuem ou possuíam alguma relação com os espectadores,



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

tornando possível relacioná-los, mesmo que de maneira inconsciente, ao que o movimento ultradireitista tendia a pregar.

De forma semelhante é possível analisar a tentativa da produção de *O Som da Liberdade* de conquistar a simpatia da população para suas pautas, para isso o longa se debruçou sobre uma temática sensível e de extrema relevância, o tráfico internacional de crianças. Adotando um viés tendencioso para retratar o assunto, o filme apresenta ao espectador a “história real” do ex-policial americano Tim Ballard cujo, de acordo com a sinopse¹⁵¹ do filme.

“[...] trabalhava como agente federal americano e estava satisfeito com o próprio desempenho e o de sua equipe no combate a pedofilia. Certo dia, Tim é confrontado com uma realidade diferente. Após salvar um menino das mãos de traficantes sexuais, a criança pede que ele salve sua irmã em poder dos criminosos. Ao descobri-la viva, na Colômbia, ele se desliga do governo com o apoio de sua esposa. É quando Tim parte para uma perigosa missão de resgate, não somente dela, mas de outros inocentes das garras dessa absurda indústria. Baseado em uma história real.”

A história vendida como um retrato da realidade, entra em contradições quando o próprio diretor do filme fala em entrevistas para o website Omelete escrita pelo jornalista Nico Garofalo, “Não estava fazendo um documentário”, e afirmando que fez suas pequenas alterações, com o intuito de romantizar a história. Como já exposto, a narrativa se relaciona com a teoria conspiratória Qanon, pauta recorrente de grupos ultradireitistas estadunidenses, entretanto o que também é ressaltado neste trabalho é a utilização de recursos religiosos durante o longa. O retrato da família tradicional heteronormativa é bastante claro quando se analisa o núcleo familiar do protagonista, elementos visuais como a utilização de crucifixos por personagens alocados no grupo dos benfeitores também são destacados aqui, estes podem ser classificados como acenos a pautas que possuem bastante apelo dentre as camadas cristãs, e principalmente evangélicas, da sociedade, ademais diversos discursos dos protagonistas citam o Deus cristão e colocam os “homens de Deus” como responsáveis por lutar contra o mal, aludindo a batalha espiritual comumente citada pelos cristãos, especialmente neopentecostais brasileiros. Exposto isso, é possível inferir que o emprego de elementos religiosos no “

¹⁵¹ Sinopse disponibilizada pelo cinema Kinoplex, disponível em <https://www.kinoplex.com.br/filmes/sinopse/som-da-liberdade/4878> acesso em 13 de outubro de 2023.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

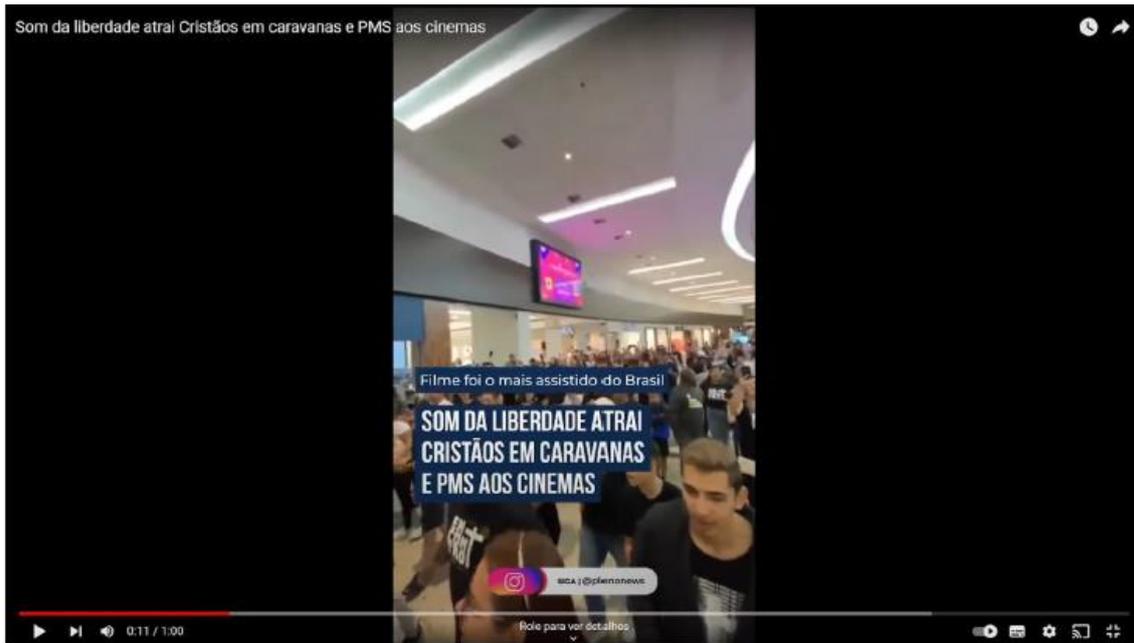
04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

“Som da Liberdade” foi utilizado oportunamente como forma de chamar atenção e sensibilizar grupos cristãos para ideais que a ultradireita deseja propagar.

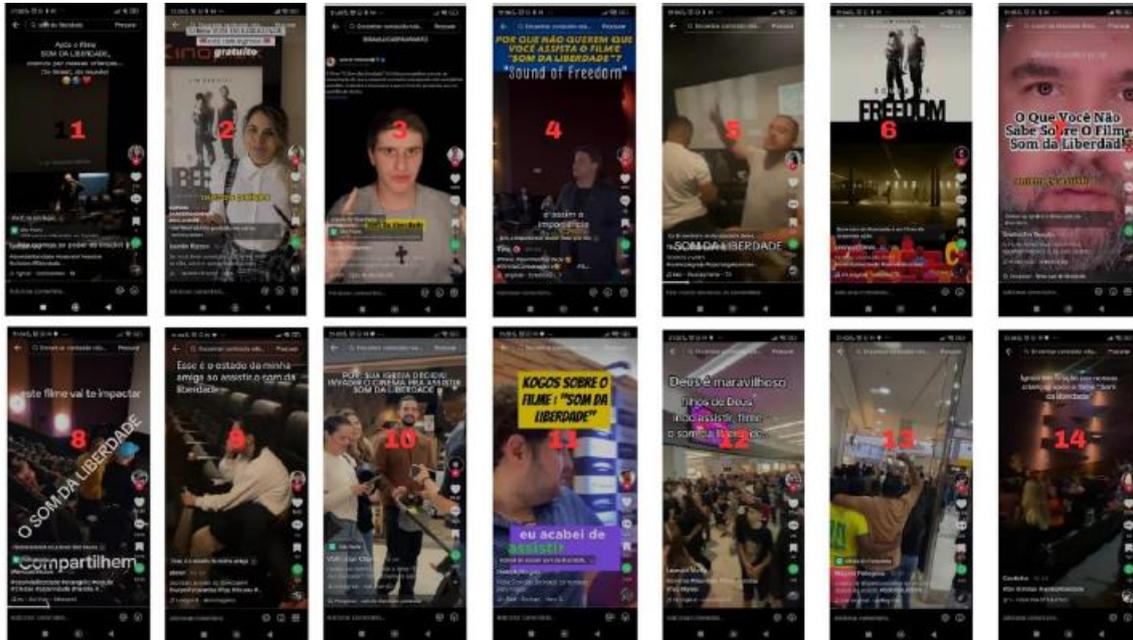
Figura 01: Captura de tela de vídeo no youtube.



Fonte: YouTube, 2023.

Como visto na reportagem divulgada pelo website do youtube, caravanas evangélicas se direcionaram a participar da audiência e compartilhar a existência do filme após as alegações de que o filme estava sendo boicotado pela mídia supostamente esquerdista. Com base em pesquisas realizadas pelos autores foram contabilizados mais de 14 vídeos gravando reações de influenciadores digitais e mobilizações religiosas a partir do filme. O que demonstra a eficácia da estratégia ultradireitista de se utilizar de recursos da internet e redes sociais para mobilizar massas em favor de suas pautas, que, apesar de por vezes mascaradas, são extremistas e danosas à saúde da democracia.

Figura 02: Capturas de telas de vídeos encontrados na Internet.



Fonte: Elaboração dos Autores, 2023.

Conclusão

Com base nos dados apresentados e na bibliografia explorada, podemos observar o longa-metragem utilizando de um tema sensível para efetivar uma autopromoção do produtor do filme, que se utilizou de uma ótica forjada de que a obra estaria abordando assuntos considerados proibidos e que existiriam forças políticas maiores se colocando para boicotar o filme, se utilizando da mescla das narrativas religiosas e ultradireitistas de perseguição de um determinado grupo tido como legítimo. Ademais, enfatizamos a importância de conhecer, não apenas o enredo do qual a obra se trata, mas também das críticas e ideologias que constituem o cerne da história, perpassando para símbolos sutis que constituem cenários e caracterização de personagens, por exemplo, que geram assimilação entre público e longametragem. Outrossim, ferramentas como o citado Som da liberdade, ao serem utilizados por ultradireitistas necessitam de análises críticas posteriores à exibição da produção, afim de filtrar e discernir o que apresentase como real, indiscutível e imutável diante das telas.

Palavras-chaves: Cinema; Ultradireita; Evangélicos.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Referências Bibliográficas

BECKER, H. S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1997. 178 p.

Gadamer, H-G. Verdade e Método – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Souza, Patrícia Gonçalves Saldanha; ROMERO, Daniel Reis de. Movimento QAnon e a religiosidade hackeada: big data, algoritmos e a captura da razão. In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MÍDIA E COTIDIANO, 8., 2021, Rio de Janeiro.

Apresentação Anais Do VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Cotidiano. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense, 2021. p. 73-81. Disponível em: http://designnaletitura.net.br/8sipmc/files/gt1_006_18188.pdf. Acesso em: 08 out. 2023.

Br Notícias. **Som da liberdade atrai Cristãos em caravanas e PMS aos cinemas**. YouTube, 28 de set. de 2023. https://www.youtube.com/watch?v=Qfz_vNHxiSc.

Pereira, W. P. (2003). **Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo.** História: Questões & Debates, 38, 101-131.

Pierucci, A. F. O. (1989). **Representantes de deus em Brasília: a bancada evangelica na constituinte.** Ciências Sociais Hoje (11): 104–32.

Pini, André Mendes. **Desinformação e populismo radical de direita: o caso da eleição de Donald Trump em 2016.** 2021. 302 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

Menezes, M.E.A. (2022). **Religião, conservadorismo e Jair Bolsonaro (2018-2022) O recurso a elementos religiosos e conservadores na eleição e governo de Jair Bolsonaro: um estudo de caso sobre o neopentecostalismo e a agenda da ultradireita no Brasil.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Relações Internacionais)- Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/28042> Acesso em 13 out. 2023.

Som da Liberdade é 80% verdadeiro, afirma diretor. Omelete, 2023. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/filmes/som-da-liberdade-diretor-ficcao-realidade>. Acesso em: 13 de Outubro de 2023.

Filmografia

Som da Liberdade. Dir.: Alejandro Gómez Monteverde. Produção de Jim Caviezel, Eduardo Verástegui, Leo Severino e John Paul DeJoria. Estados Unidos. Angel Studios, 2023.



Contendo a massa popular: autoritarismo competitivo e direito à manifestação na Guiné-Bissau

*Contener a la masa popular: autoritarismo competitivo y derecho a
manifestar en Guinea-Bissau.*

*Containing the popular mass: competitive authoritarianism and the
right to demonstrate in Guinea-Bissau*

Umaro Seidi, UFRGS¹⁵²

Introdução

A Guiné-Bissau é um país cuja trajetória política tem sido marcada por controvérsias inerentes a seus principais esferas de governação. Os conflitos políticos motivados por interrupções de mandatos dos governos, golpes de Estado, assassinatos de opositores políticos, perseguições e uma má funcionamento dos setores prioritários como a saúde e educação, têm suscitado no seio da sociedade civil uma enorme inquietação, tendendo a se organizar para ocupar as ruas e exigir dos atores políticos o respeito à democracia. Esses protestos na maioria das vezes são marcados por uma forte atuação das autoridades policiais, reprimindo os atores em protesto com a justificativa de que tais eventos não foram autorizados por autoridades competentes. Apesar de teoricamente os cidadãos possuírem direitos e liberdades de manifestações públicas, existem regras instituídas que procuram orientar as organizações que pretendem realizar os eventos de protesto. Essas regras deixam lacunas de interpretação sobre o papel das autoridades de segurança em autorizar ou não os protestos.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar os pressupostos do 2º suplemento ao boletim oficial da república, de 06 de abril de 1992, um documento que contém entre outras leis a de manifestação. O argumento principal aqui é de que, a criação de uma lei específica que buscasse orientar aos cidadãos sobre burocracias que deveriam ser

¹⁵² Mestrando em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

tramitadas para organizar protestos e, por cima disso, não clarificar o papel das autoridades de segurança no processo, teve como objetivo a continuidade de atributos autoritários do regime monopartidário, e, portanto, uma forma de consolidar um regime autoritário e competitivo (sobre esse conceito ver Levitsky; Way, 2002; 2010) que tivesse o controle dos cidadãos em relação a sua liberdade de expressão.

Metodologia

Este trabalho foi construído por meio de revisão bibliográfica em que foram reunidos artigos e demais obras para debater a questão proposta. O principal objeto de análise é o 2º suplemento ao boletim oficial da república, de 06 de abril de 1992, um documento que propõe orientar o par-e-passo que as organizações da sociedade civil que pretendem organizar protestos públicos devem seguir. As análises foram feitas por meio de análise documental, na qual serviu de aporte teórico as três etapas de análise de conteúdo sugeridas pela Bardin (2011), a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Discussão

As subseções que se seguem apresentam em debate uma temática atual, e que cada vez mais torna necessária a sua discussão. Os direitos e as liberdades de opormos aos detentores de poder são posto em causa em diferentes contextos, não só em regimes autoritários hegemônicos, aliás, tem-se muito pouco desses tipos de regimes políticos atualmente. A cada dia, mundialmente, os sistemas democráticos são testados e com isso exposto a ameaças autoritárias, aliás, existem países onde regimes que albergam duas extremidades, a da democracia e do autoritarismo, já são consolidados. Estes regimes híbridos contêm particularidades diferentes e, portanto, conformam características distintas.

No caso particular da Guiné-Bissau o anseio da instituição do sistema democrático resultou na configuração do autoritarismo competitivo, onde os atores políticos passaram a fazer uso das regras democráticas para concretizar os comportamentos autoritários, deixando assim os princípios democráticos no vácuo, que passaram a desempenhar funções fantasmagóricas.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Transição a Democracia?

A terceira onda de democratização impulsionou a entrada de muitos países do sul global no sistema democrático liberal, em particular os países do continente africano Howard; Roessler, (2006), e, sobretudo os da região subsaariana. Segundo argumentos dos teóricos esse facto foi possível por intermédio de agências multilaterais de desenvolvimento como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) que desempenharam um papel fundamental em pressionar os países que anteriormente eram autoritários hegemônicos a instituírem a democracia como sistema de governo, (FORREST 1993; CARDOSO, 1995).

No caso particular da Guiné-Bissau, o país só conseguiu alterar alguns pontos na sua constituição em 1991 depois de experimentar a opressão do colonialismo português e um regime autoritário guineense/cabo-verdiano, isto é, o monopartidarismo comandado pelo Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), instituído após a declaração unilateral da independência guineense em 1973, onde todos os setores da administração estatal foram assumidos por membros e pessoas que tinham relação direta com o PAIGC, como referido pelo Cardoso (2002), a sua elite política.

No auge do monopartidarismo na Guiné-Bissau o partido no poder não admitiu existência formal de nenhuma organização social ou partidária da oposição, assim com o advento da transição política em finais da década de 1980 o governo começou por enfrentar diversas formas de pressão, tanto no âmbito doméstico (inclusive no interior do PAIGC e da sociedade civil emergente) assim como no âmbito internacional (com os principais doadores, a exemplo de Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) (Forrest, 1993; Mendy, 1996). Após a mudança constitucional que passou a permitir a existência formal de outras formações políticas e organizações sociais, em 1992 o governo procurou um mecanismo legal cujo propósito era ainda continuar o controle das massas insurgentes que a qualquer momento pudessem realizar protestos contra a sua governação como havia acontecido meses posteriores a formalização do sistema democrático no país.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

A partir de este e ocorrências similares em que ações do governo não correspondiam mais com as regras democráticas, passa-se a experimentar um novo tipo de regime político, que não se enquadra nem como democrático, como pretendia os idealistas da transição, e nem mesmo de uma continuação da hegemonia do autoritarismo monopartidário, pois já existiam regras que legitimam organizações políticas e sociais no país. Além do mais, teoricamente o governo assim como as autoridades de segurança nacional não poderiam mais continuar exercendo as práticas de opressão e repressão contra os cidadãos e nem impedir reuniões e manifestações públicas de caráter político que exigem dos atores políticos a consagração de direitos como a educação, saúde, o bem estar social, etc. uma vez que a constituição da republica em seu artigo 54º garante aos cidadãos o direito de reuniões públicas e ações coletivas livres de coerção.

Em vez de uma transição do monopartidarismo para o sistema democrático, na Guiné-Bissau instituiu-se um regime híbrido cuja características são de autoritário e competitivo, em que regras democráticas são empregadas para legitimar ações autoritárias de uma elite governante, um modelo prevalecente até a data presente.

Autoritarismo Competitivo na Guiné-Bissau

O conceito de autoritarismo competitivo foi aplicado pela primeira vez em 2002 no trabalho de Levitsky; Way, "*The Rise of Competitive Authoritarianism*" publicado no *Journal of Democracy* em 2002. Esse conceito procura descrever as características de regimes políticos que contêm duas extremidades, a autoritária e a democrática, mas, sobretudo, regimes híbridos onde há uma competição política bem estruturada e há uma possibilidade clara de a oposição ganhar a disputa, contudo, os atores no governo recorrem a práticas políticas autoritárias para a sua manutenção no governo, como por exemplo, a nomeações com base ao clientelismo em cargos importantes para o controle da disputa ou por meio de instrumentalização do judiciário para perseguir adversários políticos (Levitsky; Way 2002; 2010). Em regimes autoritários e competitivos, embora existam regras democráticas as suas constantes violações impedem o normal funcionamento do sistema democrático, afirma os autores. Isto é, apesar de os cidadãos



terem garantias de liberdade civis e direitos políticos as violações desses princípios criam empecilhos para a consolidação democrática.

A Guiné-Bissau já havia sido rotulada como sendo um país governado por um regime autoritário e competitivo ainda em 2002, pelo Diamond (2002) que fez menção ao país num quadro de divisão entre regimes sem ao menos detalhar os aspectos que caracterizam a Guiné com tal. Assim também não faltam abordagens que identificam o regime democrático no país como falho, ou instável (ver SOUSA CORDEIRO, 2009). Desta forma o seu enquadramento como autoritário e competitivo vem de constatações empíricas do país.

Direito a Manifestação: Uma Realidade Utópica

Algumas pesquisas reconhecem que protestos podem destituir regimes autoritários e competitivos, isso porque os atores políticos da oposição e ativistas de movimentos sociais frequentemente exploram oportunidades da sua existência e por terem direito a se expressar publicamente para pressionar o governo e criar alianças com organizações, sobretudo internacionais, com o propósito de derruir ou transformar o tipo de regime político existente (JENKINS; JACOBS; AGNONE, 2003; VLADISAVLJEVIĆ, 2016).

Esse facto coloca as organizações sociais que pretendem ocupar as ruas como principais alvos da governação autoritária, que em vez liberalizar as oportunidades políticas a esses atores, tendem na maioria das vezes a procurar mecanismos para ter poder de influência, senão monopólio absoluto nesses espaços. A constituição da república guineense garante aos cidadãos liberdade de reuniões públicas “nos termos da lei” e também o direito de se manifestar “nos termos da lei”. Aqui é importante evidenciar as expressões em destaque.

Essa lei se refere ao documento atrás citado¹⁵³ aprovado pela assembleia nacional popular guineense em 1992, na altura composto apenas por membros de PAIGC,

¹⁵³ O 2º suplemento ao boletim oficial da república, de 06 de abril de 1992



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

oriundos dos tempos do monopartidarismo. O artigo 3º do documento: '**Liberdade de Exercício**' informa que "a todos os cidadãos é garantido o livre exercício de direito de se reunirem pacificamente em lugares públicos, abertos ao público e particulares independente de autorização para fins não contrários à lei, à moral, aos direitos das pessoas singulares ou coletivas e a ordem e tranquilidade publica". Ao mesmo tempo em que o documento garante aos cidadãos o direito a ocupar os espaços públicos para exigir governos o cumprimento de suas obrigações, a alínea 2 do artigo 5º detalha que, "os cortejos e os desfiles só poderão ter lugar aos domingos e feriados, aos sábados, depois das 13 horas e nos dias úteis depois das 19 horas", isto é, em períodos em que a função pública não esteja funcionando. No mais, o 6º artigo (**Avisos**) orienta aos cidadãos e entidades que pretendem realizar manifestações em espaços públicos a formular um documento de aviso com 4 dias de antecedência e encaminhar ao Ministério do Interior. Este documento deve ser assinado por quatro indivíduos responsáveis pelo grupo, que devem ser "devidamente identificados por nome, profissão, morada ou tratando-se de pessoas coletivas pelos respectivos órgãos de direção".

De certo modo o documento garante as autoridades de segurança publica possibilidades de não autorizarem o protesto do grupo, apesar de obrigar que as mesmas comuniquem ao grupo com 48 horas de antecedência, devendo fundamentar a sua decisão por escrito e com base ao artigo 7º do documento na qual se expressa que, "as autoridades competentes só poderão impedir as reuniões ou manifestações cujo objeto ou fins contrariem a lei, a moral, os direitos das pessoas singulares ou coletivas, a ordem e tranquilidade pública, assim como os compromissos ou engajamentos assumidos através dos acordos e outras ações jurídicas internacionais".

Esses pontos são fundamentais para compreender as dinâmicas do processo da continuidade de controle cidadão que o governo dissimula no documento, pois muitos atos de repressões contra as organizações sociais em protesto no país foram justamente fundamentados como "marchas não autorizadas" pelas autoridades.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Conclusão

A continuidade no poder do governo e o presidente que ocupavam esses cargos desde o monopartidarismo se deu por meio de uma forte instrumentalização dos órgãos responsáveis por controlar o processo eleitoral. Isso foi possível porque o PAIGC já criava raízes no aparelho estatal e não ia se largar em primeira oportunidade. Aliás, como se viu ao longo do texto, a transição política no país foi possível por pressões no âmbito nacional assim como internacional. O partido só abriu mão da sua hegemonia como única formação política legítima no país por haver essas oposições, daí instituir a democracia como sistema de governo mesmo sem cumprir com seus princípios era uma das saídas para continuidade do projeto autoritário dos atores políticos. Essa afirmação é nítida quando analisarmos detalhadamente a constituição da república assim como do documento que motivou a reflexão aqui desenvolvida, ou ainda se atentarmos aos processos eleitorais. Portanto, esse documento facilitou a vida de quem nunca quis conceder liberdade de expressão a cidadãos guineenses, sobretudo para realizar protestos e ocupar as ruas.

Palavras-Chave: Guiné-Bissau; Autoritarismo Competitivo; Protestos Populares.

Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARDOSO, Carlos. A Transição Democrática na Guiné-Bissau: um Parto Difícil. *Lusotopie*, v. 2, n. 1, p. 259-282, 1995.

CARDOSO, Carlos. **A Formação da Elite Política na Guiné-Bissau**. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2002.

DIAMOND, Larry. Thinking about hybrid regimes. *J. Democracy*, v. 13, p. 21, 2002.

FORREST, Joshua B. Autonomia burocrática, política económica e política num Estado'suave': o caso da Guiné-Bissau pós-colonial. **Soronda: Revista de Estudos Guineenses**, v. 15, p. 57-96, 1993.

HOWARD, Marc Morjé; ROESSLER, Philip G. Liberalizing electoral outcomes in competitive authoritarian regimes. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 2, p. 365-381, 2006.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

JENKINS, J. Craig; JACOBS, David; AGNONE, Jon. Political Opportunities and African-American protest, 1948–1997. *American Journal of Sociology*, v. 109, n. 2, p. 277-303, 2003.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. The Rise of Competitive Authoritarianism. *J. Democracy*, v. 13, p. 51, 2002.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. **Competitive authoritarianism: Hybrid regimes after the Cold War**. Cambridge University Press, 2010.

MENDY, Peter Karibe. A Emergência do Pluralismo Político na Guiné-Bissau. In.

KOUDAWO, Fafali. MENDY, Peter (eds.). **Pluralismo Político na Guiné-Bissau: Uma Transição em Curso**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996.

SOUSA CORDEIRO, Roberto. Dança de Cadeira: golpes de estado entre o autoritarismo e a democracia Guineense. 2009.

VLADISAVLJEVIĆ, Nebojša. Competitive Authoritarianism And Popular Protest: Evidence From Serbia Under Milošević. *International Political Science Review*, v. 37, n. 1, p. 36-50, 2016.



**Teologia da descolonização : A Teologia da Libertação como
movimento anticolonial e como mantenedora de direitos
humanos na América Latina**

*Teología de la descolonización: La teología de la Liberación como
movimiento anticolonial y mantenedora de los derechos humanos en
Latinoamerica*

*Decolonization theology: The liberation theology as anticolonial
movement and as maintainer of human rights in Latin America.*

Bruna Salgueiro Silva PUC-SP¹⁵⁴

A pesquisa aqui presente se propõe a relacionar a Teologia da Libertação, movimento político/espiritual que surge na América Latina em meados do séc. XX, com a movimentação anticolonial que se dá no território na mesma época, bem como suas implicações na garantia dos direitos humanos no local.

Para tanto o trabalho se debruça sobre a experiência de dois movimentos declaradamente conectados com a Teologia da Libertação e sua atuação política na América Latina, são eles SERPAJ-AL (Serviço de Paz e Justiça – América Latina) e Movimento Terra de Deus, terra de todos, duas organizações que atuam ainda hoje no território.

Busca-se através de revisão bibliográfica, análise de registros e entrevistas compreender as possíveis conexões entre a temática decolonial e seus movimentos políticos e a prática da Teologia da Libertação.

¹⁵⁴ Pedagoga pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP) e Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Quando lê-se a palavra “LIBERTAÇÃO” é inevitável se perguntar “liberta-se de quê?” e é entre outras coisas, esse o propósito da pesquisa, entender qual o objeto que subjulga, oprime, serseia a liberdade a qual se busca na América Latina.

Ora, falamos aqui de um continente que surge da ideia colonizadora, falamos de um povo moldado para ser colonizado, fornecedor, súdito e bem de consumo. Uma gênese que não pressupõe humanidade, autonomia e independência ou direitos humanos. Essa análise nos dá pistas para encontrar esse objeto e acaba por conectar diversos movimentos de insurreição, resistência e afirmação por todo o continente, movimentos esses que chegam a ecoar em outros continentes colonizados, como veremos à frente. A interessante contradição aqui é perceber que a Igreja, o entre da colonização que talvez mais tenha presença e responsabilidade na atuação nas Américas esteja aqui como protagonista de movimentações decoloniais, pois bem, vamos então olhar com mais delicadeza para esse objeto e destrinchar alguns pontos importantes para a compreensão do que estamos aqui propondo.

A Teologia da Libertação é um movimento cristão do século XX que questiona a atuação colonialista de antes da fé cristã até então e se posiciona politicamente na construção de comunidades educadas e preparadas para a autonomia e resistência frente ao desumano julgo capitalista/colonial.

“A Teologia da Libertação (TdL) foi um movimento religioso, social e político surgido na América Latina nos anos 60 e 70, com um ápice de atuação entre os anos 70 e os anos 90, e do qual continuam participando ainda hoje, mesmo se em número muito menor, militantes leigos, teólogos, padres, bispos e pastores. (MOREIRA, 2016, p. 207).”

Quando se diz desumano como adjetivo para o sistema capitalista a sentença expressa mais que afeto ou opinião, mas fala de uma prática sistêmica e que fundou o continente americano como o conhecemos, o desumanizar, a objetificação de corpos e epistemes em prol do lucro e desenvolvimento capitalista, ou seja, a escravidão.

A América é fundada sobre a escravidão de povos indígenas e africanos e sendo submetida a tal dinâmica de trabalho forçado e desarticulação de sua cultura (traço primordial de humanidade) por séculos, é que chegamos ao contexto atual, marcado tão profundamente por essa herança.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Nesse panorama ainda temos as mazelas do capitalismo dependente¹⁵⁵ (MARINI, 2002) que enfrentamos enquanto América Latina e suas consequências nas dinâmicas políticas locais, como miséria e instabilidade democrática.

O século XX é um momento intenso de revoluções e levantes por todo o mundo, na América Latina um movimento orgânico e considerado a 1ª escola de pensamento revolucionária latinoamericana se inicia, a Teologia da Libertação é concebida em meio a guerras externas e ditaduras militares internas.

As duas experiências que vamos analisar são iniciativas que tem como mote a TL (Teologia da Libertação) e atuam de maneira concreta nas dinâmicas políticas dos países em que houve possibilidade.

SERPAJ - AL

SERPAJ (Serviço de Paz e Justiça da América Latina) é um movimento que, pautado nos valores da Não Violência ativa, se posiciona na garantia dos direitos humanos por toda a América Latina, tendo sede em 13 países e atuando desde 1976.

A base do discurso de tal movimento se encontra em seu lema: “La paz es fruto de la justicia”, entendem que a paz é um direito humano inalienável e consequência da justiça, assim sendo propõe ações que busquem fomentar a justiça social e dissolução das desigualdades, sempre regido pelos valores da não violência.

Essa perspectiva parte da premissa que a não violência não se caracteriza por um comportamento passivo diante as violências, mas uma escolha ativa e dinâmica pela manutenção da justiça, que a longo prazo garante um cenário de paz e/ou bem estar social, enfrentando e transformando os conflitos em repertório e novas possibilidades.

¹⁵⁵ Capitalismo Dependente é o conceito desenvolvido por Florestan Fernandes sobre a dinâmica de dependência dos países periféricos do capitalismo em relação aos países centrais. Marini em suas análises destrincha tal tema em “Dialética da Dependência”.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

A presença em diversos países durante as décadas de 70 e 80 frente aos diversos regimes militares ditatoriais foi uma marca importante no trabalho do SERPAJ contra as desigualdades de direitos, bem como sua posição política anticapitalista em prol dos trabalhadores submetidos a exploração.

O coletivo mediava a relação de refugiados políticos com as embaixadas viabilizando processos de asilo e suporte logístico, como nos conta Rosalvo Salgueiro, membro do SERPAJ – Brasil.

Rosalvo: Quando o SERPAJ veio, eu tinha sido caçado no sindicato dos bancários, tinha perdido emprego, tinha sido caçado e fui para o SERPAJ para trabalhar com refugiados, que acontecia da seguinte forma: a pessoa estava sendo perseguida por exemplo, na Argentina. Lá na Argentina procuravam o SERPAJ, procurava o Adolfo, e o Adolfo mandava para o Brasil porque aqui a gente conseguia manter o cidadão, levava no escritório da ONU, a ACNUR¹⁵⁶ que reconhecia como refugiado, davam a ele um documento, e com este documento ele ficava sob responsabilidade da ONU. A partir do momento que ele recebia esse reconhecimento, a ONU dava a ele um apartamento, dava comida e ele ficava aqui esperando que a própria ONU conseguisse um país de refúgio para ele, e quase sempre era França, Suécia e Canadá. Mas também conseguimos para outros países como Noruega, raramente.

Adolfo foi preso e mantido sem comunicação pela ditadura argentina, chegou a ser torturado em cárcere e como estratégia política os membros do SERPAJ conseguiram fazê-lo ser indicado ao prêmio Nobel da Paz.

Rosalvo: E conseguimos que a Mairead Corrigan e a Betty Williams que foram prêmio Nobel da paz da 1977, por conta dos conflitos da Inglaterra, e a Irlanda do Norte entre os católicos os protestantes, conseguimos que elas indicassem o Adolfo ao prêmio Nobel da Paz. E a função era tentar mostrar para o mundo, que a Argentina tinha um candidato a prêmio Nobel da paz preso, e com isso tentar liberá-lo. Conseguimos. O Adolfo passou para a prisão domiciliar, e tiramos o Adolfo em 1977. Em 1980, que nem lembrávamos mais que o Adolfo havia sido indicado um dia vimos a notícia de que ele era prêmio Nobel da Paz de 1980. E era nosso amigo, companheiro de luta e de caminhada (...)

Em 1980 seu presidente Adolfo Pérez Esquivel ganha, em nome do movimento, o prêmio Nobel da Paz por seu compromisso com as populações vulneráveis da América Latina.

¹⁵⁶ O ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ou Agência da ONU para Refugiados é uma agência da ONU que atua para assegurar e proteger os direitos das pessoas em situação de refúgio em todo o mundo.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Figura 1 - Adolfo Pérez, Rosalvo Salgueiro e integrantes do Consulado da Nicarágua no Rio de Janeiro em 1988.



Atualmente o Projeto tem ênfase no trabalho de educação para a paz na Argentina, país de Adolfo, onde tem mais projeção. Fazem formações, propõem eventos e debates sobre a Justiça ativa, organização popular e educação ambiental.

Movimento terra de Deus, terra de todos

Tendo derivado dessa movimentação política Rosalvo Salgueiro como ativista se organiza numa movimentação política de duas frentes, 1º dentro da própria igreja católica, onde encontra com a atuação da ICAB (Igreja Católica Apostólica Brasileira), se identifica e passa a seguir como fiel, e em 2º no movimento de habitação popular e

dentro dos valores da ICAB e da Teologia da Libertação funda o Movimento Terra de deus, terra de todos.

Figura 2 - Adolfo Pérez e Rosalvo Salgueiro em visita a um empreendimento construído pelo Movimento terra de Deus terra de todos na zona Leste de São Paulo em 1988.



O Movimento é fundado em 1984 e consegue em 1986 entregar as primeiras unidades habitacionais na cidade de São Paulo, onde através de mutirão famílias de baixa renda (não necessitando ser cristãs para tanto) constroem as unidades com a supervisão de uma equipe técnica gerida pela associação (Movimento terra de Deus, terra de todos) e ao fim podem financiar o imóvel por um valor muito abaixo do valor de construção a uma parcela simbólica. Desde então mais de 20 mil unidades foram entregues no estado de São Paulo, ainda hoje sob coordenação de Rosalvo Salgueiro, atualmente Teólogo (da Libertação), mestre em Direito Penal Internacional pela Universidade de Granada e ativista pelos Direitos Humanos.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Aqui é importante salientar a ICAB e sua relevância para a construção do cenário da Teologia da Libertação no Brasil. Desde 1945 temos registros de um posicionamento de Dom Carlos Duarte Costa sobre fascismo e a conivência/apoio da Igreja a respeito. Dom Carlos que era Bispo da Igreja Católica Apostólica Romana é excomungado por seu posicionamento comunista e após isso funda a ICAB, que carrega o Lema “Deus, terra e liberdade” trazendo a discussão sobre a reforma agrária e dos direitos civis para o cerne da igreja. ICAB atualmente tem sede em diversos países colonizados, inclusive fora da América Latina como Filipinas, África do Sul entre outros.

Ou seja, podemos dizer que a Teologia da Libertação tem sua gênese nesse processo de organização do cristianismo frente as opressões e muito influenciado pelas discussões e revoluções marxistas da época.

Teologia da Descolonização

Trazendo a Discussão que Quijano faz em “Colonialidade do saber” para nosso debate podemos refletir sobre como a construção de novas bases de pensamento e articulação política, inclusive utilizando as ferramentas da própria colonização para tanto, se configura numa resistência epistemológica.

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. [...] a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. (Quijano – 2005).

Aqui reconhece-se como objeto que oprime a ação colonizadora, já que é a colonização quem traz ao território os grilhões que a amarra atualmente, que não apenas materiais, mas também epistemológicos.

Aqui a Igreja se opõe a própria Igreja e precisa escrever uma nova perspectiva teológica, em direção a libertação, não mais a prática do julgo como fez.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Assim se estrutura a pesquisa, pretendendo ir mais a fundo e trazer mais informações e reflexões sobre A Teologia da Libertação como movimento anticolonial na América Latina.

Palavras-chave: anticolonial, América Latina, Teologia da Libertação, Direitos humanos.

Referências Bibliográficas

ALBANO, G. De Freitas. **Abençoada Rebeldia**, Centro de Estudos Teológicos ICAB, São Paulo, 1987.

DA SILVA MOREIRA, Alberto. **Democracia e Direitos Humanos no Brasil: as contribuições da Teologia da Libertação**. Caminhos-Revista de Ciências da Religião, v. 14, n. 1, p. 207-221, 2016.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina¹. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

SALGUEIRO, Rosalvo. Entrevista pessoal. 01 de junho de 2023.



Como se constrói um Cristianismo antifundamentalista?

Tensionamentos entre tática e estratégia digitais numa perspectiva organizacional ecologista

¿Cómo se construye un cristianismo antifundamentalista?

*Tensiones entre táctica y estrategia digitales desde una perspectiva
organizacional ecológica*

*How to built an anti-fundamentalist Christianity? Tensions between
digital tactics and strategy from an ecological organizational
perspective*

Carolina Falcão, UFRPE¹⁵⁷

Neste artigo, desenvolvo uma análise exploratória sobre o crescimento e diversificação da atuação do Novas Narrativas Evangélicas (NNE), grupo formado em 2022 com o intuito de “unir integrantes que demonstram a diversidade cristã que existe no Brasil” (Novas Narrativas, 2022). Para isso, utilizo a perspectiva ecologista das organizações (Nunes, 2023), em que a diversidade de estratégias que os movimentos sociais articulam na atualidade deve ser compreendida a partir da “pluralidade de centros e formas organizacionais” (p. 205). Isso significa tomar com referência as formas como novos agrupamentos se organizam e mobilizam não mais em função de um centro convergente, mas a partir de espaços fragmentados, mais propícios a processos de articulação. O referido grupo iniciou um processo de formalização de seus propósitos políticos, lançando a agenda antifundamentalista, um documento que identifica os cinco eixos orientadores de suas ações, sendo eles: (1) antirracismo; (2) meio ambiente e clima; (3) combate à fome e à miséria; (4) defesa da democracia e instituições; (5)

¹⁵⁷ Professora Adjunta do Departamento de Ciências do Consumo (DCC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Identidades (PPGECI) UFRPE-Fundaj



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

direitos humanos e direitos da população LGBTQIA+. Como grande parte do ativismo progressista cristão no Brasil, o NNE tem sua gênese no espaço digital, exercendo suas atividades dentro do espectro do protagonismo religioso (Falcão, 2022), processo de articulação midiático-digital que disputa ora uma identidade evangélica, ora uma identidade cristã, em torno de temáticas políticas a partir de um lugar não-hegemônico e de baixa capacidade de mobilização massiva. Assim, o protagonismo religioso dá conta de um espaço ético-político sempre em tensão e disputa, reivindicando para si diferentes subjetividades religiosas e políticas.

Na agenda antifundamentalista lançada, o grupo se apresenta como uma comunidade-plataforma, composta por diversas denominações (majoritariamente evangélicas), cujo principal objetivo é o fortalecimento de uma ação antifundamentalista no campo evangélico. No entanto, é válido ressaltar como existe espaço para uma formulação ecumênica no grupo, de base fortemente cristã, que dá espaço para identidades mais hegemônicas e formas não-cristãs. Esse dado ajuda a pensar como as linhas desse Cristianismo antifundamentalista que o NNE postula encontra guarida em premissas já estabelecidas do pensamento ecumênico, mas não reverbera por exemplo uma preocupação em mobilizar lideranças eclesiais e denominações. Por outro lado, é importante ressaltar como essa demarcação, não necessária e formalmente ecumênica, em relação ao fundamentalismo cristão ressoa as formulações do protagonismo religioso, ao se posicionar antagonicamente em relação às forças hegemônicas que delimitam uma identidade político-religiosa conservadora e antidireitos. Nesse duplo comunidade-plataforma, observo um acionamento de formas distintas de atuação que podem ser lidas a partir do que Michel de Certeau (2012) delimitou como tática e estratégia.

Entendo que NNE tensiona fronteiras que já são questionadas ou debatidas no campo dos ativismos de forma mais ampla, como os limites entre o conhecimento e a ação, o saber e o poder, a compreensão e a crítica, por exemplo. No entanto, argumento que essa área híbrida entre tática e estratégia pela qual o NNE navega só é possível por conta do acúmulo de saberes sobre as redes digitais de comunicação e seus usos, ilustrando o capital e letramento midiático que os grupos ativistas (nos diversos



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

espectros políticos do campo religioso no Brasil) acumularam ao longo dos últimos anos no país. Assim, ao articular comunidade e plataforma, o grupo se move taticamente ao mesmo tempo em que estabelece um lugar estratégico de visibilidade.

Figuras epistemologicamente distintas, comunidade e plataforma também merecem atenção no sentido em que reverberam formas de agrupamento que antecedem a ubiquidade da Internet, mas que estão fortemente inscritas na cultura digital, adicionando assim mais nuances à polissemia que os dois termos juntos carregam. Na perspectiva da cultura digital, o que não se propaga está morto (Jenkins; Green; Ford 2014) e por isso mesmo é preciso pensar em termos de engajamento e participação para que elementos como uma comunidade ou plataforma façam sentido e ganhem importância. Em linhas gerais, a comunidade assume um sentido de pertença que se constitui como uma rede de interdependências múltiplas. Uma comunidade é, no fim das contas, uma rede social em que cada ator demonstra agências variadas no que diz respeito a permanecer, romper com, alimentar ou desestabilizar esses sentidos de interdependência. Uma plataforma, por outro lado, delimita um modelo de funcionamento que conecta demandas, numa lógica de *match-making*. Uma plataforma atende pleitos de variadas naturezas, sejam elas políticas, comerciais ou de relacionamentos. Assim, pensar uma plataforma é considerar uma arquitetura que posiciona seus atores em função de questões como relevância, autoridade e alcance, por isso é importante assumir que o dado estrutural da plataforma não pode ser considerado neutro, pois, como explica Vin Dijkstra (2013), há valores e normas inscritas em suas arquiteturas.

O que significa, então, do ponto de vista de uma ética e de uma política ativista, constituir-se como comunidade-plataforma? Quais as implicações dessa denominação e o que ela pode revelar sobre um reposicionamento dos ativismos digitais religiosos que se apresentam progressistas, ou no caso do NNE, antifundamentalistas? Argumento que esse duplo sugere um ponto de inflexão na forma como os progressismos cristãos no Brasil passam a se organizar (e conseqüentemente atuar) no espaço público. No primeiro âmbito, da comunidade-tática, prevalece a atuação cujo objetivo é delimitar uma diferença fundamental entre um nós e um eles. Nesse campo,



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

a disputa pelo significativo (e conseqüentemente pelo sentido) é fundamental. Ela demonstra os usos que grupos ativistas religiosos não-hegemônicos fazem das mídias digitais com o intuito de se reunirem, se identificarem e reivindicarem reconhecimento às suas agendas político-teológicas, numa forma de antagonismo ao acumulado poder midiático-massivo e teológico das grandes lideranças cristãs hegemônicas no país (Falcão, 2022). Como explica Certeau (2012), a tática se move no golpe a golpe, sendo determinada pelas “circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável” (p. 96). O tático do NNE se observa na forte produção de conteúdos de engajamento com a diversidade de denominações com que o grupo mantém diálogos políticos e teológicos. Pautados pela ordem discursiva majoritária, tais conteúdos se apropriam de enunciados fortemente estabelecidos nas frentes conservadoras para propor a proclamada “nova narrativa”, formas outras de ser e estar no campo evangélico. Produtos de fácil circulação, podcasts, posts e infoprodutos exercitam o sentido tático de comunidade, uma vez que reelaboram, a partir de sua ética multid denominacional, as temáticas e pautas que o campo evangélico como um todo alça no espaço público.

Já no âmbito da plataforma-estratégia há o que Certeau (2012) descreve como a ação de circunscrever “de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças” (p. 99). Como o próprio grupo afirma em seu documento fundador, o NNE ambiciona “produzir um posicionamento coordenado e estratégico para contribuir com o debate político brasileiro, entre outros campos” (Novas Narrativas Evangélicas, 2022). A plataforma é estratégica porque estabelece um limite, desenha um campo em que se pensa um projeto de poder e de uma certa unidade antifundamentalista. Há no processo, um cálculo de relações de força, “um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e, portanto, servidor de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (p. 45, grifo do autor). O estratégico do NNE se observa em ações offline e em empreendimentos híbridos. Respectivamente, temos o Encontro NNE, evento em que o grupo realiza, tal qual uma convenção, para promover o contato entre lideranças e liderados, e os editais de (1) identificação de novas lideranças e (2) de mentoria para formação e qualificação de canais de comunicação (novos pontos dentro da plataforma, pode-se argumentar) dos valores dessa “nova narrativa”. Interessante notar como nos



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

casos estratégicos, prevalecem sentidos mais verticais de organização (sobretudo uma noção de mentoria muito alinhada à gramática do ativismo digital) enquanto no campo tático, o efeito de horizontalidade é mais notado.

Justapostos, comunidade e plataforma evidenciam a complexificação da atuação de grupos evangélicos progressistas no Brasil num cenário de inegável rotinização do poder de uma certa elite evangélica que, mesmo não representando a totalidade complexa de denominações cristãs no país, ocupa um lugar hegemônico que é tanto político quanto teológico e midiático. Nessas circunstâncias, um mainstream cristão (Falcão, 2022) ocupa a visibilidade hegemônica que se estabelece como o contraponto que o NNE precisa para existir e contra quem vai reivindicar sobretudo uma identidade outra: evangélica sim, mas não fundamentalista; ou melhor: antifundamentalista. O caso do NNE demonstra a potência de conexão que a visada ecologista das organizações postula. Como explica Nunes (2023), o que se formula como um movimento é na verdade “uma ecologia de rede em constante evolução que, por sua vez, está aninhada em tecnologias mais amplas que se sobrepõem e recortam de múltiplas maneiras” (p. 205). A lógicas de ação, nessa perspectiva, não são puramente estratégicas ou táticas, elas se articulam para dar sentido a uma forma de ser (ética) e estar (política) que se move em rede e que convoca participação. Por fim, argumento que uma abordagem ecologista para pensar o NNE é um passo importante para mapear a ação de outros grupos, no país e na América Latina, que passam a se movimentar tático-estrategicamente como forma de contestação e dissenso aos esforços totalizantes dos grupos religiosos majoritários.

Palavras-chave: ativismo religioso; cultura digital; organização ecologista; progressismo.

Referências Bibliográficas

Novas Narrativas Evangélicas. (2022). Agenda Evangélica Antifundamentalista 2022. Disponível em: <https://linktr.ee/novasnarrativasevangelicas>

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012



II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

FALCÃO, Carolina. Nem todo evangélico, nem todo cristão: entendendo o protagonismo religioso no Brasil. São Paulo: Editora Annablume: 2022.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

NUNES, Rodrigo. Nem horizontal nem vertical: uma teoria da organização política. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VAN DIJCK, José. The culture of connectivity: a critical history of social media. Oxford: Oxford University Press, 2013



Transição democrática na Guiné-Bissau: o papel da sociedade civil na construção do regime democrático

Transición democrática en Guinea-Bissau: el papel de la sociedad civil en la construcción del régimen democrático

Democratic transition in Guinea-Bissau: the role of civil society in the construction of the democratic regime

Dauda Uali, UFRGS¹⁵⁸

Introdução

O trabalho tem como objetivo analisar a transição democrática na Guiné-Bissau, o papel desempenhado pela sociedade civil na construção da democracia e sua contribuição em busca da estabilidade governativa. Com enfoque especial na liberalização política do estado, reformas estruturais e seus impactos, por último os espaços da concertação política da sociedade civil no processo da democratização. Trata-se de uma análise multidisciplinar da transição democrática, de suas variadas concepções teóricas que descrevem as condições pelas quais as transições ocorrem e seus impactos na consolidação democrática. Para esse efeito, busca-se analisar as teorias hegemônicas da transição democrática, suas aplicabilidades e os limites no contexto africano, em especial guineense.

A Guiné-Bissau como outros países africanos que experienciaram a colonização, depois da independência tem atravessado cíclicas instabilidade políticas e profundas crises econômicas que levaram às mudanças de governos e as transições políticas, algumas ocorridas através da pressão externa, outros através dos pactos assinados que resultaram nas reformas institucionais e a consolidação da democracia. Na Guiné-

¹⁵⁸ Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Bacharel de Humanidades pela mesma universidade.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Bissau, após a independência tem sido constatado as mudanças importantes e da sua autonomia institucional, no entanto, com baixíssimo grau de participação política permeado por autoritarismo sistêmico. No aspecto da governação, os resultados negativos do governo no aspecto econômico, mau funcionamento da administração pública e as divergências internas no partido único são considerados como fatores que permeiam a abertura democrático em 1991.

Para a nossa análise, revisamos a literatura da democratização na Guiné-Bissau, no qual existe um consenso entre os autores, de que ausência da sociedade civil articulada no período da transição se enquadra como um dos fatores do fracasso da transição democrático, e que essa ausência é condicionada pelas restrições impostas pelo regime autoritário. Pontuando isso, a nossa pesquisa coloca-se como pergunta de partida: que papel a sociedade civil desempenha na transição democrática da Guiné-Bissau, como suas estruturas se organizam e a sua participação na governação? Em primeiro lugar, para responder essa pergunta, a nossa análise inicia com a operacionalização do conceito da sociedade civil, das suas dinâmicas que expressam a visão moderna do conceito como também as manifestações socioculturais, que no seu entendimento engloba as estruturas tradicionais dos grupos étnicos, canais informais de articulação política, as organizações institucionalizadas e não institucionalizadas (KOUAWO, 1996). Em segundo lugar, adotamos como método a revisão sistemática com respaldo no estudo de caso qualitativo, através da literatura da transição democrática.

No quadro da democratização, existe um debate amplo na literatura da ciência política de que organizações da sociedade civil são espaços institucionalizados de articulação política e os lugares onde a cultura democrática é construída. Estas literaturas mostram que, mesmo nos países em que a sociedade civil corre grandes riscos, assumem papel importante na democratização (TAR, 2009). O Clapham e Wiseman (1995), defendem que na África existe a diferença nas atuações das organizações sociedade civil no processo da transição democrática, isso se deve pelo nível elevado da violência em alguns regimes autoritários do que outros. Isto é, os países em que regimes autoritários foram menos violentos, a participação da sociedade civil foram mais perceptível, diferente dos contextos do sistema autoritário mais violento. Entretanto, as evidências



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

mostram que apesar de transições democráticas ocorridas na África, os partidos dominantes continuam tendo o monopólio de poder, desempenhando em alguns contextos “papel crucial na construção e florescimento da sociedade civil: pró-Estado e anti-Estado, bem como pró-democrática e antidemocrática” (CLAPHAM & WISEMAN, 1995, p.01). Essas ambiguidades de transição, vem gerando a publicações de obras importantes sobre os desafios da consolidação democrática, procurando responder as causas e fatores quais essas democracias não se consolidaram. Estes trabalhos têm mostrado uma certa relação histórica da instabilidade democrática com o processo histórico da independência dos países, as clivagens étnicas e as crises econômicas.

Apesar das contribuições publicados sobre o sistema político africano, a ciência política africana continua sendo menos explorada sobretudo na análise sobre transição democrática, devido essa escassez que as pesquisas voltadas nesse campo são importantes, sobretudo na atual conjuntura que as teorias hegemônicas da democracia estão em crise e faltam alternativas para superar crises contemporâneas. É essa insuficiência teórica que justifica a nossa pesquisa, com objetivo de analisar a transição democrática na Guiné-Bissau, onde as estruturas tradicionais desempenham papel importante na sociedade. Além da relevância social e científica, a pesquisa se enquadra como uma proposta alternativa para a construção da democracia. Para a compreensão da transição democrática nesse contexto exige análise ampla, isso implica a revisão bibliográfica sobre teorias da transição democrático, evitando generalizações das teorias hegemônicas, que as suas aplicações muitas das vezes podem enviesar análise.

Metodologia

Para esta análise, foram adotados o método da revisão sistemático bibliográfico, com respaldo no estudo de caso qualitativo através da literatura especializada da transição democrática. Esse tipo de pesquisa é fundamentado a partir das bibliografias que ajudam compreender e explicar determinados fenômenos, com respaldo nas evidências teóricas e empíricas (PETTICREW & ROBERTS, 2006). Esse método possui diferentes propósitos, que podem ser aplicados tanto para examinar as teorias antigas quanto os novos, como também para buscar o equilíbrio entre as evidências, fornecendo as recomendações e orientações para estudos posteriores. “Podem também ser utilizados



para examinar metodicamente as razões pelas quais diferentes estudos que abordam a mesma questão chegam por vezes a conclusões diferentes” (PETTICREW & ROBERTS, 2006, p.11).

Resultados

Apesar dos efeitos negativos deixados pela colonização, a transição democrática traz mudanças que resultaram na conquista de novos direitos, que possibilitaram o surgimento de organizações partidárias e movimentos sociais. Ainda que, teoricamente, o Estado guineense seja considerado democrático, observa-se os constrangimentos permeados de anormalidades e violências. Do ponto de vista político, o PAIGC é o símbolo do autoritarismo sistêmico, que alimenta cada vez mais o poder das Forças Armadas no regime democrático. Mesmo com a transição, a relação entre os militares a elite política guineense não foram superadas, isso se deve pela relação histórica do Estado¹⁵⁹, partido único e nas fases iniciais da democratização. Neste âmbito, as análises sobre dificuldades da consolidação da democracia na Guiné-Bissau não devem basear-se apenas no viés institucional, é preciso que as pesquisas posteriores levem em consideração o processo histórico, os fatores econômicos e questões de relações interétnicas como variáveis importantes para compreensão dos fatores de entrave do desenvolvimento da democracia na Guiné-Bissau. É a partir desta linha que entendemos que novas pesquisas sobre a democracia podem contribuir, com novas proposições teóricas sobre a transição democrática que as teorias hegemônicas não dão conta.

Destacamos dois pontos principais como fatores da instabilidade democrático: primeiro, apontamos que a constituição da república acena sinais de incertezas e desequilíbrio de poderes do sistema semipresidencialista adotado, ao qual concluímos que as reformas institucionais produziram efeitos inesperados no processo da democratização.

¹⁵⁹ Segundo o Forrest, a experiencia dos militantes do PAIGC no período da independência era limitada nas “áreas da diplomacia ou da guerra de guerrilhas, uma vez que, de 1962 a 1973, a preocupação central do PAIGC foi conseguir a libertação política da Guiné-Bissau através da luta armada. Por conseguinte, após a independência estes funcionários concentraram-se no desenvolvimento das instituições do Estado, mas faltava-lhes uma metodologia técnica para levar a cabo esta tarefa.” (1993, p.60)



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Defendemos que a constituição ao mesmo tempo que define os limites e interdependências de poderes, preserva alguns artigos e atribuições ao Presidente da República, que condicionam crises políticas, quedas de Governos e as dissoluções da Assembleia Nacional Popular. Apontamos dois artigos que sustentam a nossa tese, conjugados nos capítulos referente aos poderes do Presidente da República e do Governo, nestes artigos, a constituição confere ao presidente seguintes poderes:

Artigo 69°

a) Dissolver a Assembleia Nacional Popular, em caso de grave crise política, ouvidos o Presidente da Assembleia Nacional Popular e os partidos políticos nela representados e observados os limites impostos pela Constituição;

b) Demitir o Governo, nos termos do nº 2 do artigo 104° da Constituição;

Artigo 104°

2- O Presidente da República pode demitir o Governo em caso de grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições da República, ouvidos o Conselho de Estado e os partidos políticos com assento parlamentar. (ANP, 1996)

Em segundo lugar, destacamos que as reformas institucionais na transição democrática não expressam mudanças importantes para a estabilidade democrática. Realçamos que apesar de sistemas semipresidencialistas serem considerados como sistemas que geram a estabilidade democrática e competição de partidos políticos, a realidade guineense é um caso desviante. A instabilidade desse sistema é condicionada pelo excesso de poderes atribuídos ao presidente e as incertezas que tais poderes geram no sistema político, e isso tem gerado a relação instável entre a classe política e as Forças Armadas. Como destacamos na tabela abaixo, os principais acontecimentos marcaram o cenário político de 1973 a 2019.

Tabela 1: Transições Políticas, Eleições e Golpes de Estado (1973-2019)

Períodos	Acontecimentos políticos	Presidentes da República	Períodos de mandatos	Partidos/Dirigentes
1973	Proclamação da Independência	Luis Cabral	1973 – 1980	PAIGC (Partido Único)
1980	Golpe de estado efetivo	João Bernardo Vieira	1980 – 1994	PAIGC (Partido Único)
1990/1994	Transição democrática	Governo de transição	1990– 1994	PAIGC
1994	Realizações das primeiras eleições democráticas	João Bernardo Vieira (Eleito)	1994 – 1999	PAIGC



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

1998/1999	Golpe do estado e guerra civil	Malam Bacai Sanhá	1999 – 2003	Transição política
1999	Realização das eleições	Kumba Yalá (Eleito)	2000 – 2003	PRS
2003	Golpe de estado efetivo	Henrique Rosa	2003 – 2005	Transição política
2005	Realização das eleições	João Bernardo Vieira (Eleito)	2005 – 2009	Candidato independente
2009	Golpe de estado efetivo (Assassinato do presidente da República e Chefe das Forças armadas)	Raimundo Pereira	2009 – 2009	Transição política
2009	Realização das eleições	Malam Bacai Sanhá (Eleito)	2009 – 2012	PAIGC
2012	Governo de transição (morte do presidente vítima de doença)	Raimundo Pereira	2012	Transição política
2012	Golpe do estado efetivo	Manuel Serifo Nhamadjo	2012 – 2014	Transição política
2014	Realizações das eleições	José Mário Vaz (Eleito)	2014 – 2019	PAIGC
2019	Realizações das eleições	Umaro Sissoco Embaló (Eleito)	Presidente em exercício	Madem-G15

Fonte: Elaboração própria

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Transição democrática; Sociedade Civil; Forças Armadas.

Referências Bibliográficas

ANP. **Constituição da República da Guiné-Bissau**. Bissau, 1996. Disponível em: <<https://reformatar.co.mz/documentos-diversos/constituicao-de-guine-bissau.pdf>>. Acesso em: 10-10-2023

CARDOSO, C. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. In: Lusotopie, nº2, 1995. Transitions libérales en Afrique lusophone. pp. 259-282. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1995_num_2_1_991>. Acesso em: 13-02-2021

CARDOSO, Carlos. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. CEA - Centro de Estudos Africanos. Lisboa, 2012. Disponível em: <www.portaldoconhecimento.gov.cv:10961/435>. Acesso em: 03-05-2021

FORREST, Joshua B. **Autonomia burocrática, política econômica e política num estado “suave”: o caso da Guiné-Bissau pós-colonial**. Caderno, N-15; INEP. Rev. Soronda:1993.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

KOUDAWO, F. **A Sociedade Civil e Transição Pluralista na Guiné-Bissau 1991 a 1996**. In: KOUDAWO, F. e MENDY, P.K. Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma transição em curso. Bissau, INEP-1996, pp. 68-120.

GARCIA, Francisco Proença. **Os movimentos independentistas, o Islão e o Poder Português (Guiné 1963-1974)**. Dissertação (Universidade Católica Portuguesa). Lisboa, 2000.

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau**. Edições 70: Biblioteca de Estudos Africanos. Lisboa, Portugal. 1982

NÓBREGA, Álvaro. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisboa, 2003.

PETTICREW, Mark. ROBERTS, Helen. **Systematic reviews in the social sciences: a practical guide**. Ed: Blackwell Publishing. 2006

TAR, Usman. A. **The Politics Of Neoliberal Democracy In Africa: State and Civil Society in Nigeria**. New York, 2009



A descolonização do caráter imaginativo do Planejamento Urbano: por uma perspectiva anticapitalista, revolucionária e Transgressora

La descolonización del carácter imaginativo del Urbanismo: desde una perspectiva anticapitalista, revolucionaria y transgresora

The decolonization of the imaginative character of Urban Planning: from an anti-capitalist, revolutionary and transgressive perspective

Clara Guimarães Melo, IPPUR/UFRJ¹⁶⁰

O Planejamento Urbano brasileiro, desde sua concepção, se constituiu sob modelos e práticas desenvolvidas pelo norte global. Essa perspectiva eurocentrada parte da universalização de categorias de percepção, julgamento e ação oriundas do centro que desconsideram e subjagam outras formas de organização social. Debates recentes vem tensionando essa monocultura do saber ao propor uma mudança no centro de gravidade epistemológico das análises tradicionais e trazer a tona concepções e experiências até então invisibilizadas. O presente trabalho examina e critica a narrativa hegemônica do planejamento urbano, buscando evidenciar dinâmicas insurgentes que possam vir a contribuir para uma perspectiva anticapitalista, revolucionária e transgressora de Planejamento. Como forma de sistematizar, decompor e simplificar a análise aqui enunciada, foi utilizado o método do materialismo histórico e dialético. Acredita-se que tais reflexões, podem contribuir para a construção de um pensamento crítico acerca da teoria e prática do Planejamento Urbano, bem como atuar nos movimentos de contestação e fortalecimento de narrativas contra-hegemônicas.

As transformações na dinâmica de acumulação capitalista que ocorreram nas últimas décadas proporcionaram um cenário de grandes alterações sobre o sistema social, os

¹⁶⁰ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/ UFRJ)



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

setores econômicos e as formas de regulação do poder político e financeiro internacional. Esse processo teve como marco o Consenso de Washington ocorrido em 1989 na capital dos Estados Unidos que acarretou num conjunto de recomendações de administração pública gerencial que deveriam ser adotadas pelos governos dos países em desenvolvimento para alcançarem o suposto desenvolvimento econômico e social. Dentre as recomendações estavam previstas a desregulamentação dos mercados; a abertura das economias dos países; a implementação de práticas não intervencionistas - ou seja, contenção de gastos públicos - e por fim, a abdicação de todo o projeto de cunho nacionalista desenvolvimentista. Todos os países que necessitassem de empréstimos e auxílios financeiros para quitação de suas dívidas externas deveriam adotar as novas medidas. As grandes instituições internacionais - Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) constituíram-se nos principais vetores de disseminação da nova agenda (DARDOT; LAVAL, 2016). Tal processo resultou na reforma gerencial dos Estados brasileiros, nas quais cidades passaram a deter forte protagonismo sobre a gestão do fluxo de capitais, focando suas ações para atender as necessidades das grandes empresas multinacionais.

Esse contexto surge de forma articulada no discurso do planejamento urbano através do chamada Planejamento Estratégico (BORJA E CASTELS, 1996; VAINER, 2000a) e Empreendedorismo Urbano (HARVEY, 2005). O novo modelo de planejamento propunha uma transposição dos conceitos e técnicas oriundos da lógica empresarial para a esfera do Planejamento Urbano. De modo que a cidade passa a ser concebida como uma empresa que tem como objetivo: a sua promoção nacionalmente e internacionalmente, de modo a atrair investidores, visitantes e usuários solventes; o favorecimento do acordo com outras instâncias de administração pública (Federal, Estadual e Municipal), bem como a cooperação público-privada via novas modalidades de parcerias, e por fim, a promoção da cidade internamente de modo que desperte em seus habitantes um "patriotismo cívico" (BORJA; CASTELS, 1996).

A nova modalidade parte da premissa de que os governos locais, ao agirem como atores privados, seriam capazes de dar resposta aos atuais desafios urbanos. Uma vez que as



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

idades, na atual era da globalização e da comunicação, estariam cada vez mais sujeitas a condições e desafios semelhantes aos das empresas privadas (BORJA; CASTELS, 1996). Entretanto, a materialização do novo paradigma tem demonstrado uma realidade bastante distinta, com críticas normalmente voltadas para uma concepção idealizada de competição global; a sobreposição de um receituário externo global sobre projetos de base regional/ e ou local; a ausência efetiva de participação dos atores; ao direcionamento dos grandes projetos para áreas exclusivamente de maior visibilidade econômica, o que nem sempre coincide com as áreas que mais necessitam de intervenções; e por fim, uma ausência de impacto sobre as classes com menor poder aquisitivo, o que resulta meramente num instrumento dinamizador da economia local (SÁNCHEZ, 2003; VAINER, 2000). O que coloca em questão o modelo hegemônico e, sob muitos aspectos, aponta para um contexto de crise do instrumento de Planejamento Urbano.

Para Miraftab (2016), trata-se de uma crise de identidade e legitimidade do Planejamento territorial dada em função de um desajuste entre a imagem e a ideia da profissão. Para a autora, é preciso promover uma ruptura ontológica em torno do planejamento, que sob sua perspectiva, só é possível mediante duas ações básicas: o reconhecimento do leque de práticas sancionadas além do Estado e poderes corporativos, nomeadas como insurgentes, bem como uma descolonização do caráter imaginativo em relação ao futuro com movimentos anticoloniais e anticapitalistas de longa duração. É só a partir daí que encontraríamos inspiração, valores e princípios orientadores para o exercício de um urbanismo humanista, impreterivelmente anticapitalista, revolucionário e transgressor (MIRAFTAB, 2016). Ou seja, o conjunto de contradições e falsas promessas que as práticas de planejamento têm expressado nas últimas décadas são uma das principais causas do contexto de contradição e crise de legitimidade dos saberes urbanos. Saberes estes que encontram-se quase que exclusivamente centrados num corpo técnico arbitrário vinculado ao Estado e a serviço da dinâmica capitalista. É nesse contexto que se destaca o planejamento insurgente que provém de uma tradição radical anterior na teoria de planejamento, formulada ainda nos anos 1980. No tocante ao planejamento urbano acredita-se que essa vertente é capaz de fornecer elementos, até então pouco considerados, assumindo um importante



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

papel frente as disputas territoriais. De modo que o processo de qualificação do planejamento urbano, deixe de se constituir sobre um corpo técnico “qualificado”, fortemente inspirado por modelos e práticas do norte global, e passe a assumir um caráter amplo e inclusivo, associado a experiências históricas locais de povos subalternizados, que desde sempre apresentaram formas próprias de organização social e territorial. Tal processo não consiste em tarefa fácil, trata-se de uma constante luta prática, política e epistêmica.

As Epistemologias do Sul seguem nessa perspectiva por se apresentarem como uma proposta epistemológica que pretende identificar e validar outros conhecimentos e questionar os limites do rigor técnico-científico. Para Boaventura (2009), um dos dissidentes dessa narrativa, há diversos indícios de que o paradigma de conhecimento dominante atravessa uma crise profunda e irreversível, resultante de uma pluralidade de condições sociais e teóricas. Os sinais dessa crise permitem especulações acerca sobre qual será o paradigma emergente, a esse respeito, o autor apresenta um conjunto de teses: de que todo o conhecimento científico-natural é científico-social; todo conhecimento é local e total; todo conhecimento é autoconhecimento e todo conhecimento científico visa a se constituir em senso comum. Essa perspectiva denuncia o sistema que sustentou a hierarquização epistêmica moderna, dado mediante a exclusão e o ocultamento de povos e culturas dominadas pelo capitalismo e colonialismo. Diante dessa hierarquização surge a necessidade de um pensamento que reconheça a pluralidade de saberes para além do conhecimento científico (BOAVENTURA, 2009).

Recuperar práticas invisibilizadas e tensionar a monocultura do saber exige uma reconceituação da própria ótica do Planejamento “oficial”, uma vez que a forma como se compreende determinado fenômeno é moldado a partir das perguntas que fazemos e teorias que utilizamos.

Ao realizar uma análise crítica referente a história hegemônica do Planejamento, Sandercock (1998) aponta para duas deficiências primordiais: a primeira refere-se ao objeto da história do Planejamento e a segunda aos seus sujeitos. Ao definimos o



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

planejamento enquanto profissão, compreendemos que essa prática só pode ser exercida apenas por aqueles que se qualificam como "profissionais". Ou seja, sob essa perspectiva, o objeto da história do planejamento refere-se a emergência da profissão e suas conquistas, tratando-se de uma história heróica, pautada na tradição da construção da cidade e da nação via Estado. O resultado é uma narrativa sobre as ideias e ações de homens brancos de classe média já que, durante muito tempo, mulheres e negros eram sistematicamente excluídos do campo. Entretanto, ao definirmos planejamento como construção de comunidade, então cria-se a possibilidade de um conjunto de narrativas muito mais inclusivas, nas quais o planejamento dos povos originários, por exemplo, pode ser compreendida como uma prática de Planejamento. Essa segunda perspectiva tem ganhado cada vez mais espaço nas últimas duas décadas, evidenciando o protagonismo de povos invisibilizados e suas tradições alternativas de planejamento exercidas para além do Estado e sob muitos aspectos, em oposição a ele. Ao recuperar essas narrativas se promove um desafio quanto a precisão da história oficial e conseqüentemente um tensionamento das dinâmicas político-econômicas, sociais, psicológicas e culturais (SANDERCOCK, 1998).

Dito isto, gostaria de concluir a reflexão com os seguintes questionamentos: quais seriam as implicações de um processo de releitura do planejamento a partir de uma perspectiva contra-hegemônica? Seria possível desvelar novos significados mediante velhas práticas e sugerir novas metodologias e novos temas? E por fim, o Planejamento Urbano pode ser encarado apenas como um instrumento meramente técnico ou trata-se de um dispositivo dialético, radical e essencialmente político?

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Planejamento Insurgente; Epistemologias do Sul; Pensamento decolonial.

Referências Bibliográficas

BOAVENTURA, S. S. Meneses, M.P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almedina, 2009.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **A cidade como atores políticos**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 45, p. 152-166, 1996.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo : ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume,v. 01, 2005.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. RBEUR – **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, V.18, N.3, p. 363-377, 2016.

SÁNCHEZ, Fernanda Ester. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Editora Argos, 2003.

SANDERCOCK, Leoni. Introduction: Framing Insurgent Historiographies for Planning. In: SANDERCOCK, Leoni. **Making the Invisible Visible. A Multicultural Planning History**. Berkeley, Los Angeles, London. University of California Press, 1998.

VAINER, Carlos Bernardo. **Pátria, empresa e mercadoria**. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, v. VII, 1999.

**RESUMO SIMPLES –
APRESENTAÇÃO
EM PÔSTER (GRADUAÇÃO)**



**Comunidade Roda de Fogo (RDF): Uma história de conflitos e
luta pela conquista do território em Recife/PE**

*Comunidad Roda de Fogo (RDF): Una historia de conflicto y lucha
por la conquista del territorio en Recife/PE*

*Roda de Fogo Community (RDF): A history of conflict and struggle
for the conquest of territory in Recife/PE*

SOUZA, Iale Monteiro Silva e, UFPE¹⁶¹

Resumo

A pesquisa busca registrar a linha do tempo de surgimento, consolidação e luta da Comunidade Roda de Fogo no bairro de Torrões, Recife/PE. Vez que a Comunidade iniciou o processo de ocupação do território na década de 1980 e carecem estudos que registrem este processo, a pesquisa tenciona documentar este processo, sobretudo dado o avanço da idade do núcleo que orquestrou o movimento (dentre eles, a avó da pesquisadora, dona Maria José). Com relação à **metodologia**, se trata de uma pesquisa exploratória, pautada em material bibliográfico e documental, cuja finalidade é subsidiar o desenvolvimento do Trabalho de Curso. Como técnicas principais adotadas até o momento, consistiram em coleta de material, leitura, e sistematização dos documentos, seleção, síntese e produção de fichamentos e textos, tanto referentes à RDF em si, como de material sobre o Direito à Cidade. Sobre **principais resultados parciais obtidos**, verifica-se que a comunidade ainda apresenta uma série de desafios a superar, tanto no direito à cidade (com a demanda de urbanização em áreas muito insalubres como é o caso da favelinha Calcinha Preta), como à questão jurídica no que tange à documentação de posse do lote e edificação, e por outro lado, verifica-se uma desmobilização da comunidade, as raras reuniões para tratar de suas demandas e o pouco engajamento dos jovens na atualidade. A **contribuição no eixo temático C.**

¹⁶¹ Graduanda no Curso de Arquitetura e Urbanismo CAU-UFPE.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Manifestações coletivas e movimentos sociais se dá na medida em que resgata a luta da RDF pela conquista do território desde a década de 1980 até os dias atuais.

Palavras-chave: Roda de Fogo; Comunidade; Conflito; Movimento social; Conquista do território.

Referências Bibliográficas

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In: COSTA, Marco Aurélio; THADEU, Marcos; FAVARÃO, Cesar Buno (Org.). **A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília: Ipea, 2018. p. 29-43. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180529_a_nova_agenda_urbana_e_o_brasil.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019

ARRUDA, Sande Nascimento de. **Da invisibilidade à regularização fundiária: a trajetória do Programa Meu Imóvel Legal em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

ARRUDA, Sande Nascimento; LUBAMBO, Cátia Wanderley. **Entre a cidade informal e a cidade formal: a regularização fundiária como instrumento de inclusão dos invisíveis sociais na Comunidade de Roda de Fogo no Município do Recife**. *Ciência & Trópico*, v. 43, p. 159-184, 2019.

BATTAUS, Danila M. de Alencar; OLIVEIRA, Emerson Ademir B. de. **O DIREITO À CIDADE: URBANIZAÇÃO EXCLUDENTE E A POLÍTICA URBANA BRASILEIRA**. In: Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 97, p.81-106, 124, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-6445081-106/97>.

BONDUKI, N. **Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida**. *Teoria e Debate*, v. 82, mai./jun. 2009. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em : 03 set. 2019.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

BONDUKI, N. G. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa; STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro. **Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico***. In: Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 18, n. 35, p.283-307, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

<https://www.scielo.br/j/cm/a/6Z7H8kyvQPvFwbBSVSdLPhN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2019.

COSTA, Alexandre. **Roda de Fogo: cidade encantada, a biografia**. Recife, 2010. Disponível em: <http://rodadefogoencantada.blogspot.com.br/>. Acesso em: 5 junho 2023.

KEHL, L. **Breve história das favelas**. São Paulo: Claridade, 2010.

LEFEBVRE, Henry. **Le Droit à la Ville (O direito à cidade)**. Paris: Editora Anthropos, 1991.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAULE JR., Nelson. **Direito Urbanístico: vias jurídicas das políticas urbanas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2007. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/306056929_Direito_a_cidade_uma_trajetoria_conceitual. Acesso em 24 set 2019.

SIQUEIRA, Júlia Baptista Piancastelli de. **Urbanização e Regularização de Áreas Pobres no Recife, PE: a experiência do PREZEIS**. Trabalho de conclusão de graduação (Geografia). Belo Horizonte: UFMG, 2008.



A agenda neoliberal e a internacionalização da Amazônia: as reservas de valor do imperialismo

La agenda neoliberal y la internacionalización de la Amazonía: las reservas de valor del imperialismo.

The neoliberal agenda and the internationalization of the Amazon: the reserves of value of imperialism

Natanael Nobre, UFPE¹⁶²

Itemização

A região amazônica, por suas riquezas naturais, historicamente sempre foi cobiçada pelas potências mundiais, com o agravante de ter um povoamento escasso, apelidada de deserto verde, por esse motivo o governo brasileiro empreendeu, principalmente entre as décadas de 1930 e 1980, projetos de desenvolvimento e integração para essa região, como o ciclo da borracha (1880 - 1945), porém desde a redemocratização o problema tem se intensificado, portanto o presente trabalho parte da hipótese de que o enfraquecimento das políticas de integração e desenvolvimento estão relacionadas ao aumento da influência internacional na Amazônia. O texto tem como objetivos: 1) analisar historicamente a dialética entre o imperialismo e as reações do governo brasileiro na Amazônia e 2) problematizar a atual presença estrangeira na região. Para esses fins será usada a pesquisa bibliográfica online em artigos e fontes estatais. O texto contribui com o evento no eixo temático "A agenda ultraliberal no Brasil e na América Latina" na medida que permite o entendimento do uso do neoliberalismo pelas potências imperialistas na Amazônia brasileira na história recente, além do resgate histórico das políticas estratégicas usadas pelo Brasil na defesa dos interesses nacionais. O recente pedido da França para aderir a OTCA, o artigo incitando represalias militares ao desmatamento na Amazônia, as sanções comerciais da UE e a CPI das ONGs demonstram a legítima preocupação do Estado com sua soberania, ou a falta dela, na região.

Palavras-chave: amazônia; internacionalização; imperialismo; geopolítica; história.

¹⁶² Estudante de 7º período de Bacharelado em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco.



**Igrejas e território: resultados parciais de um estudo sobre a
cidade do Recife**

*Iglesias y territorio: resultados parciales de un estudio sobre la
ciudad de Recife*

Churches and territory: partial results of a study on the city of Recife

MORAES, Marília N., UFPE¹⁶³

SANTANA, Leticia R. de, UFPE¹⁶⁴

Resumo

A radicalização política aliada à discursos morais fundamentados nas religiões cumprem papel decisivo nos resultados eleitorais pela massiva concessão das plataformas midiáticas aos líderes religiosos que também são responsáveis pela regiogização da política. (FONSECA, 2021).

Entretanto, pouco se tem questionado sobre o papel da esfera religiosa, sobretudo as instituições evangélicas que vêm assumindo uma posição relevante, tanto socialmente quanto territorialmente. É nesse contexto que se insere o presente trabalho desenvolvido no âmbito de Estágio Curricular Institucional que teve como objetivo realizar o mapeamento das igrejas evangélicas e católicas da cidade do Recife utilizando o Google Earth como plataforma principal.

Como resultado parcial do mapeamento que encontra-se em elaboração, tem-se até então dados da maior Região Político Administrativa do Recife - RPA 3, composta por 29 bairros. Para tanto, além do mapeamento no Google Earth de cada igreja encontrada,

¹⁶³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo - UFPE, aluna de Estágio Curricular Institucional no Laboratório Espaço e Política - LEP/UFPE.

¹⁶⁴ Arquiteta e Urbanista, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Laboratório Espaço e Política (LEP) e do grupo de pesquisa Sociedade Espaço e Política (SOPAPO), que recepciona a pesquisa em rede Geopolítica e Desenvolvimento Desigual no Brasil: Voto, Território e Classe.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

foi preenchida uma planilha no excel com dados como nome da igreja, denominação religiosa, endereço, latitude e longitude. Até o momento, tem-se o quantitativo de 375 igrejas no total, onde 79 são igrejas católicas e 296 igrejas evangélicas. Dessas igrejas evangélicas, tem-se que 85 são de missão, 201 pentecostais, 10 neopentecostais.

A partir desses resultados parciais, entende-se a necessidade de dar continuidade ao trabalho de forma a obter toda a territorialização das igrejas do Recife visando a possibilidade do cruzamento do mapeamento com dados do Censo do IBGE 2023 objetivando uma análise mais aprofundada que possa correlacionar questões como renda, raça, escolaridade e gênero com religião.

Palavras-chave: política; religião; território, mapeamento, Recife.

Referências Bibliográficas

FONSECA, Alexandre Brasil. Democracia representativa, democracia participativa e questões identitárias: os evangélicos como um caso bom para pensar. Debates do NER, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 137-153, 2021.



**Da Omissão à Ênfase: análise das manchetes televisivas e
seus reflexos na opinião pública**

*De la omisión al énfasis: análisis de los titulares televisivos y su
impacto en la opinión pública*

*From Omission to Emphasis: television headlines and their impact
on public opinion*

Gisele Cabral, UFPE¹⁶⁵

Bárbara Rodrigues, UFPE¹⁶⁶

As mídias tradicionais (rádio, TVs, jornais) tendem a possuir um relacionamento simbiótico com poderosas fontes de informação pela correspondência de interesses, o que pode afetar a formação do consentimento dos indivíduos (HERMAN e CHOMSKY, 2003)¹⁶⁷. Sendo esses potenciais eleitores, entende-se que as mídias possuem forte protagonismo na escolha do voto dos cidadãos. A fim de investigar melhor tal relação, a presente pesquisa analisou notícias do período de 01/06/2022 até 01/06/2023 dos dois principais jornais televisivos do país, Jornal Nacional e Jornal da Record, por meio de uma clípgem das manchetes pertinentes à temática da pesquisa.

A partir de uma análise comparativa, evidencia-se a omissão de conteúdos e a escolha de palavras da manchete sobre o mesmo fato de acordo com a agenda de cada editorial. Nos dois jornais foram localizadas manchetes relacionadas à Igreja Universal (fundada pelo proprietário da Record TV) e ao termo “pastor”. No Jornal Nacional, essa palavra estava presente em três manchetes referentes ao ‘escândalo do MEC’, ao contrário do

¹⁶⁵ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco; membro do Laboratório Espaço e Política do DAU-UFPE

¹⁶⁶ Doutoranda em Desenvolvimento Urbano pelo PPG MDU/UFPE, mestre em Desenvolvimento Sustentável e bacharel em Turismo pela Universidade de Brasília; membro do Laboratório Espaço e Política do DAU-UFPE

¹⁶⁷ A manipulação do público / Edward S. Herman e Noam Chomsky; Tradução: Bazán Tecnologia e Linguística. – São Paulo: Futura, 2003



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Jornal da Record, que a omitiu. No mesmo período, o Jornal da Record veiculou notícias sobre ações voluntárias da Igreja Universal, enquanto o Jornal Nacional não faz menção à instituição.

Diante disso, nota-se que o conteúdo do que é veiculado na mídia pode estar atrelado às narrativas construídas sobre um fato, de forma que atenda aos interesses dos que possuem poder sobre elas e, portanto, é importante exercer uma análise crítica sobre o que está sendo dito, por quais atores e seu porquê.

Palavras-chave: mídias tradicionais; notícias; consentimento; igrejas.

Referências Bibliográficas

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. **A manipulação do público:** Política e poder econômico no uso da mídia. Tradução: Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 2003.



**Projeto de Pesquisa: A pandemia e o Sistema Único da
Assistência Social/SUAS: reflexões sobre o cotidiano dos/as
trabalhadores/as do SUAS em Pernambuco**

*Proyecto de Investigación: La pandemia y el Sistema Único de
Asistencia Social (SUAS): reflexiones sobre el cotidiano de los
trabajadores del SUAS en Pernambuco.*

*Research Project: The pandemic and the Unified Social Assistance
System/SUAS: reflections on the daily lives of SUAS workers in
Pernambuco.*

Silva, Jaqueline Martins da, UFRPE¹⁶⁸

Fernandes, Raquel de AU, UFRPE¹⁶⁹

Buscou-se compreender, os impactos da covid-19 sobre os/as usuários do SUAS e seus territórios com o recorte para as pessoas em situação de Rua/PSR, para uma melhor aproximação da compreensão destas pessoas como sujeitos de direito. A escolha deste recorte se volta para compreensão de que este público é reconhecidamente um dos grupos mais vulneráveis (hipervulneráveis) em nossa sociedade, situação esta, agravada no contexto de pandemia. Para isso, tomamos como possibilidade o envolvimento no processo de construção do Censo da Pop rua da cidade do Recife como forma de responder aos objetivos deste estudo. A reflexão deu-se sobre as vulnerabilidades sociais e violações de direitos humanos que incidem sobre o cotidiano desses usuários. Com análise sobre este público que historicamente é sujeito a violações cotidianas, desde antes da pandemia, por sua vulnerabilidade latente, entretanto, na pandemia amplificou-a, não somente por estarem mais susceptíveis ao risco e efeitos da doença, mas também, pelo crescimento desta vulnerabilidade

¹⁶⁸ Universidade Federal Rural de Pernambuco

¹⁶⁹ Universidade Federal Rural de Pernambuco



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

decorrente da Covid-19 e seus desdobramentos. Neste relatório apresentamos alguns dos resultados deste Censo realizado em parceria entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco, Prefeitura do Recife e Comitê Pop Rua. Os resultados alcançados demonstram uma aproximação entre cotidianos vivenciados pela PSR da cidade do Recife e de outras metrópoles brasileiras. Revelando os impactos da aporofobia/pobrefobia e da hostilidade nas relações sociais/urbanas. Apontaram para um aprofundamento das expressões de vulnerabilidade, risco e violações de direitos vivenciados por este grupo e para a essencialidade da presença do estado no protagonismo de ações estruturantes para este segmento.

Palavras-chaves: SUAS; Covid-19, Direitos Humanos; Censo População em situação de Rua.



Projeto de Extensão: “Tem vida nas ruas: Letramentos políticos para equidade, diversidade e democracia”

Proyecto de Extensión: “Hay vida en las calles: Alfabetización política para la equidad, la diversidad y la democracia”

University Extension Project: “There’s life in the streets: Political literacy for equity, diversity and democracy”

Augusto Ferreira Silva¹⁷⁰

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes¹⁷¹

O projeto “Tem vida nas ruas: Letramentos políticos para equidade, diversidade e democracia” em desenvolvimento no departamento de Ciências do Consumo/UFRPE visa desenvolver metodologias e promover momentos de letramentos políticos para a promoção da equidade, reconhecimento/acolhimento da diversidade com vias ao alargamento da democracia. Letramento político, segundo Cosson (2011), pode ser definido como o processo de apropriação de conhecimentos (direitos humanos, instituições políticas, democracia), práticas (exame de temas controversos, participação decisória, diálogo) e valores (equidade, liberdade) para a manutenção e o aprimoramento da democracia. Compreendemos que democracia é processo, não se institui por ato e que, tanto a democracia e a equidade precisam ser cotidianamente promovidas, tecidas e fortalecidas. O projeto se propõe a atuar dentro e fora da Universidade, envolvendo em suas ações a comunidade acadêmica em geral, educadores/as sociais que atuam com pessoas em situação de rua e trabalhadores/as que atuam na ponta de diferentes políticas públicas e movimentos sociais. A perspectiva deste projeto é atuar a partir da pesquisa-ação no campo da educação para a democracia com vias a operar de forma ativa pela produção de letramentos e aproximar

¹⁷⁰ Discente do curso de Ciências do Consumo (UFRPE) e bolsista BEXT/UFRPE.

¹⁷¹ Prof. Dra. do curso de Ciências do Consumo/DCC; Observatório da Família/ IMM; PPGEI



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

os/as participantes das discussões e articulações para uma Universidade e atuação profissional e militante antirracista, anticapacitista, não aporofóbica, de enfrentamento ao machismo, homofobia, transfobia, misoginia, visando a superação e capacitação dos/as profissionais e demais participantes, tendo como perspectiva formá-los para que possam utilizar dos conhecimentos e ferramentas obtidas para enfrentar estas questões, que perpassam e atingem nossa sociedade, no seu cotidiano.

Palavras-chave: Letramento; Política; Reconhecimento; Social

Referências Bibliográficas

COSSON, Rildo. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, v. 4, n. 7, p. 49-58, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

TASCHNER, G. Cultura do consumo, cidadania e movimentos sociais Ciências Sociais Unisinos, vol. 46, núm. 1, enero-abril, 2010, pp. 47-52 Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

**Experiências na Linha: reflexões a partir da prática da
Assessoria Técnica Popular enquanto instrumento de luta
territorial na Comunidade da Linha**

*Experiencias en la Línea: reflexiones a partir de la práctica de la
Asesoría Técnica Popular como instrumento de lucha territorial en la
Comunidad de Línea*

*Experiments on the Line: reflections about the practice of Popular
Technical Advisory as an instrument of territorial struggle in the Line
Community*

SALES, Bruna B. L., LEP/UFPE¹⁷²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir o atual conflito fundiário nas Comunidades de Interesse Social *Sítio Santa Francisca e Paz e Amor/Beco do Michelin* (zona sul do Recife), batizadas de Comunidade da Linha, e analisar as atividades do Projeto Extensionista da Universidade Federal de Pernambuco (LEP/UFPE) ao atuar em defesa da Comunidade que enfrenta 6 processos de reintegração de posse por ocupar faixas de segurança de uma linha férrea subutilizada há 30 anos. Intitulado *A Linha do trem e a Linha da vida: o despejo, a luta coletiva e o papel da assessoria técnica popular junto ao Conflito fundiário na Comunidade da Linha, em Recife-PE*, o Projeto parte da Educação Popular de Paulo Freire e de metodologias participativas, como a pesquisa-ação e a cartografia social, para compor com o território através da Assessoria Técnica Popular, a fim de amenizar o impacto do despejo. Os resultados de pesquisa realçam o saber local e os processos autônomos de produção do espaço, dentre os quais

¹⁷² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo e discente pesquisadora do LEP/UFPE - Laboratório de Espaço e Política da Universidade Federal de Pernambuco.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

apontamos: i) a confecção de 2 mapas em tecido, produzidos pelos extensionistas e moradores durante oficinas de Cartografia; ii) o Plano Emergencial de Incidência¹⁷³; e iii) a cartilha sobre Zona Especial de Interesse Social¹⁷⁴. O trabalho integra a sessão temática do colóquio por se associar à linha de pesquisa da geopolítica, ao discutir o desenvolvimento urbano desigual e destacar o papel da Assessoria Técnica na luta pelo direito à cidade e à moradia digna, trazendo à tona ideias sobre planejamento conflitual e incidência política.

Palavras-chave: extensão universitária, assessoria técnica popular, conflitos socioterritoriais, direito à cidade, incidência política.

¹⁷³ Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1wrg6ckQR1I2N5OZ-hIDMDXF_Rzk7Nr8k/view

¹⁷⁴ Disponível em: https://issuu.com/teesea2/docs/cartilha_zeis_-_impress_o



Pesquisar é intervir: um ensaio metodológico e projetual participativo para a Cozinha Solidária da Torre (PE)

Investigación es intervención: un ensayo metodológico y de diseño participativo para la Cocina Solidaria Torre (PE)

Research is intervention: a participatory methodological and design essay for the Torre Solidarity Kitchen (PE)

NEVES, Maria Isabela¹⁷⁵

Resumo simples

Baseada na premissa de que a pesquisa pode ser uma ferramenta para promover a transformação social, aprimorar a prática profissional e produzir conhecimento científico, esse trabalho, contado por mim, parte de uma demanda concreta que envolve ações, reflexões e adaptações constantes. Seu objetivo reside na **prática e no relato do processo projetual participativo desenvolvido para a Cozinha Solidária da Torre**, ocupação pertencente ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto (PE), localizada na cidade do Recife. Utilizando a metodologia da **pesquisa-ação**, o estudo se apresenta como uma abordagem participativa e intervencionista in loco, que não apenas busca compreender o contexto, mas também atua ativamente no mesmo.

Investigo como a **assessoria técnica e a participação coletiva** se entrelaçam para construir alternativas reais e alinhadas às expectativas, sonhos coletivos e a ideia de autonomia. Através do processo projetual participativo para a Cozinha, trago a tona como os atores desse território e as assessoras técnicas populares do MTST se unem para definir as possibilidades projetuais do território.

¹⁷⁵ Formanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Setor de Arquitetura e Planejamento do MTST (PE) e da Organização da Sociedade Civil Massapê.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

No decorrer deste processo, diferentes perspectivas são consideradas, unindo passado e presente, técnicas e práticas populares. Buscamos entender a importância da prática, da consciência crítica e da atuação coletiva na construção de uma arquitetura popular e militante, destacando a contra narrativa do método também como produto.

Essa jornada representa um **convite** para explorar novos caminhos, desafiando as normas pré-estabelecidas e abraçando a pluralidade de perspectivas que podem enriquecer o modo de praticar arquitetura e urbanismo.

Palavras-chave: processo projetual participativo; assessoria técnica; atuação profissional.

Referências bibliográficas

Assessoria técnica popular: a prática em movimento / [editores Álvaro Roberto de Lara Júnior...[et al.]]. -- São Paulo, SP : MSTC - Movimento Sem Teto do Centro, 2022. Outros editores: Andrei Massa, Bruno Lima, Julise Ribeiro, Marcele Lemos Piotto.

ARANTES, Pedro Fiori. Arquitetura Nova. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.

ASSIS, Ana Paula Silva de. A agência dos jogos [manuscrito]: Dissenso e emancipação na produção política do espaço. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2017.

BALTAZAR, A. P., KAPP, S. Por uma Arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaço. Minas Gerais, 2006.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Assessoria técnica com interfaces [2016]. In: Silke Kapp; Ana Baltazar. Moradia e outras margens. Belo Horizonte: MOM, 2021, v. 1, pp. 127–150.

BOREL, Mariana Barbosa Miranda et al. Políticas públicas de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo: práticas na direção da autonomia. 2020.

BRITTO, Pedro. A cidade Dialogada: Reflexões sobre processos participativos para intervenções em espaços públicos. Recife, 2019.

CARDOSO, Fernanda S.; SANTO AMORE, Caio. Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil. XV Coloquio Internacional De Geocrítica, Las Ciencias Sociales Y La Edificación De Una Sociedad Post-Capitalista, 2018.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social: do discurso à construção da prática profissional. revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 24, 2022.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assistência a assessoria técnica: entre o discurso e a prática. Anais, 2019.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. 2a edição. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1982.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 42a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARCIA, Tatiane Boisa; SHIMBO, Lucia. As distintas origens das práticas da arquitetura no campo da moradia popular no Brasil. 2023.

GUIZZO, Iazana. Reativar territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo. Quintal Edições, 2019.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. Arquitetura como exercício crítico: apontamentos para práticas alternativas.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, p. 221-236, 2018.

LOPES, João Marcos de Almeida. Nós, os arquitetos dos sem-teto. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, p. 237-253, 2018.

MERGULHÃO, Marina. Fazendo Lugares juntos: ferramentas de cocriação e coprodução de cidades. Recife, 2019.

PULHEZ, Magaly Marques; ROSA, Thaís. Ideários e práticas participativas na produção da cidade e da habitação no Brasil: entre o idealismo e a normatividade, uma herança do século XX?

SILVA, Jefferson. Solidariedade sem teto: atuação do Movimento dos Trabalhadores sem Teto em Recife em tempos da pandemia da COVID-19. Recife, 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula (orgs.). Usina: entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2016.



**A fome da pandemia ou a pandemia da fome: na rua, quantos
são e quem são?**

*Hambre pandémica o la pandemia del hambre: en la calle, ¿cuántos
hay y quiénes son?*

*Pandemic hunger or the hunger pandemic: on the street, how many
are there and who are they?*

PEREIRA, Mônica Virgínia Monteiro, UFRPE¹⁷⁶

FERNANDES, Raquel Uchôa de Aragão, UFRPE¹⁷⁷

SILVA, Maria Zênia Tavares da, UFRPE¹⁷⁸

O aumento da fome é registrado em todo o Brasil, especialmente no período da pandemia da Covid-19, mas tem se tornando um fenômeno pandêmico à medida em que se espalha por todos os continentes, por fatores climáticos ou político-econômicos. Este estudo integra pesquisa em andamento que objetiva analisar os dados publicados pelo Censo Pop Rua Recife, em 2023, no campo da elaboração e implementação de políticas públicas. O Censo revela um fenômeno já conhecido, a fome, que é agravada quando os indivíduos se encontram na rua, sem amparo dos direitos sociais e, em especial, do direito humano à alimentação adequada. De acordo com os dados do censo, 1.806 pessoas estão em situação de rua, 65% delas afirmaram já terem passado um dia inteiro sem comer e, aproximadamente 31% delas, não realiza três refeições ao dia. Foi constatada escassez de água potável para consumo diário e higienização, assim como estrutura insuficiente para atender a demanda de alimentos desta população. A

¹⁷⁶ Bacharela em Direito e graduanda em Ciências do Consumo, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

¹⁷⁷ Doutora em Ciências Sociais, Departamento de Ciências do Consumo. Observatório da Família/Instituto Menino Miguel e PPGS-Programa de Pós-Graduação, UFRPE-Universidade Federal Rural de Pernambuco

¹⁷⁸ Doutora em Sociologia, Departamento de Ciências do Consumo, Núcleo de Estudos do Consumo e Economia Familiar (NECEF), UFRPE-Universidade Federal Rural de Pernambuco.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

situação de rua representa violação grave ao direito humano à alimentação, considerando que este direito se traduz pelo acesso físico e econômico, ininterruptamente, aos alimentos saudáveis ou aos meios para obtê-los sem comprometer os recursos para o exercício dos demais direitos fundamentais. A fome é essencialmente política e é agravada em contextos de redução/ausência do Estado. Esta pesquisa, documental/exploratória, ora em andamento, na perspectiva da pesquisa-intervenção, integrando os participantes no estudo e na transformação da realidade, se encontra em consonância com a temática do eixo Manifestações coletivas e movimentos sociais.

Palavras-chave: censo; fome; população em situação de rua; direito humano.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Caderno de Assistência Social n.3: Vigilância socioassistencial. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília-DF: MDS, 2009. p. 139-150.

BRASIL. Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 9 jul. 2019.

Relatório final: censo da população em situação de rua da cidade do Recife/Humerto da Silva Miranda...[et al.]-Recife, PE: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2023.



**Nada sobre nós sem nós: Trajetória do Movimento Nacional da
População de Rua rumo ao reconhecimento de direitos**

Nada de nosotros sin nosotros: Trayectoria del Movimiento

Población de calle hacia el reconocimiento de derechos

*Nothing about us without us: Trajectory of the National Movement of
Street population towards recognition of rights*

Camila Roberta Moraes da Silva, UFRPE¹⁷⁹

Raquel de Aragão Uchôa fernandes fernandes¹⁸⁰

Não se sabe com exatidão quando pessoas passaram a fazer das ruas sua morada, no Brasil há um esforço em curso para quantificar, ao menos nas grandes metrópoles brasileiras, esse contingente de homens, mulheres e crianças que por razões diversas fazem das ruas local de permanência e moradia. Enquanto essa parcela da população aumenta, relacionado ao agravamento das desigualdades sociais, amplia-se também a organização política deste segmento e de grupos da sociedade civil e instituições religiosas para cuidar e atender às demandas urgentes e necessárias que são atendidas de modo parcial, e/ou negligenciadas, pelo poder público como alimentação, vestimenta, saúde e geração de renda. Em 2004, um episódio de barbárie movido pelo higienismo e abuso de poder das autoridades, envolvendo policiais e guardas civis, resultou em sete pessoas mortas e oito feridas na Praça da Sé, região central da capital paulista. A investigação não foi concluída e apenas dois dos seis acusados foram sentenciados. Este acontecimento marcante foi o estopim para a organização do Movimento Nacional de População de Rua. A cidade do Recife realizou o censo Pop rua (2023) contabilizando 1806 pessoas em situação de rua na cidade. A organização social

¹⁷⁹ Estudante do curso de Ciências do Consumo/ UFRPE, Observatório da família/IMM, bolsista BIC Facepe

¹⁸⁰ Docente do curso de Ciências do Consumo/ UFRPE, Observatório da família/IMM, PPGECI/UFRPE/Fundaj



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

e política em torno desta população, bem como as respostas pelo poder público às demandas apontadas pelo Censo configuram objetivo de pesquisa em andamento com apoio da Facepe. Esta pesquisa tem abordagem qualitativa e busca compreender a dimensão política das vivências/sobrevivências nas ruas da cidade do Recife.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Movimento Nacional de População de Rua; Movimento social; Direito; Pesquisa censitária.

Referências Bibliográficas

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Movimento nacional de população de rua: a complexa luta por direitos. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1058-1079, dez. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 de outubro de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. (2023). Relatório final: **Censo da população em situação de rua no Recife 2023** / Humberto da Silva Miranda [et al.] – Recife, PE. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/censo_populacao_rua_recife_2023.pdf>. Acesso em 14 de outubro de 2024.



Modos de morar, modos de viver: uma leitura crítica da proposta de reparação da moradia após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG

Formas de habitar, formas de vivir: una lectura crítica de la propuesta de reparación de viviendas después de la ruptura de la presa de Fundão en Mariana/MG

Ways of Living, Ways of Being: A Critical Examination of the Housing Repair Proposal after the Dam Break at Fundão, in Mariana/MG

DAMASO, José Carlos V.¹⁸¹

MENEZES, Gabriela D.¹⁸²

O rompimento da barragem de rejeitos de minério de Fundão, causado pelas mineradoras Samarco, Vale e BHP, em 5 de novembro de 2015, resultou em sérias consequências socioambientais para comunidades e cidades de Minas Gerais e Espírito Santo. Especificamente em Mariana, famílias atingidas pelo desastre-crime ainda aguardam por reparação habitacional após o deslocamento forçado de seus territórios de origem. O estudo visa realizar uma análise crítica do processo de reparação do direito à moradia empreendido pela Fundação Renova e mineradoras rés, em parceria com representantes das comunidades atingidas e da equipe de Assessoria Técnica da Cáritas. A metodologia envolve pesquisa bibliográfica e documental, escuta das demandas da população atingida, além de construção de ferramentas técnicas e gráficas. O estudo é crucial para compreender os impactos contínuos do desastre e a violação de direitos no âmbito da reparação. Nesse sentido, a pesquisa contribui para o evento, no eixo indicado, por abordar a luta pelo direito à moradia, à terra e ao território.

¹⁸¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Ouro Preto.

¹⁸² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Ouro Preto.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

A pesquisa busca identificar limitações nos novos arranjos habitacionais e desafios na retomada dos modos de vida e, neste sentido, os resultados da pesquisa, a exemplo da construção de uma linha do tempo sobre o processo de reparação, podem fornecer perspectivas importantes no campo da justiça ambiental, territorial e dos direitos humanos. A proximidade da Universidade Federal de Ouro Preto com as comunidades atingidas impulsiona a participação da universidade no processo de luta pela garantia dos direitos à moradia e de um processo de reparação justa às pessoas atingidas.

Palavras-chave: Mineração; Rompimento da barragem de Fundão; Moradia digna; Avaliação Pós-Morar; Mariana/MG.



Contracartografia do desastre: comunicação e conflito nos territórios atingidos de Mariana pelo rompimento da barragem de Fundão

Contracartografía del desastre: comunicación y conflicto en los territorios

afectados de Mariana por la ruptura de la represa de Fundão

Counter-mapping of the disaster: communication and conflict in the affected territories of Mariana due to the Fundão dam breach

MIRANDA, Letícia T. G.¹⁸³

SANTOS, Matheus G. de O.¹⁸⁴

O rompimento da barragem de rejeitos de minérios de Fundão, provocado pelas mineradoras Samarco, Vale e BHP, em 2015, causou drásticos impactos socioambientais, atingindo comunidades e municípios ao longo da Bacia do Rio Doce. Especificamente em Mariana/MG, a população segue lutando por uma justa reparação dos danos e perdas. Nos últimos oito anos, inúmeras violações de direitos acompanham o processo de reparação sob responsabilidade da Fundação Renova e mineradoras rés: falta de ações que garantam a retomada dos modos de vida; indenizações insuficientes; falta de ações de reabilitação econômica, de saúde, de preservação da memória; etc. Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo construir, a partir da escuta das manifestações coletivas da população atingida, uma contracartografia do desastre, denunciando as violações de direitos às comunidades e territórios atingidos de Mariana. A metodologia inclui pesquisa a referências bibliográficas e documentais; diálogo com representantes da Comissão de Atingidos da Barragem de Fundão (CABF) e da equipe de Assessoria Técnica da Cáritas; construção de mapas, diagramas e outros

¹⁸³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Ouro Preto.

¹⁸⁴ Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Ouro Preto.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

dispositivos e documentos técnicos e gráficos que auxiliam na compreensão do processo de violação de direitos decorrentes do desastre-crime. À vista disso, a pesquisa em andamento na Universidade Federal de Ouro Preto colabora para o eixo temático "Manifestações coletivas e movimentos sociais", no que diz respeito às lutas populares, denúncias de violações de direitos e contribui na publicização das contranarrativas do processo de reparação de danos e perdas decorrentes do desastre-crime.

Palavras-chave: Mineração; Territórios Atingidos; Rompimento da barragem de Fundão; Contracartografia; Mariana/MG.



**Mineração e Financeirização Urbana: a luta por moradia digna
na Sede de Mariana/MG a partir do rompimento da barragem de
Fundão**

*Minería y financiarización urbana: la lucha por una vivienda digna
en Mariana/MG tras el derrumbe de la presa de Fundão*

*Mining and urban financialization: the struggle for decent housing in
Mariana/MG after the Fundão dam collapse*

MIRANDA, Letícia T. G.¹⁸⁵

SANTOS, Matheus G. de O.¹⁸⁶

O rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, Vale e BHP, em 2015, evidenciou problemas crônicos referentes à mineração nos territórios atingidos. A reparação desse desastre-crime, entretanto, está gerando novos impactos nas cidades, uma vez que os custos são em parte repassados para as comunidades atingidas e a população em geral, especialmente grupos vulnerabilizados. Assim, a crescente busca por imóveis na cidade de Mariana e a alta no valor dos preços de imóveis reforça uma problemática já presente nas cidades brasileiras: o déficit habitacional. A chegada de trabalhadores para atuar no processo de reparação e o aumento na busca pelo reassentamento familiar, devido aos atrasos nos reassentamentos coletivos, aliado a grande especulação imobiliária, aumentou consideravelmente a população urbana no distrito sede do município, agravando o déficit de moradias. Nesse contexto, a responsável pela reparação, Fundação Renova, alega não ter condições de adquirir os imóveis com altos preços, não cumprindo acordos judiciais de reparação da moradia à população atingida. Este trabalho, fruto de pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Ouro Preto, propõe como etapas metodológicas: pesquisa bibliográfica e documental; análise de

¹⁸⁵ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Ouro Preto.

¹⁸⁶ Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Ouro Preto.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

publicidades de imobiliárias; levantamento de dados do Cartório de Registro de Imóveis; e mapeamento da relação dos vetores de crescimento da cidade com as moradias adquiridas para o reassentamento familiar. Dessa forma, será possível verificar se há um processo de financeirização urbana decorrente do rompimento de Fundão, e criar uma contracartografia que mostra como este processo acirra a violação do direito à moradia digna à população atingida de Mariana.

Palavras-chave: Mineração; Rompimento da barragem de Fundão; Financeirização urbana; Moradia digna; Mariana/MG.



Além das Urnas: a presença de Bolsonaro e Lula nos canais do YouTube

*Más allá de las urnas: la presencia de Bolsonaro y Lula en los
canales de YouTube*

*Beyond the Ballot Boxes: the presence of Bolsonaro and Lula on
YouTube channels*

Mariana Lopes Leal, UFPE¹⁸⁷

Barbara Nascimento Rodrigues, UFPE¹⁸⁸

O avanço das mídias digitais tem criado novas dinâmicas na sociedade, determinando processos sociais, econômicos e políticos. Segundo Byung-Chul Han¹⁸⁹, a democracia se degenera em infocracia, onde o comportamento eleitoral se dá assim como o comportamento do consumo: de maneira inconsciente, através da afetividade e em busca de entretenimento. Nesse sentido, o presente trabalho buscou investigar os canais do YouTube mais relevantes associados aos nomes “Bolsonaro” e “Lula” para compreender o potencial de sua presença nas mídias digitais. Os canais foram extraídos através do site Youtube Data Tools¹⁹⁰, no módulo Rede de Canais, utilizando os termos chaves “Bolsonaro” e “Lula presidente”. Ao analisar os dados extraídos na busca pelo termo “Lula presidente”, foram identificados 14 canais que possuem mais de 100 mil inscritos. Dentre estes, os temas eram: políticos (5), governamentais (4), entretenimento (2), notícias (2) e educação (1). A soma total de inscritos desses canais é de 20,54 milhões. Para o termo “Bolsonaro”, foram encontrados 26 canais com as mesmas

¹⁸⁷ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pernambuco; bolsista CNPq vinculada ao Laboratório de Espaço e Política do DAU-UFPE

¹⁸⁸ Doutoranda em Desenvolvimento Urbano pelo PPG MDU/UFPE, Mestre em Desenvolvimento Sustentável e bacharel em Turismo pela Universidade de Brasília.

¹⁸⁹ HAN, Byung-Chul. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Tradução de Gabriel S. Philipson, Editora Vozes, Petrópolis, RJ: 2022

¹⁹⁰ DIGITAL METHODS INITIATIVE. YouTube Data Tools. Disponível em: https://ytdt.digitalmethods.net/mod_channels_net.php. Acesso em: 10 out. 2023.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

características, sendo 10 de políticos, 9 de notícias, 3 de entretenimento, 2 governamentais e 1 de cunho religioso. A soma de inscritos é de 48,45 milhões. Diante disso percebeu-se a predominância do termo “Bolsonaro” nos canais identificados, além do papel significativo de canais de notícia e política para o aumento do seu potencial midiático. O retorno de um canal de cunho religioso e um educacional também demonstra a necessidade de entender quais narrativas de cada candidato impactam a esfera pública nessas agendas específicas.

Palavras-chave: Mídias digitais; youtube; presidente; bolsonaro; lula.



Ciberespaço e status quo: O ciberativismo na organização das lutas sociais contemporâneas

Ciberespacio y status quo: El ciberactivismo en la organización de las luchas sociales contemporâneas

Cyberspace and status quo: The cyberactivism on the organization of contemporary social struggles

Breno Varela Marinho, UFRN¹⁹¹

Gêsa Cavalcanti¹⁹²

Itemização

O presente trabalho tem por objetivo investigar como o ciberespaço proporciona o ativismo digital, também conhecido como ciberativismo, e sua influência e possíveis resultados em relação ao posicionamento sociopolítico das massas. Para isto, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, com revisão de literatura de caráter exploratório a partir de trabalhos acerca do tema. Através deste estudo, busca-se entender como os movimentos se organizam para resistir ou favorecer as causas sociais e políticas através da web. Os autores estudados mostram que a internet pode ser uma ferramenta poderosa para enfrentar o monopólio da emissão de notícias das chamadas mídias tradicionais, permitindo que minorias sociais e representacionais articulem contra agendamentos e planos hegemônicos. Os movimentos e organizações sociais têm encontrado nos sites, blogs, chats e redes sociais, por exemplo, verdadeiros lobbies (ou advocacy) para suas causas e objetivos, sendo, assim, um instrumento de pertinente nível comunicacional, conectando e atraindo outros sujeitos de lutas semelhantes. Pensando nisso, analisamos aqui a forma como o ciberativismo permite o desenvolvimento de uma resistência digital no caso do Marco Temporal (PL nº 2903/2023), projeto esse que defende a tese de que os indígenas só podem ocupar

¹⁹¹ Graduando em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda (UFRN).

¹⁹² Doutora e Professora em Comunicação pela UFRN.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

terras que já habitavam até a data da promulgação da constituição, em 5 de outubro de 1988. Para a realização da análise, além da base referencial, mapeamos as formas como as categorias interatividade, cooperação e descentralização, presentes no ciberativismo, estão em jogo neste movimento, percebendo assim os povos indígenas e pessoas alinhadas a eles sendo colocados em pauta.

Palavras-chave: Ciberativismo; ciberespaço; internet; Marco Temporal.



Vidas vividas nas ruas: caracterização demográfica e perfil socioeconômico das Pessoas em Situação de Rua no Recife

Vidas vividas em las calles: Caracterización demográfica y perfil socioeconómico de las personas em situación de calle em Recife

Lives lived on the streets: Demographic characterization and socioeconomic profile of individuals experiencing homelessness in Recife

BARBOSA, Artur Lucas Santana¹⁹³

FERNANDES, Raquel de Aragão Uchôa¹⁹⁴

Diante do avanço do neoliberalismo e da redução da presença do Estado nas mais diversas áreas no Brasil nos últimos anos, principalmente àquelas voltadas as políticas sociais, acentuou-se as desigualdades presentes na sociedade. Desta forma, a percepção que paira sobre a sociedade é que o número de pessoas em situação de rua no Brasil, tem aumentado corriqueiramente, esse número está relacionado a diversos fatores, essencialmente, a recessão econômica, alta da inflação, crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 entre outros. Na capital do estado de Pernambuco, o aumento de pessoas nessas condições tornou-se também mais perceptível, de forma mais apurada, nos espaços mais centralizados da cidade, todavia, somente assim o tema foi colocado na pauta pública, o que tem acontecido em grande maioria de maneira negativa, visto que os corpos subalternizados são atacados e depreciados frequentemente. Sabe-se que o Censo Nacional, não quantificou esse grupo, tendo em vista que há diversos aspectos a serem seguidos, no ano de 2022 foi realizado o Censo da População em Situação de Rua do Recife após grande apelo dos movimentos sociais, sociedade civil e políticos voltados a causa. Desta forma, a partir

¹⁹³ Estudante de Bacharelado em Ciências do Consumo- UFRPE.

¹⁹⁴ Professora do Curso de Bacharelado em Ciências do Consumo- UFRPE.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

deste levantamento qualitativo, a presente pesquisa, fruto do relatório final do Programa de Iniciação Científica, teve como objetivo analisar através de uma pesquisa quali-quantitativa o perfil das pessoas em situação de rua no Recife, além de suas características demográficas, socioeconômicas, e inserções nas políticas públicas municipais.

Palavras-chave: Censo PopRua; subalternização; população em situação de rua; Recife.



**O Oprimido Discurso de Opressão: Uma análise das
Reportagens sobre Discurso de Ódio nos Principais Jornais
Televisivos Brasileiros**

*El Discurso Oprimido de la Opresión: Un Análisis de Las Reportajes
acerca del Discurso de Odio em los Principales Telediarios
Brasileños*

*The Oppressed Discourse of Oppression: An Analysis of Hate
Speech Reports in the Main Brazilian Newscasts*

Ana Victória da Silva Queiroz, UFPE¹⁹⁵

Bárbara Rodrigues, UFPE¹⁹⁶

Segundo Winfried Brugger (2007), o discurso de ódio refere-se a “palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar as reportagens sobre a temática do discurso de ódio veiculadas pelos dois principais programas de notícias televisivas no Brasil, o Jornal Nacional e o Jornal da Record. Busca-se compreender a importância e a atenção que são dadas a esses discursos, analisando se eles são pautados como temas pertinentes a serem apresentados e, por ventura, discutidos pela esfera pública, por parte dos jornais em questão. Para isso, o presente trabalho realizou uma clipagem de todas as manchetes - e seus respectivos resumos - de cunho político, cultural, social e econômico relacionadas ao cenário político-institucional brasileiro de 01/06/2022 a 01/06/2023, em ambos os programas. A partir da sistematização dos dados encontrados, por meio da

¹⁹⁵ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Técnica em Informática pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

¹⁹⁶ Doutoranda em Desenvolvimento Urbano pelo PPG MDU/UFPE, Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Bacharel em Turismo pela Universidade de Brasília (UNB)



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

busca de palavras-chave como “Ódio”, “Racismo”, “Intolerância”, “Homofobia”, “Xenofobia” e outros, percebeu-se que, das notícias nas quais os termos estavam presentes, a duração total das manchetes sobre a temática do discurso de ódio no Jornal Nacional totalizou 1 hora e 10 minutos, enquanto no Jornal da Record totalizou apenas 23 min, ou seja, aproximadamente um terço da duração veiculada pelo Jornal Nacional. Outro ponto a ser destacado é a ausência de importantes agendas contemporâneas no Jornal da Record, como homofobia e intolerância religiosa.

Palavras-chave: discurso de ódio; discriminação; programas televisivos; jornais brasileiros; reportagens.

Referências Bibliográficas

BRUGGER, Winfried. **Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano.** Direito Público, Porto Alegre, ano 4, n.15, p.117-136, jan./mar. 2007.



**A desqualificação do voto nordestino: uma análise das
manchetes do UOL Notícias publicadas no período eleitoral
presidencial de 2022**

*La descalificación del voto del noreste: un análisis de los titulares de
UOL Noticias publicados durante el período electoral presidencial
de 2022*

*The disqualification of the northeast vote: an analysis of UOL News
headlines published during the 2022 presidential election period*

Gouveia, Hellen - UFPE¹⁹⁷

Moraes, Fabiana - UFPE¹⁹⁸

Resumo simples

A presente pesquisa vai investigar a relação da imprensa com a manutenção da xenofobia direcionada ao Nordeste. Para isso, vamos analisar as manchetes publicadas pelo portal de notícias UOL, empresa pioneira da internet no Brasil, sobre a eleição presidencial de 2022 no 1° e 2° turno. Além disso, também é posto a necessidade de contextualizar os aspectos que construíram a ideia do nordeste como região politicamente inferior e discutir a representação da racialização e xenofobia nos meios de comunicação brasileiros a partir da noção da outremização (SPIVAK, 1985). A pesquisa irá contribuir dentro do eixo temático B intitulado “Esfera pública e a construção do consentimento pró agenda ultraliberal”, a partir do estudo sobre a manutenção de práticas xenofóbicas na mídia tradicional e com isso, estimular o pensamento sobre mídias, desinformação e esfera pública.

¹⁹⁷ Graduanda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

¹⁹⁸ Doutora em Sociologia e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Para cumprir o objetivo de mapeamento desta pesquisa será utilizado o método de Análise de conteúdo. Esse método consiste na análise de dados de uma pesquisa qualitativa que ilustra a realidade, mas que não pode ser quantificado (BARDIN, 1977).

Como observou Moraes (2022), em coluna para o site Intercept Brasil, UOL, CNN e outros veículos reproduziram uma correlação enganosa entre “voto errado” e falta de letramento formal, que serviu de artilharia para Bolsonaro em redes sociais. Isso no contexto do primeiro turno das eleições para presidente da República. De fato, o ex-presidente do país fez diversas declarações xenófobas durante seus quatro anos no poder. Mas é certo que a imprensa contribuiu para engrossar o caldo dessa xenofobia,

Palavras-chave: nordeste; xenofobia; política; UOL; outremização.

Referências Bibliográficas

ALVES, E.R.F. **Outremização e revide de colonização e colonizador em The Narrative of Jacobus Coetzee** (1974), de J. M. Coetzee 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, 20017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. . Acesso em: 13 jul. 2023.

CASTRO, Alex. **Outrofobia: textos militantes**. São Paulo: Publisher Brasil, 2015.

DA CUNHA HOLANDA, André Fabrício; SCANONI, Sabrina Ramires; SIQUEIRA, Vanessa Ferreira. A culpa é do Nordeste? As eleições de 2014 e a repercussão de matérias jornalísticas nas redes sociais. **Revista Latino-americana de Jornalismo| ISSN**, v. 2359, p. 375X.

LULA vence em 9 dos 10 estados com maior índice de analfabetos; confira. UOL, 03 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/03/lula-bolsonaro-eleicoes-taxa-de-analfabetos-estados-do-brasil.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em : 30 de abril de 2022.

MENDES, Pedro Vítor Gadelha. **A racialização dos nordestinos em São Paulo: representações na imprensa da década de 1950 e relatos de migrantes idosos**.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

2021. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MESQUITA, Lígia. **Denúncias de discurso de ódio online dispararam no 2º turno das eleições, diz ONG.** BBC Brasil, 09 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46146756>. Acesso em: 08 jul. 2023..

MORAES, Fabiana. **Rejeição da elite a Lula tem origem na racialização do Nordeste.** The Intercept Brasil, Rio de Janeiro, 9 ago. 2022. Disponível em <https://theintercept.com/2022/08/09/lula-nordeste-racializacao-elite-preconceito/>. Acesso em 2.2.2023

SPIVAK, G. (1985). **The Rani of Sirmur: An Essay in Reading the Archives.** History and Theory, 24(3), 247-272. doi: 10.2307/2505169. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2505169?seq=1>



Indústria Automobilística em Goiana/PE: trajetórias de vida e relações de trabalho.

Industria automotriz en Goiana/PE: trayectorias vitales y relaciones laborales.

Automotive Industry in Goiana/PE: life trajectories and work relationships.

Ernestina de Freitas Giles¹⁹⁹

Resumo

A presente pesquisa buscou compreender as novas relações sociais e de trabalho que vem se configurando no polo industrial de Goiana e os significados que lhe são atribuídos pelos/as trabalhadores/as a partir das suas trajetórias de vida e trabalho. Procuramos compreender as transformações e as novas dinâmicas socioeconômicas que vêm se processando na Mata Norte de Pernambuco, a partir da implantação de grandes unidades industriais, especialmente o Grupo Stellantis (JEEP) e o Polo Automotivo na região inaugurado em 2015, com um conjunto de 16 empresas sistemistas e a criação 14 mil novos empregos diretos no território. Em seu processo produtivo, a JEEP utiliza tecnologia de ponta na produção automotiva da indústria 4.0. A recente industrialização da Mata Norte vem modificando a paisagem e o território que configuram-se historicamente como uma cidade rural, marcada pela cultura da cana-de-açúcar e extrativismo. Com o uso do método qualitativo fenomenológico que analisa a interação dos sujeitos em suas vivências, destacamos algumas questões e indicações aproximativas das relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores, como: a trajetória comum que naturaliza o trabalho desde a infância para contribuir com a renda familiar; a aquisição de status social diferenciado adquirido com a inserção em uma

¹⁹⁹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e Formada em Técnico Administrativo pelo Instituto Federal de Pernambuco.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

grande indústria transnacional; a pressão no processo de trabalho para o cumprimento das metas, que prejudica a segurança do trabalhador em troca da produção; formas de preconceito e assédio moral, como fatores de subordinação.

Palavras-chave: Nordeste; JEEP; Relações de Trabalho; Subordinação.



**Entre o terreiro e a cidade: Uma análise da intolerância
religiosa na cidade de Mari-PB.**

*Entre el terreiro y la ciudad: un análisis de la intolerancia religiosa
en la ciudad de Mari-PB*

*Between the terreiro and the city: An analysis of religious intolerance
in Mari-PB city.*

Jacksiel da Silva Maximino, UEPB²⁰⁰

Iany Elizabeth da Costa, PE²⁰¹

Itemização

Ao discutir a produção de Espaço, cria-se uma reflexão importante, na ânsia de analisar as feridas existentes no seio social. A partir da análise de formação das cidades, podemos observar o processo de marginalização dos grupos, entre eles, o corpo negro e algumas religiões, em especial afro. O trabalho busca investigar a intolerância religiosa existente em nossa sociedade, utilizando o conceito de Espaço levando em conta seu processo de produção numa cultura racista, de modo que produz a intolerância étnico-racial e segrega os terreiros, podendo tal fenômeno ser observado no que o Rogério Haesbaert (2006) coloca como os “microespaços”. Com isso pensando criticamente a invisibilidade da intolerância étnico-racial a partir da descolonialidade, esse estudo em andamento para TCC, evidencia um racismo estrutural a princípio, sendo investigado a partir do Materialismo Histórico-Dialético, visando contribuir com o evento no eixo B, que se dispõe refletir sobre Religião, construção do consentimento e seu espaciamento no território. Almejando compreender a cidade numa perspectiva etnográfica, nos leva considerar a construção da própria e como a mesma se materializa no espaço, olhando

²⁰⁰ Graduando em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

²⁰¹ Graduada em Geografia – UNINTER e Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professora efetiva da rede municipal das Prefeituras de Abreu e Lima e de Olinda - PE.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

sua produção como arquétipo temporal, conforme discute Henri Lefebvre (2019), a cidade de Mari – PB localizada na microrregião do Brejo tem lugar de objeto, pois, possui 14 terreiros para uma população de 21. 512 habitantes (IBGE, 2022) e tratar da questão de racismo religioso neste espaço é dar lugar de fala e ação aos sujeitos que resistem nas tramas da cidade ao discurso de poder cristão como religião “universal”.

Palavras-chave: Religiosidade; Intolerância Religiosa; Racismo; Espaço; Cidade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural: Femininos Plurais**. 1º Ed. Editora: Jandaíra. São Paulo-SP, 2022.

ALVES, Rubem. **O Que É Religião?**. 15º Ed. Editora: Edições Loyola. São Paulo-SP, 1999.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. Editora: Selo Negro. São Paulo-SP, 2011.

CAVALCANTE, L. V.; LIMA, L. C. Epistemologia da Geografia e espaço geográfico: a contribuição teórica de Milton Santos. **Geosp – Espaço e Tempo**. v. 22, n. 1, p. 061-075. 2018. ISSN: 2179-0892. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/127769/140873>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7º Ed. Editora: Ática. São Paulo-SP, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2º Ed. Editora: Contexto. São Paulo-SP, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Dados demográficos de 2022**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/mari.html> >. Acesso em: 19 nov. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução: Sérgio Martins. 2º Ed. Editora: UFMG. Belo Horizonte-MG, 2019.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5° Ed. Editora: Edusp. São Paulo-SP, 2021.



As políticas sociais como tensora às ações (ultra)neoliberais

Las políticas sociales como fuerza de las acciones Ultraneoliberales

Social policies as a strength to ultra neoliberal actions

Mariana Macena da Silva²⁰²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo proposto é analisar as ações neoliberais amadurecidas na conjuntura de ultraneoliberalismo e as políticas sociais como tensora e produtora de resistências às medidas ultraneoliberais. Pretendendo-se ampliar a discussão feita no eixo “a agenda ultraliberal no Brasil e na América Latina”, a fim de tornar neste perceptível as novas roupagens que as políticas sociais estão sendo ultrajadas, via cortes orçamentários exorbitantes. A metodologia utilizada corresponde a pesquisa bibliográfica e documental. Buscará consolidar a tese de que as políticas sociais são usadas por ideologias ultraneoliberais. As transformações no ordenamento econômico e social em meados do século XIX e início do XX caracterizam a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Esta tendência está presente na prospecção teórica marxista. Neste novo estágio, a burguesia potencializa as contradições e mediações sociais, tornando-as mais complexas. Em totalidade, o período imperialista consolida a maturidade da sociedade burguesa como um sistema de mediações mais complexa e ideológico. É justamente neste âmbito que começa as medidas burguesas ou neoliberais, seja nos reconhecimentos necessários de políticas sociais, no entanto, com teor caritativo. Além disso, o ultraneoliberalismo vem forjando novas (antigas) narrativas para as políticas sociais brasileiras desenvolvidas a partir de contradições específicas do modelo capitalista, de caráter regulador, fragmentado, superpostas e sem regras estáveis; além de serem desiguais e categorizadas. As tendências históricas e regressivas que acompanha a Política Sociais demarca o fortalecimento e avanços de um sistema ideológico político neoliberal que vem se

²⁰² Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

caracterizando no chamado ultraliberalismo a depender das manobras políticas econômicas traduzidos em contrarreformas que tensionam diretamente o financiamento das políticas sociais brasileiras.

Palavras-chave: Política social; Cortes orçamentários; Ultraliberalismo.



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

CONTATO DOS/AS AUTORES/AS (POR ORDEM ALFABÉTICA)

Alana Anselmo Carneiro – alanaanselmo09@gmail.com

Alana Maria Passos Barreto – alanapassosbarreto@gmail.com

Alexandra Jane de Carvalho Freitas – alexandrajanepi@gmail.com

Alexandre Landim – Landim.alexandre@gmail.com

Ana Cláudia Clímaco de Almeida – claudiaclimaco@outlook.com

Ana Paola da Silva Alves – anapaola.alves@gmail.com

Ana Tázia P. M. Cardoso – anataziaprof@gmail.com

Ana Victória da Silva Queiroz – victoria.squeiroz@ufpe.br

André Vicente do Rosario Marinho – andrevicentemarinho@gmail.com

Ane Caroline Fagundes – anecaroline78945@gmail.com

Artur Lucas Santana Barbosa – Artur.lucassantana@ufrpe.br

Augusto Ferreira Silva – augusto.ferreirasilva@ufrpe.br

Bárbara Nascimento Rodrigues – rodrigues.barn@gmail.com

Beatriz Palmeira Melo Simões – beatriz.palmeira@ufpe.br

Breno Varela Marinho – breno.varela.104@ufrn.edu.br

Bruna B. L. Sales – brunablsales@gmail.com

Bruna Salgueiro Silva – Bruna.salgueiro.s@gmail.com

Caio H. Aguiar – Caioaguiar060288@gmail.com

Camila Roberta Moraes da Silva – camila.robertas@ufrpe.br

Candida Maria Dantas – Candida.dantas@gmail.com

Carla de Jesus Monteiro Castro – ped.carlacastro@hotmail.com

Carolina Falcão – carolina.falcao@ufrpe.br

Carolina Glasner Tavares – carolinaglasner@hotmail.com

Caroline Dallastra – arqcarolinedallastra@gmail.com

Clara Guimarães Melo – cla.guimaraes@hotmail.com

Clarianne Braga Borges – clariannebraga@hotmail.com



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Cristiane Sinimbu Sanchez – cristiane.sinimbu@gmail.com

Dauda Uali – daudauali11@gmail.com

Deisyanny Maria Rocha Farias – deisy_fariasnva@hotmail.com

Diego da Silva Saldanha – diego.saldanhass@gmail.com

Dirceu Piccinato Junior – dirceu.piccinato@atitus.edu.br

Dyego E. P. Carneiro – edudyego@alu.ufc.br

Eduardo Marangoni Canesin – eduardomcanesin@gmail.com

Elizabeth McKenna – emckenna@hks@harvard.edu

Elza Vieira da Rosa – elzavrosa@gmail.com

Emanuel Félix Fernandes – emanuel.felix@ufpe.br

Eunice Ferreira Carvalho – eunice.f@servidor.uepb.edu.br

Ernestina de Freitas Giles – tina.giles21@hotmail.

Estefania Momm – estefania.momm@ufop.edu.br

Fabiana Moraes – fabiana.msilva2@ufpe.br

Fábio Fonseca Figueiredo – ffabiof@yahoo.com

Fabiola Cavalcanti Maciel – fabiola.maciel@ufrpe.br

Flora d'El Rei Lopes Passos – flora.passos@ufop.edu.br

Frederico Alves Costa – Frederico.costa@ip.ufal.br

Gabriela D. Menezes – gabriela.domingues@aluno.ufop.edu.br

Gabriela Sousa Ribeiro – gabriela.ribeiro@ifrj.edu.br

Geraldo de Azevedo Nóbrega – geraldodeazevedonobrega@gmail.com

Gêsa Cavalcanti – gesacavalcanti@gmail.com

Giani Fernanda Möller Schuch – gianimoller@gmail.com

Gisele Sales Cabral – giselesalessc@gmail.com

Helena Lúcia Zagury Tourinho – helenazt60@gmail.com

Helena Tuler Creston – helenatuler@hotmail.com

Hellen Gouveia – hellen.gouveia@ufpe.br

Heron Veríssimo de Souza – heronverissimo4@gmail.com

Iale Monteiro Silva e Souza – iale.monteiro@ufpe.br



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Iany Elizabeth da Costa – ianyelizabethufpb@gmail.com
Isabelle Maria de Fontes – Isabelle.patriota@ufpe.br
Isabelle Risson – isabelle_risson@hotmail.com
Izabella Galera – izabella.galera@gmail.com
Jacksiel da Silva Maximino – jacksielsilva079@gmail.com
Jáder F. Leite – jaderfleite@gmail.com
Jaqueline Martins da Silva – jaqueline.martins@ufrpe.br
José Carlos V. Damaso – jose.damaso@aluno.ufop.edu.br
José Francisco Passos Neto – netopassos9@hotmail.com
Karina Pierin Ernsen Alves – karinaealves@gmail.com
Karolayne Kesia Moura da Silva – karolayne.moura.701@ufrn.edu.br
Larissa Guimarães – larissasg@gmail.com
Letícia Rocha de Santana – leticia.rochas@ufpe.br
Letícia T. Guido Miranda – leticia.guido@aluno.ufop.edu.br
Luana Gonçalves Varela dos Santos – Luanavarela@id.uff.br
Luana Marques Carlos – Luana.marques@urca.br
Lucas Paes do Amaral – lucaspaes132@gmail.com
Luiz Felipe Velloso Leal – bira-leal@hotmail.com
Lutemberg Francisco de Andrade Santana – lutemberg.santana@ufpe.br
Maria da Graça S. G. Costa – mariaggomes@gmail.com
Maria Isabela Neves – belanevesf@gmail.com
Maria Raiane dos Santos – maria.raiane@arapiraca.ufal.br
Maria Zênia Tavares da Silva – maria.zenias@ufrpe.br
Mariana Lopes Leal – lopes.leal@ufpe.br
Mariana Macena da Silva – macena3094@gmail.com
Marília N. Moraes – marilia.nmoraes@ufpe.br
Mateus Maximo Rodrigues Moreira – mateus.moreira@fjp.mg.gov.br
Matheus Guilherme de O. Santos – matheus.guilherme@aluno.ufop.edu.br
Matthew A. Richmond – matthew.aaron.richmond@gmail.com



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

04 a 07 de dezembro de 2023

Entre ruas, redes e plataformas...

O lugar da comunicação na geopolítica da América Latina

Michele de Mello – micheledemello@usp.br

Monalisa Soares – Monalisasoares@ufc.br

Mônica Virgínia Monteiro Pereira – monivirg66@gmail.com

Monique Sanches Marques – monique.marques@ufop.edu.br

Natália Farias Menelau de Almeida – natalia.menelau@ufpe.br

Natanael L.S. Nobre – natan2002.2100@gmail.com

Otávio Augusto Alves dos Santos – otavio.augusto@ufrpe.br

Paulo André Cavalcanti de Albuquerque Nunes – pauloandrecavalcanti@gmail.com

Paulo Henrique Aldeman de Oliveira Mendonça – paulo.mendonca@ip.ufal.br

Priscila Cardia Petra – priscilacpetra@gmail.com

Rafael Cardoso Sampaio – cardososampaio@gmail.com

Raphael de Carvalho – raphascarvalho@gmail.com

Raquel de Araújo Uchôa Fernandes – raquel.fernandes@ufrpe.br

Raquel Garcia Gonçalves – raquelgargon@hotmail.com

Ricardo Carneiro – ricardo.carneiro@fjp.mg.gov.br

Roberta Madeira de Melo – roberta91melo@gmail.com

Rochelle Silveira Lima – rochelle.arq@hotmail.com

Rodrigo Nogueira – rodrigo.nogueira@ufop.edu.br

Selena Dantas – selena.dantas.700@ufrn.edu.br

Sheyla Alves Barros – sheyla.alves.barros@gmail.com

Stefânia Amorim Silveira – stefania.amorim@gmail.com

Teresa Beatriz Azambuya Cibotari – teresabam@gmail.com

Thamires Silva da Cruz – thamires.cruz@ip.ufal.br

Umaro Seidi – umaro.seidi@ufrgs.br

Virna Queiroz Oliveira – virnaqoliveira@gmail.com

Wanessa Mendonça – wanessabeatrizm@gmail.com



COMISSÃO ORGANIZADORA:

Cristina Pereira de Araujo (coordenação geral)
Adriana Carla de Azevedo Borba
Esther Solano Gallego
Helena d' Agosto Miguel Fonseca
Luciano Muniz Abreu
Barbara Nascimento Rodrigues
Letícia Rocha de Santana
Lutemberg Francisco de Andrade Santana
Marcones Oliveira Barboza
Raissa Gomes de Sales
Jéssica Krislei Costa de Neque

CRIAÇÃO GRÁFICA:

Elison Gonçalves (Sinho – Ilustre-si)
Raissa Gomes de Sales (UFPE)

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Profa. Dra. Arthemísia Santiago (UFPE)
Prof. Dr. Bruno Nogueira (UFPE)
Prof. Dr. Claudio Rezende Ribeiro (UFRRJ)
Prof. Dr. Claudio Tadeu Cristino (UFRPE)
Profa. Dra. Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA)
Profa. Dra. Izabella Galera (UFPE)
Prof. Dr. José Policarpo Júnior (UFPE)
Profa. Dra. Liana Lewis (UFPE)
Dra. Maria Amanda Martinez Elvir (UFPE)
Prof. Dr. Matthew Richmond (LSE)
Prof. Dr. Michel Lima (UNAMA)
Profa. Dra. Monalisa Soares (UFC)
Profa. Dra. Norma Lacerda (UFPE)
Profa. Dra. Paula Reis (UFPE)
Dr. Pedro Henrique Germano de Lima (UFPE)
Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio (UFPR)
Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves (UFMG)
Profa. Dra. Raquel Uchoa (UFRPE)
Prof. Dr. Ricardo Paiva (UFC)
Profa. Dra. Roberta Bivar Carneiro Campos (UFPE)
Profa. Dra. Sandra Catharinne Pantaleão Resende (PUC Goiás)
Prof. Dr. Sergio Simoni Junior (UFRGS)

Realização:



Apoio:



Patrocínio:



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Nossos agradecimentos à CAPES e à UFPE pela oportunidade de publicação dos Anais do II SOPAPO.



9 788545 157564 1